

BR 380006 1

1/2

E15/B/M/KV

MINISTERIO DA AGRICULTURA. PORTO ALEGRE. RS (BR
AZIL). DIRETORIA DE ORGANIZACAO E DEFESA DA PRO
DUCAO

1. CONGRESSO COOPERATIVISTA DO RIO GRANDE DO SU
L

PORTO ALEGRE. RS (BRAZIL)

8 DEC 1938

ANAIS DO 1. CONGRESSO COOPERATIVISTA DO RIO
GRANDE DO SUL [BRASIL]

PORTO ALEGRE. RS (BRAZIL)

1938 203 P. (PT)

BR 380006 1

2/2

/G514

MICROECONOMIAS; COOPERATIVA; COOPERATIVA DE PROD
UTORES; RIO GRANDE DO SUL

A N A I S

- DO -

1.º Congresso Cooperativista

- DO -

Rio Grande do Sul

Realizado nos dias 8, 9, 10 e 11 de Dezembro de 1938



ORGANIZADO PELA DELEGAÇÃO TÉCNICA DA
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA
DA PRODUÇÃO DO

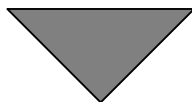
mINISTERIO DA **A**GRICULTURA
no RIO GRANDE DO SUL

e com a colaboração as

Secretaria da **A**gricultura, **I**ndustria
e **C**omercio

AGRADECIMENTO

A Comissão Executiva das Deliberações do 1. Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul cumpre o grato dever de agradecer a todas as Cooperativas que tão gentilmente colaboraram para a confecção destes anais, permitindo desta fôrma apresentarmos presente trabalho, fruto do esforço e abnegação das nossas entidades cooperativistas.



MA-SG/BINAGRI

N.T 779

R.P.

No

1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul

SESSÃO DE INSTALAÇÃO

QUINTA FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1938

A sessão de instalação, ou inaugural, do 1.º Congresso Cooperativista do Estado do Rio Grande do Sul teve lugar no dia 8 de Dezembro do ano de 1988, às 8,40 horas, na sala de reuniões da sede da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, sob a presidência do Dr. Manoel Luiz Pizarro, que convidou para fazer parte da mesa as seguintes pessoas: Major Fagundes Teixeira, representante do Sr. Interventor Federal; Dr. jardelino Oliveira, representante do Sr. Secretário da Agricultura; Dr. Antonio Lopes Dias, representante do Sr. Secretário da Fazenda; Dr. Serafim Machado, representante do Sr. Chefe de Polícia; Sr. Edison Cavalcanti Maia, Delegado da Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura Dr. Adolpho Ernesto Garcia Gredilha, Inspetor da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, ambos representando o Dr. Arthur Torres Filho, Diretor daquele Departamento; Dr. Artur Fischer, Secretário Geral da União das Cooperativas de Ploclutob Suínos do Rio Grande do Sul e Dr. Cassiano Fernandes, êste, convidado para secretariar o Congresso.

Achavam-se presentes, além de grande número de visitantes e representantes da imprensa, mais os seguintes senhores congressistas:

DELEGADOS PRESENTES AO

"Primeiro Congresso Cooperativista do Rio
Grande do Sul"

- 1- Cooperativa Sul Riograndense de Banha - Cruz Alta
Carlos Schaffazick
- 2 - Caixa Rural de Neu-Wurttemberg - Cruz Alta
Carlos Schaffazick.
- 3 - Cooperativa Viti-Vinicola Marcelinense - José
Bonifácio
Waldemar Holleben

- 4- Cooperativa Alcool e Aguardente "Ijuicense" - Ijuí
Paulo Kloeman
- 5- Cooperativa dos Funcionarios Publicos de São Gabriel
Dr. Delfim Mesquita Barbosa
- 6- Cooperativa Laticínios Pelotense -- Pelotas
Dr.Delfim Mesquita Barbosa
- 7- Cooperativa Bassanense de Produtos Suínos
Domingos Todeschini e Carlos Pieta
- 8- Cooperativa U. Colonial de produtos Suínos- Borges
de Medeiros
José Michelon, Pedro Billi, Luiz Fonini e Armando
Secco.
- 9- Cooperativa viti-Vinicola Pratense- Prata
Domingos Todeschini
- 10- Cooperativa Viti-VinicolaTamandaré- Garibaldi
José Gava
- 11- Cooperativa Alegretense de Carnes - Alegrete
Simplicio Dorneles
Dr. João Maximo dos Santos
- 12- Cooperativa Viti-Vinicola Garibaldi - Garibaldi
Humberto Lotti
- 13- cooperativa de Laticínios Garibaldi- Garibaldi
Humberto Lotti
- 14- Cooperativa Federada de Canela
Leon Vervacke
- 15- Cooperativa Consumo Proletario das MInas Arroio dos
Ratos- S. Jeronimo
João Conceição de Souza
- 16- Cooperativa Consumo idem Butiá- S. Jeronimo
João Conceição de Souza
- 17- Cooperativa Viti-Vinicola Riosinho- S. Antonio da
Patrulha
Guerini Pandolpho
- 18- Cooperativa Viti-Vinicola São Pedro- Flores da
Cunha
Antonio Boff
- 19- Cooperativa Banha Santa Izabel- José bonifacio
Antonio Sirena
- 20- Cooperativa Viti-Vinicola Barrense- José Bonifacio
Antonio Sirena
- 21- Cooperativa Produtos Suínos Santo Antonio- Palmeira
João Muniz Reis
- 22- Cooperativa Agraria São José- Jaguarý
Maximiliano Cortiana
- 23- Caixa Rural de Serro Azul- São Luiz Gonzaga
Dr.Arthur Fischer

- 24- Banco Papular do Lageado- Lageado
Dr.Arthur Fischer
- 25- Cooperativa Alcool "Farroupilha"- Alfredo Chaves
Andre Argenta
- 26- Cooperativa de Laticínios Bagéense- Bagé
Dr. Cassiano Fernadez
- 27- Cooperativa Rural Gabrielense- São Gabriel
Dr. Manoel Luiz Pizarro
- 28- Cooperativa dos funcionarios Publicos Portoalegrense
Pedro Manoel Simon
- 29- Cooperativa de produção dos Alfaiates e Costureiras-
Porto Alegre
Pedro Manoel Simon
- 30- Cooperativa Sananduvense de Produtos Suinos- La-
gôa Vermelha
Rodolpho Lazzaroti e Antonio Navarini
- 31- Cooperativa Viti-Vinicola "Aurora"- Bento Gonçalves
João Marcon e virgilio Roman Ross
- 32- Caixa Rural de Serro Azul- São Luiz Gonzaga
Albano Wolkemer
- 33- Caixa Rural de Arroio Grande
Albano Wolkemer
- 34- Cooperativa União Colonial de Igrejinha- Taquara
Edmundo Kichler
- 35- Cooperativa de Herva Matte Taquaryense Ltda.- Ta-
quary
Galdino Alves de Lima
- 36- cooperativa Vitio-Vinicola Nova Bassano Ltda.- Prata
Luiz Mattiolo e Humberto Simonato
- 37-Cooperativa Agricola "São Paulo"
Ernesto Turcato
- 38- Cooperativa Federada de Erechim- Getulio Vargas
Domingos Donida Filho
- 39- Cooperativa Madeireira Federada de Cruz Alta
José João Galias
- 40- Cooperativa Madereira Federada de Passo Fundo
Waldemar Langaro
- 41- Cooperativa Madereira Federada de Carasinho
Aloysio Stein
- 42- Cooperativa Madereira Federada de Coxilha- Passo
Fundo
Ernesto MOrch
- 43- Cooperativa Madereira Federada de Capo-erê- José
Bonifacio
Leopoldo Friedrich

- 44- Cooperativa Madereira Federada de Pulador- Passo Fundo
Baptista Valaiati
- 45- Cooperativa Madereira Federada de Getulio Vargas
Matias Lorenzon
- 46- Cooperativa Madereira Federada de Pinheiro Machado
Juvenal Moraes
- 47- Cooperativa Madereira Federada de Sertão- Passo Fundo
Humberto Heidrick
- 48- Cooperativa Viti-Vinicola "Boavistense"- José Bonifacio
Achiles Callefi
- 49- Cooperativa de Produção Agro-Pecuária Serrana- Tupacaretã
Baldomero Fernandes
- 50- Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea- Santa Maria
Domingos Branco Ribas, Dr. João Manoel Atahyde e Gumercino G. Silva
- 51- Cooperativa Agrícola São Pedro
Francisco Hainzenreder, Gervasio Arasio Bernd e Gustavo Valeriano Santos
- 52- Cooperativa Viti-Vinicola Antagordense- Ecantado
Cicero Cavalcanti Rios
- 53- Cooperativa Viti-Vinicola Pedro Alvares Cabral- Encantado
Cicero Cavalcanti Rios
- 54- Cooperativa Bagéense de Carnes e Derivados
Antonio Candido Franco e João Leoncio Vaz
- 55- Cooperativa Prod. de Trigo e Outros Cerais Pratense - Prata
Agostinho Tarosconi
- 56- Cooperativa Madereira Rio das Antas Ltda.
Atilio Lenzi
- 57- Cooperativa Fruticultura Sulina
Manoel Ferreira Cardoso
- 58- Federação das Cooperativas Vinhos Sul Riograndense - Caxias
Agostinho Zandomeneghi e Luiz Baron
- 59- Cooperativa Viti-Vinicola Aliança Ltda.- Caxias
Antonio Zanini
- 60- Cooperativa Produção Banha Sant'Ana- Getulio Vargas
Guido Giacomazzi

- 61- Cooperativa Banha Sul Brasileira Ltda.- Dois Lageados
João Tremarin, Rubinho Marroni e Marcos Aiolfi
- 62- Cooperativa Alcool e Aguardente " Marcelinense" -
José Bonifacio
Julio Keller
- 63- Central de Caixas Rurais- P. Alegre
Gaston Englert, Dr, Albano Wolkmer, Vitor Half-
ner e Roberto Kalmond
- 64- Cooperativa Viti-Vinicola Ltda. Nova Milano- Farrou-
pilha
- 65- Cooperativa Madeireira Caxiense Ltda.- Caxias
Giacomet
- 66- Cooperativa Viti-Vinicola de Nova Milano Ltda.
José Baungaertner
- 67- Caixa Rural da M. Popular de Tamandaré- Carazinho
Augusto F. Dihel
- 68- Cooperativa Agraria de Consumo Santo Christo.
Edmundo Brod
- 69- Cooperativa produtos Suinos do Cahy Sup.- Harmonia
Fredolino Fred.º e João Hugo Hartmann
- 70- Cooperativa Viti-Vinicola Alfredo Chavense Ltda.
Egydio Martini e Orlando Galeazzi
- 71- Caixa Rural União Popular de Parecy Novo.
Alfredo Finck e J. Alfredo Marx
- 72- Cooperativa M. C. Sander- Taquara
L.Edwino Krumenauer e Willy Laus
- 73- Federação Associações Rurais do R.G.S.
Geraldo suel F.º, Dr. Irio do Prado Lisbôa, Dr. Del-
phim Mesquita Barbosa e Dr. Gasper Ochôa
- 74- Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Ltda.- Nova Vi-
cenza.
Ulysses J. Castagna
- 75- Liga das Uniões Coloniaes Rgds.
Adolar Lichtemberg
- 76- Cooperativa M. C. Padilha.
Sr. PRESIDENTE - Meus senhores.

Jamais se me deparou melhor portunidade do que está para reafirmar que a grandeza de nossa patria reside na solução de seu problema agrario, e esta só poderá ser suficiente e rápida dentro dos postulados do cooperativismo.

Porisso, consideri um dos dias mais felizes de minha vida - e comigo vós outrtos, obreiros desta grandeza - o assistir o primeiro Congresso de Cooperativismo no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Será uma data remarcada na historia economica de nossa patria, porquanto já nos distanciamos muito dos outros paises civilizados que, dentro da cooperação, encontraram um meio de solucionar seus problemas.

Declaro, portanto, com muita satisfação, inaugurado o 1º Congresso de Cooperativismo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

(Palmas prolongadas)

Tem a palavra, pela ordem, o Dr. Artur Fischer, orador oficial.

Sr. Artur Fischer ____ exmo. Sr. Representante de S, Ex. o Sr. Coronel Interventor Federal, Exmos. Srs. Representantes de SS. Eex. os Srs. Secretarios de Estado e demais autoridades, Ilmos. Srs. Representantes da Imprensa, Srs. Congressistas.

A designação de minha pessoa, para proferir na instalação deste magnifico conclave cooperativista a oração oficial constituiu para mim distinção tão honrosa, quanto é ardua e espinhosa a tarefa de bem desempenhar a incumbencia recebida.

Coloquei ao serviço deste honroso mandato toda a minha boa vontade de cooperativista e os apoucados recursos da minha inteligencia, para corresponder, tanto quanto possível, á confiança dos generosos mandantes e á espectativa da distinta assembléa.

Srs. Congressistas.

escutai os aplausos que se fazem ouvir sem cessar. ____ E' o Rio Grande cooperativo que, em seu desejo incontivo em expandir-se e de prosperar, aplaude intusiasticamente a iniciativa da realização do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

E' um acontecimento sem precedentes para a vida economica do estado. A sua importancia decorre da necessidade imperiosa e reconhecida pelos poderes públicos de organizar as forças produtoras e, ressalta ainda eloquente desta assembléa, onde os mais altos dignatarios do poder constituido e os legitimos representantes do povo se confundem num mesmo idealismo contrutor - num mesmo desejo patriotico de bem servir o povo e o Estado.

Sobre as bases da cooperação, da solidariedade e da justiça social, poderá contruir-se uma nova era de prosperidade e de paz, por todos aspirada com tanta ansiedade.

Não se trata srs. congrassistas, de um conclave vulgar, em que um determinado grupo ou classe de interessados debatem assuntos particulares e interesses de grupos ou regiões. Os

interesses que nos congregarão neste Congresso não permanecem nos limites estreitos do particularismo e do regionalismo - Extravam esse âmbito e se projetam sobre todo o Estado tocando interesses vitais da coletividade.

Trata-se, senhores, de um Congresso Cooperativista, cuja convocação estabeleceu ao leit-motif de servir o Estado e de prestar serviços a coletividade, pela discussão e divulgação da doutrina dos princípios e das virtudes sociais da cooperação.

É o Primeiro Congresso Cooperativista na espécie que se realiza em terras riograndenses e, quiçá, em terras brasileiras, o que deve ser motivo de justo orgulho para os cooperativistas gaúchos e para o próprio governo do Estado.

Deve-se a sua realização à iniciativa de um pequeno grupo de verdadeiros apóstolos do cooperativismo, ao apoio integral dos governos da União e do Estado e à simpatia de todo o Rio Grande produtor.

Srs. congressistas, o cooperativismo não é, apenas, uma espécie ou forma de organização social, ele é um "sistema" de organização econômica, difundido em todo mundo e que se baseia na solidariedade e na igualdade dos homens.

A sua existência data de quase um século. - Surgiu em 1844, por assim dizer, das necessidades materiais e morais da época e da humanidade.

Os seus fundadores, 28 modestos tecelões de Rochdale, eram simples operários, sem maiores conhecimentos de economia do que os da privação e sem outra ilustração sobre assuntos sociais do que a da dura experiência da vida.

Quanto mais acentuava a crise de sua situação social, sem emprego e sem recursos financeiros para prover as necessidades de sua subsistência, irmanados na sorte e no destino, conceberam a genial idéia de se unirem todos numa "societas fraternis", com a finalidade de alcançarem, pela conjugação de esforços e de sacrifícios uma melhora de sua situação econômica. - Reuniram com grande espírito de renúncia, depois de alguns meses de severa economia, um pequeno capital de 28 libras correspondendo uma libra por associado. - Com esse capital inicial, iniciaram as suas operações. escolheram entre si um associado, para fazer as compras e distribuição dos artigos entre os demais companheiros, conforme as necessidades de cada um.

Instalavam assim, os operários de Rochdale a primeira cooperativa de consumo de que nos fala a história do cooperativismo.

relembra mencionar que os tecelões de Rochdale eram possuídos de um profundo sentimento de solidariedade e de uma

fé inabalável nos princípios da cooperação. - Graças a essas qualidades, minúscula organização dos Rochdale se desenvolveu e veio a constituir uma das mais poderosas sociedades econômicas da Inglaterra.

A prática da cooperação instituída pelos pioneiros rochdaleanos foi repetida dentro de certas regras fundamentais, estabelecidas nos estatutos, regras essas subordinadas aos princípios democráticos e ditames da solidariedade humana. - Os resultados obtidos como foi dito, foram surpreendentes, a sociedade se desenvolveu e encontrou imitadores, e, assim, de uma simples organização de emergência para defesa de interesses imediatos, foi surgir, lentamente, uma sociedade poderosa, cujos princípios básicos e cujos métodos funcionais, deviam servir de fundamento a um novo sistema de organização econômica, que, em menos de um século havia de difundir-se por todo o mundo e constituir uma das correntes econômicas mais fortes e mais simpáticas á quantas tem aparecido.

As características essenciais do sistema resultam, desde, logo, de sua própria estrutura e funcionamento.

As cooperativas são sociedades de pessoas e não de capitais, em que vale o elemento homem, que se sobrepõe ao elemento capital, apenas considerado como elemento auxiliar.

São organizações econômicas de caráter nitidamente popular, visando fins de interesse coletivo, que são alcançados pelo emprego do método democrático e pela observância dos princípios técnicos sancionados pelos princípios de Rochdale.

Frola, em seu livro "Cooperação livre" caracteriza a ação cooperativa pelos seguintes três elementos básicos: — 1) - E' - uma associação de homens desinteressados: — 2) --- os intuitos dessa associação são os de negociar em forma coletiva o consumo próprio ou a produção própria: — 3) - a distribuição dos lucros se realiza na base da produção segundo a qual a sociedade e seus serviços são utilizados pelos associados.

São esses os pontos diferenciais que distingue a cooperativa das demais organizações econômicas.

Entretanto, não reside nesses pontos diferenciais indicados a sua superioridade como organização econômica.

A sua maior força, a sua preferência a superioridade institucionais residem na sua alta finalidade social - no fim moral e cultural.

A cooperativa, além de prever as necessidades materiais e econômicas do associado, visa e se preocupa, também, com as suas necessidades morais.

E na verdade, quanto mais cooperativa fizer pelo desenvolvimento das forças morais e culturais, maior será a sua in-

fluencia na sociedade. Apenas com o objetivo material imediato e sem o fator moral, a movimento cooperativo não teria força essa simpatia, - seria um corpo sem alma.

A alma do movimento cooperativo é pois a sua ação moral - Em verdade não se conhecem outros institutos econômicos que, a par de seus objetivos econômicos que defendem com vantagem, amparem também, com tanta eficiencia, os seus associados em suas necessidades morais e culturais.

O cooperativismo tem creado organizações que são verdadeiras potencias econômicas e, ao mesmo tempo, instituições de benemerencia social.

O que o indivíduo isolado não consegue jamais alcançar no setor de suas necessidades morais, o cooperativismo consegue, graças aos efeitos da cooperação e diretrizes de sua ação social segundo os princípios de Rochdale.

A cooperação bem compreendida e bem orientada pôde realizar no campo econômico-social verdadeiros milagres.

Quem duvidar da ação benéfica e construtora da cooperação e descrever de sua eficacia funcional na educação e assistencia social, desconhece a realidade dos fatos.

Na sua ação economica a cooperativa visa excluir os in intermediários excessivos e desnecessários, procurando adquirir para os associados os bens de uso e consumo pessoal e doméstico, dirétamente nas fontes de produção, e colocar, do mesmo modo, dirétamente, nos mercados consumidores, os produzidos pelos associados, depois de classificados e padronizados.

Essa exclusão do intermediário parasita, não traz sómente uma diminuição no preço de aquisição e uma majoração no preço de colocação dos produtos para o associado cooperativado; mas principalmente constitue uma maior garantia para o consumidor, no sentido de receber um produto qualitativamente melhor e quantitativamente mais exato.

Ora, srs. congressistas na concurrencia excessiva e desor denada entre os intermediários, para não sucumbirem nessa luta de primazia, estes, muitas vezes se vêm forçados a recorrer ao expediente da qualidade do peso, quando com o preço não podem resistir.

E' um fenômeno natural e humano, mas de consequencias danosas e anti-sociais.

São êsses males e excessos da circulação e distribuição dos bens que o cooperativismo combate.

E sem dúvida são êsses males da distribuição dos bens uma das causas principais do desequilibrio e miséria da sociedade contemporânea.

- No campo social o cooperativismo provê as falhas e necessidades morais do associado, assistindo-o com os serviços e instituições de beneficência, numa edificante demonstração de solidariedade humana.

Graças às suas vantagens e qualidades econômico-sociais incontestáveis, o cooperativismo floresceu e propagou-se pelos países e continentes afóra, e hoje tem a sua existência legal, como sistema de organização econômica, assegurado em quasi todas as legislações do mundo civilizado.

A eloquencia sugestiva dos números convencem melhor da superioridade do sistema, do que a voz autorizada do mais abalizado dos técnicos.

Eis, srs. congressistas, como falam os números do movimento cooperativista mundial: as estatísticas afirmam existir número aproximado a 640.000 cooperativas de toda a espécie, com um total superior de 140.000.000 de associados, de todas as classes, credos, profissões e nacionalidades.

Na legislação pátria, ha mais de 30 anos, vêm consignado no seu corpo de leis, dispositivos especiais a respeito do cooperativismo, regulando a sua constituição e funcionamento e concedendo-lhes favores fiscais. - Prova isso o interesse que o governo brasileiro tem pelo cooperativismo a sua expansão.

E si o cooperativismo não se acha mais desenvolvido no paiz é devido ao indifferentismo e á mentalidade retardada do nosso produtor, mas principalmente do nosso operário, que desconhece ainda as vantagens da cooperação.

Entre os Estados brasileiros, é o Rio Grande que ocupa o primeiro lugar em número de cooperativas, em sua quasi totalidade cooperativas agrícolas.

- Segundo dados estatísticos é de 300 mais ou menos o número delas - com 45 a 50. 000 associados - Ocupa o segundo lugar o grande Estado bandeirante, onde existem cooperativas modelares, como a "Cooperativa Agrícola de Cotia".

No sistema cooperativo, a cooperativa de consumo é a organização básica. Antes do produtor o homem é consumidor. E a lacuna no nosso movimento cooperativo se verifica precisamente nesse setôr. Organiza-se a produção agrícola e a classe proletária, consumidora por excelencia, continua indifferente ao movimento e continua escravizada no reimen capitalístico.

Segundo a doutrina dos pioneiros de Rochdale, a atividade produtora do homem devia estar subordinada aos interesses e necessidades do consumo.

E o dia em que os princípios dessa doutrina, a par dê uma justa distribuição, forem realizados entre os homens, a so-

cidade e o mundo voltarão a gozar a tranquilidade e a paz, por cuja posse todos porfiam com tanta ansiedade.

Meus senhores, não se pode negar ao cooperativismo a benéfica influência no campo das atividades agrícolas e produtoras. Mas a sua ação socialmente mais eficaz e mais benéfica é no meio da classe proletária, entre os mais fracos e mais necessitados. Nêsse setôr, organizando o operário em cooperativas de consumo, as possibilidades do cooperativismo são inesgotáveis.

O fenômeno a expansão unilateral do cooperativismo brasileiro no campo da produção e atividade agrícolas, encontra a sua explicação nas condições peculiares ao nosso paiz, de imensa extensão territorial, onde a agricultura e a pecuária constituem ainda a fonte principal da nossa riqueza econômica.

A organização das massas proletárias das grandes cidades e dos centros industriais em cooperativas de consumo, e a centralização das cooperativas agrícolas numa grande organização central, constituem um vasto programa de ação cooperativa, cuja realização será a consolidação do movimento.

Constituirão êsses dois pontos objeto de exame e discussão do plenário do Congresso.

Si a legislação cooperativa anterior era motivo de receio para recomendar a fundação de cooperativas, por falta de garantias e por motivo de entraves legais, o recente decreto-lei 581, de 1.º de agosto, adaptado às necessidades do nosso meio, veio dissipar êsses receios.

A legislação cooperativista vigente, consignando a doutrina da cooperação livre, instituindo o registro e a fiscalização obrigatoria das cooperativas, oferece liberdade e garantia para a maior expansão do cooperativismo. A fiscalização prevista na nova lei não é burocrática. Ela prevê cominações e penas, que vão desde a aplicação de multa pecuniária até a cassação do registro.

Com essas providencias legais, o governo fornece ao interessado a segurança de que a organização cooperativa não poderá desvirtuar a sua finalidade precípua e fundamental - a prática da verdadeira e legítima cooperação.

A importancia do cooperativismo na vida econômica do Estado e suas vantagens incontestaveis na vida social justificam plenamente a iniciativa da realização de um Congresso Cooperativo, com o apoio moral e material que a êle emprestam o governo da União e do Estado.

E com efeito, srs. congressistas, não se pôde afirmar perentoriamente quem o maior interessado na expansão e desenvolvimento do legítimo cooperativismo, si o próprio Governo

si os governados. O que, entretanto, é certo e fôra de dúvida, o que o interesse de Governo e povo, no desejo louvável de alcançar o bem estar e a felicidade relativa nesta vida é igual e comum.

E diante das reiteradas e inequívocas manifestações públicas do Chefe da Nação, exprimindo as suas preferências e a sua confiança no cooperativismo, podemos esperar para o movimento cooperativo nacional, uma nova fase de desenvolvimento e prosperidade.

A organização das nossas forças produtoras pela forma cooperativa, num sistema peculiar e compatível com o nosso regimen democrático, constitue uma das características do Novo Estado Brasileiro.

O Estado Novo libertou a administração pública da influencia perniciosa e esteril da política partidária dos regimens passados, restituiu a ordem, a tranquilidade e a segurança ao paiz, que desde então entrou num período de grandes e fecundas realizações.

E, srs. congressistas, nêsse trabalho consitutivo da grandeza econômica e moral da nossa terra e da nossa gente, os produtores do Rio Grande querem participar com toda a sua bôa vontade.

O primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, que se está instalando, neste momento, sob os melhores e mais promissores auspícios, tem por esopo trazer ao Governo da União e do Estado, nessa arrancada patriótica de iniciativas e realizações, a sua modesta colaboração.

A colaboração consistirá em fôcar, discutir a deliberar, com isenção de ânimo e elevação de propósitos, no plenário do Congresso, os problemas mais palpitantes que dizem respeito ao cooperativismo no meio gaúcho a aos legítimos interesses da produção.

O Governo, interessado e preocupado em conhecer o pensamento as necessidades da classe produtora, para melhor orientar a sua ação administrativa no sentido de ampará-la e assistí-la em sua atividade e iniciativas, conhecerá êsse pensamento dos produtores, através das conclusões e resoluções, que serão tomadas nêste Congresso.

Srs, Congressistas, as necessidades que, por ventura, a classe produtora tem a registrar, são vencíveis, sem auxilio oficial. Mas o que constitue um obstáculo invencível, sem colaboração dos próprios poderes públicos, são Os impedimentos de ordem legal e administrativa, que tolhem o desenvolvimento da produção em forma cooperativa.

Poderá parecer contraditória tal afirmação, si considerármos que é o próprio governo, a mesma autoridade que legisla e que administra, que desseja e patrocina a propagação do cooperativismo entre as classes produtoras, especialmente em os agricultores e criadores.

Como poderá êsse mesmo governo causar entraves expansão cooperativa!.

Não pôde pairar a minima duvida sobre a réta intenção do governo e seus titulares de vêr propagado o cooperativismo.

Os entraves são os decorrentes da imprecisão de termos nas leis fiscais e orçamentarias no referente ás isenções para às cooperativas. As leis consignam . favores, mas na pratica esses favores são inacessiveis para as favorecidas, ou porque as exigencias e condições não pôdem ser preenchidas ou porque as autoridades fiscais e arrecadadoras negam a concessão do favor por emprestar outra interpretação aos termos da lei.

Êsse estado de dúvida e incerteza, e um tratamento de sigual, é que prejudica sobremaneira o nosso cooperativismo incipiente. E sobre êsse assunto o Congresso irá manifestar se com a franqueza e sinceridade que devem caracterisar toda a ação cooperativista.

Será menos prejudicial negar-se quaesquer favores ás cooperativas, do que consigná-los em lei e - não os conceder ou tornar impossivel a sua obtenção.

Aos delegados das cooperativas, vindos de toclos os qua drantres do Estado, homens simples, mas de senso prático, já familiarisados com a cooperação em nosso meio produtor, o Congresso oferece oportunidade para expor e demonstrar no plenário onde ha falhas e quais os meios para os sanar ou remediar.

o Congresso desempenhará, assim a função altamente patriótica de uma Câmara de autênticos representantes da classe produtora, que debaterá, do ponto de vista coletivo, os grandes e palpitantes problemas econômicos e cujas resoluções servirão de subsidio para a fixação das diretrizes, que o governo deverá adotar com relação aos problemas discutidos.

E' uma maneira democrática do produtor manifestar e transmitir o seu pensamento aos representantes da administração pública, prática que o Estado Novo recomenda em seu estatuto básico.

Eis, srs. congressistas, o que deverá ser o Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

- Uma escola de civismo e de educação cooperativa, e uma fonte valiosa de subsídios e colaboração para a administração pública!

Ha de testemunhar este Congresso ao Rio Grande e ao Brasil inteiro, que o cooperativismo gaúcho já é uma realidade e marcha na vanguarda, a passos apressados, rumo ao seu gran dioso destino, no movimento cooperativo nacional.

Em nome do Primeiro Congresso do Rio Grande do Sul, agradeço a sua excia., o Interventor federal no Estado, o se fazer representar, o que é de excepcional significação para este conclave, agradeço também, ao ilustre titular da Pasta da Agricultura e presidente de honra do Congresso, enfim, o comparecimento das demais autoridades, representantes da imprensa e de entidades de classes, que deram ao conclave o seu brilho e sua expressão.

Concluindo a minha oração, quero, ainda, em nome do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, saudar São Paulo Cooperativista, na pessoa do diretor do Departamento de Assistencia ao Cooperativismo, dr. Octacilio Tomanick, e nas dos diretores das grandes e modelares cooperativas paulistas como leaders que são de idêntico movimento em terras bandeirantes.

A saudação é extensiva, enfim, a todos os cooperativistas do Brasil.

E' o apelo da consciência cooperativa despertada que, nessa saudação, concita e conclama a toclos os companheiros do mesmo credo e ideal, a seguirem o exemplo e de prestar a valiosa e indispensavel colaboração patriótico movimento.

Assim o Congresso marcará o início de um novo período de desenvolvimento da cooperação e logrará o seu objetivo mais remoto, a vitoria integral do cooperativismo no Brasil.

E' o nosso desejo e são os nossos votos".

(Palmas prolongadas)

O Sr. Presidente - Tem a palavra o representante do sr. Secretário da Agricultura.

O Sr. Jardelino Oliveira - Meus senhores. Devo declarar que o sr. Secretário da Agricultura desejava, com muito empenho, comparecer sessão inaugural deste Congresso, porém foi impedido, em vista de ter, com o Secretariado e o Interventor Federal, de assistir às comemorações que se realizam, agora á noite, na Associação dos Funcionários Públicos.

Por isso, deixou de comparecer pessoalmente, como era seu desejo e aqui se acha por mim representado.

O Sr. Presidente - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a sessão de instalação do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul e ao mesmo tempo peço aos representantes das cooperativas que permaneçam no recinto, afim de iniciarmos, dentro em pouco, o ciclo de nossos trabalhos de plenário.

(A sessão foi levantada às 21,15 horas).

1.ª SESSÃO PLENÁRIA

8 DE DEZEMBRO DE 1938

A primeira sessão de instalação do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, com a presença de todas as pessoas que assistiram o ato inaugural, foi presidida pelo Dr. Manoel Luiz Pizarro.

O Sr. Presidente — Está aberta a 1.ª sessão plenária do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Convido para me auxiliarem, á Mesa, nos trabalhos dêste Congresso, os Srs. Dr. Arthur Fischer, Edilson Cavalcanti Maia. Adolfo Ernesto Gredilha ha e, como Secretário, o Sr. Cassiano Lourenço Fernades.

(As pessoas acima mencionadas pelo Presidente tomam assento á Mesa).

Dando inicio aos nossos trabalhos, convido a todos os senhores congressistas que tenham trabalhos, tais como teses, moções, sugestões, etc., que os enviem a Mesa, afim de que possam ser discutidos e votados.

O Sr. Artur Fischer Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente Tem a palavra o Dr. Arthur Fischer, digno Secretário da das Cooperativas dos Produtos Suínos.

O Sr. Artur Fischer — Sr. Presidente, proponho que sejam expedidos telegramas de comunicação da inauguração dêste Congresso e, bem assim, de congratulações, por êste auspicioso fato, ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, digno Chefe da Nação e ao EXmo. Sr. Ministro da Agricultura. Aliás, a organização de congressos, como o que óra realizarmos, foi sempre desejo do Exmo. Sr. Dr. Presidente da República, o que melhor justifica a minha proposta.

Era esta proposta que eu desejava formular.

O Sr. Presidente — Está em discussão a proposta formulada pelo Dr. Artur Fischer.

(Ouve-se no recinto uma viva salva de palmas).

Está aprovada unanimemente, por aclamação, a proposta apresentada pelo Dr. Arthur Fischer.

O Sr. Secretário redigirá os telegramas, nos termos da proposta.

(Foram assim vazados os telegramas em apreço):

"Dr. Getúlio Vargas — Temos a satisfação de vos comunicar a instalação do 1.º Congresso Cooperativas do Rio Grande do Sul, comparecendo delegados de mais de cem cooperativas, congratulando-nos com v. excia, por tão auspicioso aconte-

cimento, que certamente se refletirá beneficemente no vasto e patriótico programa da administração do Estado Novo".

"Dr. Fernando Costa - Com a presença de delegados de mais de cem cooperativas dêste Estado, instalou-se o 1.º Congresso Cooperativista, o qual se congratulando com v. excia. manifesta o seu decidido propósito de colaborar com vossa fecunda e patriótica administração".

Ambos os telegramas foram assinados pelos drs. Manoel Luiz Pizarro e Cassiano Fernandes, respectivamente, presidente o secretário do conclave.

o Sr. Edison Cavalcanti Maia - Peço a palavra, Sr. Presidente.

o Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Edison Cavalcanti Maia.

o Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para avisar aos senhores congressistas - cuja maioria, aliás, já me conhece, de vez que já tivemos contato nestes últimos dois dias - que enviem á Mesa, afim de entrarem em discussões, seus trabalhos, suas teses e sugestões.

Sei que muitos dos senhores tem trabalhos a apresentar, já escritos. Peço, pois, que os enviem agora á Mesa. Os senhores que não os têm ainda passados á máquina, ou mesmo manuscritos, poderão encaminhá-los á Mesa amanhã.

Insisto em que os senhores que tem seus trabalhos prontos que os enviem á Mesa, afim de que a comissão a ser nomeada possa desde já ir estudando os assuntos e dar parecer, adiantando assim os seus trabalhos.

Peço Também aos senhores congressistas que não tenham o menor acanhamento em escrever as suas sugestões, ou aquilo que desejam trazer ao nosso conhecimento.

Sem nenhum constrangimento, deverão manifestar seus pontos de vista, pois so assim poderemos atingir aquilo que objetivamos.

O Sr. Presidente - Vou ler assembléa a lista dos membros da Comissão que se encarregará de examinar as trabalhos apresentados e apresentar conclusões sobre os mesmos. E' ela composta dos seguintes congressistas:

ARTUR RECK
DOMINGOS RIBAS
ANTONIO ZABENEDETTI
Dr. DELFIM MESQUITA BARBOSA
Dr. ADOLFO ERNESTO GREDILHA
AQUILES CALEFI
ANTONIO CANDIDO FRANCO
ATALIBA COUTINHO.

Proponho que se aprove a Comissão com uma salva de palmas.

(Palmas prolongadas)

Teremos amanhã uma reunião às 9 horas, afim de coordenar os trabalhos relativos às teses já apresentadas. Dependendo do volume do trabalho, amanhã de manhã mesmo se marcará outra reunião dos membros da Comissão, para á tarde. A' noite, então teremos a segunda sessão plenária, como a de, hoje, em que serão lidos os pareceres dados e as conclusões relativas às teses hoje apresentadas.

Assim, peço aos senhores congressistas que não falem á sessão de amanhã de noite, a realizar-se com início ás 20,30, pois que se trata de uma reunião muito importante.

Se os trabalhos não forem concluídos amanhã, haverá outra sessão sábado, quando, então marcaremos a sessão de encerramento.

Peço a todos os membros deste congresso a sua melhor colaboração, no sentido de atingirmos o melhor êxito possível, neste Congresso que, para se realizar, demandou, par certo, alguma soma de sacrifícios daqueles que vieram de longe, deixando seus afazeres para tratar de assuntos que dizem respeito á coletividade.

Cumpre-me mais agradecer a gentileza da deferência de me elegerem Presidente dêste Congresso.

Considero isso uma honraria acima das minhas possibilidades e dos serviços que até hoje, porventura, haja prestado ao cooperativismo no Estado.

Termino, agradecendo, antecipadamente, a colaboração venho de solicitar.

Se algum dos senhores quizer fazer uso da palavra, poderá fazê-lo.

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa — Sr. Presidente, pedí a palavra para propôr á Assembléa que o ilustre Presidente, Dr. Manoel Luiz Pizarro seja incluído na comissão encarregada de estudar os trabalhos apresentados a êste Congresso.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Presidente — Mais uma vez agradeço esta próva de consideração e afianço que procurarei empregar todos os meus esforços no sentido de corresponder á confiança da Assembléa. Muito obrigado. E está encerrada a sessão.

(A sessão encerrada ás 22,10 horas).

2.ª SESSÃO PLENÁRIA

9 DE DEZEMBRO DE 1938

A segunda sessão plenária aberta às 20, 45 horas, na sala de reuniões da sede da Federação das Associações Rurais, com a presença de todos, os senhores congressistas, sob a presidência do Dr. Manoel Luiz Pizarro.

O Sr. Presidente - Declaro aberta a segunda sessão ordinária do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

O Sr. Secretário vai proceder á leitura do

EXPEDIENTE

(O Secretário lê):

Ilmo. Sr. Presidente do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul. - Nesta Capital.

Impossibilitado de comparecer Sessão inaugural dêsse importante Congresso, faço-me representar pelo Agrônomo Jardelino V. Ribeiro, Diretor da Diretoria da Industria e Comércio desta Secretaria de Estado, ao mesmo tempo que augúro o máximo êxito aos seus trabalhos.

Aproveito o ensejo para apresentar-vos os meus protestos de elevado apreço e de especial consideração.

Saúde e Fraternidade.

(ass.) Ataliba de F. Paz

Secretário da Agricultura.

Presidente Primeiro Congresso Cooperativista. - Casa Rural. - P. Alegre.

Em nome Sindicato Agronômico, cumprimento Mesa 1.º Congresso Cooperativista Rio Grande do Sul inauguração trabalho, almejando importante conclave se revista máximo bri lhanismo, com resultados altamente significativos economia Estado.

Respeitosas saudações

(ass.) Claudio Osorio Pereira

Presidente.

Ilmo. Snr. Presidente do Congresso das Cooperativas. - Nesta. ,

Ao serem instalados os trabalhos do Congresso sob a presidência de V. S., este Instituto, que tem a honra de congregar a quasi totalidade das cooperativas viti-vinícolas do Estado, apresenta os melhores votos de feliz êxito.

Atenciosas saudações.

Instituto Rio Grandense do Vinho.

Ilmos. Srs. Edison Cavalcanti Maia, vice-presidente e Dr. Artur Fischer, Secretário do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul. - Casa Rural.

Temos a satisfação de comunicar-vos, em atenção ao vosso gentil convite de 30 de novembro findo, que esta Federação far-se-á representar no Primeiro Congresso Cooperativista pelos srs. Geraldo Snel F.º, Dr. Irio do Prado Lisboa, Dr. Delfim de Mesquita Barbosa e Dr. Gaspar Ochôa.

Formulando votos para que o presente conclave alcance os mais profícuos resultados para a intensificação e fortalecimento das nossas organizações cooperativistas, servimo-nos do presente para apresentar á Mesa e aos srs. Congressistas as nossas mais cordiais saudações.

(ass.) Homero Fleck,
vice-presidente em exercício.

Ilmo. Snr. Dr. Delfim de Mesquita Barbosa, D. Membro do Conselho Técnico. - Nesta Capital.

Temos a satisfação de comunicar-vos que, atendendo a especial convite do Primeiro Congresso Cooperativista a instalar-se na Casa Rural, ás 20 horas de 8 do corrente, fôstes designado para, junto dos srs. Geraldo Snel F.º dr. Irio do Prado Lisboa e dr. Gaspar Ochôa, representar esta Federação na sessão inaugural e trabalhos subsequentes dêsse importante conclave.

Agradecendo vossa aquiescencia a esta indicação e formulando votos de brilhante atuação, enviamo-vos a segurança de nossa elevada estima e consideração.

(ass.) Homero Fleck,
vice-presidente em exercício.

Ilmo. Snr. Dr. Irio de Prado Lisboa, D. Membro do Conselho Técnico. - Nesta Capital.

Temos a satisfação de comunicar-vos que, atendendo a especial convite do Primeiro Congresso Cooperativista, a instalar-se na Casa Rural, ás 20 horas de 8 do corrente, fostes designado para, junto dos srs. Geraldo Snel F.º, dr. Delfim Mesquita Barbosa e dr. Gaspar Ochôa, representar esta Federação na sessão inaugural e trabalhos subsequentes dêsse importante conclave.

Agradecendo a vossa aquiescencia a esta indicação e formulando votos de brilhante atuação, enviamo-vos a segurança de nossa elevada estima e distinta consideração.

(ass.) Homero Fleck,
vice-presiderite em exercício.

Ilmo. Snr. Dr. Gaspar Ochôa, D. Membro do Conselho Técnico. - Nesta Capital.

Temos a satisfação de comunicar-vos que, atendendo a especial convite do Primeiro Congresso Cooperativista a instalar-se na Casa Rural, às 20 horas de 8 do corrente, fostes designado para, junto dos srs. Geraldo Snel F.º, dr. Irio do Prado Lisboa e dr. Delfim de Mesquita Barbosa, representar esta Federação na sessão inaugural e trabalhos subsequentes dêsse importante conclave.

Agradecendo vossa aquiescencia a esta indicação e formulando votos de brilhante tuação, enviamo-vos a seegurança de nossa elevada estima e distinta consideração.

(ass.) Homero Fleck,
vice-presidente em exercício.

O Sr. Presidente - se algum dos senhores congressistas quizer fazer uso da palavra, estou pronto a concedê-la.

(Pausa)

Ninguém desejando tomar a palavra, passamos á leitura das atas, respectivamente, da sessão inaugural e da primeira sessão plenária.

(O Secretário as atas aludidas)

O Sr. Presidente - Estão em discussão as atas que acabam de ser lidas.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, pedí a palavra apenas para pedir seja feita uma retificação relativa aos nomes dos membros da Comissão encarregada de dar parecer sôbre as teses apresentadas, isso porque houve a omissão de um membro, o digno congressista Sr. Antonio Zambenedetti.

Era tão sómente o que me cumpria pedir a V. Ex.

O Sr. Presidente - Perfeitamente, V. Ex. será atendido. Continuam em discussão as atas.

(Pausa)

Não havendo quem faça uso da palavra, ponho-as em votação. Os senhores que as aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa)

Aprovadas.

O Sr. Secretário vai proceder á leitura das teses apresentadas e dos respectivos pareceres.

(O Sr. Secretário lê):

O Sr. Presidente - Está em discussão o parecer desta moção.

O Sr. João Manoel Ataíde - Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. João Manoel do Ataíde - Sr. Presidente, acho que o parecer está perfeitamente claro e resume de um modo, aliás, brilhante todo o ponto de vista da moção apresentada. Vê-se, desde logo, que o que pretende a moção é de ordem restrita da própria organização da própria entidade. Por isso, requeiro, Sr. Presidente, que seja logo posto em votação o parecer.

O Sr. Presidente - Perfeitamente. Está em votação o parecer que vem de ser lido.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão e o ponho a votação. Os senhores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa)

Aprovado.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, proponho que seja dispensada a leitura das teses apresentadas, por isso que ha algumas muito longas e essa prática viria tomar um enorme tempo dos nossos trabalhos.

Naturalmente, qualquer um dos senhores congressistas que clesejar desejar esclarecimento poderá pedi-lo, sendo imediatamente atendido.

O Sr. Gastão Englert Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Gastão Englert Sr. Presidente, eu entendo que é de grande valor a leitura das teses. Por exemplo, êste trabalho que foi lido há pouco, por bôa que seja a conclusão do parecer da comissão que examinou o aasunto, me pareceu muito mais importante a leitura da tese-relatório do que propriamente do parecer da comissão, porquanto o relatório traz bem clara e nitidamente a prática do cooperativismo.

Nem tudo o que parece bonito na teoria se realiza na prática com a mesrna felecidade.

E' por isso, Sr. Presidente, que eu entendo que as teses, deste que não sejam de 10 ou 12 folhas, devem ser lidas, porque é de sua leitura que o auditório poderá acompanhar, em todos os seus detalhes, as observações feitas pelos cooperativistas da prática e do trabalho.

Não sei como determina o regimento, mas se tenho di reito á voto, voto no sentido de serem lidas as téseis.

(Pausa)

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa - Sr. Presidente, em todos os congressos é praxe ler-se sómente as conclusões das téseis. Seria enfadonho e cansativo para o auditório ler-se tudo. Os pareceres da comissão resumem as conclusões das téseis. H Ademais, qualquer dos senhores congressistas que quizerem tomar conhecimento mais detalhado dos assuntos pedirão a leitura da tése.

Aliás, Sr Presidente, todas elas serão oportunamente publicadas para que todos tomem conhecimento das mesmas.

Acho que devemos assim proceder, pois, caso contrário, não encerraremos o nosso Congresso em menos de uma semana. * Era o que eu tinha a dizer.

(Palmas)

O Sr. Presidente - Alguem mais quererá manifestar-se sôbre o assunto

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Poderiarnos deixar de ler as téseis longas.

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa - isso seria fazer exceções; ler umas e deixar de ler outras, Parece-me que sómente deverão ser lidas as que fossem solicitadas pelo plenário.

O Sr. João Manoel Ataíde - Creio que a melhor solução e a de se lerem apenas as téseis, cuja leitura for requerida pela assembléia.

O Sr. Renato Costa - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Renato Costa -Sr. Presidente, como representante de uma cooperativa de cebolas do Rio Grande, e após ter ouvido a palavra do ilustre cooperativista Gastão Englert e compreendido o objetivo que o anima, qual seja o de que a assembléa tome conhecimento de todas as téseis apresentadas ao Congresso, quero, entretanto, ressaltar que, de fato, seria, como lembram alguns congressistas, muito cansativa a leitura de 10 ou 15 páginas de uma tése. Por outro ido, há problemas dentro dêste Congresso cujo conhecimento não pôde deixar de tomar detidamente a atenção dos congressistas. De forma que me parece que a - sugestão apresentada pelo nobre representante da Cooperativa da Viação Férrea, no sentido de serem lidas apenas as téseis designadas pelo plenário, vem solucionar perfeitamen- te a situação.

Devemos convir em que os pareceres são muitas vezes as sazes lacônicos e não dão uma idéia fundamental da tése, o que poderá prejudicar, como muito bem lembra o Sr. Gastão Englert, o espírito do trabalho dos congressistas.

São estas, Sr. Presidente, as minhas conclusões, que pediria fossem submetidas ao critério da assembléia.

(Palmas)

O Sr. Ernesto Morsch — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente * Tem a palavra.

O Sr. Ernesto Morsch — Sr. Presidente, tendo ouvido com muita atenção todas as sugestões apresentadas, sobre o assunto em debate, eu queria pôr um meio termo, que julgo solucionar por completo o "impasse". É que tenhamos conhecimento das teses, através de uma súmula. Caso esta não satisfaça, então, o plenário poderá reclamar a leitura integral.

(Palmas)

O Sr. Presidente — Eu pediria aos senhores congressistas que fixassem o rumo da discussão.

Sem querer impor a minha idéia, o meu ponto de vista, lembro assembléia que a última sugestão apresentada é perfeitamente viável e peço licença para pô-la em votação.

Os senhores que concordam com ela, queiram conservar-se sentados.

(Pausa)

Aprovada.

O Sr. Vice- Presidente vai auxiliar o Sr. Secretário, na leitura dos pareceres.

(O Sr. Edison Cavalcanti Maia lê):

TÉSE N.º 1

P A R E C E R

O Primeiro congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em 8 de Dezembro de 1939, em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

que as sugestões alvitadas na presente moção são louváveis, mas a sua efetivação diz respeito á vida interna das entidades, exceção feita da quota do valor de 500\$000, não permitida por lei.

Quanto ao financiamento ás cooperativas, constitue materia que vem interessando vivamente todas as entidades do territorio nacional e sua solução já se esboça através a criação da carteira de Credito Agrícola ultimamente creada pelo Governo Federal.

Em relação propaganda do cooperativismo aprova a sugestão alvitrada, sem dispensar a colaboração preciosa da im prensa. No que se relaciona com os técnicos e procura de mercados, é assunto que depende da ação da diretoria executiva de cada entidade e que, no desempenho de suas funções não poderá se afastar do que, com muita elevação, é sugerido no trabalho em apreço.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Manoel Pazarro, relator
A. Caleffi
Adolpho Gredilha
Antonio Candido Franco.

SUGESTÕES QUE FAZ A COOPERATIVA DE PRODUTOS SUINOS DO CAÍ SUPERIOR, SOBRE O SEU DESENVOLVIMENTO E EXPERIÊNCIA, DESDE A SUA CONSTITUIÇÃO ATE' UM ANO DEPOIS DE FUNCIONAMENTO.

NOÇÃO DO PROGRAMA DA COOPERATIVA

O programa da Cooperativa em 29 de julho de 1935 data da fundação de nossa cooperativa, não foi concebido pela compreensão dos gricultores do nosso ambiente, daí a enorme relutância para os propagadores do cooperativismo. — Cooperativa: era um termo completamente desconhecido. A noção foi infiltrada aos poucos pelas repetidas explicações nas assembléias gerais: por visitas aos agricultores pelos membros do Conselho Administrativo etc.

Os favores fiscaís às cooperativas eram ignorados pelos agricultores, daí o desinteresse e o retraimento dos mesmos. A consecução do registro das cooperativas era um enredo de dificuldades, nas diversas repartições, e, precedia a fundação de um respectivo Consórcio, também desconhecido, etc. — Estes e mais outros fatores entravaram o rápido alastramento do COOperativismo e é por mesmo que o sucesso ainda está bastante retardatário.

FINANCIAMENTO E IRREGULARIDADE DE QUOTAS

Na nossa cooperativa a tomada de quotas irregular. A parte dos nossos associados subscreveram sómente uma quota-parte, daí a grande falta de capital. Temos 550 sócios que tomaram parte no capital social com apenas 100\$000 ou, seja uma quota-parte. O valor de uma quota é de Rs. 100\$000.

Sôbre este ponto palpitante que é o patrimônio, pedimos venis, para sugerir que o valor de uma quota-parte deveria Rs. 500\$000, embora que um ou outro, sócio, menos abastecido, não poderia realizar o imediato pagamento; poderiam, então estes, fazer pagamentos em 5 prestações realisaveis em cada entrega de suínos. () máximo poderia ser de 10:000\$000 ou seja 20 quotas-partes de Rs. 500\$000.

Em adiantamento á questão financeira achamos conveniente pagar uma taxa de juros, aos associados, muito modica, porque em caso contrário, no fim do exercício as despesas serão muito grandes. E não é o juro alto que induz os agricultores a levarern o seu patrimonio às CAIXAS RURAIS e BANCOS e sim a confiança adquirida pela longa existência dessas instituições de crédito. Pagam atualmente o juro de 4 e 5 % e têm,

em nosso estado, diversas CAIXAS RURAIS COM depósitos acima de 2. 000 contos, e os bancos que verificam anualmente grandes lucros, porque não pagam 12 % de juros não o fazem porque é preciso trabalhar com dinheiro a juros baratos.

Outrosim seria aconselhável a seguinte medida: cada associado pagaria uma joia de admissão no primeiro ano de Rs 10\$000 e em todos os subsequentes Rs. 5\$000 até que fosse constituído um patrimônio mais ou menos disponível para negociar á vista. AO passo que isto se ia alcançando, poderiam ser restituídos os empréstimos e obrigações com os seus pesados juros. -

O resultado seria cada vez mais satisfatório porque a cooperativa trabalhava com um capital que não vencia juros no fim do período.

O patrimônio assim obtido tomaria o nome de: **Reforçamento do Capital.**

Porque do resultado satisfatório do Balanço depende o ingresso de novos sócios e evita o retraimento de sócios antigos. Um sócio que se retira, arrasta um outro e o outro mais diversos, diminue, pois, a produção, diminue a movimento, estagna o progresso e finalmente poderá advir daí o desmoronamento da sociedade.

NORMA FINAL: Consecução de capital próprio a juros módicos.

PROPAGANDA DO COOPERATIVISMO

Deve começar-se uma intensa propaganda do cooperativismo, porém, não só pela imprensa e sim por ação direta de propagadores Distritais, isto é: em cada distrito deveria existir uma pessoa de vontade dinâmica, idônea, culta e cooperativista que visitasse, periodicamente, os associados de sua área de, ação, do respetivo distrito, controlando os produtos a fornecer, contribuindo a confeccionar estatísticas da Propriedade Produtiva, dando explicações aos associados e levando as impressões sugestivas dos mesmos á Diretoria Executiva. Como também dar parte dos que violarem os estatutos, por exemplo: a venda de seus produtos a terceiros recebedores, porque recebem algo mais, tornando-se assim sócios infieis e traidores da agremiação dos agricultores, e, infratores das disposições estatutárias. A remuneração desta pessoa devia ser custeada pelo Ministério da - Agricultura.

APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO NO REGIME INTERNO

Um papel importante a desempenhar seria a contratar um técnico de mão cheia no terreno das conservas, a ensinar,

em cada cooperativa de produtos suínos, um funcionário que goza a absoluta confiança da fábrica, afim de que as cooperativas possam competir com as demais fábricas que desfrutam bom renome e que já existem há longos anos.

Pois é preciso que as cooperativas de produtos suínos produzam mui diversos produtos afim de que não seja lançada uma mercadoria nos mercados consumidores em super-produção e a outra em escassez.

PROCURAR MERCADOS CONSUMIDORES EXTRAN- GEIROS

Conforme nos consta todas as cooperativas de produtos suínos vendem os seus produtos manipulados no próprio país; no tocante banha é este sistema um caminho que leva á super-produção.

Para evitar que os mercados nacionais fiquem demasiadamente abarrotados do ouro branco, conveniente que haja regular exportação para o estrangeiro de sorte que a indústria suinocultora não define demais nos resultados e que não venha a inutilisar tantos esforços conjugados nas cooperativas de produtos suínos, que ultimamente, Sob a investidura de incalculaveis sacrifícios, surgiram na prospera terra gaúcha.

CONGRESSO DAS COOPERATIVAS:

Congratulamo-nos imensamente com a nobre iniciativa do Congresso das Cooperativas que está sendo promovido por verdadeiros timoreiros dinâmicos do cooperativismo gaúcho que precisa de esteio e amparo em todas as suas formas e todos os terrenos.

Oxalá que dos trabalhos sugestivos que todas as cooperativas hão de mandar ao Congresso seja tirado o mais prático possível afim de que o sistema cooperativista fique em breve melhormente adotado ás exigências da atualidade, passando por remodelações até chegar ao nível básico que a prática e a experiência ensinam.

Fazemos votos que este primeiro congresso cooperativista Riograndense seja coroado com o mais esplêndido sucesso e que o mesmo surta o efeito que todos esperam dele.

Reiteramos os nossos protestos de solidariedade e apôio aos organizadores do congresso, suscrevendo-nos com toda estima e apreço.

Em nome da Cooperativa de Produtos Suínos do Caí Superior
Fredolino Frederico Vogt
Diretor-comercial.

TÉSE N.º 2

P A R E C E R

Sobre as sugestões apresentadas pela Sociedade Cooperativa de Fruticultura Ltda., de Montenegro.

O 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em 8 de Dezembro do 1938, em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

que se tome em consideração as sugestões apresentadas pela Sociedade Cooperativa de Fruticultura Sulina Ltda., de Montenegro, e que o Congresso providencie para o seguinte:

- 1.º) que se officie á Secretaria da Agricultura do Estado no sentido de que esta estude as possibilidades de crear e manter um serviço de assistência técnica á citricultura riograndense a exemplo do que vem fazendo com a viti-vinicultura, para o qual o Estado mantem um corpo de instrutores-enologos que percorrerem as zonas de produção ministrando ensinamentos culturais e de preparação.
- 2.º) que o órgão, cuja criação vai ser estudada por este Congresso, inicie desde logo, as demarches no sentido de remover os males oriundos da falta e da deficiencia de transporte dos nossos produtos citricolas para os mercedes platinos, males estes que anulam quasi por completo todos os esforços dos citricultores gauchos em prol da criação de uma citricultura racional e rendosa.
- 3.º) que os favores de orden tributaria pleiteados para as cooperativas em geral sejam extensivos as cooperativs citricolas.

Sala das Sessões, 8de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Arthur Rech, Relattor
Manoel Pizarro
Aclilles Caleffi
Adolpho Gredilha.

Indicação apresentada pela Cooperativa de Fruticultura Sulina, de Montenegro, ao I Congresso Cooperativista do Rio Grãnde do Sul.

A Sociedade Cooperativa de Fruticultura Sulina Ltda., com séde em Montenegro, pelos seus delegados abaixo assinados, vem trazer a este Congresso as seguintes sugestões:

- 1.º - Este Congresso deve pleitear junto ao Governo do Estado a isenção de todos os impostos para todas as coopera-

tivas organizadas de acôrdo com o Dec. lei 581, de 1.º de Agosto de 1938. Esta isenção deve atingir principalmente o imposto de vendas e consignações:

2.º - As Sociedades Cooperativas de fruticultura, deste Estado, para poderem progredir e valorizar a fruticultura riograndense, necessitam por parte do Governo Federal da localização nos municipios de produção citricola, de um agronomo que, permanentemente oriente os colonos no plantio e tratamento dos seus pomares e na colheita das frutas, com poderes oficiais tambem para obrigar o combate sistematico ás formigas, assim como a organização de diversos laranjais modelos em diversos municipios para servirem de escola pratica nos citricultores que desejam melhorar os seus laranjais e organizarem novos pomares. Este Congresso pelos seus dirigentes, deve pleitear do Governo Federal os beneficios acima apontados;

3.º - Sendo a produção da laranja deste Estado, quasi toda exportada para os mercados argentinos torna-se necessario, urgente e de capital importancia para a vida das sociedades cooperativas de frutas a melhoria dos nossos meios de transporte com camaras frigorificas afim de que possamos apresentar naqueles mercados um produto são e sem as desvalorizações atuais causadas pelo nosso deficiente meio de transporte. Este Congresso deve estudar o assunto e apresentar sugestões ao Governo do Estado.

Finalmente esta sociedade req uer que seja consignado em ata um voto de louvor dignissima comissão promotora deste Congresso que com tanta inteligencia e patriotismo vem desempenhando a sua ardua tarefa.

Porto Alegre, 9 de Dezembro de 1938.

(as.) Pedro Gallas - Presidente

Raul A. F. da Cunha - Diretor-Gerente

Manoel Ferreira Cardoso - Delegado.

TÉSE N.º 3

P A R E C E R

o Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em 8 de Dezembro de 1938, em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

Pleitear junto ao Serviço de Fomento de Produção Vegetal do Ministerio da Agricultura que forneça as Cooperativas Agricolas, onde existirem, sementes selecionadas para que essas entidades se incumbam da respectiva dlstribuição aos agricultores interessados.

Pleitear junto á Delegacia da D.O. D. P. que essa repartição estude e proponha ao Ministério da Agricultura um meio do mais simples para os fins de registro dos agricultores, com possibilidade de requerimentos coletivos por parte de entidades cooperativistas devidamente legalizadas.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Manoel Pizarro, Relator
Adolpho Gredilha
Antonio Candido Franco
Domingos Branco Ribas.

AO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA - PORTO ALEGRE

Para estudo a Caixa Rural União Popular DE Tamandaré remete a proposta abaixo:

Iº

Que as Cooperativas sejam encarregadas da distribuição de Sementes colecionadas e outros favores e distribuições do Ministerio da Agricultura.

MOTIVOS:

1) Por quasi em maioria os empregados publicos, recebedores destas sementes, não terem pratica alguma em seu cultivo, resultando com isso a má distribuição e seu mão desenvolvimento.

2) Por as Cooperativas serem compostas de socios com um só fim:

Exemplo: A' Cooperativa de Fumos deverão ser enviadas as sementes do fumo; Cooperativa de outros congeneres, conforme sua cultura, ou sejam enviadas Cooperativas de Crédito, pois seus socios são em maioria agricultores.

II.º

Que os socios das Cooperativas sejam todos inscritos no Ministerio da Agricultura automaticamente, considerando todos os socios conforme Listas Nominativas inscritos.

E para bons desenvolvimentos desejamos felizes resultados, firmando-nos com atenção.

Pela Caixa Rural União Popular de Tamandaré:

Miguel Boecher, Presidente
Augusto Frich, Gerente
R P. Dichl, Contador aux.



TÊSE N.º 4

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

Reconhece procedencia dos conceitos e pontos de vista da Cooperativa Bassanense de Produtos Suínos Ltda., entretanto, a adoção das medidas sugeridas em sua moção depende unicamente dos regulamentos internos das respectivas entidades. -

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Manoel Pizarro, Relator

Antonio Candido Franco

Achilles Caleffi

Arthur Rech

Domingos Branco Ribas.

(Apresentada pela Sociedade Cooperativa Bassanense de Produtos Suínos Limitada)

As Cooperativas chegarão somente a obter o seu verdadeiro fim que é: "O bem dos cooperativados", adquirindo a materia prima num preço unico entre seus associados.

Com este assunto quero falar no verdadeiro sistema das cooperativas em adquirir a materia prima num preço unico, com o fim de alcançar a sua verdadeira finalidade, qual seja "() bem dos seus associados".

Sendo este assunto, to, que mais, ou menos, quasi unicamente se relaciona as cooperativas de produção, rescindo das de consumo, escolares e outras por diferirem do assunto em apreço, vindo, portanto, refletir sobre as cooperativas de produtos suínos, de vinho, de trigo, todas enfim as que se referem á agricul- tura, ou por outra, aos agricultores.

Inumeros são os adversarios das cooperativas dos agricultores, em modo especial dos suinocultores e viticultores, por serem os produtos por estas entidades elaborados os que maiores lucros oferecem aos industrialistas, motivo pelo qual OS cooperativistas devem se esforçar para adotar todos os meios possiveis de cooperação, afim de alcançar o verdadeiro desideratum, que é: "O bem dos cooperativados".

- Cooperativa em si, significa a cooperação de todos os, seus associados para obter um unico fim: "O bem dos cooperativados".

Ora, obtem-se O bem dos cooperativados, quando um associado não causa prejuizo a outro associado, o que não se obtem existindo diferença de preços na aquisição da materia prima.

Logo, para se obter o bem dos cooperativados, não pôde existir diferença de preço na aquisição da materia prima ou por outra, a materia prima deve ser adquirida a um preço unico.

- Referindo-me á maior do meu argumento, quero dizer, que as cooperativas são organizadas, primeiramente para melhorar e proteger a classe dos agricultores, sejam eles suinocultores, viticultores, cerealistas e outros, a colocar esta classe em contato direto com as classes consumidoras, deixando de lado os intermediarios; em modo especial, porém, organizadas para conseguir a realização do bem comum dos cooperativados.

Na menor, afirmo que para se obter o bem dos cooperativados, os associados não podem causar prejuizos um com o outro, o que é inevitavel existindo diferença de preço na aquisição da materia prima. Tenho, portanto, qua comprovar esta afirmação. Tomo como norma uma cooperativa de produtos suinos. Uma entidade desse genero, trabalhando um ano consecutivo, temos provas "ex-experiência", que os preços de aquisição da materia prima diferem, não poucas vezes, dum dia para outro, em consequencia da oscilação de preços nas vendas das mercadorias nas praças consumidoras. A banha, por exemplo, que a base fundamental do preço de aquisição da materia prima, é apurada á razão de 2\$600 ao quilo, pagamos, portanto, a materia prima á rzão de 1\$300 ao quilo. Não poucas vezes sucede que dentro de quarenta oito horas esse artigo oscila para mais ou para menos. Suponhamos qua oscile para mais, ou seja, para 2\$800 ao quilo. Como se pôde explicar que uma entidade seja verdadeira cooperativa, quando um associado vendeu (qua aliás em cooperativa não se diria vender mas sirn entregar) hontem a sua materia prima á cooperativa á razão de 1\$300 ao quilo, a o associado que vende hoje recebe 1\$400 ao quilo? Teremos neste caso o verdadeiro fim da cooperativa? Não. - Pois sempre maior vantagem terá o associado que vende a sua materia prima a cem réis mais ao quilo do que aquele que a vendeu anteriormente com a diferença de cem réis para menos, a existe, portanto, prejuizo entre um associado e outro, motivo pelo qual não deve existir diferença de preço na aquisição da materia prima. Temos, portanto, que estabelecer entre os associados um preço unico. Alguem perguntará: Como conseguir isto? Respondo: Adquirindo a materia prima durante um exercicio sem preço, dando ao associado, no ato da entrega, uma pequena importancia como adiantamento, a assim chegaremos á conclusão de um preço unico. Trago este exemplo: "Á" é associado de uma cooperativa e entrega sua matéria prima na séde da mesma, que orça em 1.000 kgs. Necessita esse associado de 500\$000; pela cooperativa ser-lhe-á fornecido uma nota

de credito de 1. 000 constando na mesma um debito de 500\$000 fornecidos como adiantamento. Chega "B" que tam bem é associado e entrega 1. 200 kgs. de materia prima e necessita de 1:000\$000: igualmente ser-lhe-á fornecido uma nota de credito de 1.200 kgs. constando na mesma um debito de 1:000\$000. No decorrer do exercicio as mercadorias serão ven didas pela cooperativa a diferentes preços, de acordo com as oscilações dos mercados consumidores.

Tomando a banha por base, a qual atingindo uma média no decorrer do exercício de 2\$500 ao quilo, tanto ``A" como ``B" perceberá de sua materia prima entregue o preço unico que será á razão de 1\$250 ao quilo e mais o retorno de acordo corn a entrega de materia prima, não havendo, portanto, diferença de preço entre um e outro associado. Sômente desta maneira é que conseguiremos o verdadeiro cooperativismo, pois não é justo que um associado entregando hoje a sua materia prima a 1\$200, amanha um outro associado a entregue a 1 \$500, para no fim do exercicio ser dividido o retorno de acordo com a materia prima entregue, porquanto si ``A" entrega 1.000 kgs. a 1\$200 e o retorno no fim do ano e \$200 em quilo, receberá 200\$000 e ``B" que entrega a sua materia prima a 1\$500 ao quilo, tambem num total de 1.000 kgs., receberá um retorno de 200\$000: existe, portanto, uma diferença entre A e B, que entregaram a mesma quantia de materia prima, de 300\$000, pois A terá recebido 1:200\$000, quanto B recebeu 1:700. Fica, portanto, comprovada a menos do meu argumento, que afirma que não se obtem o bem dos cooperativados existindo diferença de preços na aquisição da materia prima.

Sômente assim é que conseguiremos alcançar o verdadeiro fim das cooperativas.

Para se obter isto, todas as cooperativas devem adoptar o sistema de adquirir a materia prima num unico preço, sejam elas de suinocultores, viticultores, cerealistas e outras que se relacionem aos agricultores. Isto conseguindo teremos entre outras vantagens o evitar a concorrência dos adversarios, arma de que se servem para combater as cooperativas e obteremos tambem maior facilidade para o financiamento das mesmas.

Assim que incito a todas as congressistas a adotarem o sistema de pagar a materia prima sem preço, (dando ao associado no ato da entrega uma importancia como adiantamento). de acordo com a argumentação expressa, para assim conseguirmos o verdaeiroy fim das cooperativas, qual seja o bem dos cooperativados.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, esta tese gira exclusivamente sobre a forma como as cooperativas devem operar com os seus associados. Propõe a Cooperativa Bassanen se que elas estabeleçam um preço único a matéria prima e os produtos recebidos dos seus sócios.

Desejaria fazer um esclarecimento sobre este ponto.

Naturalmente que é muito difícil adotarmos de um modo geral esta medida. O Congresso não poderia de maneira alguma sugerir a todas as cooperativas que estabeleçam um preço único para o recebimento dos produtos, mesmo porque não devem elas estabelecer este "preço". Nós devemos fazer com que as cooperativas deixem de "comprar" a produção do associado. Precisamos terminar com esse sistema que até aqui vem sendo adotado. As cooperativas não "compram", em absoluto, a produção do associado. Elas devem "receber" a produção. A teoria é esta e sei que na prática é difícil de se adotar. Temos de trabalhar no sentido de fazer com que os associados não "vendam" a produção, mas que a entreguem à cooperativa. E'-lhes, então, dada uma determinada importância, a título de adiantamento, e, no fim do exercício, receberão a diferença existente entre a quantia que já receberam, como adiantamento, e o resultando verificado pela venda do produto. Isso é o que chamamos de "retorno", a que muitos dos senhores denominam lucro, indevidamente. Tivemos oportunidade de discutir este assunto na comissão. Precisamos acabar de uma vez por todas com essas expressões. Lucro, em cooperativismo, não existe. Precisamos adotar uma terminologia diferente e nesse sentido vamos apresentar, numa das próximas reuniões, sugestões, para que todos os senhores saiam daqui com esses esclarecimentos.

Não devemos falar, em absoluto, em lucro e compra. A cooperativa recebe o produto do associado e dá-lhe um adiantamento sobre o valor do produto e, no fim do ano, depois do produto vendido, recebe a diferença que se verificar, e que se chama retorno.

Eram estes os esclarecimentos que queria dar à Casa, em face da proposta apresentada pela Cooperativa Bassanense.

O Sr. Irio do Prado Lisboa - palavra; Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Irio do Prado Lisboa - Sr. Presidente, sobre o mesmo ponto abordado pelo ilustre representante do Ministério da Agricultura, eu tenho a dizer que o cooperativismo tem por objetivo o progresso e o aperfeiçoamento dos produtos, ou melhor, a melhoria da produção. Em todos os países onde o cooperativismo se acha em estado de adiantamento esta é a noção básica.

A cooperativa paga o preço do produto de acordo com a sua qualidade e, assim, naturalmente, o melhor produto deverá ser melhor pago. O aperfeiçoamento do produto é, pois, um dos fins do cooperativismo.

O Sr. Renato Costa - O aperfeiçoamento do produto é um dos pontos vizados pelo cooperativismo, mas não é o ponto essencial, por isso que o cooperativismo visa, antes de mais nada, proteger os agricultores contra os intermediários...

O Sr. Irio do Prado Lisboa - Sim, mas a melhoria dos produtos é um dos objetivos do Cooperativismo.

O Sr. Renato Costa - Mas é secundário. O objetivo primordial é exatamente o de afastar o intermediário, colocando o produtor ao alcance do consumidor.

O Sr. Irio do Prado Lisboa - Perfeitamente, mas a questão da melhoria do produto deve ser encarada de frente. Assim procedem todas as cooperativas, pois que ao melhor produto caberá melhor retribuição.

Era o que eu desejava dizer.

(Palmas)

O Sr. Renato Costa - Peço a palavra. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Renato Costa.

O Sr. Renato Costa - Sr. Presidente, em verdade, a defesa do produtor, contra o intermediário como afirmei há pouco, em aparte, o que constitui a essência do cooperativismo. E eu quero revelar aspetos, senhores congressistas, quero ventilar aqui problemas que, por assim dizer, representam a razão de nos acharmos aqui reunidos.

Porque, senhores congressistas, nenhum, talvez, com mais amor, com mais interesse, com mais arraigada afeição se tem dedicado ao estudo do cooperativismo no Rio Grande do Sul do que este modesto orador, que vos está falando, neste instante.

(Muito bem. Muito bem).

Tenho atravessado noites no estudo do sistema cooperativista, em todos os pontos em que ele tem constituído a base do desenvolvimento e de grandeza econômica de povos, como a Bélgica, a Dinamarca, a Alemanha, a Itália, a Inglaterra e, aqui perto, a Argentina, onde o regime cooperativista corresponde, sem dúvida, às necessidades da produção e da economia local.

Ora, eu desejo, precisamente, senhores congressistas, apresentar a esta Casa duas moções, que considero fundamentais, para a vida e para o êxito do cooperativismo entre nós.

Ninguém pôde ignorar que a cooperação de esforços corresponde essencialmente à existência fundamental da produção entre nós, para que ela afaste - e isso é um dos objetivos

essenciais - o intermediário inescrupuloso, que explora, em muitos casos, o produtor.

(Muito bem. Muito bem).

Essa a essência do cooperativismo e ainda há pouco eu tive a, honra de, pelas colunas, do "Correio do Povo", fazer sentir ao Rio Grande do Sul ser êsse um dos problemas primordiais da sua vida rural. O fazendeiro hoje está compreendendo o alcance e a largueza do problema econômico em toda a sua extensão, e, por isso, vae constituindo essas maravilhosas entidades econômicas por que nos batemos ardorosamente, e das quais a Cooperativa de São Gabriel é um padrão, pelo seu trabalho eficiente e pelos seus propósitos no meio econômico do Rio Grande do Sul.

(Muito bem. Muito bem).

Como ela, é a de Bagé, é a de Alegrete; como ela é a de D. Pedrito, todas, núcleos rurais de grande importância. O mal da pecuária é justamente êsse de não terem ainda os nossos fazendeiros compreendido a necessidade de se agremiarem, poque urge de todos para a elaboração do produto, como defesa contra as industrialistas, que, não sendo seus inimigos, são mais amigos dos seus próprios interesses, (Muito bem), que não sendo inimigos da economia do Rio Grande, encaram o problema sob o ponto de vista comercial, esquecendo naturalmente os interêsses dos fazendeiros...

"Eu peço licença, Sr. Presidente. para tocar de cheio na materia constante das minhas duas moções, que vou apresentar ao Congresso, para charnar a atenção desta grande reunião, que também é uma reunião de fraternidade humana, do quanto póde o cooperativismo.

"Veja-se, por exemplo, a Dinamarca, que era um paiz essencialmente cerealífero, que, tendo sido acometida pela concorrência dos paizes sul-americanos, e dos Estados Unidos, teve de, em 24 horas, transformar a sua mentalidade econômica e tornou-se um país essencialmente agrícola, no sentido pecuário, do porco, dos ovos, da manteiga, abandonando completamente a sua tradicional indústria cerealífera.

"Mas, como . êsse milagre? Graças ao regime cooperativista!

"Hoje, senhores congressistas, a Dinamarca fornece 80% do que come a estômago inglês.

"E por que não fazemos nós a grandeza econômica da nossa terra pelo cooperativismo? Por que não fazer uma eficiente propaganda em prol do seu desenvolvimento?

"De sorte, senhores congressistas, que, como vêm, o assunto não nos póde ser extranho. Guardo na minha retina as

páginas incomparáveis de Domingos Boreo, pioneiro do cooperativismo na Argentina, de Luiz Amaral, de Artur Torres Filho, e de todos os grandes pioneiros do cooperativismo brasileiro, que pregam a necessidade de não se tornarem as cooperativas casas de negócio, rrias exclusivamente to uma reunião de produtores.

"Ora, meus senhores, se a máquina em si apresenta cer tas dificuldades, se, pela sua complexidade, ainda apresenta embaraços á organização em cooperativas, preciso agir com os agricultores, (e os que estão aqui presentes ajam sempre com a maior bôa fé), afim de crear no colono o espírito cooperativista. Não quero dizer com isto que o Departamento de assistência ao cooperativismo tenha agido de má fé. Os que estão á frente desta campanha nobilissima no Rio Grande têm, muitas vezes, sido mal orientados. E é preciso que nos organizemos, porque há necessidade de esclarecer, de orientar os cooperativistas do Rio Grande para que façam o bom, o puro cooperativismo.

"Cooperativa que compra a mercadoria aos seus associados não é cooperativa, casa de negócio! (Muito bem. Muito bem).

"E', contra isso que é preciso reagir o espírito puro dos cooperativistas.

"Eu vos posso falar como homem que ama o cooperativismo. Eu vos falo como banqueiro — e não há nessa revelação a delação de um segredo profissional, Mas, devo dizer a esta Casa do perigo imenso que há de uma Cooperativa entrar em negócio, em comprometer o seu capital. Isso todo o Rio Grande sabe. Aí está o exemplo de Bôa Vista do Erechim, onde uma cooperativa viti-vinícola deu aos seus credores um prejuizo de 600 á 700 contos...

"0 Conselhos Administrativos têm a responsabilidade precípua nos destinos de uma cooperativa. Os Conselhos Técnicos não pôdem ficar isolados do seu movimento; não pôdem alejar-se das suas atividades e entregar os destinos dessa cooperativa nas mão exclusivas de um Diretor Técnico, por mais honesto e capaz que êle seja.

"0 erro é fundamental, senhores congressistas, porque em cooperativa -- já a palavra está significando — deve haver cooperação de responsabilidades e associação de esforços, de direção, de orientação, de auxílio permanente, porque a cooperativa é acima de tudo um sacerdócio econômico.

"A cooperativa não é uma associação para especulação de lucros, mesmo porque contra isso até a lei prevê. Não vizavam lucros os 28 tecelões de Rochdale quando se reuniram, legando aos homens a ideia imortal da cooperação mútua.

"Aliás, o colono, com o seu espírito mais esclarecido porque atualmente ele não mais zero á esquerda dos algarismos - percebe, com inteligência e intuição, o problema econômico. Em geral, os diretores comerciais das cooperativas são homens esclarecidos, homens de boa fé, honestos, capazes de dar ás suas cooperativas o destino e a grandeza que elas merecem. Por isso, meus senhores, eu fiquei pênplexo, ao examinar agora alguns regulamentos e estatutos e encontrar que "a cooperativa paga ao associaclo o preço da mercadoria"!! Paga aos associados!!!

"Ora, meus amigos, não me consta que os cânones do Cooperativismo prescrevam semelhante risco mercantil.

"Uma cooperativa não pôde comprar dos associados. Estes entregam a mercadoria e aquelas adiantam uma determina- da importância razoável, para que eles não morram de fome e satisfaçam as suas necessidades mais imediatas.

"O perigo de comprar, vou dizer qual seja ele. E' que uma cooperativa não pôde especular. E' fundamental em cooperativa êste preceito.

"Uma cooperativa não deve absolutamente especular e o fazendo está cometendo um crime, está infringindo leis basilares da economia, está se envolvendo numa operação ilícita, porque não só frauda o sistema, como o fisco. Vai contra a lei. E' a espetativa da falência. (Muito bem. Muito bem).

"Ora, meus senhores, não há necessidade de usarmos processos tais para fazermos do regime cooperativista uma obra prima de verdade, porque cooperativismo equivale, por assim dizer, a homens de consciência, a homens de boa fé, educados no verdadeiro sentido econômico, na defssa do produtor.

"E' assim que se faz cooperativismo, em benefício de todos. Do contrário é agir em benefício de 3 ou 4 pessoas sem escrúpulos, levando o cooperativismo á falência e á ruína.

(Muito bem. Muito bem).

"Eu peço perdão ao auditório por estar insistindo neste ponto, mas considero-o fundamental. Entretanto, êste particular deve ficar perfeitamente elucidado, afim de que não aconteça o que veio de se suceder, há pouco, com algumas das nossas cooperativas agrícolas.

"E' público e notório que as dificuldades são imensas e o resultado é o seguinte: na hora precisa, em que a cooperativa está desmoronando, apela-se para os bancos. Estes, como é natural, pedem garantias, e ninguém quer, então, assumir responsabilidades... Existindo á frente duma cooperativa um Conselho Técnico conscio das suas obrigações e esclarecido, e um

gerente comercial da absoluta confiança dos associados, que não faça especulações mercantis, nunca se chegará àquele extremo.

"E' doloroso para um banqueiro, sobretudo para um homem que ama a sua terra sôbre todas as cousas e acompanha, como eu tenho acompanhado, sem falsa modestia, a evolução do problema econômico do Rio Grande; doloroso, repito, senhores dizer-vos da situação constrangedora em que se encontram êsses homens, das sociedades arruinadas, completamente inocentes dos desmandos que se praticavam na sua cooperativa. Êles alegavam isso, de boca cheia: "nao temos culpa; pedimos apenas praso para pagar os nossos compromissos, oriundos de um máu diretor comercial... . Em certa localidade cujo nome não preciso declarar, êste era um cidadão desconhecido, que se pôz á frente da cooperativa. E, como esta, posso declarar que há outras com os mesmos tumores apostemados...

"Que é isto? Que significa isto? Tudo é resultado simplesmente da prática ruinosa, profundamente ruinosa, da especulação comercial. (Muito bem. Muito bem).

"Uma cooperativa não pôde especular; não pôde entrar em negócios, sob pena de fraudar, de prostituir os cânones do cooperativismo!

"E' isto que me cumpre dizer aos senhores congressistas, reunidos aqui neste memorável conclave: memorável, sim, porque não vi ainda outro igual. Tenho assistido congressos da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, mas não assisti a um congresso que mais me comovesse, porque se observa em todos OS plhares o interêsse, o profundo apego á idéia cooperativista e o receio de que ela se perca.

"A cooperativa é em verdade, meus amigos, uma grande arma de defesa dos produtores contra os intermediários.

"Se a cooperativa do nosso Presidente, por exemplo, paga pelo meu gado tanto por quilo e o frigorífico e o xarqueador pagam mais, não ha mal que eu venda o meu gado para o frigorífico. Fico, no meu interêsse: A cooperativa é como que um revolver que trago na cintura: Apelo para êle, em caso de defesa.

"Enquanto o intermediário paga bem, o fazendeiro lhe vende o seu produto. Quando êsse baixa os preços de compra, o produtor entrega-o a cooperativa para que esta se encarregue de elaborar o produto e vender, adiantando-lhe algum dinheiro, para suas mais prementes necessidades até 0 completo retorno do valor da mercadoria entregue.

"Este é o verdadeiro cooperativismo e eu não creio que venham congressistas defender 0 cooperativismo contra 0 pro

dutor. Todos nós aqui estamos para defender o cooperativismo adotado por todos os que seguem risca o ideal dos 28 tecelões de Rochdale.

A minha primeira moção, senhores congressistas, é a seguinte:

(O orador faz a leitura de sua 1.^a moção):

"AO 1.º CONGRESSO DE COOPERATIVISMO:

Considerando que as sociedades de cooperativas são "sociedades de pessoas" e não de "capitais", como expressamente consigna o decreto 22. 239, de dezenove de dezembro de 1932, revigorado pelo decreto-lei n.º 581, de 1.º de agosto deste ano, que sabiamente restabeleceu no país o regimen do "cooperativismo livre";

Considerando que "a distribuição de lucros", ou sóibras, se faz, na fórmula da lei, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade;

Considerando que o regimen legal das cooperativas foi instituído como arma de defesa contra o intermediário, detentor ilegítimo dos interesses dos produtores, em geral, e que a sociedade não visa lucros, admitindo até a lei, "a ausência completa de distribuição de lucros";

Considerando que na Cooperativa os direitos e deveres dos associados são rigorosamente harmonicas e iguais e que cada cooperativado só tem direito a um voto, qualquer que seja a sua participação no capital;

Considerando que a lei, excluindo das cooperativas "as comerciantes ou agentes de comercio", que negociem com os mesmos fins e objeto da sociedade, procurou evitar que as cooperativas se transformassem em casas de comercio e não entidades de fins ideais para a defesa exclusiva do produtor, tanto que o art.º 42.º dispôs que "ninguem poderá organizar uma sociedade cooperativa ou dela fazer parte, somente no intuito de gozar o lucro permitido às quotas-partes do capital-social, ou com a intenção de explorar o trabalho alheio, assalariado ou não";

Considerando, entretanto, que é comum verificar-se a pratica irregular de adquirirem sociedades cooperativas, de seus associados, a produção por eles elaborada, pagando-lhes um determinado preço, infringindo desta fórmula os canones do cooperativismo e transformando a cooperativa numa casa comercial, com a violação da lei, que confere excepcionais favores e regalias de ordem fiscal a essas entidades;

Considerando que essa pratica vai de encontro aos fundamentos básicos do cooperativismo Li e importa numa infração ostensiva aos princípios que regerá as relações econômicas e jurídicas dos cooperativados para com a sociedade; e

Considerando que semelhante estado de cousas não pôde subsistir a menos que os dispositivos legais sejam letra morta que é do interêsse das cooperativas de produção ou outras quaiquer se enquadrarem no regimen da lei;

Considerando, demais, que essa prática pôde ocasionar prejuizos consideraveis às sociedades, empenhadas numa especulação infrene, com ameaça do seu capital e a falência do sistema cooperativista, desde que se verifiquem, o que não é impossivel, desastres ou colapsos financeiros da sociedade;

Considerando, por isso, a necessidade de serem evitados êsses busões, no próprio interesse às cooperativas,

o 1.º Congresso de Cooperativismo resolve chamar a atenção das sociedades cooperativas, que estão, voluntaria ou involuntariamente, praticando êsse regimen, a se absterem desta praxe, para não incidirem nas rigorosas cominações da lei fiscal, desde que desvirtuaram a sua natureza jurídica, falharam às suas finalidades econômicas e transformaram a cooperativa numa entidade comercial.

Sala das Sessões do 1.º Congresso de Cooperativismo, em Porto Alegre, aos 9 de dezembro de 1938.

Renato Costa

(da Comissão Central Organizadora do 1.º Congresso de Cooperativismo do Rio Grande do Sul e delegado especial da Sociedade Cooperativa de Cebolas do Rio Grande)".

"Senhores congressistas, esta moção é um aviso, um alarme justificado para que possamos construir, com confiança e com sabedoria, o regime cooperativista no Rio Grande do Sul e para que se expurgue dos estatutos de muitas cooperativas a possibilidade de se transformarem em sociedades comerciais, levando os Governos a retirar das cooperativas os favores fiscais, que são, por assim dizer, um incentivo, um estímulo eficaz, em benefício do florecimento destas instituições.

Passo a ler, agóra, a outra moção que apresento, nêsse sentido:

(O orador lê sua 2.ª moção):

"AO 1.º CONGRESSO DE COOPERATIVISMO:

Considerando que em diversas Cooperativas de produção agrícola do Estado têm se verificado irregularidades de natu-

reza grave, motivadas, em grande parte, pela falta de contrôles dos órgãos administrativos dessas cooperativas;

Considerando que a prática tem demonstrado a necessidade de uma assistência mais rigorosa e eficiente, não só dos, seus Conselhos Administrativos, como dos Conselhos Fiscais, que não exercem, em muitos casos, a delegação expressa estatutária, como é de mistér, desprestigiando, assim, semelhantes organizações econômicas, de finalidades incontestáveis;

Considerando que o abandono vai o extremo, em algumas dessas entidades, de se cometer aos diretores-gerentes e diretores-comerciais a administração absoluta, sem nenhum controle dos interesses dos demais associados, que entregaram à Cooperativa OS seus produtos e confiaram na direção e fiscalização dos seus maiores responsáveis;

Considerando ainda que essas irregularidades estão se repetindo com uma frequência alarmante, pondo em perigo o sistema cooperativista e comprometendo a atuação diligente, esforçada e eficaz de outros diretores-gerentes e comerciais, dignos da confiança e do apoio inalterável dos seus representados;

Considerando que esse regimen ocasiona males irreparáveis às cooperativas de produção pela amplitude de poderes de administração conferidos aos diretores-gerentes e diretores-comerciais, sem as restrições que a experiência aconselha e a interferência legal e indispensável dos órgãos de maior destaque e responsabilidade da Cooperativa;

Considerando, afinal, que se, em muitos casos, entidades há que são geridas com notória proficiência dentro dos moldes rígidos e da incomparável organização cooperativista, assistidas dos Conselhos respectivos, outras, contudo, estão exigindo a intervenção dos seus aparelhos de controle para cessarem abusos e irregularidades, de consequências ruinosas inevitáveis;

Propõe-se, por isso, que o 1.º Congresso do Cooperativismo do Rio Grande do Sul recomende a todas as Cooperativas a necessidade de serem observados com o maior rigor os respectivos Estatutos no sentido de uma assistência mais efetiva dos seus principais órgãos de controle administrativo, evitando-se males cuja retificação posterior seria tardia em detrimento não só das sociedades cooperativas, mas do próprio prestígio do sistema cooperativista.

Sala das Sessões do 1.º Congresso do Cooperativismo, em Porto Alegre, aos 9 de dezembro de 1938.

Renato Cota
(da Comissão Central Organizadora do 1.º Congresso de Cooperativismo do Rio Grande do Sul e delegado especial da Sociedade Cooperativa de Cebolas do Rio Grande)".

Essas são, meus senhores, as considerações que eu tinha por bem de fazer a este Congresso, na certeza de que as minhas palavras devem ser compreendidas na extensão generosa com que são ditadas, como o único e sagrado objetivo que me anima nesta hora. - de contribuir para a solução e o êxito da organização cooperativista do Rio Grande do Sul, cuja terra nós amamos acima de todas as cousas, por quem são poucas as hohoras de vigília que vivemos, e para que possamos dar por ela o sacrificio de todas as nossas mais belas energias!

(Palmas prolongadas)

O Sr. Presidente -- Meus senhores, creio que a assembléia ficou sob o mesmo estado de sensibilidade que eu experimentei ao ouvir os conceitos judiciosos e mais do que judiciosos, expontâneos e sinceros, do nosso grande amigo e companheiro cooperativista, Dr. Renato Costa.

Em relação às brilhantes moções apresentadas por S. Ex., eu ousou propôr ,á assembléia que se dispense parecer da comissão e que á assembléia diretamente as aprove, e mais, que sejam publicadas em folheto, que serão divulgados entre as cooperativas, podendo a importância relativa ao custo da impressão ficar a cargo da cooperativa que represento, que dispõe de uma verba especial para difusão do cooperativismo no Rio Grande do sul e no Brasil.

(Palmas)

O Artur Fischer - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Dr. Artur Fischer.

O Sr. Artur Fischer - Sr. Presidente, parece-me que já fiz profissão de fé cooperativista, como os outros mais que aqui estão e que pelos aplausos que dão neste instante no trabalho brilhante do nosso amigo Dr. Renato Costa, provam que, de fato, aqui se ouve com atenção tudo quanto diz respeito aos princípios da doutrina cooperativista.

Eu me congratulo com a assembléia pelo trabalho apresentado pelo Dr. Renato Costa, entretanto, senhores congressistas, seja-me permitido, neste instante, dar ao plenário um pequeno esclarecimento sobre alguns pontos do seu trabalho, acêrca dos quais eu quero que não paire a mínima dúvida e para que não saíam daqui muitos cooperativistas sentidos por haverem talvez, entendido terem sido atingidos pela cantilínaria do orador.

O Sr. Renato Costa . Aliás, eu falei em tése.

O Sr. Artur Fischer - Perfeitamente. Mas, senhores congressistas, efetivamente, é um mal, querer transformar-se as cooperativas em casas comerciais e êste não pôde ser o objetivo de uma cooperativa.

Mas eu quero justificar e tomar a defesa das nossas cooperativas agrícolas.

Se em muitas delas existe consignado nos estatutos algum dispositivo que fêre de frente os princípios e os cânones do cooperativismo, isso não se dá porque tivessem tido a intenção de fraudar...

O Sr. Renato Costa - Aliás, eu não afirmei isso.

O Sr. Artur Fischer - Mesmo que conste nos estatutos o mesmo que essas cooperativas paguem o preço, isso não quer dizer que as cooperativas defraudem, Infelizmente a nosso colono não está ainda á altura de compreender as vantagens da cooperação e êle é preciso ser tomado como é.

Houve, sem dúvida, um erro no início do movimento cooperativista. Colocámos a carro adiante dos bois. Deveríamos preparar primeiramente a sua mentalidade para depois dar-lhe o cooperativismo. Daí todos os erros. E' por isso que muitas cooperativas consignam, de fato, êsses dispositivos, mas não quer dizer com isso que se não pratique a verdadeira cooperação.

Outro mal o do colono, pequeno produtor, contar com o resultado integral do seu pequeno trabalho feito durante a ano. Se tem 5 ou 6 porcos, que creou, conta com o preço integral dêsses porcos. Muitas cooperativas devem adeantar-lhe o preço do dia para que possa prover sua subsistência.

O Sr. Renato Costa - São erros que temos a obrigação de procurar evitar. Se o preço, depois da entrega do produto, baixar, quem vai entrar com a diferença para a cooperativa?

O Sr. Artur Fischer - Reconheço como verdadeiro o argumento de V. Ex. e o meu esclarecimento é apenas para defesa das cooperativas que assim procedem levadas pelas circunstâncias e que são administradas por verdadeiros abnegados.

O Sr. Renato Costa - Ninguém contesta isso.

O Sr. Artur Fischer - São verdadeiros heróis. Quanto á pecuária a cousa já é muito diferente, porque a mentalidade é outra.

Mas, Sr. Presidente, nestas minhas palavras vai apenas a intenção de esclarecer, porque eu sinto pelos colonos e sei que êles se sentem chocados.

O Sr. Presidente - Não há razão para melindres por parte dos colonos, Dr. Fischer, o Dr. Renato Costa apenas está

dando uma colaboração de homem de estudo, porque êle é também um amigo dos cooperativistas.

O Sr. João Manoel Ataíde - Mas verdade é que precisamos evitar o êrro.

O Sr. Renato Costa - Mostrei onde estava o mal, de um modo geral. Poderia enumerar dados concretos, mas não o fiz. A minha qualidade de banqueiro não o permitiria. Não tive com isso a intenção de repreender quem quer que seja.

O Sr. Artur Fischer - As minhas palavras são apenas uma justificação. Outro fator que contribue para que se tenha praticado até aqui certos êrros a falta de crédito.

Se tivéssemos crédito organizado, o pequeno produtor poderia receber um crédito pelo seu trabalho e esperar o resultado final da operação. Bem sei que essa falta só com vagar poderá ser sanada, com a educação dos produtores sob o ponto de vista da congregação.

Mas, Sr. Presidente, como já acentuei, pedi a palavra apenas para dar uma justificação pelas faltas que se verificam em certas cooperativas.

(Palmas)

O Sr. Artur Rech - Peço a Palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - tem a palavra o Sr. Artur Rech.

O Sr. Artur Rech - Sr. Presidente, srs. Congressistas. Com todo o acatamento que me merecem as opiniões dispendidas pelo ilustre e brilhante cooperativista Dr. Renato Costa, venho manifestar a minha discordância, com referência proposição defendida por S. Ex. de que o cooperativismo deve vender os seus produtos ao comerciante, quando êste lhe oferecer preços melhores do que as cotações básicas da sua cooperativa.

Sou de parecer que o verdadeiro cooperativista deve entregar o seu produto à entidade de que faz parte, rnesmo que qualquer intermediário lhe ofereça, manhosamente, de momento, quaisquer vantagens.

Si assim não fosse, veríamos de momento para outro as cooperativas paralizadas por falta de produtos, que seriam desviados para as mãos dos intermediários.

Tão pouco devemos considerar a cooperativa não sómente uma arma de defesa contra o intermediário como sugere S. Ex.. A cooperativa deve exercer a sua função econômica social, senão veríamos de um momento para outro cooperativas vinícolas com pipas vazias, cooperativas de banha com as suas refinarias paralizadas, cooperativas de consumo com as suas mercadorias encalhadas nas prateleiras.

Assim sendo, com todo o respeito e acatamento, como disse há pouco, discordo da opinião do ilustre congressista Dr.

Renato Costa declaro que em toda e qualquer emergência o cooperativado deve entregar os seus produtos á sua cooperativa.

(Palmas)

O Sr. Presidente - Falou-se, qui, no decorrer dos debates, a propósito da questão do preço pago por terceiros pelas mercadorias dos produtores. Vou expender algumas conside rações sôbre a questão, por isso que considero o ponto de grande importância, básico, para o sucesso do cooperativismo no Rio Grande. do Sul.

Não sei devido a que, achando-me no Rio de Janeiro, um senhor de representação social, da região da Mata, em Minas Gerais, a poucas horas do centro civilizado, como a Capital Federal, procurou-me, dizendo saber que eu era um cooperativista completo, sabido na matéria, o que, aliás, me fez rir; procurou-me, repito, para me pedir um remédio para o insucesso de uma cooperativa de laticínio, que por três vêzes periclitára.

Pedi-lhe, como natural, que me explicasse a causa desse insucesso.

Disse-me, então que o "trust" organizado no Rio de Janeiro, que de fato existe para a distribuição do leite, pagava apenas 120 réis por litro vindo da Zona da Mata, quando vendia o mesmo produto por 700 e até 1\$000, dispendendo apenas com o transporte cêrca de 100 a 120 réis e uma diminuta despesa de frigorífico.

Muito bem. Organizada a Cooperativa, disse-me êle, o "trust" elevava imediatamente o preço do leite para 120 réis e 250 réis o litro e os cooperativados vendiam a êle todo o seu produto. Desorganizada a cooperativa, dentro de 60 dias, no máximo, o "trust" baixava o preço do leite novamente para 120 réis. A cooperativa, então, novamente se organizava, repetindo-se o jogo do intermediário, periclitando novamente a cooperativa.

Respondi-lhe, então, que não havia remédio, uma vez que lição não servira.

O Dr. Renato Costa disse muito bem, a cooperativa é uma grande arma de defesa do produtor contra o intermediário poderoso, como existe no assunto . de carnes. As grandes empresas conseguem mais 50, 60 e até 80\$000 sôbre cabeça, cousa que as cooperativas absolutamente não pôdem fazer, porque não dispõem de um aparelhamento capaz de proporcionar todo o aproveitamento do gado. O milagre do Instituto tem demorado, por causa dos interesses privados que lá se agitam.

Ora, muito bem: E' verdade que eu tenho aconselhado aos creadores que vendam o seu gado ás grandes emprêzas, pelos preços fabulosos que nós nunca poderíamos dar para trans-

formar a carne em xarque, mas saibam que êles, por cabeça vendida, deixam uma quota para a cooperativa, para que se mantenha, porque foi a cooperativa que determinou êsse preço, e saibam que no ano de 1937, na última safra, São Gabriel, que é um município de campos ótimos, mas que está longe dos de Bagé, de Dom Pedrito ou Uruguaiana, em qualidade, foi o município que vendeu por preço mais elevado o seu rebanho.

Parecerá absurdo, mas não é, em realidade, porque o perigo está dentro de S. Gabriel. Os intermediários quiseram estabelecer o vácuo em derredor da Cooperativa São Gabrielense, que ela periclitasse, mas não conseguiram, em virtude dessa prática das quotas.

Evidentemente, isso não poderá ocorrer com a uva, com banha e outros produtos, nos quais os assambarcadores podem agir mais livremente, e é por isso que o Dr. Renato Costa disse que a cooperativa de São Gabriel estava com o porrete na mão e o revolver na cintura, para defender os seus associados, do modo que não foi generalizadora a sua alusão.

Se todas as cooperativas do mundo fizessem como os cooperativados da São Gabrielense, que têm liberdade de vender o seu produto, reservando á cooperativa uma quota, afim de de manter, porque ela não precisa de lucros, acabariam OS prejuizos dos produtores e cada vez mais floresceriam as cooperativas, em exclusivo benefício dos cooperativados.

Portanto, o remédio está dentro do regulamento. A nossa cooperativa é constituída de quotas de 50\$000 e não há nenhum associado que tenha mais de uma quota. O capital é de 12 contos e o movimento anual vai a cêrca de 85 mil contos de réis. E', de fato, um órgão de defesa do credor.

O mal, portanto, como se vê, tem remédio dentro dos regulamentos.

Agóra, meu senhores, eu bendigo aquele lugar tão belo que eu conheci aos 22 anos de idade. Nova Bassano, que proporcionou a êste Congresso esta troca de idéias, que há-de contribuir para abrir ao cooperativismo novos rumos.

Já tive ocasião de dizer a alguém de Nova Bassano que aos 22 anos de idade, eu ouvi um padre aconselhando do púlpito que os colonos se congregassem, porque sómente unidos poderiam ser fortes. Foi, pois, em Nova Bassano que recebi a primeira lição prática de cooperativismo.

Hoje, depois de 29 anos, por uma coincidência, que eu julgo providencial, no Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, é ainda Nova Bassano que vem provocar essa discussão, que reputo ótima para a vida cooperativista no Rio

Grande do Sul, o Estado pioneiro dêsse grande ideal, o qual há-de levar sempre avante, para exemplo de toda a Nação. (Palmas prolongadas).

O Sr. Alvaro Batista Ilgenfritz Peço a palavra, Sr Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Alvaro Batista Ilgenfritz - Sr. Presidente, srs. Congressistas:

A discussão ha pouco suscitada, a propósito da concorrência que perturba o bom funcionamento de grande numero de cooperativas, é assunto de relevância, que me obriga a trazer, a êste plenário uma modesta colaboração, no sentido de esclarecê-lo, procurando o remédio conveniente.

Quando a concorrência se limita apenas á colocação do produto no mercado, ela é facilmente vencida pelas vantagens inherentes forma de organização cooperativa, neste caso a constante solidariedade dos cooperados valerá para que as leis econômicas se processem normalmente, não havendo perigo de trusts, com a aplicação da recente lei que resguarda a economia pública zelando tanto pelos interesses do produtor, como do consumidor.

A concorrência, entre cooperativas congêneres, no tocante ao recebimento da produção dos associados, sómente poderá existir entre falsas cooperativas, caso que escapa ás nossas cogitações, por ser condenável alimentar, vícios que estão exigindo a pronta extinção. Pois não é concorrência o maior ou menor adiantamento que resolvam as cooperativas fazer aos seus associados, na ocasião da entrega de sua produção uma vez que questão interna resolvida pelos próprios associados em assembléia geral e não reveste a forma de pagamento.

Em ambos êstes casos, o entendimento entre as cooperativas, ou, melhor, a sua federação resolveria o problema de modo cabal.

Todavia, não é esta a concorrência que prejudica a cooperação dos produtores, que, aliás, se, entenderiam perfeitamente entre si e até mesmo com os consumidores, atendendo ás solicitações da oferta e da procura.

O verdadeiro flagélo é a péssima fórmula de circulação e distribuição entregue á ganância desenfreada dos intermediários, que procuram açambarcar a produção, submetendo-a a todas as fórmulas de especulação imagináveis, sem trepidar ante os métodos mais vis do dolo e da mistificação. Esta intermediação parasitária, de pösse do capital, utiliza-o sem escrúpulo, para semear a sisânia entre os produtores, embaíndo-os com promessas falazes e preços tentadores.

Nos meios rurais, ainda pouco experimentados nas artimanhas mercantilistas, o cooperativismo sempre é alvo dos egoísmos incontidos dos intermediários, que contagiam e seduzem os elementos rurais menos avisados.

Desta fôrma, onde haja elementos incultos, são explorados com vantagem as fraquezas e imperfeições de caráter dos cooperados, desagregando-se a cooperativa pela deserção e felonias de seus associados, que, afinal, restam á mercê dos exploradores, sem a mínima possibilidade de defesa. E' a completa derrocada da solidariedade, da confiança e da economia agrícola, com o seu triste cortejo de calamidades materiais e morais, pro fundamente danosas nos nossos fóros de país organizado.

Permitir tal estado de cousas, dando largas á mentira, á extorsão e ao embuste, é sancionar a imoralidade!

O único remédio para tal estado de espírito a escola, mas uma escola de moral, que incuta a solidariedade de classe nos corações, estimulando a formação dos grupos profissionais e outorgando-lhes a faculdade de impôr sanções para purificar o ambiente, castigando os felões e expulsando-os do grupo cujos interesses traíam, em favor dos exploradores, como dissolventes e indesejáveis, inimigos da coletividade e da organização que garante o futuro da Pátria.

Estas normas não são extranhas ao nosso meio. Os grupos de profissionais a que aludo são méros prolongamentos das corporações previstas na Constituição de 10 de novembro de 1934 - cujo objetivo precípuo é plasmar organização e disciplinar as atividades, mediante o exscrínio de faculdades idênticas, extensivas também a outros setores da vida econômico-social.

Já mesmo antes do advento do "Estado Novo", tínhamos o sindicalismo-cooperativista como precursor do atual regime, no qual o poder estadual deve manifestar-se para a solução das questões vitais da economia pública e privada. Infortunadamente, esta bela e racional doutrina encontrou inimigos gratuitos, que vedaram seu desenvolvimento e orientaram erroneamente a sua execução, para que fosse revigorada uma lei anacrônica, com emendas de sua própria autoria, no momento preciso em que condenam todas as involuções.

Desta fôrma, quando o "Governo da República" enfrenta o sério problema da organização de classes, no setor mais importante da vida nacional, é que uma simples Diretoria, sem consultar ao mundo agrícola, destruiu um trabalho ingente, apresentado pelos Consórcios profissionais cooperativos, indubitavelmente as células iniciais da organização nacional que se esboça e que deveriam ser aproveitadas, após prévia adaptação.

Nos dois primeiros anos a D. O. D. P. fundou consórcios diferentes para idênticos ramos de produção, de molde a impossibilitar a formação de federações de cooperativas, como foi o caso da banha, e nos dois anos consecutivos, nada se fez, sendo o projeto de regulamentação da lei adiado indefinidamente, com a paralisação de todos os serviços, em que pése os incalculáveis danos inflingidos á economia coletiva. :

Mas não só isto - a ciência econômica entrelaça intimamente o crédito, o consumo e a produção - contudo, a lei revigorada rompe todos os élos existentes entre os três gêneros basilares da cooperação, suprimindo a parte moral atribuída aos consórcios, para sómente entregar aos cooperados a função estritamente econômica, como si fosse concebível saporar uma cousa de outra, negando-se ao órgão da classe o contróle moral o educativo sôbre os seus elementos competentes, que, dentro dos consórcios, exercitavam-se para todos os mistéres, mantendo viva a chama da solidariedade humana. . .

Da mesma natureza dos consórcios, ora extintos, são Federação das Associações Rurais e a Associação dos Funcionários Públicos do Estado. Absurdo seria negar-se a estas entidades a influência salutar sôbre as questões atinentes ás classes que congregam. Entretanto, a lei agora revigorada negalhes redondamente este papel fundamental. O órgão supremo da classe está inhibido de solucionar a questão mais comensinha surgida num determinado setor econômico.

Para ilustrar estas considerações, cito o caso de São Paulo, Estado eminentemente capitalista, que orientou a campanha contra o Sindicalismo-Cooperativista, onde a Associação dos Funcionários Públicos sempre conduziu e controlou a sua Cooperativa de Consumo. Si esta entidade se tivesse disciplinado pelo padrão dos consórcios, registrando-se na D. O. D. P., evidente que seu papel redobraria a eficácia comprovada, obviando o desvirtuamento verificado em algumas das cooperativas daquele Estado.

Outro caso cujo podemos citar, para exemplo, é o de uma coletividade agrária radicada em determinada região, gravitando em torno de um Consórcio Profissional-Cooperativo, com suas cooperativas do crédito, de consumo e de produção, com cooperativas especializadas dos diversos ramos da policultura. Seria uma verdadeira família econômico-social, onde todos os interesses estariam altruisticamente entrosados no sentido do, bem coletivo. Nesta região seriam frustradas as arremetids dos intermediários, porque a penalidade imposta pelo consórcio ao autor de um desvio da produção seria o sinal de alarme para uma maior arregimentação das fôrças profissionais.

A recidiva da lei absoluta, que rege o assunto, veio acarretar enormes dificuldades no território nacional.

Temos agora, que empurrar o rochedo de Sisypho...

Está perdido tudo o que até agora se tem feito no campo do Plano Geral de Organização Agrária; as cooperativas estão dispersas sob a fiscalização de diversos Ministérios; foi desgarrado o crédito da produção e do consumo e vedada praticamente a organização do primeiro pelas classes agrárias; a lei Sindicalista-Cooperativista permita a cooperação-social o que significa a liberdade de cooperação; a lei atual favorece as infiltrações de elementos estranhos, obstando a necessária interdependência entre os elementos profissionais que é a base da solidariedade; finalmente, cortadas as ligações naturais entre os cooperados e suprimindo o controle de um órgão moral da classe, ficam as cooperativas abandonadas aos azares da sorte, sem conexão com as entidades do patrimônio básico, sujeitas ao ataque do inimigo que se localiza intra-muros.

Não me inspira, nestas considerações, outro sentimento que não seja o intuito de contribuir para o reajustamento de nossa legislação e dentro dos postulados do novo regime, que não se compadece com vetustas formas alheias à realidade brasileira.

É tempo de marcharmos para a frente. A clara luz meridiana, compreendemos que, dentro do formidável surto da evolução nacional, a legislação cooperativa terá que subir ao nível de cultura sociológica que invade a nossa incomparável "Pátria" por todos os quadrantes, pois que escola vai penetrando através das mais reconditas regiões de nosso vasto território.

Sómente assim será possível remediar os males que afligem o cooperativismo entre nós.

Procurar a realidade objetiva da economia cooperativista e condesá-la num sistema que também atenda a parte moral.

Este duplo aspecto da economia social está genialmente plasmando no Sindicalismo-cooperativista, calcado nas irreduzíveis tendências do espírito humano para a vida em sociedade. Ele conjuga perfeitamente os interesses da produção, com os do crédito e do consumo, facilitando a circulação da riqueza e possibilitando o surto de subsequentes organizações inerentes à lei inelutável da perfeibilidade humana. A sua recidiva, nestas circunstâncias, assume as proporções de um imperativo sociológico, que se deve, por dever patriótico, pleitear junto ao Governo, num sincero movimento de cooperação com o poder público, cuja excepcional responsabilidade, neste momento, requer a decidida ajuda de todos, para o cumprimento do vasto programa que se traçou.

Vou finalizar estas ligeiras considerações, provocadas pelo caso da concorrência, há momentos surgida entre e duas cooperativas citrícolas, sujeitando á consideração dêste plenaria a imediata necessidade do restabelecimento do Sindicalismo-cooperativista, consubstanciado na legislação anterior.

Côncio de que será este o único meio de salvar o cooperativismo entre nós, preservando-o das infiltrações que o desnaturam, peço o pronunciamento da Casa, no sentido do revigoramento da legislação citada, que engloba, as vantagens de uma economia racionalmente planificada ao critério científico na aplicação de intuitivos princípios sociológicos.

E este fato é reconhecido até mesmo pelos seus próprios detratores, cuja acusação principal é a de ser o sistema excessivamente perfeito para o nosso meio, como si pretendessem fossilisar o progresso dentro de um molde arcaico de estagnação e obscurantismo.

Lanço pois, um veemente apêlo ao 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, para que solicite o Govêrno Federal a volta do Sindicalismo-cooperativista ou que, ao menos, seja facultada sua aplicação simultaneamente com a velha forma vigorante, sanadas as incompatibilidades fundamentais existentes. Assim haverá um cooperativismo livre.

Tenho dito.

O Sr. Dario Brossard - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Dario Brossard - Sr. Presidente, meus senhores, ouvi com a atenção e o acatamento que sempre me merecem as palavras do distinto amigo que me precedeu na tribuna, cujo carater aprecio e preso sumamente. Entretanto, meus senhores, tive a impressão de que, com suas palavras, pedindo a volta da legislação Sindicalista-Cooperativista, estava êle, apenas, na linguagem do gaúcho, "tirando leite de vaca morta".

(Risos).

Há pouco, se discutia aqui nêste recinto os inconvenientes das contínuas modificações da nossa legislação cooperativista, que tanto prejudicam o sossêgo e orientação das nossas cooperativas. E, além disso, as vantagens apregoadas pela lei dos consórcios jámais se fizeram sentir no território nacional, do Ama zonas o Chuí.

(Muito bem).

O Sr. Alvaro Batista Ilgenfriz - Porque nunca foi praticada.

O Sr. Dario Brossard - A razão do seu fracasso está justamente no fato de estar fóra de ambiente, de não poder ser pra

ticada, e a prova que nenhum consórcio jamais exerceu contrôles sobre as cooperativas.

O Sr. Alvaro Batista Ilgenfritz - O Sindicalismo-Cooperativista nunca foi regulamentado, portanto, não se pôde dizer que tenha fracassado.

O Sr. Dario Brossard - Em atenção ao aparte do ilustre congressista, devo dizer que não sou contrário à lei sindicalcooperativista para um meio adiantado, de maior educação cooperativista; para o nosso ambiente, entretanto, ela é impraticável. Ela será aplicada com êxito, talvez num país como a Dinamarca, como acaba de citar o ilustre sr. Renato Costa, mas não num meio de nível educacional bastante baixo, como é o meio rural brasileiro. Nós sentimos que ainda estamos longe da perfeição apregoada por essa legislação e não se pôde adotar uma legislação aperfeiçoada de mais, porque, então, cairemos no mesmo caso de nossa constituição antiga, que estava mais adiantada do que o espírito brasileiro...

(Muito bem).

Sr. Presidente, aproveitando estar com a palavra que V. Ex. me concedeu, quero também fazer um apêlo ao Dr. Renato Costa, que, além de espírito brilhante e culto, amante e amigo do cooperativismo, é, também, um banqueiro destacado e esforçado, na direção dos negócios de um importante estabelecimento bancário do Estado.

S. Ex. acaba de condenar energicamente, com palavras candentes, aquela sua linguagem eloquente, que todos nós sabemos admirar, as compras feitas pelas cooperativas.

Naturalmente, Sr. Presidente e Senhores Delegados, nenhum de nós seria capaz de levantar a palavra em defesa de práticas condenadas por toda a parte e sobre as quais já há mesmo uma condenação universal, constituindo ponto pacífico de doutrina. E, si, no Rio Grande do Sul, não raro aparecem cooperativas comprando de seus associados, em vez de apenas adiantar um parte daquela importância, que deverá receber no retorno, isso acontece porque não temos ainda crédito agrícola no Estado.

(Muito bem).

E ninguém, Sr. Presidente e senhores congressistas, melhor do que o ilustre sr. Renato Costa. Diretor do Banco do Rio Grande do Sul, um banco creado para atender as necessidades rurais, para estudar o problema, para que as cooperativas sejam atendidas nas suas necessidades financeiras, prestando, assim, um inestimável serviço à grandeza econômica do Estado.

(Muito bem. Palmas prolongadas).

SOC. COOP. VITI-VINICOLA "SÃO PEDRO" LTDA.

EXPORTADORA DOS EXCE-
LENTES VINHOS MARCA

TRENTINO

ENGARRAFADO TINTO DE
MESA

BARBEIRA

PURO

TREBIANO

BRANCO

MOSCATEL

VERMOUTH

VINHO EM BARRIS DAS SEGUINTE BITOLAS:

BORDALEZAS DE 200 LITROS

QUARTOS DE 100 LITROS

DECIMOS DE 40 LITROS

FLORES DA CUNHA

(RIO GRANDE DO SUL)

SITUADA NA ZONA PRODUCTORA
DOS MELHORES VINHOS NACIONAIS

Diretor Presidente: ANTONIO MARINI

Diretor Comercial: ANTONIO BOFF

Diretor Gerente: GUIDO BOFF

FABRICA BERTA

- DE -

ALBERTO BINS

PORTO ALEGRE

(ESTABELECIMENTO FUNDADO EM 1873)

Vol. da Patria, 1067 – Tel. 5217

SEÇÃO: COFRES e PORTAS *para casa Forte.*

SEÇÃO: ARQUIVOS DE AÇO *para Escritórios.*

SEÇÃO: PENAS DE ESCREVER.

SEÇÃO: FUNDIÇÃO: *Panelas de todos os feitos, marmitas, caçarolas, chaleiras, etc. em bruto, estanhado ou esmaltado, ferros de engomar.*

SEÇÃO: *de Esmaltação, Galvanisação, Estanhação.*

Todos os productos desta fabrica levam a marca registrada

===== **BERTA** =====

Enviam-se catalogos e preços correntes a quem o
===== **solicitar** =====

O Sr. Renato Costa - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Renato Costa.

O Sr. Renato Costa - "Sr. Presidente, meus amigos congressistas, eu desejo dizer duas palavras, apenas, para não cansar o auditório e explicar meu pensamento em relação as amáveis referências do meu querido amigo Dr. Artur Fischer, que, inigavelmente, é uma das mais brilhantes consciências cooperativistas dêste Congresso, e, bem assim, responder a oração do ilustre delegado sr. Artur Rech, e, mais ainda, para responder, ao mesmo tempo, ao apelo dêsse moço, cuja a cultura não canso de admirar e cujo espirito fascinante, pelas colunas do "Correio do Povo", nas 6as-feiras, todo o Rio Grande aguarda com o maior encanto, o sr. Dario Brossard, - o pioneiro do cooperativismo e defensor dos interesses das classes produtoras do estado de que é uma voz brava e autorizada.

(Muito bem)

"Meus senhores, eu não preciso declinar dentro desta Assembléia o muito que tem feito o Banco do Rio Grande do Sul, em defesa das classes conservadoras do estado. Não há uma indústria, sequer, a que o Banco do rio Grande do sul não haja prestado o seu concurso indefectível. A cooperativa rural de Bagé, de Alegrete, de São Gabriel, todas essas cooperativas pastoris e agrícolas trabalharam e trabalham com o Banco em que exerço minhas atividades. Ainda ontem estiveram lá - e isso não é segredo - os nossos amigos da Cooperativa Suinocultora de Nova Bassano.

"Mas, senhores, a situação é esta: como acentuei, há pouco, neste recinto: há necessidade do auxílio, da fiscalização efetiva, do contróle contínuo dos Conselhos Administrativos, dos Conselhos Fiscais das cooperativas, para que os bancos possam dar seus créditos a essas entidades econômicas, sem o menor risco e justificado receio.

"Uma vez que essa fiscalização se efetue, não temos por que não dar o crédito às cooperativas rurais do Rio Grande, que merecem o melhor apoio e amparo das nossas instituições bancárias.

"Eu tenho tido a maior dificuldade para poder servir a agricultores, mesmo próximo de nós, de Tapes, da Barra do Ribeiro, de Guaíba, de São Jerônimo, dos quais nã consta nos nossos arquivos uma só referência, e que estejam cooperativos.

"Para que o pequeno produtor possa merecer crédito, preciso é que esteja associado. "Se não estiver, dificilmente um banco poderá dar-lhe crédito.

"De modo que a uma cooperativa perfeitamente enquadra na lei, com os seus estatutos regulares, e que seja uma entidade idônea, não há porque se lhe negar crédito. Nessas condições, podem as cooperativas bater às portas do Banco do Rio Grande do Sul, porque serão atendidas.

"Não há um só dos senhores congressistas que haja procurado o Banco do Rio Grande do Sul cujas aspirações legítimas não tenham encontrado apóio. Se as suas aspirações são precedidas das necessárias e imprescindíveis garantias, o banco tem a obrigação indeclinável de amparar. Aqui está um representante autorizado da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que não me deixa mentir!

"Respondendo ao apêlo, pois, do Dr. Brossard, eu devo acrescentar que o crédito agrícola deverá ser dado sob outra fórmula, a 4 ou 5% e esse crédito pode ser distribuído também pelas próprias cooperativas, que podem formar as suas cooperativas de crédito. Porque as cooperativas, quando trabalham com rigor, economia e honestidade, e com orientação técnica, dispõem de sobra, de recurso financeiros. Dessa união há sempre resultado apreciável e a prova disso está em que todas as cooperativas rurais, com raras exceções, estão atravessando um fase de notória e esplendente prosperidade.

"E' esta a resposta que me cabe dar ao meu ilustrado colega do "Correio do Povo", o brilhante órgão da imprensa riograndense.

"Terminando, Sr. Presidente e senhores congressistas, afirmo mais uma vez que nenhuma instituição bancária do Estado, desde o Banco do Rio Grande do Sul, que é a instituição oficial do Estado, negará crédito aos produtores, desde que esses produtores se encontrem integrados na legislação cooperativista e ofereçam a necessária idoneidade.

(Muito bem. Palmas).

O Sr. Adolfo Ernesto Gredilha - Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente Tem a palavra.

O Sr. Adolfo Ernesto Gredilha - Sr. Presidente, não venho debater o assunto, que já foi perfeitamente esclarecido neste plenário.

Nas suas moções, o Dr. Renato Costa esclareceu brilhantemente os erros que existem ainda na vida de certas cooperativas e o seu remédio. Essas moções foram lidas por S. Ex. e aplaudidas fartamente pela Assembléia.

Assim, meus senhores parece-me que chegamos momento de entramos na votação e aprová-las integralmente,

sem parecer da comissão, como medida de economia de tempo e por não terem elas, no decorrer do debate, merecido qualquer objeção.

Proponho, pois á Casa, Sr. Presidente, sejam elas apro vadas por aclamação, em virtude do brilho do debate.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Presidente - Estão aprovadas por aclamação as moções apresentadas pelo ilustre congressista sr. Renato Costa, a~ cluaisi serão publicadas e distribtilcias iDela Cooperativa São Gabrielense, que aqui represento.

O Vice-Presidente vai proceder á leitura do parecer da

TESE N° 5

P A R E C E R

O 1.º Congresso Cooperativista reunido em 8 de Dezembro de 1938, adota o seguinte voto:

Que se aprove a tése apresentada pelo sr. Antonio Sirena como diretor da Cooperativa de Banha Santa Isabel, de Barro, fazendo-se ressaltar o que se segue:

- 1º) que a obtenção de credito para as eooperativas de banha seja objeto das demarches que, nesse sentido, deverá proceder o órgão permanente, cuja criação vae ser estudada por este Congresso.
- 2º) que se officie aos poderes competentes seja aumentado na medida das possibilidades governamentais o serviço de distribuição de reprodutores entre os suinocultores do município de José Bonifacio.
- 3º) que a nomeação de inspetores contabilisticos e administrativos afim destes examinareem periodica ou constantemente as contabilidades das cooperativas e orientarem as suas administrações deve constituir objeto de deliberação deste Congresso que deverá tratar - como uma questão vital -da criação de um serviço de assistencia contabilistica, juridica e administrativa para as cooperativas riograndenses. Este serviço que poderá ser mantido com modestas contribuições das entidades cooperativistas gauchas prestará ás mesmas, e principalmente ás pequenas organizações, serviços inestimaveis e de indiscutíveis resultados.
- 4º) que o registro de marcas e rotulos e a renovação dos seus desenhos e clichés devem constituir um serviço de ordem. interna de cada cooperativa.

- 5º) que o assunto da formação de uma federação geral será estudado na tese oficial deste Congresso
- 6º) que contribuindo os suinocultores com a taxa de cooperação é de inteira justiça que sejam contemplados com os serviços e benefícios oriundos dessa taxa
- 7º) que o serviço de assistência administrativa cuja criação vae ser estudada por este Congresso tome a si o estudo e o encargo de fomentar e auxiliar a exportação dos produtos suínos das cooperativas.

Sala das Sessões, 8-12-38.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Achilles Caleffi, relator
Adolpho Gredilha
Antonio Candido Franco
Artur Rech

PELA COOPERATIVA DE BANHA DE SANTA IZABEL

Possivelmente procurar abrir créditos, até a metade do capital de cada Cooperativa que se acham em princípio, e capital deficiente e com juros módicos e prazo minimo de 6 meses.

O Ministério da Agricultura forneça porcos de raça. Nomear fiscais de 6 em 6 meses, visitarão as Cooperativas para verificar se os seus produtos, e bem como as suas escriturações, e ver si as mesmas são bem administradas.

Registro de marcas e rotulos, e a renovação dos desenhos que sejam feitas com a máxima brevidade possível, sendo responsavel o respectivo empregado ou funcionario por erro ou demoras.

Formar a Federação das Cooperativas em conjunto de todas as classes produtoras.

Que uma parte da taxa de cooperação seja distribuida em beneficio das cooperativas.

Auxiliar as exportações de seus produtos para o estrangeiro.

Antonio Sirena

TÉSE N.º 6

P A R E C E R

A Cooperativa Sul Rio Grandense de Banha Limitada, com séde em Cruz Alta, por seu presidente, sugere uma solicitação aos poderes públicos para que sejam concretizados em lei especial os favores fiscais concedidos às cooperativas, afim de pôr termo á situação de incerteza ora reinante neste assunto.

Justificada a proposta com a exposição do que ocorreu com a sociedade de que é presidente em relação á isenção do im posto sobre a renda que, não obstante o dispositivo expresso do dec. n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, em cujo regime a cooperativa foi fundada, foi intimada a recolher aos cofres públicos a vultosa quantia de cento e trinta contos de réis.

O caso não é propriamente o de expedir-se um novo decreto-lei, mas unicamente o de ficar esclarecido, de modo defi nitivo, si as cooperativas estão ou não isentas do imposto sobre a renda, em face do possivel conflito entre a lei clara das cooperativas, -- novamente posta em vigor pelo decreto lei n.º 581, de 1 de agosto de 1938 -- e o Regulamento sobre o Imposto de Renda.

Destarte a sugestão merece a aprovação, nos seguintes termos:

O Primeiro Congresso de Cooperativismo do Rio Grande do Sul, reunido em nove de dezembro do 1938.

reconhecendo existir grande confusão em materia de aplicação e isenção de impostos, não obstante dispositivos cla das leis, adota o seguinte VOTO:

que a mesa do Congresso se dirija aos poderes públicos federais e estaduais encarecendo a urgencia e necessidade da expedição de medidas administrativas que, neste assunto, ponham termo ás incertezas que tanto prejudicam os legitimos interesses dos produtores agremiados em cooperativas e podem levar á ruina completa muitas destas sociedades em razão das surpresas do fisco.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Adolpho Gredilha, relator
Manoel Pizarro
Antonio Candido Franco
Domingos Branco Ribas.
Achilles Caleffi

S U G E S T Ã O

Na qualidade de Presidente da Cooperativa Sul Rio Grandense de Banha Limitada, com sede em Cruz Alta, e em seu nome, permito-me sugerir ao PRIMEIRO CONGRESSO COOPERATIVISTA DO RIO GRANDE DO SUL, que interfira junto aos poderes públicos, tanto federais como estaduais, no sentido de que sejam concretizados em lei especial os favores fiscais concedidos às cooperativas, afim de pôr termo á situação de incerteza, óra reinante neste particular, salvaguardando as sim os legitimos interesses produtores e das suas entidades economicas.

Em corroboração ao que acima ficou dito, seja-me licito mencionar o seguinte fáto:

A sociedade que presido foi fundada de acordo com o decreto n.º 22.239, de 10 de Dezembro de 1932, decreto esse que isenta do imposta sobre a renda as cooperativas que se tenham constituido conforme determinam as suas disposições. Clara e taxativamente a lei assim a estabelece, não deixando motivos para duvidas.

Entretanto, para estar perfeitamente segura contra qualquer risco e resalvar sua responsabilidade perante os associados, a Diretorta da Cooperativa, por intermédio de seu diretor Comercial, endereçou uma consulta ao Exmo Snr. Dr. Paulo M. Monteiro de Barros, então assistente técnico da D. O. D. P. do Ministerio da Agricultura, nesta capital, que, respondendo-a, confirmou a existencia da isenção precitada.

Por isso, não pagámos o imposto sobre a renda.

Acontece, porém, que em Outubro deste ano, a Cooperativa vecebeu em sua sede a visita de uma comissão fiscal, encarregada de controlar a arrecadação desse tributo, e como a referida comissão tivesse constatado o não pagamento do imposto, fomos intimados á recolher a importancia do CENTO E TRINTA CONTOS DE RÉIS, aproximadamente, dentro do Prazo de 10 dias. É claro que o desembolso de tão respeitavel soma resultaria para a nossa Cooperativa numa situação bastante delicada, a que felizmente não se verificou, mercê da providencial intervenção do Exmo. Snr. Interventor Federal, e o recurso que interpuzemos aguarda, agora, o seu necessario julgamento.

Creio ter justificado, embora suscintamente, a necessidade do que sugiro, razão por que tambem aguardo o necessario apoio do Congresso.

Sala das Sessões em Porto Alegre, 9 de Dezembro de 1938.

Carlos Schaffazick,

Presidente do Coop. S. R. G. de Banha Ltda.

P A R E C E R

Parecer sobre a moção apresentada pelo Antonio Sirena, em nome da Cooperativa Viti-Vinicola Barrense Ltda, de José Bonifacio.

O trabalho apresentado pela Cooperativa Viti-Vinicola Barrense Ltda. merece desta Comissão as seguintes considerações:

- 1.^a -quanto ao preço livre para a compra de vinho e de uva que a cooperativa em apreço sugere quer-nos parecer que o mesmo não é questão essencial porquanto o verdadeiro preço aquele que a cooperativa distribuir no final da safra depois de vendido o produto. Si assim não fosse equivaleria dar um preço comercial de compra dade passaria a ser, nesse caso, uma verdadeira compradora dos produtos dos seus associados o que se afasta dos princípios cooperativistas.
- 2.^a - quanto ao fáto alegado pela Cooperativa Viti - Vinicola Barrense Ltda. de que o Instituto Rio Grandense do Vinho "TRABALHA ABSOLUTAMENTE CONTRA A LEI N. ° 581 DE 1-8-38, somos de parecer que a citada cooperativa deverá leva-lo ao conhecimento dos Serviços Publicos de Assistencia do Cooperativismo ou seja O D. 0. D. P. e a Secção de Organização Economica da Secretaria da Agricultura afim destas repartições tomarem providencias cabiveis quanto aos atos contrarios á referi da lei praticados pelo Instituto.
- 3.^a - quanto ao serviço de fiscalização dos tecnicos contratados pela Cooperativa, esta deverá servir-se dos atuais ser- viços de assistencia tecnica que a Secretaria da Agricultura mantem atravez dos seus instrutores-enologos, com cujo serviço o município de José Bonifacio acha-se contemplado.
- 4.^a - que se officie ao sr. Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no sentido de que seja intensificado ainda mais o serviço de fiscalização do imposto de consumo na parte que diz respeito á venda de vinho sem selos feita por pequenos produtores isolados o que prejudica de fato os contribuintes honestos que sofrem com isso a competição do contrabando.
- 5.^a - que o Congresso nomeie uma comissão permanente com a finalidade de estudar junto aos estabelecimentos de crédito rural uma fórmula pratica e acessivel para concessão de crédito ás cooperativas Viti-Vinícolas afim destas.

atenderem às suas safras, ou sejam a cultura dos vinhedos e as vinificações.

- 6.ª- que inviável a distribuição de uma parte da taxa de cooperação às cooperativas viti-vinícolas porquanto esta taxa creada especialmente para a auxilio da pecuaria arrecadada sómente entre os que de dedicam á atividades pastoris, e não seria justo que estes contribuissem para auxiliar a vitii-vinicultúra.

Sala das Sessões, 9-12-38.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Arthur Rech, Relator
Adolpho Gredilha
Domingos Branco Ribas.
Achilles Caleffi
Antonio Candido Franco
Manoel Pizarro

PELA COOPERATIVA VITI-VINICOLA BARRENSE

Deixar livre o preço do vinho e das uvas, conforme as situações das Cooperativas. As Cooperativas de Vinho de pequena produção não podem pagar os preços para a vinho e uva estipulados pelo Instituto do Vinho.

O Instituto do Vinho representa um verdadeiro absurdo no solo dos verdadeiros produtores vinicultores, trabalha absolutamente contra a lei n.º 581, de 1.º de Agosto de 1938. Limitar o preço do vinho nos mercaclos consumidores no norte.

E' preciso que o governo consiga tecnicos competentes e para verificar se os das mesmas são competentes.

Procurar nomear um fiscal Federal para fiscalizar as cantinas onde a Diretoria da Cooperativa achar necessario para os mesmos cumprirem as obrigações que não possa vender o seu vinho sem ser selado na forma da lei.

Possivelmente abrir créditos até a metade do capital de cada Cooperativa que acham em principio, capital deficiente, com juros modicos e prazo minimo de 6 mezes.

Formar a Federação das Cooperativas em conjunto de todas as classes produtoras.

Que uma parte da taxa de cooperação seja distribuida em beneficio das Cooperativas.

Antonio Sirena.

O Sr. Raul Cunha - Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Raul Cunha - Quanto ás téses e considerações brilhantes expostas e bordadas no Congresso com genial e fasci-

nantes ensinamentos doutrinários Cooperativistas - peço licença a assembléa a ao competente e magistral pregador, ilustre Dr. Renato Costa, apesar de ser, talvez, o mais obscuro dos colonos aquí congregados, fazendo parte da Diretoria e representação da Sulina, neste conclave, para ponderar algumas objeções resultantes de observações e fatos colhidos na prática e na experiencia, que determinam muitas vezes, procedimentos razoaveis, justos, honestos e bem intensionados, apartando-se das boas teorias, doutrinas e regras mas, que no entanto se tornam absolutamente necessários a aplicáveis como remédios da boa intenção de salvar a entidade de um fracasso completo ou de mal maior. E isto aconteceu conosco (Sulina) em 1937 e depois, creando-se, ao iniciar-se a safra, a praxe (não prevista) de fazer-se, ao novo sócio produtor, um adiantamento de crédito, no ato da entrega da sua mercadoria, para evitar a desersão, em massa, dos associados e consequente . retraimento a negativa absoluta da mercadoria. Porque?! porque o nosso colono e sócio diante do desastre de 1936, ainda recente, não acreditavam mais no reerguimento da Cooperativa, pela ação da sua nova diretoria, considerada, entre incapaz de remediar e contornar os prejuizos de ordem material e comercial, determinados por força maior, ou fenômenos imprevistos oriundos de excesso de chuvas a enchentes repetidas, fatores determinantes das más condições de sanidade em que chegou a fruta ao mercado consumidor de Buenos Aires.

Por outro lado também tornava-se necessário o uso de uma medida de atração porque tendo, a Sulina, um grande nú mero de sócios com seus pomares localizados nas proximidades da séde de uma firma comercial nossa concorrente e que conhecendo a nossa situação, não poupava tempo a esforço para atrair e fascinar os nossos associados daquela região, que lhes ficava muito próxima e acessível.

De acordo com a nossa particular observação e modesto modo de raciocinar, pensarnos qua as boas teorlas, doutrinas a leis, devam, de início, demandar boa adaptção, guiando-se por um critério liberal, suasório e tolerante, de acordo .com o pafz, estado ou lugar, meio ambiente, tomando-se em conta a raça, origem, disciplina, grão de educação, usos, costumes, cultura material, moral a espiritual, do povo que abraça ou vái abraçar essa doutrina ou merecer a sua aplicação, não se esquecendo a profissão e os frutos dessa profissão e a natureza da produção ou mercadoria, que julgamos também merecedora de adaptação razoavel das leis que as cercam e processem. (Palmas).

O Sr. Gastão Englert - Peço a palavra. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. GASTÃO ENGLERT - Sr. Presidente, parece-me que foi bastante discutida aqui nesta assembléa a questão de "compra", "paga" e "preço".

Vamos pôr questão nos seus devidos termos: o cooperativismo ideal exige que não se compre coisa alguma de quem quer que seja e que não se pague preço nenhum, a não ser depois de liquidada a venda do produto.

Mas nós temos muitos ideais na vida, pelos quais nos batemos a hora da morte, sem poder realizá-los.

Nós vivemos, no nosso Estado e no Brasil, num ambiente que ainda não permite alcançar ou cumprir integralmente êste ideal cooperativista.

Si quizermos fazer o cooperativismo, devemos adaptá-lo ao meio em que desejamos executá-lo, sem perder de vista, claro, o grande ideal que pretendemos alcançar.

Eu quero afirmar que se nós dessermos aqui tudo, a propósito dessas irregularidades, muitos companheiros ficarão aqui, mas muitos irão saindo. Não que não compreendam a necessidade, que não conheçam o ideal, que não queiram cumpri-lo. E' que se êles quizerem ficar dentro do ideal, terão de fechar as suas cooperativas, até que os colonos se eduquem.

Esta é, senhores, a verdadeira situação.

E' muito bonito de se dizer, como afirmou o ilustre Presidente, que nós todos conhecemos e admiramos, "vamos aconselhar" aos colonos que vendam o seu produto para quem lhes ofereça preço, reservando uma quota para a cooperativa".

Mas devemos compreender que temos cooperativistas que têm cêrca de mil contos em instalações e que essas instala precisam ser conservadas e o aparelhamento técnico precisa ser posto em movimento. E para isso é necessário dinheiro. Uma organização dessas não pôde ficar parada um, dois anos, a espera de oportunidade para trabalhar.

Sem quere alongar-me, desejo, entretanto, por as cousas nos seus verdadeiros lugares, sem perdermos tempo com discussões e divagações sôbre princípios que estão no conhecimento de todos e que se nem todos cumprem porque a situação não permite.

Nós estamos á testa de uma organização de caixas rurais, organizadas muito antes da lei de 1907, que era liberalíssima e já no congresso do Rio de Janeiro, em 1927, pediamos fiscalização.

Ora, o nosso sistema de organização levou 10 anos para se fazer compreender, não vai tão longe, mas para ser compreendido pelos próprios conselhos, diretorias e gerentes, até que hoje já temos um serviço mais ou menos organizado.

Portanto, muito facil dizermos - vamos organizar uma comissão permanente, vamos manter fiscalização, vamos fazer a federação, mas com isso não haverá resultado. O que é necessário é a constante doutrinação.

O problema das cooperativas é o problema escola, da estrada. Vamos abrir estradas para que possam entrar as escolas para dentro dos nossos centros rurais e com ela entrar a educação, a alfabeitzação, para, depois, entrar a doutrina do coope rativismo.

Esses congressos são bons porque nos fazem conhecer uns aos outros e aqui nos é dado esclarecer os nossos problemas, mas a solução não encontrada aqui. A solução não virá com as providências que pedirmos, nem com os decretos que forem baixados. Quanto mais decretos, maior confusão e maior será a falta de cumprimento da lei.

Nós precisamos educar a nossa gente, mas, para isso, precisamos dar tempo ao tempo.

Vamos corrigir os êrros, mas vamos acreditar na bôa fé do colono, na bôa vontade dos seus dirigentes e vamos sanar os êrros onde existem. Mas não vamos castigá-los por não terem cumprido os seus deveres, nem vamos com excessos de favores fiscais para se organizarem em simples casas comerciais.

Sr. Antonio Candido Franco - Mas V. Ex. está sendo incoerente. V. Ex pregou que as cooperativas não deviam se afastar da compra e venda e agôra está condenando as que se transformam em casas comerciais.

Sr. Gastão Englert — Eu não preguei o falso cooperativismo. Eu sei que o cooperativismo ideal não permite a compra e venda, mas o adeantamento e o retôrno.

O Sr. Renato Costa -- E fóra disso existe burla lei e aos princípios cooperativistas!

O Sr. Gastão Englert -- E eu não defendo outro ponto de vista que não seja êste. Estou dizendo simplesmente que onde não é executado êsse cooperativismo ideal é porque as condições regionais não o permitem e não porque haja má vontade.

O Sr. Renato Costa -- O que o colono não pôde ser mal orientado, de inicio. Como em tudo quando de princípio se começa errado, dificilmente se fará mais tarde o reajustamento.

O Sr. Gastão Englert -- Não estou, de forma alguma, defendendo o cooperativismo de compra e venda.

O Sr. Renato Costa --V. Ex. está homologando a situação atual!

O Sr. Gastão Englert — Estou dizendo que precisamos doutrinar e está claro que devemos seguir e propugnar, com to das as forças que tivermos, pelo bom cooperativismo. Este é

o caminho que devemos seguir, mas os êrros que forem cometidos no passado não pôdem ser derimidos de um momento para outro. Devemos transformar e melhorar o quo está errado e chegar ao grande ideal que é a cooperativismo puro.

Quero, Sr. Presidente, que eu seja bem entendido. Eu, absolutamente, não me presto a fazer propaganda para um cooperativismo que não procure o ideal, que é do conhecimento de todos.

(Palmas)

O Sr. Edison Cavalcanti Maia -- Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, pedi a palavra para apresentar alguns reparos ao que vem de dizer o nobre e ilustre congressista sr. Gastão Englert, no que se refere á assistência do Govêrno ás cooperativas.

Disse S. Ex. que não adiantavam leis, que essas nada resolviam, servindo apenas trazer confusões, o mesmo acontecendo com os congressos, que nada resolviam.

Quero esclarecer, senhores congressistas, que o Govêrno se acha bastante interessado na solução dêsses problemas e a prova disso está em que foi êle próprio quem promoveu êste Congresso, por intermedio da Delegacia que dirijo neste Estado.

(Muito bem. Muito bem).

Este congresso foi organizado pelos produtores riograndenses. O Govêrno o organizou para ouvir dos produtores as suas sugestões e indicações tendentes á resolver suas dificuldades, e a comissão indicada para o estudo do que aqui se debater, irá pôr em execução as conclusões a que chegarmos, porque não êste, um congresso de teóricos.

(Muito bem).

Eram estas. Sr. Presidente, as ponderações que desejava fazer, como funcionário do Ministério da Agricultura, e como promotor da realização deste conclave.

(Palmas)

O Sr. Gastão Englert - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Gastão Englert -- Sr. Presidente, senhores congressistas, parece-me que não fui bem compreendido na minha exposição. O Dr. Renato Costa entendeu que, pelo fato de haver eu falado em divagações, me referia á sua brilhante oração, e o Sr. Representante do Ministério da Agricultura viu nas minhas palavras uma crítica ao Govêrno, com relação ás suas providências, como se eu desejasse menosprezar as conclusões que o congresso venha a tomar.

Longe disso. Se eu quizesse me colocar neste ponto de vista, não estaria aqui dentro.

O que eu queria frizar é a necessidade da educação, para depois serem tomadas todas as outras medidas. O cooperativismo sem o apóio integral do Governo, sem a colaboração de todos os poderes públicos, não se realiza. Declaro que uma série de decretos novos não resolve o caso, porque o que precisamos antes de tudo é a doutrinação.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia —E' o que estamos fazendo agora.

O Sr. Gastão Englert — Perfeitamente. Apenas eu queria esclarecer perfeitamente as minhas palavras, para que não fique pairando no espírito de quem quer que seja qualquer interpretação menos justa a propósito das minhas intenções.

(Muito bem. Palmas).

O Sr. Presidente — Se algum dos senhores desejar fazer uso da palavra, estou pronto a concedê-la.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a presente sessão, convocando outra para amanhã, às 14 horas.

(A sessão é encerrada às 23,45 horas).

3.ª SESSÃO PLENÁRIA 10 DE DEZEMBRO DE 1938.

A 3.ª sessão plenária do 1.º Congresso de Cooperativismo do Rio Grande do Sul é aberta às 14,45 horas com a presença de elevado número de congressistas, sendo os trabalhos presididos pelo dr. Adolfo Ernesto Gredilha, representante do Ministério da Agricultura, na ausência do presidente efetivo, dr. Manoel Luiz Pizarro.

—:O:—

O Sr. Edison Cavalcanti Maia (Vice-presidente) — Declaro aberta a 3.ª sessão ordinária do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Tenho a satisfação de convidar o dr. Adolfo Ernesto Gredilha, meu companheiro de representação do dr. Artur Torres Filho, Diretor da D. O. D. P. do Ministério da Agricultura, para presidir aos trabalhos desta sessão.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Adolfo Ernesto Gredilha (Ao assumir a presidência) — Agradeço á assembléia a distinção que me acaba de conferir.

O sr. Secretário vae proceder á leitura do expediente.
O Sr. Secretário - Lê a seguinte:

E X P E D I E N T E

Sr. Edison Cavalcanti Maia, Rua Venancio Aires, 464 -
Porto Alegre. -

Expediente impossibilitado comparecer reunião
Congresso Cooperativista, ontem instalado, essa
Capital, motivo força maior, designo-vos e mais dr.
Gredilha, representar Diretoria, augurando melhores
resultados finalidades Congresso.

Saudações

Artur Torres Filho, Diretor.

- : O : -

Presidente Congresso Cooperativista, General
Camara, 78 - Porto Alegre - De Novo Hamburgo.

Apresento melhores votos feliz êxito Congresso
Cooperativista, motivo doença familia, deixo comparecer, tendo
autori sado cidadão J. Albino Both representar-me.

Saudações

Leopoldo Petry (Pr. União Popular).

- : O : -

Ilmo. Sr. Presidente Congresso Cooperativista,
Federação Associações Rurais, Avenida Borges de
Medeiros, Edifício Rural - Porto Alegre.

Sociedade Cooperativa Cebolas Rio Grande, para os
devidos fins leva ao conhecimento Vossencia que será
representada nêsse altruístico Congresso, pelo Exmo,
Sr. Dr. Renato Costa.

Saudações

José Morgado Diretor Presidente.

- : O : -

Curitiba, 8 de dezembro de 1938.

A' Comissão organizadora do 1.º Congresso Cooperativista
do Rio Grande do Sul - Rua General Câmara, 78, 2.º andar. -
Porto Alegre.

Por indicação do meu prezado amigo Dr. Darío Brossard,
solicito dessa Comissão a fineza de me enviar uma relação das
cooperativas agrícolas e mdustriais do Rio Grande, com os seus
respectivos endereços.

Minha função de Delegado Técnico nos Estados do Paraná e Santa Catarina, da DODP do Ministério da Agricultura, me leva a lhes solicitar êsse obsequio pelo qual ficarei sumamente grato. Almejando pleno êxito ao Congresso,

cordeaes saudações.

Antônio Bacilla, Delegado Técnico da
DODP, M. Agricultura.

Endereço: Rua Brigadeiro Franco n.º 1859- Curitiba.

- : O : -

Porto Alegre, 2 de dezembro de 1938.

Ilmo. Sr. Edison Cavalcanti Maia, M. D. Vice-Presidente
do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul. — Nesta
Capital.

Acusando a recepção do vosso atencioso convite para assistirmos ao ato inaugural do 1.º congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, a realizar-se nesta Capital, no dia 8 do corrente mês, confessamo-nos sumamente agradecidos pela vossa gentileza e auguramos, desde já, o mais completo êxito pelo referido certame.

Saudações cordeaes

João Hygino de Carvalho

Ajudante, respondendo pelo expediente.

- : O : -

Porto Alegre, 8 de Dezembro de 1938.

Sr. Vice-Presidente e mais membros da Comissão
Central do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio
Grande do Sul — Porto Alegre.

Tenho o prazer de acusar o recebimento do vosso convite de 30 de novembro último, para assistir o ato inaugural do referido Congresso a realizar-se em de dezembro corrente.

Agradecendo a amabilidade do vosso convite, ofereço, com o maior prazer a colaboração desta Inspetoria Regional, no que estiver ao seu alcance, e a minha em particular.

Com os protestos do meu apreço e elevada consideração, apresento-vos as minhas.

Atenciosas saudações

Dr. Carlos Alberto de Campos Pantoja.
Inspetor Chefe.

O Sr. Presidente - O sr. Secretário vae proceder, agora, á leitura da ata da sessão anterior.

E' feita a leitura da ata.

O Sr. Presidente - Está em discussão. Si nenhum dos nhores deseja fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. Está encerrada. Em votação. Os srs. que a aprovam, queiram manter-se sentados.

(Pausa)

Aprovada.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia, Vice-presidente, lerá, agora, como já temos feito nas sessões anteriores, um resumo das téses e os respectivos pareceres elaborados pela Comissão de Estudos.

TÉSE N.º 8

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, a 8 de Dezembro de 1938, adota o seguinte voto:

As Cooperativas de Aguardente FARROUPILHA e IJUENSE e Agrícola São Pedro, trouxeram ao Congresso dois trabalhos versando sobre o mesmo assunto, resolvendo a Comis são relata-los conjuntamente, chegando ás seguintes conclusões:

1.º - Aceitar as sugestões constantes do item da Moção apresentada pela Cooperativa "Farroupilha".

2.º - A Comissão é de parecer que em face da forma atual de organização das cooperativas de Aguardente, torna-se impossível pleitear a isenção do irnposto do "fabricante".

Entreanto cabe áquelas organizações, para isentar-se do pagamento do referido tributo, de acôrdo com a legislação Estadual sobre o assunto, modificar sua maneira de trabalho, fazendo com que os produtores em vez de entregar a aguardente fabricada, o faça, entregando a materia prima - no caso a cana -, instalando a cooperativa por sua conta os alambiques necessarios a industrialização da produção de seus associados.

3.º - As cooperativas não devem pleitear onus á produção ainda que exercida em carater privado, pois seria cercear a liberdade do consorcio, ás organizações cooperativas cabem interferir junto ao poder público para uma definitiva regulamentação dos favores outorgados ás mesmas, evitando desta forma os vexames decorrentes da fiscalização exercida por funcionarios do fisco nem senipre de acordo com a legislação sobre a materia.

4.º- Aprovar sem restrições todo e qualquer movimento que venha coíbir o contrabando; . .

5.º- Aprovar também in-totum as sugestões apresentadas pela cooperativa Ijuíense, referente ao imposto de consumo, encaminhando esse trabalho ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, 9 de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, . Presidente

Antonio Candido Franco, Relator

Fanoel Pizarro .

Domingos Branco Filho

Achyles Calóffi

Antonio Labourdeth

Adoipho Gredilha.

M O Ç Ã O

para apresentar sugestões ao 1.º Congresso Cooperativista a realizar-se neste Estado.

- 1.º - Lembrar a grande conveniencia, tanto para o fisco como para os cooperativistas de ter um deposito único de aguardente na cantina da sociedade, comprando-se os respetivos selos na hora do embarque da mercadoria, pois fazendo-se como atualmente obriga a lei, dá margem a grandes contrabandos, no momento em que não for pos sível trazer para o deposito a aguardente, pela falta de numerario na ocasião, para compra dos selos. Nessas condições.poder-se-ia tirar o stock de cada um e remeter á Exatoria para fins de controle.
- 2.º Anular o sistema atual de pagar imposto "por fabricante" e sim uma taxa fixa paga pela Cooperativa ou estabelecer uma taxa "por litro".
- 3.º - Os fabricantes fora da sociedade deverão pagar um imposto ou taxa a mais dos socios, . seja para obriga-los de um certo modo a entrar na Cooperativa , ou para evitar o grande mal que fazem dando a entender que só fabricam para o gasto ao passo que vendem de contrabando, como tivemos ocasião de constatar, milhares de litros de aguardente.
- 4.º - Um grande passo será dado quando o governo conseguir, pelo menos diminuir o grande contrabando que reina no interior do Estado com uma fiscalização mais eficiente, como por exemplo medindo os canaviais para poder controlar a sua fabricação e consumo.

André Argenta.

Senhor Presidente do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul - Sala das Sessões.

S U G E S T Ã O

As Cooperativas de Alcool e Aguardente representadas neste Congresso, pedem venia para sugerir que fosse por ele encaminhado ao Exmo. Snr. Ministro da Fazenda, um memorial pleiteando a extensão dos favores fiscais concedidos aos fabricantes de vinho, compreendidos no art. 7.º, item 8.º e art. 93, do decreto-lei n.º 739, de 24 de Setembro de 1938, aos produtores de aguardente.

Dispõem as mencionadas normas:

Art. 7.º - São isentos do imposto de consumo:

Item 3.º - Os vinhos empregados como materia prima na fabricação de alcool e vinagre, quando os respectivos estabelecimentos fabris estiverem localizados na mesma circunscrição fiscal e pertencerem mesma firma.

Art. 93.º - Os lavradores fabricantes de vinho natural, empregando produtos da propria lavoura, poderão remete-los acompanhados da referida guia, modelo 13, tambem com o imposto a pagar, desde que a remessa seja feita fabricante registrado para o fabrico de vinho, estabelecido na mesma circunscrição fiscal.

Justificação: Justifica-se o que pleiteiam: a) Sem a isenção do imposto de consumo para a materia prima, isto é, da aguardente a ser transformada em alcool, ficariam os produtores de aguardente em situação de inferioridade ante os fabricantes de vinho, que gozarão da isenção do referido imposto de consumo, ficam em condições tão privilegiadas, que lhe permitem, comodamente, impedir a entrada nos mercados consumidores, do alcool fabricado a base de aguardente. b) Que as Cooperativas, em épocas de safra, devem receber grandes quantidades de Alcool e Aguardente dos seus associados, que, atualmente, devem vir acompanhadas dos respectivos selos de Imposto de Consumo. com isto ficam elas obrigadas a dispendir grande parte do seu capital, em adiantamento aos seus associados, para aquisição dos referidos selos, faltando-lhes, em consequencia dlisso, o numerario indispensavel para auxilia-los nas despesas decorrentes da safra. Nada mais justo que fosse concedido aos produtores de aguardente o direito de trazerem as cooperativas os seus produtos acompanhados da guia modelo 13, a que se refere o artigo 93. parte final, acima citado, com o Imposto de consumo a pagar, como é facultado aos fabricantes de vinho.

Paulo Kleman.

SUGESTÕES

apresentadas pelo Diretor Gerente (contratado) pela cooperativa Marcelinense . de Produtores de Alcool e Aguardente, com
sede em Marcelino Ramos, Município José Bonifácio.

Esta Cooperativa vai ser representada no Congresso á se realizar em Dezembro próximo pelo seu Diretor Julio Keller.

Esta Cooperativa, com 9 meses de existencia teve um movimento regular somente nos primeiros 6 meses, diminuindo sempre nestes ultimos 3 meses, o que pode ser observado nos balancetes mensais aqui juntos, motivou isto, falta de fiscalização, e a baixa provocada pelos clandestinos, naturalmente temos outro factor, que põe em duvida a existencia de cooperativas deste ramo, e este o desdobramento do alcool vindo de outros Estados, aonde é feito pelas grandes Usinas de assucar, de residuo da cana ou assucar. Outro factor desta baixa o que aliás nós não podemos acompanhar é a absoluta falta de Capital suficiente para enfrentar a safra de 3 meses, durante o ano.

Eu considero uma cooperativa organizada dentro das leis existentes, uma auxiliadora das repartições publicas, por tanto devem estar ISENTOS de todos os tributos, tanto o as sociado como a COOPERATIVA. . .

A lei obriga ao pequeno produtor adquirir estampilhas na Coletoria, e carimba-las na face e verso; devemos procurar modificar este sistema, pois as estampilhas devem ser compradas pela Coopetativa e inutilizadas com o carimbo da Cooperativa, na proporção das vendas, para evitar como até agora; temos que ter diversos contos de réis em seios, de acôrdo com o stock da agudente; lutando-se como estamos cbm falta de Capital vinha esta modificação trazer grandes vantagens, e para o fisco uma facil fiscalisação, pois se o produto é de uma cooperativa as iniciais devem combinar com os rotulos! A aguardente deve ser tiansportada do fabricante ao deposito de padronização da cooperativa acompanhada por uma Guia mais ou menos modelo XV, do regulamento de 16 de Junho de 1938! Esta vantagem foi creada, mas somente para as Cooperativas de vinho.

Todas as Cooperativa devem ser fiscalizadas, para saber-se se a Diretoria é composta de produtores, isto se é Cooperativa de produção.

As Cooperativas agrícolas devem ter auxilio numeraria do governo mediante juro, modicos, para poder pôr um ,produto uniforme no mercado, e conseguir assim com um produto padronizado o mercado estrangeiro, o que em nosso ramo falta por completo. As Cooperativas com o capital que as mesmas

tem, não podem enfrentar, depósitos de 200 ou 300 mil litros ou talvez um milhões de litros, durante os meses que não tem safra.

Não pode haver diferença entre uma Cooperativa e outra por não ter 40 associados, não está isento de seios mercantis, isto para evitar que as grandes cooperativas terminem com as recém organizadas, e outras por se organizar.

Estes seriam alguns dos pontos principais que devo apre sentar ao Congresso e ver se por intermedio deste conseguimos algo.

Saudações.

Julio Keller, Diretor Gerente.

Marcelino Ramos, 16 de Novembro do 1938.

-:O:-

A' Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

S U G E S T Õ E S

apresentadas pela Cooperativa Agrícola São Pedro sediada na Colonia São Pedro de Alcantara, distrito do municipio de Torres.

Cerca do cem colonos, residentes no municipio de Torres, constituem a Cooperativa Agrícola São Pedro, os quais, como é do dominio publico, possuem pequenos alambiques destinados ao fabrico de aguardente de cana.

A legislação federal determina que os fabricantes adquiram os selos de consumo, medida que a aguardente retirada do engenho, sendo, então, inutilizados. Acontece, porém, que a maioria dos citados colonos - gente, em geral, de escassa instrução - luta com dificuldades, facilmente compreensíveis, para corresponder ás exigencias fiscais. Daí a série de infrações, as quais, a todo rigôr, são frutos da ignorancia, nunca, em regra, consequencia de má fé.

O município de Torres é, pela sua propria topografla, urna sequencia de logares de difficil acesso aos portos do embarque, obrigando os colonos a penosos sacrificios, em particular na estação invernosa, que é, precisamente, quando a produção aumenta, para o transporte do seu produto, com a agravante ainda do prejuizo decorrente do derrame da mercadoria, que, exposta ao tempo, fica nas barrancas dos rios, dias a fio, até que as embarcações - que são de transporte explorado pelo Go-

verno do Estado—façam o seu levantamento. Acresce ainda a circunstancia que os colonos que se dedicam ao fabrico de aguardente são, por via de regra, de notoria pobreza, não dispondo de capital, além dos rudimentares apetrechos de lavoura e a pequena colonia em que cultivam a cana. Por isso, não dispondo de depositos apropriados, nem de vazilhame suficiente, se vêm, quasi sempre, impossibilitados de aproveitar totalmente a colheita da cana.

A Cooperativa possui nos dois únicos portos de embarque, tanque de cimento, de grande capacidade, aonde os seus associados poderiam ir depositando a mercadoria, para ser encascada em tempo oportuno, quando fosse preciso ser exportada. Entretanto, para isto teria a Coopertiva que dispender um enorme capital, pela exigencia de não poder o produto sair dos engenhos desacompanhado da respetivo seio do imposto de consumo. Nem os associados e muito menos a Cooperativa por todos, estão em condições de atender tal encargo.

Em face do exposto, vem a Cooperativa Agrícola São Pedro apresentar ao esclarecido espírito desse colendo Congresso, a seguinte sugestão que salvo melhor juizo, lhe parece o meio mais facil de amparar os vitais interesses do colono e ao do Fisco:

Fosse permitido aos produtores levar a aguardente ao deposito da Cooperativa, acompanhada de "GUIA" da repartição federal, sendo, quando vendida, pagos os impostos de direito.

À Extratoria Federal manteria uma escrita, por onde seria a Cooperativa debitada pelo imposto relativo a cada GUIA fornecida e creditada pelos selos que fossem sendo adquiridos.

- : O : -

Com esta modalidade, facilitaria ao produtor maior ex sem o menor risco para o fisco e sem o onus pezadissimo de adiantamentos do valor dos selos, mais elevado do que o custo da propria mercadoria.

Cabe notar, que a Cooperativa tem o maior interesse proprio em não defraudar os cofres públicos, o que, se necessario, seria de facilima dernonstração positiva. E desapareceriam concomitantemente os que, ilaueando a bôa fé dos colonos, arrastam-nos vezes a delitos, oferecendo vantagens aparentes, com prejuizo para os proprios colonos e para economia nacional.

A nossa sugestão que enquadra-se perfeitamente na "concretisação dos favores fiscais as cooperativas em lei especial",

visa, como ficou amplamente demonstrado, maior segurança para a arrecadação dos impostos, maior facilidade para o desempenho da ação fiscal e melhor resultado para os que se dedicam ao plantio da cana e vivem do seu produto.

Outra sugestão que nos permitimos apresentar a esse colendo Congresso, é a que se refere agraduação da aguardente:

O regulamento do imposto de consumo, para efeito da taxa de selo, prevê a força alcoólica até 54° Gay Lussac, o que corresponde a 20½° Cartier, para aguardente.

Afim de evitar-se que o produto seja alterado, concorrendo não só para a desvalorização da mercadoria, como o seu aumento, pelo adicionamento da água, solicitamos fosse também pleiteado, junto aos poderes competentes, a base mínima de 49° Gay-Lussac, ou seja 19° Cartier, para a força alcoólica da aguardente.

Torres, 5 de Dezembro do 1938.

Francisco Haingenseder, Diretor-Presidente
Gervario Mario Bernd, Diretor-Comercial.

O Sr. Presidente - Está em discussão o parecer, Si nenhum dos srs. deseja fazer uso da palavra, vou submetê-lo a votos. Está em votação. Os srs. que o aprovam, queiram manter-se sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Vamos passar á discussão da tése n.º 9

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, peço palavra.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Edison Cavalcanti Maia.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, peço permissão para fazer, não só a leitura do trabalho apresentado pela Sociedade de Alcool e Aguardente de Ijuí, como também para ler um recorte de jornal, que o acompanha.

Ao mesmo tempo, sugiro a casa seja enviado uma cópia deste trabalho ao Conselho Técnico de Economia e Finanças pois o telegrama, cujo texto vou ler dentro em pouco, enviado ao Conselho pelos engarrafadores do Alcool e Aguardente de Santa Maria, teve certa repercussão em seu seio.

O trabalho em apreço, apresentado pela Cooperativa de Alcool e Aguardente de Ijuí, o seguinte: TESE N.º 9

Ilmo. snr. Presidente do Primeiro Congresso das Coope rativas do Rio Grande do Sul. - Nesta Capital.

Dando cumprimento ao mandato recebido do Primeiro Congresso das Cooperativas, na qualidade de membro da comis-

são de estudos e pareceres dos Trabalhos apresentados ao mes e me tendo sido entregue o trabalho apresentado pela Coorativa de Alcool e Aguardente de Ijuí, para relatar e opinar, venho em termos suscintos expor-vos minha opinião:

- 1.º - Sendo um assunto que só diz respeito a uma classe não Cooperativada, como a reclamante, ao poderes publicos compete resolver na sua alta sabedoria;
- 2.º - A Isenção concedida á Cooperativa de Ijuí é a prevista em lei portanto não é ODIOSA;
- 3.º - Cabe reclamante unicamente o direito da congregação de suas; possibilidades em Cooperativa, para usufruir das isenções referidas em lei;
- 4.º - Ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado, compete julgar da Improcedencia do alegado, apresentado pelos engarrafadores de Alcool e Aguardente de Santa Maria.

E' este o meu parecer.

Domingos Branco Ribas, chefe do Dep. Comercial da Coop. dos Empregados da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

A COMISSÃO:

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente.
Adoipho Gredilha
Achilles Caleffi
Arthur Rech
Antonio Candido Franco
Manoel Pizarro
Ataliba Coutinho.

- : O : -

AS COOPERATIVAS DA PRODUÇÃO DE ALCOOL E AGUARDENTE E OS FAVORES FISCAES.

A "RAZÃO", jornal que de edita na cidade de Santa Maria, no seu numero de terça-feira, 29 de Novembro de 1938, publica um protesto dos engarrafadores de ALCOOL e AGUARDENTE, daquela cidade, e o qual está encabeçado pela seguinte epigrafe em letras garrafais:

NA EMINENCIA DE . FECHAR AS PORTAS!
descrevendo em, seguida o telegrama passado pelos engarrafadores ao Snr. Leopoldo Bastian, membro do Conselho Tecnico de Finanças do Estado:

Engarrafadores locais apelam ao ilustre representante do comercio no sentido de serem sustados de imediato

os favores odiosos dados á Cooperativa de Ijuhy que, independente de gozar da isenção de impostos industriais, de profissões e vendas mercantis, sua séde vem estabelecendo em cada municipio um deposito com porta aberta para seu produto, onde engarrafa, mercadejando de caixa em caixa com aqueles que vem pagando pontualmente todos os impostos ao Estado. Parece-nos haver engano de interpretação no Tesouro do Estado, porquanto pelo decreto federal está sento em sua sede e não nas demais praças que estabelece como acontece nesta cidade, onde estamos na eminência de fechar as portas por causa deste privilégio, muito peor que o sindicato. O exator estadual local poderá informar melhor o prejuízo que acareta ao estado e ao comercio. Para augmentar, somente neste município fecharão todos os engarramentos e mais de 30 fabricas que deixarão de contribuir para o estado com acima de quarenta contos anuais. A referida cooperativa aqui, gozando de todas as isenções, abriu. hontem, o seu engarrafamento. Confiando no seu elevado espírito de justiça, esperamos a revogação immediata, pois caso contrario teremos de encerrar as portas, dispensando inumeros empregados. Saudações: a) Fortunato & Cia. - Glacomo Tedesco - Carlos Copetti & Irmão - Manoeli & Cia.

Encarando este protesto mais de perto, verifica-se que aberra em absurdos, e em absoluto não procede, pois não se trata do favores odiosos, nem se cogita do prejudicar 30 fabricantes de aguardente, como com os dados seguintes provaremos.

Geralmente não é bom conhecido nem nas classes dos produtores nem do comercio o sitema e a idéa cooperativista. Infelizmente até bem pouco a maior parte das Cooperativas existentes eram sociedades fitícias creadas com o fim especial do lesar o fisco, escapando do pagamento de impostos, que o comerciante isolado deve contribuir aos cofres da Nação. Não acontece o mesmo com as verdadeiras cooperativas legalmente registradas e compostas do produtores de facto. A estas entidades de classe o benemerito Govêrno da República procura estender o seu auxilio, amparo e proteção. Ainda mais com o advento do novo decreto-lei n.º 581 de 1.º de Agosto p. p. regulamentando a severa fiscalisação destas sociedades que gozam certos favores fiscais, facilitando a criação de cooperativas livres, teremos um nova surgimento cooperativista em todo o paiz. E' pensamento principal com estes privilegios am-

parar uma classe de trabalhadores humildes, ordeiros a qual contribui grandemente para o progresso do nosso país.

Este mencionado decreto-lei permite as cooperativas agrícolas a criação de agencias fóra da área de ação, para os seus serviços. Nada mais natural, que a Cooperativa do Ijuhy, se prevalecesse desta disposição legal, procurando instalar nas praças consumidoras as suas agencias para os seus serviços. Estes serviços são a colocação dos produtos dos seus associados, pois seria mesmo um contrasenso, si fosse aos produtores congregados em uma entidade só permitido levar os seu produtos aos armazens da Cooperativa e daqui entregar outra vez ao intermediario. Procura-se justamente facilitar, que o produtor coloque o seu produto o quanto mais perto do consumidor, e isso só é possível por meio de agencias, ou postos de vendas das ou entrepostos ou cousa que valha.

Pelo decreto- lei n.º 301 de 24 de Fevereiro de 1938, foi regulamentado o commercio de aguardente, que obriga o engarrafamento desta mercadoria para ser vendido ao varejista. Como o produtor, que está congregado em uma cooperativa pode colocar o seu produto ao commercio sem engarrafa-lo? São simplesmente as circunstancias especiais que obrigam a Cooperativade proceder o engarrafamento nas suas Agencias, pois as tarifas altas da Viação Ferrea não permitem que o produto já sai engarrafado da Serra para a Fronteira. Nem se conseguirá tanta vasilhame aqui na Serra, para atender os pedidos da Fronteira. Não tem pois cabimento o protesto dos engarrafadores de Santa Maria no que se refere, que a Cooperativa está engarrafando e mercadejando de caixa em caixa.

No seu protesto os engarrafadores se referem a favores odiosos concedidos as Cooperativas. Erram neste ponto totalmente os reclamantes, pois a maior parte dos favores já por força de lei são concedidos a todos os produtores agrícolas. São isentos do imposto sobre vendas mercantis os produtores cuja colheita não passa de 20 contos de reis, considerado a venda destes produtos agrícolas como sendo a primeira transação.

No sistema Cooperativista, tratando-se como no caso da Cooperativa do Ijuhy, que está composta de produtores, da primeira transação do produtor, quando entregue o seu produto ao comerciante, e por isso de facto por força de lei ele esta isento do Imposto de vendas mercantis. Não se trata pois de um favor odioso

As outras contribuições não são de grande alcance para fazer esta balburdia, nem existe motivo razoavel para isso, pois uma vez que o produtor já pagou o seu Registro Patente e o seu imposto sobre industria e Profissão não seria cabivel que

reunido em uma cooperativa esta ultima fosse obrigada a pagar outra vez estas tributações. Pois a Cooperativa é o proprio produtor que já pagou estes impostos. Aonde ficam os favores odiosos?

As Cooperativas tem a função de eliminar o intermediario, e justamente no ramo de aguardente se fará sentir as vantagens, que trazem estas entidades para os cofres da União. Não ha produto, que facilite tanto o contrabando e fraude como a aguardente. Todos que trabalham neste ramo sabem muito bem que os engarrafadores adulteram o produto que recebem do produtor. Mas como consigam os selos de consumo para entregar este produto adulterado legalmente selado ao consumo? Não ha praça da Fronteira onde não existam os compradores de selos de consumo de aguardente, provenientes do artigo vendido para fóra do país. Nem só que adulteram o produto mas lesam escandalosamente o fisco.

Naturalmente agora com a nova lei do engarrafamento, não há mais tantas probabilidades de lucros deshonestos, e ainda mais existindo um engarrafamento dos produtores, que forneçam no consumo um produto puro de boa qualidade, e que não fazem negocios com solos usados. Aqui surgiu mais um fiscal indesejavel, que controla nem só o produto, mas tambem a selagem legal, pois dispõe o artigo 5.º letra C dos estatutos da mencionada Cooperativa de Ijuhy, o seguinte:

COMBATER AS FRAUDES E AS FALSIFICAÇÕES

O protesto menciona tambem, que com esta vantagem concedida a Cooperativa de Ijuhy, ficarão prejudicados mais de 30 fabricas que se vêm na eminencia de fechar as suas portas tambem. Não tem cabimento nenhum esta alegação; pois com certeza trata-se de fabricas de aguardente na zona colonial daquele Municipio, e tem estes o mesmo direito de congregar-se em Cooperativa como fizeram os produtores de Ijuhy. Temos aqui um exemplo flagrante da vantagem oferecido pelo Govêrno aos produtores organizados, e os produtores isolados.

Paulo Klemann

E' esta a defeza apresentada pela referida Cooperativa.

Peço, por isso, seja remetida uma cópia áquele Conselho, para que os seus membros fiquem ao par do ocorrido.

O Sr. Presidente — Está em discussão o parecer da Comissão de Estudos, juntamente com a tése e o adendo do sr. Edison Cavalcanti Maia.

O Sr. Artur Fischer — Peço a palavra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente -Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Artur Fischer - Sr. Presidente, o assunto, óra em discussão, de tamanha importancia, que vale pena o debate.

O telegrama, enviado pelos comerciantes de Santa Maria no Conselho Técnico de Economia e Finanças, certamente impressionou aos seus membros, porque, efetivamente, pelos seus termos, uma grande porção de comerciantes está na iminencia de fechar as portas e de morrer míngua, tudo porque uma cooperativa de outro município instalou uma agencia naquela cidade, afim de colocar os seus produtos.

Não se pôde confundir, de modo algum, as atividades ni tidamente comerciais, com as atividades que caracterizam as Cooperativas.

O ato destas não é de comerciar; logo não pôde incidir sobre elas, o imposto de industria e profissão que recáe sobre o comerciante, que é o intermediário.

E tanto assim, que a lei orçamentária de 1938 prove, claramente, essa isenção para as cooperativas, nos . moldes da legislação federal.

Toda e qualquer Cooperativa, que se organizar dentro dos moldes daquela legislação, está isenta de imposto de industria e profissão.

A Cooperativa do Ijuí está neste caso, pois se acha registrada no Departamento de Defeza e Organização da Produção, do Ministério da Agricultura.

Si foi colocar o seu produto fóra do município, ainda as sim não praticou o comércio, porque pôde, de acordo com o regulamento, pôr o seu produto engarrafado, em qualquer parte do Estado. . .

Assim agindo, beneficia o consumidor, que recebe um produto genuino, pois a melhor defeza do intermediário está justamente na sua adulteração.

Nestas condições, parece-me que o trabalho apresentado pela Cooperativa de Ijuí merece a aprovação unânime desta Casa, muito principalmente porque aqueles que protestaram o fizeram apenas, por se verem prejudicados na sua ação menos honesta.

E, si o fáto de uma Cooperativa abrir uma agencia fóra de sua área, - o que permitido pelo último decreto lei - veio por em dificuldades um grande número de intermediários, a ponto de fecharem as suas portas, creio que não haveria outra salvação para o comerciante, porque, mesmo que as cooperativas estivessem dispostas a pagar o imposto, teriam êles de fechar as suas portas da mesma maneira.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Precisamente, porque o imposto insignificante.

O Sr. Artur Fischer - Perfeitamente.

Com relação ao mesmo assunto, quero trazer ao plenário um outro caso interessante e para o qual chamo a atenção dos srs. congressistas.

E' a seguinte: no fato de uma cooperativa gozar dos benefícios da isenção de certos impostos, como êste de industria e profissões, não ha nada de extraordinário, porque a própria lei básica, a Constituição vigente o prevê em seu artigo 23, letra d, quando fala da competência da tributação.

Êste artigo, na referida letra, diz: "a venda e consignação efetuada por comerciantes e produtores, isenta da primeira operação o pequeno produtor, como tal definido em lei estadual".

Como vemos, a própria lei básica isenta, taxativamente, dêsse imposto o pequeno produtor, deixando isso, naturalmente ao critério do Estado, para que tenha a liberdade de definir, o que se deve entender por pequeno produtor.

E o Estado o nos seguintes termos, na parte que trata da isenção: -- "Isenta do imposto de vendas e consignaões. Está isenta a operação realizada pelo pequeno produtor. Entende-se como pequeno produtor aquele que não exceda de 20 contos por safra anual".

Fica, assim, bem claro o que é pequeno produtor e que deve, por força da lei, estar isento do imposto de venda e consignaões.

Pelo contrário, si o Governo entendesse taxar as cooperativas com este imposto, seria uma contradição, pois é seu propósito desenvolver e expandir o cooperativismo no Estado.

Si assim não fosse, seria o caso de se aconselhar que nenhum produtor organizasse cooperativa, porque, isoladamente, gozaria da isenção.

Parece-me, portanto, que o trabalho merece a nosso aprovação, assim como o parecer da Comissão de Estudos, devendo mesmo o Congresso dirigir-se ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, para que esclareça quais os direitos e como devem ser consignados em lei.

Era isso. sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.
(Palmas).

O Sr. Presidente - Parece-me que diante dos esclarecimentos prestados pelo relator do parecer, dr. Artur Fischer, pôde-se aprovar a tése.

Entretanto, continuã em discussão. Si nenhum dos srs. deseja fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. Está encerrada.

Em votação. Os srs. que a aprovam, queiram manter-se sentados.

(Pausa).

Aprovada, com a remessa de uma cópia do trabalho ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado, nos termos da proposta apresentada á Mesa.

O Sr. Presidente (Prosseguindo) Vamos passar leitura de tese seguinte.

TESE N.º 10

P A R E C E R

O primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em 10 de Dezembro de 1938, adota o seguinte voto:

Pleitear junto ao Governo Federal, por intermedio da D. O. D. P. do Ministério da Agricultura, a isenção de impostos para toda a maquinaria importada pela "Cooperativa dos Produtores de Trigo e outros Cerais Ltda.", tratando-se de uma entidade cujas finalidades interessam sobremaneira a coletividade e vem em auxilio da solução que se procura para um dos mais importantes problemas de economia nacional.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Manoel Pizarro, Relator
Antonio Zambemdetch
Antonio Candido Franco
Ataliba Coutinho
Achilles Caleffi
Adolpho Gredilha.

I N D I C A Ç Ã O

E' a "Cooperativa dos Produtores de Trigo e outros Cereais Pratense Limitada", com sede na cidade de Prata e com ambito de ação no município de igual nome; distritos de S. José do Carreiro e André da Rocha, município de Lagôa Vermelha; e 1.º e 3.º distrito do município de Alfredo Chaves, uma entidade juridicamente constituida, conforme se vê do certificado de registro expedido pela Diretoria de Organização e Defesa de Produção do Ministério da Agricultura, sob n.º 143, em 17 de setembro de 1938.

Primeira, no genero, que se organisa no Estado, é bem de ver o que ela representa para a economia rio-grandense, sob qualquer aspeto por que encare OS poderes constituídos, tão

interessados se mostram na intensificação do plantio do trigo e fabrico da nossa farinha.

A Cooperativa, em apreço, tem o capital subscrito de 35:000\$000 e o realizado de 30:000\$000, contando com o elevado numero de 335 associados.

O maquinario adquirido da Casa Miay, da Alemanha, importará em cerca de 80:000\$000, atingindo as despesas com a construção do prédio a 25:000\$000, aproximadamente.

Levando em conta a importancia do cometimento e as dificuldades a vencer, emergentes do custo da própria obra, montagem, distancia e transporte do material,

I N D I C O :

que o 1.º Congresso Cooperativa do Rio Grande do Sul, ora reunido nesta Capital, se dirija ao Governo da União pleiteando a isenção da taxa alfandegaria para todo o maquinario importado da Europa pela "Cooperativa dos Produtores de Trigo e outros Cereais Pratense Ltda.", com séde em Prata, neste Estado, para a fabrico de farinhas panificaveis.

Sala das sessões do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, em 9 de dezembro de 1938.

Agostinho Tarasconi.

O Sr. Presidente - Está em discussão. Si nenhum dos srs. deseja fazer uso da palavra, vou considerá-la aprovada.

(Pausa).

Aprovada.

O Sr. Presidente - Vamos passar a leitura da tése seguinte:

TÉSE N.º 11

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em 10 de Dezembro de 1938, adota o seguinte voto:

Dirigir-se a D. O. D. P. do Ministério da Agricultura repartição respectiva da Secretaria de Agricultura do Estado para solucionar definitivamente a atribuição referente rubrica dos livros das Cooperativas.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Manoel Pizarro, Relator

Antonio Candido Franco

Antonio ZZamboudeth

Achilles Caleffi

Adolpho Gredilha.

Ilmo Sr. Presidente do 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Solicito á Mesa que depois de aprovada esta sugestão pelo plenário seja oficiado aos poderes competentes no sentido de que os mesmos ponham termo ás contraditórias interpretações dos srs. juizes de Comarca no tocante á legislação dos livros das cooperativas.

Acontece que ha juizes de direito que se julgam competentes para rubricarem os livros das cooperativas e outros que alegam incompetencia e atribuem-na á Junta . Comercial do Estado.

Essas divergencias tem trazido contratempos e não poucos dispendios cooperativas.

Uma vez firmada, por quem de direito, regra geral para a legalisação dos livros das cooperativas, estas muito aproveitarão em tempo e dinheiro.

Sala das Sessões, 8/12/38.

Arthur Rech.

O Sr. Presidente- Devo informar á Casa que com a minha longa experiência de 12 anos no Ministério da Agricultura, nunca conseguimos resolver este caso da rubrica nos livros comerciais.

A lei federal diz claramente que os livros devem ser rubricados pela autoridade competente e não poderia deixar de ser assim porque a competência marcada pelas leis dos Estados.

Em alguns Estados que têm Junta comercial, esta tem, pelo seu regulamento a obrigação de rubricar todos os livros dos comerciantes e sociedades com sede no Estado, em qualquer dos seus municipios. Em outros, em que a Junta Comercial só tem atribuição de rubricar os livros de pessoas estabelecidas na Capital, a lei determina que cabe aos juizes de direito OU de comarca a função de rubricar êsses livros, processando-se os termos pelos respectivos cartórios.

Lugares há em que há um cartório privativo do registro do comercio. Em outros cabe ao cartório de registro das pessoas jurídicas e em outros, ainda, ao registro de imóveis, e quando não há nenhum cartório especializado indistintamente a um dos tabeliães de notas.

De modo, senhores congressistas, que nunca foi possível solucionar o assunto de maneira uniforme.

A aplicação da lei estadual em cada município é interpretada pelos juizes diversamente, dentro de sua atribuição e ao seu critério.

Cabe ao interessado recorrer, na forma da legislação processual, á autoridade superior, quando a assunto merecer êsse trabalho. A's vezes, entretanto, a despesa é tão insignificante e o embaraço pequeno que melhor será não perder tempo com tais reclamações.

Tive oportunidade de me ver sériamente embaraçado, em Minas, com as várias interpretações dos cartórios e juizes. Houve mesmo um cartório que me exigiu uma soma vultosa para arquivar e registrar os documentos de uma Cooperativa, que foi por mim reformada em uma visita de inspeção.

Sou de opinião que o Congresso deve aprovar esta tése e pleitear junto aos poderes públicos do Estado, para uma solução uniforme, pelo menos aqui dentro do Rio Grande do Sul.

Era o que me cumpria esclarecer.

O Sr. João Manoel Ataíde - Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente - Tem a palavra a nobre congressista.

O Sr. João Manoel Ataíde - Sr. Presidente, conheço, perfeitamente, oa embaraços a que V. Ex. acaba de se referir, sôbre esta questão de rúbricas dos livros comerciais.

Dá-se, precisamente, o que V. Ex. vem de afirmar. Entretanto, o caso em espécie resume-se numa questão de direito exclusivamente, numa questão fundamental, porque não sendo as cooperativas sociedades comerciais, como taxativamente declara a lei,...

O Sr. Presidente - Não são todas.

O Sr. João Manoel Ataíde - Exatamente. Partamos dêse princípio, - são sociedades "sui-generis", como as cooperativas de consumo, por exemplo, que não são nem sociedades civis, nem comerciais.

Ora, si as dificuldades, no que se refere á rúbrica dos livros comerciais, são exatamente essas que V. Ex. acaba de enumerar e que são verdadeiras, acho que, com muito mais razão, se tratando de cooperativas, será um caso insolúvel, sem solução.

Conheço, de perto, esta questão com diferentes Juizes de Direito. Alguns entendem que é de sua alçada, outros não. No que diz respeito ás cooperativas, a dificuldade é ainda maior.

Entretanto, acho que estão isentas, completamente, por natureza, por uma questão de espécie e do gênero de semelhante rúbrica por parte dos Juizes de Direito.

A meu vêr, o parecer da Comissão está acertado, pois não demais que se consulte a, b ou c sôbre o caso, mas, do antemão, podemos ter a certeza de que o órgão a que nos vamos di-

rigir não poderá dar definitiva, porque isso compete, unicamente, aos Tribunais Judiciários do país.

O Sr. Presidente Continúa em discussão o parecer. Si nenhum dos srs. deseja fazer mais uso da palavra, vou considerá-lo aprovado.

(Pausa),

Aprovado

TÉSE N.º 13

P A R E C E R

O Primeiro Congresso, Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em 10 de Dezembro de 1938, adota o seguinte voto:

Pleitear junto ao Governo do Estado a justa pretensão da Federação das Cooperativas Sul Rio Grandenses de Vinhos e que constitue um dos anseios de outras entidades, em inicio de suas patrióticas atividades, e que, no mesmo sentido trouxeram o seu, apelo a este conclave.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Manoel Pizarro, relator
Antonio Candido Franco
Ataliba Coutinho Achilles Caleffi
Adolpho Gredilha

O IMPOSTO DE INDUSTRIAS E PROFISSÕES E AS

SOCIEDADES COOPERATIVAS

Ao Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul

A lei do Orçamento para 1938 isenta as Cooperativas, organisadas nos moldes da legislação federal, do imposto de Industrias e Profissões. Entretanto, e por uma interpretação errada daquela lei está sendo exigido a pagamento do imposto de Industrias e Profissões para o cargo de Diretor-Gerente da Sociedade. O cargo de diretor-gerente nas Cooperativas é um cargo pro-fórma, porquanto, o relativamente pequeno movimento de maioria delas, não comporta remuneração alguma, e por con-

seguinte, quem paga dito Imposto são as próprias Cooperativas — Afim de evitar mais este onus para as Sociedades Cooperativas, que reputamos indevido,

S U G E R I M O S:

Que o primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul consiga junto ao Governo do Estado, seja isento do Imposto de Industrias e Profissões, o cargo de Gerente de Sociedades Cooperativas que estejam devidamente registradas no Ministério da Agricultura.

Sala das Sessões, 8 de Dezembro de 1938.

Federação das Cooperativas Sul Rio Grandense de Vinhos
Agostinho Zandomeneghi - Diretor Comercial.
Luiz Boff - Diretor-Gerente

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Garibaldi Ltda.
Humberto Lotti — Diretor Comercial

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Brilhante Ltda.
José Zilio - Diretor Comercial

Sociedade Viti-Vinicola Santo Antonio Ltda.
Angelo Boff — Diretor Comercial

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Tamandaré Ltda.
José Gava - Diretor Comercial

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Nova Milano Ltda.
José Baurmgaertner — Diretor Comercial

Sociedade Cooperativa São Pedro Ltda.
Antonio Boff — Diretor Comercial

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Serrana Ltda.
Dr. Terencio Ruy - Diretor-Presidente

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Aliança Ltda.
Antonio Zanini — Diretor-Presidente

Sociedade Cooperativa Viti-Vinicola Victor Emanuel Ltda.
Virgílio Franzoi - Diretor Comercial.

O Sr. João Manoel Ataíde - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. João Manoel Ataíde.

O Sr. João Manoel Ataíde - Sr. Presidente, quero trazer como subsidio á discussão deste parecer alguns elementos, de que dispomos de ciência própria.

Este ano a Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul enviou uma sugestão, neste sentido, ao Secretário da Fazenda.

De fáto, este assunto é bastante interessante e merece atenção da Casa.

Entretanto, até aqui, a Governo Estadual atravez de seu orçamento, vinha tributando os gerentes de armazens de Cooperativas, matrizes ou filiais, com o imposto de industria e profissão.

Mas, como sempre acontece nesta questão de leis orçamentárias, havia uma grande maneira de se confundir e de mal interpretar, porque os gerentes de companhias, de bancos e etc., mereciam uma taxaão especial e, só muito acidentalmente, muito incidentemente, se aludia aos gerentes de cooperativas.

Tanto assim que por uma tabela tributava-se 750\$000 e por outra 250\$000. Entretanto, como geralmente sucede, a tendencia é sempre cobrar pela maior. Cobrava-se, então, 750\$000 de cada gerente, na maioria dos casos; em outros, cobrava-se pela menor, isto é, 250\$000.

Para terminar com essa anomalia interpretativa, a Cooperativa da Viação dirigiu-se ao sr. Secretário da Fazenda, fazendo, por escrito, uma reclamação neste sentido.

Posso adiantar a esta assembléa que, no próximo orçamento, segundo comunicação que já tivemos, será uniformizada a cobrança sobre os gerentes de armazens de cooperativas pela tabela menor.

Como vemos, já se conseguiu alguma cousa, apesar de ser essa tributação iníqua, no meu entender.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Acho que não se deve cobrar cousa nenhuma. A cobrar-se do gerente, deveria, tambem, cobrar-se dos presidentes e dos diretores comerciais.

O Sr. Ernesto Morsch - São cargos eletivos, póstos de sacrifício, muitas vezes.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Poder-se-ia admitir que o gerente-comercial contratado pague o imposto, porque geralmente não é um produtor.

O Sr. João Manoel Ataíde - Entretanto, já se conseguiu alguma cousa. O mais ficará a cargo do Congresso.

Era isso, sr. Presidente, o que eu queria dizer.

O Sr. Presidente - Continúa em discussão o parecer.

O Sr. Raul F. da Cunha - Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Raul F. da Cunha - Sr. Presidente, quero trazer ao conhecimento de V. Ex. que a nossa Sociedade Cooperativa de Fruticultura Sulina Ltda., da qual sou gerente, já requereu, neste particular, ao Governo do Estado.

O nosso secretário remeteu um ofício bem documentado ao Secretário da Fazenda. Ao que parece vamos ser bem sucedidos.

O Governo precisa, não há dúvida nenhuma, solucionar este do contrário ninguém quererá ser mais gerente de cooperativa, pois se trabalha quasi que gratuitamente, percebendo-se, apenas, uma gratificação.

Era o que eu tinha dizer.

O Sr. Presidente - Continúa em discussão o parecer.

O Sr. Ernesto March - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra O Sr. Ernesto Morsch.

O Sr. Ernesto Morsch - Sr. Presidente, quero expressar, unicamente, em nome da Cooperativa Federada de Madeira de Coxilha e de suas congêneres, todas filiadas á Federação de Cooperativas de Madeira do Rio Grande do Sul, que era nossa intenção apresentar um tése ao Congresso, neste sentido.

Não a apresentamos, por sabê-la já pronta e entregue mãos da digníssima Mesa, que dirige os trabalhos desta Casa.

Entretanto, é obvio, é claríssimo que é verdadeiramente iníquo cobrar-se imposto a um diretor eleito de uma Cooperativa de produção, quando é intenção do Governo favorecer ao agricultor e á produção (Muito bem. Muito bem).

No nosso caso, dá-se, como talvez no caso de muitos dos senhores, que o imposto de diretor-gerente é um pôsto de sacrifício.

Com ordenados mínimos, vêm-se obrigados a enfrentar situações diversas, principalmente porque a maior parte dos cooperativados não conhecem, siquer, os princípios do cooperativismo.

Por isso, são, ao mesmo tempo, diretor-gerente, chefe de uma escola de educação cooperativista. Apesar disso, recebem, seguidamente, quasi que verdadeiros tapas pelos sacrifícios que vivem fazendo

E' simplesmente triste que um cidadão que aguenta um pôsto dessa natureza, veja-se obrigado a pagar; sobre um ordenado mínimo, imposto de 750\$000 anuais.

Em cada uma de nossas cooperativas este imposto e na Federação cobra-se este mesmo imposto ao diretor geral, ao diretor comercial e técnico e creio que até do sub-diretor geral.

Por isso, Sr. Presidente apoiamos a sugestão apresentada, pedindo seja aprovado p parecer da Comissão de Estudos.

(Palmas)

O Sr. Presidente Continúa em discussão. Si nenhum dos srs. deseja fazer uso dá encerrar a discussão. Está encerrado.

Em votação. Os Srs. que aprovam o queiram-se manter sentados.

Aprovado.

O Sr. Presidente - (Prosseguindo) Vamos passar á leitura da tese n.º 14.

P A R E C E R

O Primeiro Congresso do Rio Grande do Sul, reunido em 10 de Dezembro de 1938, adota o seguinte voto:

Dirigir-se ao Governo Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda; no sentido de encontrar uma formula harmonica e equitativa dentro da qual se conciliem as justas pretensões das entidades cooperativistas do municipio de Taquara e o fisco estadual, de modo a se assegurar ao cooperativismo incipiente o sucesso que esse sistema merece e que o próprio Governo, praticamente, deseja e estimula.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Manoel Pizarro, Relator
Antonio Candido Franco
Ataliba Coutinho
Adolpho Gredilha
Achilles Caleffi.

As entidades Cooperativistas abaixo mencionadas, todas élas sitas no Município de Taquara; pelos seus delegados infrascritos, permitem-se submeter á vosso judiciosa apreciação o que se segue.

- 1) - o imposto de industrias e profissões pago pelas mesmas é muito superior ao que pagam os comerciantes que exploram o mesmo ramo de atividade;
- 2) - além desse imposto pagam ainda, mais ou menos, UM CONTO DE RÉIS por ano, como "imposto do Gerente".

Sendo estas Cooperativas de parecer que a cobrança dos referidos impostos, tal como vem sendo feita, é inconstitucional, não encontrando amparo em Lei, esperam que o PRIMEIRO CONGRESSO COOPERATIVISTA DO RIO GRANDE DO SUL se digne de estudar este caso e tome as providencias que o mesmo requer, dando publicidade, com possivel urgencia, ao que apurar á respeito, por isso que, estando próximo o fim do ano, isto a época em que são lotados todos os estabelecimentos para efeito de pagamento dos impostos, as nossas representadas tem o máximo interesse em conhecer a sua situação em face dessa questão, porque a prevalecer o critério até agora adotado, será mais conveniente para os nossos socios a transformação das Cooperativas em sociedades de carater meramente comercial. .

Sala das sessões em Porto Alegre, 9 de Dezembro de 1938.
pela Sociedade Cooperativa União Colonial Taquara
Estação Sander

Frederico Willy Lang e
Luiz Edvino Krummenauer.
pela Sociedade Cooperativas União Colonial de Igrejinha
Edmundo Kichler.
pela Sociedade Cooperativa União Colonial de Padilha
Arthur Alechand e
Affonso Krummenauer.

O Sr. Presidente - Está em discussão. Si nenhum dos srs. desejar fazer uso da palavra, vou considerá-la aprovada.

(Pausa).

Aprovada.

Vae ser lida agora, a tése n.º 15

TESE N.º 15

P A R E C E R

O senhor Cassiano A. Lourenzo Fernandes sugere a fundação de um Banco Rural cooperativo, constituido como sociedade cooperativa, cujo capital social seria subscrito por todas as sociedades cooperativas agricolas e pelos associados destas e realizado dentro de um prazo maximo de cinco anos, o qual se ria administrado por um conselho de administração formado da reunião dos presidentes de cooperativas associadas que elegeriam a diretoria executiva.

Esse Banco teria séde em Porto Alegre, area de ação extensiva a todo o Estado do Rio Grande do Sul, servindo de cor

respondentes nos municípios cooperativas, modelando sua atividade pelo regime de operações dos bancos do tipo Luzzatti e podendo manter correspondentes em todo o territorio da República para os serviços de cobranças e permutações de fundos.

Aceitando integralmente, a sugestão, merecedora de ser posta em realização no mais breve tempo, o Primeiro Congresso Cooperativista do Estado do Rio Grande do Sul, reunido em dez de Dezembro de 1938.

Adota o voto

1.º) de recomendar às cooperativas agrícolas de produtores e seus respectivos associados a fundação de um Banco Central de Credito Rural, sob a fôrma cooperativa pelo artigo 36 do decreto n.º22.239 de 19 de Dezembro de 1932.

2.º) de aconselhar a todas as cooperativas a união e apoio financeiro em torno desse banco.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Adolpho Gredilha, Relator
Antonio Candido Franco
Ataliba Coutinho
Manoel Pizzarro.

— :O: —

Banco rural cooperativo; união das cooperativas de produção

Por multiplos motivos de sobejo conhecidos, não tem sido possivel ao Governo estabelecer o crédito rural tão necessario produção e, a tentativa levada a efeito com o Banco do Estado, foi completamente anulada pelo desvirtuamento da finalidade para a qual fora creado.

Já tive ocasião, no congresso da Federação Rural do ano 35, de mostrar a necessidade de solicitar no Governo Federal a constituição de um Banco Federal de Redesconto.

O brilhante parecer do Dr. Renato Costa; que faz uma minuciosa e fundamentada critica a esse trabalho, conclue pela necessidade de se organizarem as cooperativas de crédito para uso da produção, e, com quanto não concorde com alguns de seus pontos de vista, penso como Ex. que, enquanto o Governo não estabelecer uma nova ordem de coisas para a nossa circulação de capital, cabe às Cooperativas se organizarem em uma união de crédito, quero dizer, estabelecerem uma organização de crédito mutuo.

Não é demais repetir que os nossos Bancos de depositos, unicos que existem em nosso país, não correspondem á necessi-

dade de segurança de continuidade para tranquilidade da produção, como tão pouco, o seu capital, satisfaz o interesse do produtor.

O Banco de depósito é um devedor do depositante a cuja requisição tem de atender em primeiro lugar, estabelecendo, por esse fato, os dois extremos, de ser um ótimo difusor do capital nos momentos de fartura e o maior retentor, agravando as crises, na hora da penúria.

Para corrigir esse mal haveria necessidade de se organizar o citado Banco Federal de redesconto; mas, ele por enquanto não existe, e o fato real é que as cooperativas de produção não podem contar com o auxílio financeiro desses Bancos nos momentos em que mais dele necessitam.

Para melhorar essa perspectiva das horas críticas e auxiliar também a mais rápida difusão das cooperativas de produção, torna-se necessário organizar o Banco rural cooperativo.

Contribuindo para esse fim, faço as seguintes sugestões:

O Banco poderá ser do tipo Luzzati e seria fundado pela união das cooperativas de produção e o seu numerário se constituiria dos depósitos de capitais das cooperativas associadas e dos associados destas.

O capital social seria subscrito pelos sócios das cooperativas associadas e integralizado em cinco anos no máximo.

A diretoria seria constituída pelo Conselho de Administração, do qual fazem parte todos os presidentes das cooperativas associadas, entre os quais escolheriam o presidente do Conselho, e, a Diretoria Executiva, seria nomeada ou contratada pelo Conselho de administração.

Como é notório, o Banco só fará empréstimos para os seus associados e através da cooperativa a que pertença, me diante a garantia desta e do capital que subscreveu e da produção caucionável.

E' positivamente um crédito real que oferece uma das melhores garantias para o capital empregado.

No crédito passivo, o Banco faz todas as transações bancárias, mesmo para terceiros e, quanto maior fôr o movimento deste, menor será o juro cobrado para os empréstimos dos associados.

O Banco poderá manter agências em todo o território da República, devendo utilizar como seus correspondentes as próprias cooperativas associadas, onde estas exerçam suas atividades.

Com essas bases, podemos atingir, em breve, um grau elevadíssimo de eficiência econômico-financeira, tornando completamente independente o trabalho das cooperativas.

CONCLUSÃO:

a) - O 1.º Congresso de Cooperativas do Rio Grande do Sul, deve apoiar a iniciativa da fundação de um Banco de Crédito Rural Cooperativo;

b) - O Congresso deve aconselhar a união financeira das cooperativas em torno desse Banco;

c) - O Congresso deve nomear uma comissão de técnicos cooperativistas para darem corpo a esta tão grandiosa iniciativa.

1.º Congresso de Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - Sala das sessões, em 8 de Dezembro de 1938.

Cassiano A. Lourenzo Fernandes.

O Sr. Artur Fischer - Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Dr. Artur Fischer.

O Sr. Artur Fischer - Sr. Presidente, não pôde haver á mínima dúvida quanto á aprovação integral da tese.

Entretanto, devido sua grande importancia para a vida das cooperativas, não deve esta tese ser aprovada como as de mais, simplesmente com o gesto de aquiescência.

Devemos sim debater este assunto, para que fique tudo bem esclarecido, afim de concretisarmos, em seguida, as suas conclusões.

Estou ha muito na luta pelo cooperativismo. . Quem, como eu, anda metido nela, deve ter notado que uma das grandes falhas, uma das grandes lacunas para prosperidade do cooperativismo é, precisamente, a falta de crédito.

O crédito é, por assim dizer, a mola real que dá o impulso para que estas organizações economicas possam prosperar e realizar seus objetivos. Entretanto, sempre encontraram maior dificuldade, para obter o mínimo dispensado para as suas operações.

E' verdade que já existe alguma cousa de notável no setor do crédito agrícola no Estado. As caixas Raifaisen e sua Central são as provas eloquentes de que se pôde fazer muito, quando bem orientado.

Existem no Estado, 40 caixas aproximadamente, bem organizadas e que funcionam, regularmente, com a sua central instalada nesta capital, com um depósito superior a 30.000 contos.

O que acabo de dizer é, como afirmei ha pouco, uma prova eloquente de que a crédito poderá, si se quizer, ser organizado; prestará grandes serviços e preencherá esta grande lacuna de que se ressenste o cooperativismo do Rio Grande do Sul.

Entretanto, ha neste crédito rural uma grande falha.

E' restrição que a lei impôs a estas Caixas, de não derem operar fóra de sua área de ação e com pessoa jurídica.

O Sr. Dario Brossard — E' a razão da responsabilidade. solidária e ilimitada de cada um dos seus membros. Seria um perigo, si assim não fosse.

O Sr. Arthur Fischer — Quiz, apenas, mostrar que, de fátó, existem restrições.

O Sr. Dario Brossard — Sem restrições, não haverá o progresso das Caixas.

(Trocam-se apartes).

O Sr. Presidente — Está com palavra o Sr. Arthur Fischer.

O Sr. Arthur Fischer — Mas, srs. congressistas, no setor da industrialização e da produção é que esta modalidade de se crear o Banco Central, como prevê a tése apresentada, que muito virá contribuir para o desenvolvimento e expansão do cooperativismo.

Como é do conhecimento dos senhores, as cooperativas de industrialização, especialmente as de produtos suínos, ressentem-se todas do mesmo mal a falta de numerário, a falta de crédito para se poderem expandir, de acordo com as suas necessidades.

Estas cooperativas, embóra possuam grande número de sócios, não pôdem conseguir, entre seus próprios associados, este crédito, porque a inversão de capital, para a sua própria industria, é muito grande.

Só com muito tempo, algumas poderão conseguir o numerário necessario para a sua instalação e desenvolvimento.

Ao mesmo passo, para recorrerem ao crédito bancário, topam, tambem, com dificuldades de toda a ordem. Umas, porque o registro que se lhes exige é elevado: outras, porque os bancos não fornecem o crédito senão mediante grandes garantias pessoais, porque não confiam nas organizações cooperativas. Com razão, ou sem razão, não vale a pena discutir.

Assim sendo, a maneira de se sanar esta falta, está justamente, em se crear o Banco Central, constituido de todas as cooperativas agrícolas e de seus associados, porque assim poderemos conseguir o capital necessário para lhe dar vida.

Peço, por isso, á assembléa, que deve estar muito interessada neste assunto, que tenha a franqueza se se manifestar e mostrar si a tése está certa ou errada e onde existem falhas a serem sanadas.

Era isso, Sr. Presidente, o quo eu tinha a dizer.

(Palmas).

O Sr. Adolfo Gredilha - Srs. congressistas, esta tése, como muito bem disse o orador que acabou de falar, Dr. Artur Fischer, profundo conhecedor da matéria do cooperativismo, exige que tenha um amplo debate neste plenário. Tomo, por isso, a iniciativa de abrir caminho, fazendo a respeito algumas considerações.

Assim, despidendo, de momento, a qualidade de Presidente da Mesa, como ontem deu exemplo o Presidente efetivo deste Congresso, entro diretamente no assunto.

Desde longa data que venho em meus trabalhos, preconizando a organização do crédito agrícola por meio de dois institutos clássicos, as caixas rurais Raiffaisen e os bancos populares Luzzatti.

Conforme acentuou o orador que me precedeu, as caixas rurais Raiffaisen, creadas e funcionando há longos anos neste Estado e orientadas pela sua caixa central, em virtude de sua boa organização, tem prestado bons serviços aos lavradores individuais e demonstrado pleno êxito.

Todavia, uma organização de crédito do sistema Raiffeisen não convém para financiar os trabalhos das cooperativas e isto em razão de que as caixas rurais são baseadas no princípio da responsabilidade solidária e ilimitada de todos os seus membros e as cooperativas não poderiam ser associadas de uma caixa rural porque se constituem com um capital, embora variável, mas praticamente limitado, não poderiam assumir uma responsabilidade ilimitada, nem mesmo lhes conviria a responsabilidade solidária, ainda, que limitada.

A organização de Luzzatti é a que corresponde melhor ao crédito cooperativo, isto é ao crédito para as cooperativas, porque é baseada na responsabilidade limitada.

O autor da tése, que é o ilustre secretário deste Congresso, o Dr. Cassiano Fernandes, elaborou muito bem o seu trabalho, numa exposição sintética, demonstrando a inexequibilidade do crédito agrícola, por via dos bancos comuns.

A lei 22239, no § 4.º do art. 30, em sua alínea c) limitou a área de operações tanto quanto possível ao território do município em que tiver a sua sede; mas justamente o art. 30 do mesmo decreto permitiu a fundação de bancos centrais agrícolas fundados na capital do Estado e deu-lhes, pelo § 3.º área de ação mais extensa, podendo abranger o território de um Estado ou ainda estender-se a mais de um.

O projeto da tése estabeleceu o processo do banco central operar com as cooperativas e bem assim com os associados destas por seu intermédio, pois que o inciso 2.º do § 1.º do decreto permite aos bancos centrais agrícolas financiar um ou

mais determinados produtos agrícolas, diretamente aos lavradores ou por intermédio das cooperativas locais, caixas rurais ou bancos agrícolas municipais.

As operações de crédito com os lavradores podem re vestir na prática várias modalidades, tais como adiantamentos, empréstimo sob garantia de penhor rural garantia pessoal de promissórias, com ou sem aval, em regra atendendo ao uso e costumes locais á peculiaridade dos produtos por êles elaborados e trazidos cooperativa.

As cooperativas servirão, não só de intermediários, como de garantia ás operações feitas pelo banco central com os associados dela. De modo que ao banco nunca faltará a garantia de duas pessoas: o lavrador ou criador, principal devedor, e sua cooperativa, fiadora da operação.

As características fundamentais do crédito agrícola, que sempre tenho defendido, preconizado e por isso insisto sempre que se me oferece ocasião, dando assim ensejo a comprovar a veracidade do proverbio que diz que "agua móle em pedra dura tanto dá até que fura", são: descentralização, profissionalidade, exclusividade e técnica.

O primeiro princípio foi consagrado no decreto que creou o Banco Nacional de Crédito Rural, infelizmente não tendo tido execução prática. O crédito rural precisa ser descentralizado, tanto quanto possível ao pé da porta do lavrador ou criador. Não é possível que para pequenas operações, ás vezes tão necessárias e dignas de consideração igual ás grandes, tenha o interessado de fazer longa viagem ás capitais dos Estados para realizar a sua operação com delongas e despesas que as sobrecarregam. No banco projetado, a operação fica perto do pretendente, que será realizada por intermédio de sua cooperativa.

Outro princípio fundamental é o da profissionalidade. Para praticar-se verdadeiramente o crédito rural é preciso que a organização dêse crédito esteja nas mãos dos produtores rurais, porque, do contrário, dar-se-á a infiltração de interesses antagônicos, comerciais ou capitalísticos, que desvirtuarão a finalidade.

(Muito bem Palmas).

Outro ponto básico é que os institutos de crédito agrícola só devem praticar operações de crédito agrícola, excluindo todas as de carater comercial e mesmo popular, ou crédito para consumo.

Em regra, os bancos de depósitos e descontos, também chamados bancos comerciais, não podem fazer o verdadeiro crédito agrícola comercial, cujas operações, no máximo a 90 dias, obedecem a um ritmo de rotação dos capitais, na maioria, dos

depositantes, e que pôdem ser de um momento para outro exigidos. Um estabelecimento do crédito agrícola não deve empregar seus fundos, em operações de carater comercial, não só por escapar á sua finalidade, como por apresentarem em regra maior risco.

Outro ponto a ser considerado é o da técnica. Um banco agrícola deve observar rigorosamente a técnica do crédito agrícola. Esta falta tem sido causa do máu resultado de várias tentativas de se instituir o crédito agrícola. Poderia trazer aqui alguns exemplos de caixas rurais e bancos Luzzatti que falharam não obstante a honestidade de seus dirigentes, mas devido á falta de observação da respectiva técnica.

Com os esclarecimentos e argumentos que acabo de expender, quiz trazer a atenção da Casa para a magnitude do assunto, destacando que a tése do ilustre secretário corresponde a uma necessidade real e atual, pois o Estado do Rio Grande do Sul, haja vista a estatística, é um dos Estados em que as operações das cooperativas têm maior vulto. E' urgente, portanto, a formação de um banco central de crédito rural, com séde em Porto Alegre, nos termos da proposta apresentada.

(Muito bem. Palmas).

o Sr. Cassiano Fernandes - Peço a palavra, Sr. Presidente.

o Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Cassiano Fernandes.

o Sr. Cassiano Fernandes - Srs. Congressistas, depois da brilhante exposição de nosso presidente, nada mais ha a acrescentar, sobre assunto, a não ser uma cousa: mostrar a, necessidade da criação do Banco Central de Crédito Rural.

As cooperativas que estão se fundando no estado, atravessam uma época relativamente folgada, onde os bancos vêm oferecer os seus recursos, como ainda ontem tivemos a oportunidade de ouvir a proposta do Dr. Renato, que declarou que Banco do Rio Grande do Sul estava ao dispor dos cooperativistas.

Entretanto, esses bancos dependem dos seus depositantes. Por maior boa vontade que tenham, supondo-se mesmo que todos possuam diretores com qualidades do Dr. Renato Costa, os senhores, quando mais precisarem deles, terão os seus créditos cortados.

E' preciso portanto, como frizou o Dr. Manoel Luiz Pizarro, nosso digno presidente, que seja feito um capital, um fundo de reserva, como faz a sua Cooperativa, a Rural Gabrielense, onde as quotas já são de 50\$000.

Ha, sem dúvida, necessidade de se fazer uma previsão para o futuro, para que, num momento de penúria e de crise, tenhamos para onde apelar. Justamente, nessas épocas más, quando se tornaria necessario o seu auxilio, esses bancos nos negariam o crédito, ficando as cooperativas paralisadas.

E o exemplo está aí. As cooperativas das Colônias vivem a braços com este problema de crédito. As Cooperativas da pecuária gozam de maior crédito, porque são grandes; as menores não recebem os mesmos favores.

Por isso, propuz a criação do Banco Central Cooperativo, o qual será fundado pela união de todas as cooperativas de produção, sendo o seu numerário constituido do seu capital e do dos seus associados.

A sua direção será constituida pelo Conselho de Administração, do qual farão parte todos os presidentes de cooperativas, que são de fato, os representantes da opinião exata de seus sócios.

O Conselho de Administração poderia reunir-se duas vezes par ano, aplicando os dinheiros do banco na agricultura, como disse ha pouco o Dr. Ernesto Gredilha.

Ainda ontem, a Sr. Dario Brossard, como todos tiveram oportunidade de ouvir, apelou para a Dr. Renato Costa, diretor do Banco do Rio Grande do Sul, para que desse uma solução ao problema do crédito.

Precisamos, solucionar a questão o quanto antes, pois temos necessidade de nos prepararmos, para não nos surpreendermos com o futuro.

o Sr. Presidente - Continua em discussão o assunto.

o Dr. Dario Brossard - Peço a palavra, Sr. Presidente.

o Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Dario Brossard.

O Sr. Dario Brossard - Pedi a palavra, srs. Congressistas, para completar o pensamento do Sr. Presidente, quando disse que os bancos de crédito rural deveriam operar, unicamente, com esse crédito e, em hipótese alguma, mesmo em porcentagem mínima, desviar suas verbas para o crédito comercial.

Na República Oriental do Uruguai, quando foi fundado O Banco da República, por falta de educação economica dos que apelavam para o crédito, e por falta de uma experiência mais larga daqueles a cuja guarda estava a direção do Banco, muitas pessoas e muitos produtores foram á falência.

Sómente depois, quando os créditos foram fornecidos mediante condições expressas para a produção, fiscalizadas pelo Banco, e que o crédito da República do Uruguai, deu o re-

sultado dele se poderia esperar, contribuindo grandemente para o desenvolvimento das forças economicas daquele país amigo.

Sempre que uma organização de crédito rural desviar os seus negócios para o crédito comercial, fatalmente, como aconteceu em Minas Gerais, conforme acaba de citar o Sr. Presidente, todas as suas transações tenderão para esse lado, porque os resultados são muito mais favoráveis e maiores para o Banco.

Quando esses bancos se fundam não são para encher as suas arcas com o outro dos produtores. Bem ao contrário, são criados para fomentar a produção. A sua finalidade precípua é alimentar as forças econômicas da produção rural, para que possam se desenvolver e contribuir para a riqueza coletiva.

Quero, apenas, Srs. Congressistas, reforçar as palavras do Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, congratular-me com a exposição brilhante de S. Ex., que esclareceu tão bem, as finalidades de uma organização nesses moldes, mostrando, ainda, a predica que vem desenvolvendo neste sentido.

o Sr. Arthur Fischer - Peço a palavra, Sr. Presidente.

o Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Arthur Fischer.

o Sr. Arthur Fischer - O congresso parece-me que já deve conhecer o Dr. Adolfo Gredilha, que está sessão.

Foi S. Ex. o autor do projéto de lei 22. 239, portanto ninguém melhor do que ele poderá dar explicações e a sua autentica interpretação.

Permitem-me, pois, dirigir-lhe uma pergunta, para que fique esclarecido nesta parte.

O artigo 36 classifica as cooperativas centrais. No parágrafo primeiro, inciso 1, diz:

"São também consideradas cooperativas centrais:

1) Os bancos centrais populares nas mesmas condições da sede, que visem financiar cooperativas de determinada espécie ou tipo, que se encontram instaladas dentro de sua área de ação".

E no inciso 2:

2) - Os bancos centrais agrícolas que, ainda nas mesmas condições de sedes, tenham por objecto financiar um, ou mais determinados produtos agrícolas, directamente aos lavradores, ou por intermédio das cooperativas rurais, caixas rurais e bancos agrícolas municipais".

Deante da necessidade que nós temos de amparar a cooperativa de produção, e de industrialização, não se poderia aten-

der a esta necessidade, si nós apenas fundássemos o Banco Central Agrícola. Porque, então, só se poderia financiar os lavra dores, por intermédio das cooperativas ou caixas.

Pergunto a V. Ex. si não seria possível fundar o Banco Central Popular Agrícola abrangendo as duas espécies.

Era esta a pergunta que eu queria fazer a V. Ex.

O Sr. Presidente - Atendendo ao apêlo que acaba de fazer tão gentilmente o Dr. Artur Fischer fazendo-me referência que só devo a sua bondade, por ter sido eu o autor do projeto que se converteu no Dec. 22.239, vou esclarecer o motivo por que foram feitos dois incisos no § 1.º do Art. 36 do aludido decreto:

Assim foi feito, justamente para separar as operações de crédito popular das de crédito agrícola, porque se poderia dar o caso de que um agrupamento de cooperativas várias não agrícolas necessitarem de organizar o financiamento de suas operações por via da criação de um banco central popular, o que se enquadraria então no inciso 1.º.

Das várias modalidades enumeradas no art. 21, excluídas as cooperativas agrícolas e de indústrias rurais, todas as demais poderiam se enquadrar na hipótese prevista pelo inciso 1.º.

Se houvesse um grande número de cooperativas de consumo espalhadas pelo Estado, haveria também uma necessidade correspondente às do agricultor, que teriam a faculdade de fundar o seu banco central.

Quanto á dúvida surgida em relação ao Banco Central Agrícola de não poder estender suas operações ás cooperativas de industrialização, não acho procedente, pelo seguinte: porque sempre foi interpretado que as indústrias rurais de ordem extrativa mineral, vegetal ou animal e toda a indústria rural que manipule matéria prima de agricultura, transformando-a por qualquer meio em novos produtos, são consideradas como conexas com a agricultura, enquadrando-se, portanto, todas, dentro do inciso 2.º § 1.º.

Peço permissão para ler o art. 23 do dec. 22.239, que assim textualmente reproduz o que acaba de dizer. (lê).

Em conclusão afirmo ao Dr. Fischer que não há absolutamente receio de que as cooperativas de industrialização, como a banha, fiquem excluídas dêste tópico. (Palmas).

O Sr. Arthur Fischer - Agradeço a explicação de V. Ex. que foi de grande valia para a assembléa. .

O Sr. Presidente - Continua em discussão o parecer da Comissão, sobre a fundação do Banco Central Cooperativo.

O Sr. Ernesto Morsch - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Ernesto Morsch.

O Sr. Ernesto Morsch - Sr. Presidente, não ouvi bem a leitura da tese. Entretanto, quer, me parecer que ela propôs a criação do Banco de Crédito Rural, com direito a agir em todo o país.

Por isso, pergunto a V. Ex. se se propôs e criação de uma caixa central brasileira, exclusivamente para o nosso Estado.

Faço esta pergunta, porque julgo não ser de muito alcance principiarmos, com um plano tão grande. Acho que devemos ter meticulosidade, para podermos ir avante.

Antes de dar meu voto, peço a V. Ex., Sr. Presidente, que me esclareça a questão, que acabo de formular.

O Sr. Presidente - Vou esclarecer ao ilustre congressista. A sua pergunta foi muito oportuna, porque, de fato, pôde ter ficado alguma dúvida no espírito da assembléa.

O Banco Central do Crédito Rural é exclusivamente para o Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre e correspondentes no interior do Estado, nas cooperativas associadas, para as suas operações.

Ha no entanto, uma exceção justa. Para o serviço de cobrança permutação de fundos, esse Banco poderá ter correspondentes em todo o território nacional.

Desse modo, o produtor do Rio Grande poderá remeter mercadorias para S. Paulo, Rio, Pernambuco e outros Estados, fazendo o banco a remessa da conta ao seu correspondente, que fará a cobrança e permuta de fundos.

Só neste caso o Banco agirá nos demais Estados do Brasil.

Era esta a explicação que me cumpria dar ao nobre congressista.

O Sr. Ernesto Morsch - Muito agradecido a V. Ex.

O Sr. Presidente -.Agora, dada a importância da tese, desejo que o Congresso se manifeste de uma maneira muito expressiva sobre a aprovação da fundação do Banco Central Cooperativo. Todos os que aprovam queiram levantar-se.

(Todos levantam-se, aprovando-a com prolongada salva de palmas).

Vae-se proceder, agora, á leitura da tese N.º16.

TÉSE N.º 16

P A R E C E R

O primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul reunido em Porto Alegre adota o seguinte voto:

A tese apresentada pela Cooperativa de Citricultores de Parecí está assim dividida:

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Serviço Militar

Fuga crescente para a cidade.

Numa análise superficial dos temas abordados, conclue-se que o inteligente autor dos trabalhos aqui relatados trouxe uma contribuição magnífica para o estudo de problemas fundamentais a nacionalidade.

Si bem que, discordando sobre particularidades dos assuntos em foco, não podemos deixar de recomendar sua inserção nos anaes desse congresso.

A nacionalização do ensino, preocupação precípua do governo do Estado e não cabe num ligeiro comentário examinar a conveniência ou não de ser mantida no seio da laboriosa colonia estrangeira o ensino de idiomas que não sejam o Português, si bem que sejamos partidários intransigentes dessa exigencia.

Outro aspeto interessante do trbalho em apreço é o relativo ao SERVIÇO MILITAR.

Organisar as reservas de nossas classes armadas é uma necessidade inadiavel, quanto a fôrma dessa organização escapa a nossa indicação.

Finalmente trata a autor da atração que os centros urbanos exercem sobre os filhos da colonia, para concluir pela necessidade da racionalização da agricultura.

Este é o nosso parecer que submetemos á aprovação do presente Congresso.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Antonio Candido Franco, Relator

Ataliba Coutinho

Adolpho Gredilha

Antonio Zambenedetti

Achilles Caleffi

M. Pizarro.

Distintos congressistas.

Quem aqui vos dirige a palavra, é filho da colônia, morador da colônia, dedicado á colônia com todas as fibras do seu coração; peço pois, me queireis honrar com a vossa atenção, quando falo das necessidades da colônia, necessidades estas, que em vinte e seis anos de viagem pela zona colonial cheguei a conhecer e sentir como as minhas próprias necessidades em cuja solução, embora parcial, não tenho poupado esforços como diretor da Cooperativa de Citricultores do Parecí, necessi

dades tão prementes, que bem merecem a consideração desta distinta assembléa.

Falando da colônia, falo da agricultura. A agricultura, meus senhores, é a base de toda a atividade humana. O homem, por sua constituição física e fisiológica, por suas disposições biológicas e instintivas, por suas aptidões mentais, sociais, espirituais, religiosas, é um ser vivo essencialmente agricultor. Por isso a agricultura fornece o ambiente mais favorável ao desenvolvimento do indivíduo e da família, a agricultura constitue a coluna vertebral das sociedades e das nações, a agricultura é o manacial eterno, donde jorram as fontes de saúde, da energia, da expansividade vital, fontes estas, que reunidas em caudaloso rio, veiculam os tesouros do progresso, da civilização, da cultura e da religião. A agricultura, meus senhores, é o diamante mais precioso da corôa do nosso patrimônio nacional.

Sendo assim, é lógico, que concentremos todos os esforços em amparar e promover o desenvolvimento da agricultura nacional. E' lógico, que concentremos todos os esforços e é necessário. As insuficiências da nossa agricultura são tantas, os danos, a que se acha exposta, tão numerosos, os perigos, que corre, tão graves, que só uma inteligência obtusa ou um coração destuído de patriotismo e caridade os poderia ignorar. Quero apontar alguns destes perigos, que se me afiguram os mais funestos e sugerir os remédios, que se lhes deveriam aplicar.

O primeiro perigo pôde provir da educação das crianças, o segundo do serviço militar dos moços e o terceiro a da fuga crescente para as cidades. Peço que me ouçam com atenção e depois dêem o seu próprio parecer.

I - Digo primeiro, que a educação das crianças encerra um perigo para a agricultura, si não for adaptada no seu ambiente natural. A orientação, que a educação nas escolas rurais deverá ter, acha-se muito bem concretizada nos seguintes topicos dum artigo, que foi publicado no jornal montenegrino "O Progreso" de 10 de junho do corrente ano. "As escolas rurais deveriam ser algo diferentes das escolas urbanas. Desde a organização dos horarios, até os programas e métodos de ensino, e ainda até na fixação dos períodos de férias, mistér se faz um cuidadoso estudo, afim de tais escolas possam desempenhar bem e fiélmente a missão que lhes é confiada. As escolas rurais deverão ter por escopo principal, alfabetizar, isto é, ensinar a ler, escrever e fazer as quatro operações fundamentais da aritmética. Depois os alunos serão instruídos em história e geografia do Brasil, devendo ser este ensino ministrado com o auxilio de

mapas e quadros apropriados. Conjuntamente será ministrado o ensino cívico.

A língua materna será ensinada praticamente quando for possível.

Ao mesmo tempo o professor fará preleções sobre assuntos relacionados agricultura, bem como ministrará aos alunos, conhecimentos práticos de higiene. Precisamos educar a nova geração, preparando-a para as responsabilidades que amanhã lhes pesarão sobre os hombros. Precisamos ensinar aos filhos dos colonos o amor á terra e como cultiva-la cientificamente. O Brasil tem uma enorme área superficial; si cultivarmos as nossas terras, poderemos ainda ser o celeiro do mundo. Precisa mos tambem ensinar aos filhos dos colonos o valor do asseio, da desinfecção da casa e dos estábulos, os meios de combater a opilação e as sezões, que fazem dos nossos jécas uns pobres diabos vencidos, desanimados"... "Multipliquemos as escolas rurais, ensinemos aos jovens dessas zonas o amor á terra e o seu cultivo, ensinando-lhes que a vida da cidade, nem sempre a delícia que imaginam, que si o pobre na roça sofre privações, a pobreza na cidade significa, muitas e muitas vezes, miséria maior.

1. - A primeira exigencia do ensino nas escolas rurais, abstraindo dos pontos do programa comuns a todas as escolas elementares, é que se lhes ensine o amor ao torrão, que seus pais cultivam e que eles próprios um dia hão de cultivar. Não digo já o apego natural, que cada homem traz ingenito ao lugar que o viu nascer, mas um amor reflexo, conciente, capaz de resistir sedução fascinante da vida urbana. Nesta terra nenhuma obra prospéra, a não ser que seja animada, vivificada, com penetrada e levada adiante por grande amor e interesse no que se faz. O colono, que não é camponez com ambos os pés, com ambas as mãos e com todo o coração, não prestará aquilo, que a patria dele espera. Por isso é preciso, que os meninos aprendam a estimar e amar a sua condição social, que saibam que sua classe representa a base de todo o progresso nacional, que tenham bem á mão a resposta a ser dada áquele, que desconhece, menospreza ou ridiculariza o estado do agricultor.

Para isso ajuda muitíssimo, que o ensino não se limite ao terreno das abstrações, mas que tome em consideração as condições regionais, locais e localíssimas das crianças, quer geográfica, quer histórica, quer agriculturalmente. E principalmente á ultima. As plantas úteis, que se cultivam, os animais domésticos, que se criam, os métodos de lavoura e de criação, que se empregam, formam um assunto riquíssimo e cheio de variações, que sempre poderá contar com a grata atenção dos peque-

nos. Ainda os melhoramentos possíveis, novos métodos a serem introduzidos, novas possibilidades de levantamento econômico, expostos pelo professor, poderão lançar na mente das crianças a idéia do progresso e preservar a nova geração da estagnação e da decadência. Em uma palavra, o ensino ha de basear-se sobre a polaridade básica de toda a cultura, tradicionalismo e progresso organico.

2 - Não, digo. Quero acentuar aquí, dum modo especial, o tradicionalismo agricultural. Não o falso tradicionalismo, que é estagnamento e retrocesso velado, mas o tradicionalismo são o forte, qualidade essencial da mentalidade rural. Seria falso sugerir aos meninos, que seus pais e avós, por se de métodos primitivos e de pouca intensidade, foram uns retrogradados e obscurantistas; tal ideia alimentaria a vaidade e a soberba, que em ultima consequencia decaíram sobre a agricultura, e não a bem dela, senão a mal.

Seria ainda falso e funesto, querer tirar ás crianças a língua, que grande parte dos pais falam, ainda que não seja a nacional tal proceder seria um atentado contra a família, introduzindo nela o germen da desunião. A agricultura riograndense foi creada por colonos de língua estrangeira, e ainda hoje descança, na sua maioria, sobre uma população, que no santuário da família fala a língua de sua origem. Acaso foram ou são os desbravadores das nossas matas e os fundadores da nossa produção agricola maus brasileiros, so por conservarem, seguindo as tradições de suas famílias, a língua de sua procedencia? Está aí a história de 110 anos a provar o contrário, e por isso digo, que seria funesto á agricultura, si os jovens colonos fossem, pela escola, arrancados ás tradições de raça, cultura e língua de seus ancestrais. Por isso, meu ver de brasileiro, de patriota e de cristão, a escola elementar rural deverá construir a ponte, que liga os recursos raciais, culturais e linguísticos dos imigrantes ao são civismo, ao verdadeiro patriotismo, á legítima brasilidade, que antes de tudo ação, trabalho produtivo para o progresso da mais futura das pátrias, o Brasil. O professor rural deverá ser um "pontífice" no sentido etimológico do termo, isto é, um construtor de pontes, que liguem harmonicamente, sem as confundir, as várias províncias do solo gaúcho. Em poucas palavras; o professor rural será o arquiteto do futuro, si educar a nova geração sobre o fundamento do são tradicionalismo, do civismo cristão e do progresso sempre melhorado.

II — Venho á segunda parte da minha tese, a saber, o serviço militar e a agricultura na zona colonial. O serviço militar traz uma série de vantagens ao jovem colono; abre os horizontes por sua natureza estreitos e muitas vezes mesquinhos

do camponez, incorpóra-o no organismo vivo e dinamico da pátria brasileira, aperfeiçoa os seus conhecimentos na língua nacional, influe benéficamente sobre o seu desenvolvimento físico e cultural. Mas não posso deixar de chamar a vossa atenção sobre vários fatores prejudiciais á agricultura incoerentes, sinão necessariamente, ao menos de fato, com o serviço militar na sua organização vigente.

1. - A vida no quartel, ás vezes a centenas de quilometros da picada natal, introduz uma mudança brusca na vida do jovem colono. Acostumado ao trabalho pesado de todos os dias, ve-se não poucas vezes, votado a um modo de vida, que não preenche completamente as suas faculdades físicas e mentais. Não quero criticar aqui o nosso sistema militar; é uma observação feita em todos os paizes e em todos os sistemas militares, a eles inerente em virtude de sua própria natureza. O moço, sem saber o que fazer nas horas e dias de lazer, entrega-se á ociosidade, suportada a princípio com aborrecimento, procurada ao depois com avidez, fixada emfim com a pertinácia de um mau costume em seu caráter ainda mal seguro e plástico para o bem e para o mal. Absolvido o serviço militar, o moço volta á vida do campo, vencendo com repugnancia o trabalho pesado e incessante da lavoura, ou mesmo prejudicado para toda a sua vida na energia vital e no amor ao torrão natal. E' um fato, e quem tem olhos para ver, topa com ele a cada passo.

2. - A vida no quartel traz consigo forçosamente a separação da família. A vigilancia dos pais, o influxo benefico da religião, os fatores moralizantes do ambiente - emfim, tudo que determinava a attitude moral do jovem ainda inexperiente e mal seguro, cessa num instante. Não digo, que em tudo e em toda a parte se acumulem as mesmas dificuldades, mas em grande parte assim é. Ora o moço da colonia, por via de regra, não conhece o vício, ou, si o conhece, sua consciencia de cristão não permite, que dentro de seu ambiente natal, de entregue a ele sem freio. No quartel porém, especialmente nas grandes cidades, o jovem se vê repentinamente a braços com todos os artifícios da sedução e rodeado de todas as possibilidades, para nele se enredar sem pejo. A experiencia sempre tem ensinado, que o moço da colonia, ainda que de família morigerada e cristã, resiste muito menos ás seduções do vício do que o moço da cidade, em quem tais atrativos exercem muito menos impressão. E quais as consequencias deste estado de coisas? A par de boa parte dos moços, que conservar intata a sua integridade moral, muitos, talvez a maioria, caem no vício, carregam-se de máus costumes, sacrificam a sua consciencia e a sua saúde á sedução do momento. E quantos deles voltam, feitos focos de corrupção

para a sua família, e o que pior, portadores de doenças desconhecidas na zona colonial, contagiando a sua esposa e inoculando o germen da decadencia em seus inocentes filhinhos. Meus senhores, não aqui em teoria. Estão aí os tristes fatos, comprovando a minha tese. A funesta sina duma população rural minada pelas doenças venéreas a decadencia, é miséria, é o desespero, é a ruína da família, célula-mãe do progresso nacional. Qual o remédio para tamanhos males? Na minha opinião são os tiros de guerra. E' preciso, que senão todos, ao menos a maior parte dos jovens colonos cumpram com seu dever militar nesta instituição, que oferece todas as vantagens do serviço militar nos quarteis, evitando os seus perigos para a população rural.

Por isso devemos por todo o empenho em promover, multiplicar e aperfeiçoar com todos os meios os tiros de guerra. O rapaz da colonia, continua no seu trabalho costumeiro, evitando assim a perigo da ociosidade; fica sob o supervisionamento pois pais e dos ministros da sua religião, evitando assim a corrupção; permanece no seu ambiente natural, fugindo assim ao desarraigamento sempre funesto dos costumes simples de seus conterraneos. Promover os tiros, meus senhores, é uma obra de alto patriotismo, pois os moços farão por livre vontade o que aliás fazem sob o regimen da lei, e salva-se para o bem da patria, a integridade moral do nosso agricultor.

III - Resta falar do último ponto da minha tese, a fuga para as cidades.

1. - A crescente fuga da nossa população colonial para as cidades, especialmente para as centros industriais, é um fato. Um ligeiro reconhecimento da zona rural, principalmente daquela, que fica ao longo das estradas de comunicação, o comprova a sociedade.

Quais os motivos deste fenomeno? Em grande parte certamente é a relativa superpopulação das assim chamadas colonias antigas. A colonia já não comporta o excesso da população proveniente do grande número de filhos que orçam numa média de 8 por família. Outra razão, íntimamente ligada superpopulação, é a condição da terra cultivavel. Os terrenos se parcelam sempre mais, tornam-se sempre mais caros, perdem sempre mais, a seu valor produtivo. Está aqui um problema, que por si só exigiria um estudo prolongado e um remédio racional; mas não me é lícito desviar-me em pormenores. - A terceira razão é a fascinação da vida urbana sobre o colono ingenuo e inexperiente. A vida da cidade lhe parece uma perpetua festa; todo o mundo em trajes domingueiros, nas ruas cheias de gente sem fazer nada, os teatros, os cinemas, as confeitarias,



Ministerio da Agricultura
Secretaria-Geral
BINAGRI — Biblioteca Nacional de Agricultura



PROJETO PNUD/FAO/BRA/72/000
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO
E DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA

os centros de diversão de portas escancaradas. Verdade é, que o colono sabe, que a gente da cidade trabalha fábrica, comércio, nos empregos públicos; mas este trabalho lhe parece fácil, um nada, em comparação das canseiras, que ele próprio tem que suportar na modesta herdade de seus pais.

O operário, o caixeiro, o empregado trabalham oito horas por dia, si é que é tanto, e no fim da semana recebem o seu dinheiro, que lhes abre as portas ao gozo da vida enquanto que, o camponez, tem que labutar no suor de seu rosto, dia por dia, semana por semana, mez por mez, sem ver dinheiro líquido em suas mãos dependendo além, disso, do sol, da chuva, dos ventos e de mil fatores imponderáveis, que ameaçam a sua existencia. Ora, é muito natural, que tais observações superficiais façam nascer na mente do colono a saudade dos centros urbanos, tentação esta, a que muitos sucumbem por desgraça sua e da agricultura nacional.

E quais as consequencias deste fenomeno? Não se pode negar, que alguns talvez até muitos, filhos da, colonia acharam na indústria e no alto comércio o melhoramento de sua situação, que almejavam, e contribuíram e vem contribuindo eminentemente para o progresso do paiz. São em geral aqueles, que já ao vir á cidade trouxeram consigo um bom cabedal em dinheiro e experiencia, ou que por um concatenamento feliz de acasos conseguiram por-se a cavaleiro das circunstancias. - A maior parte, porém, destes "imigrantes" da zona rural vem apenas engrossar as fileiras do operariado, que mal comporta este aumento, ou, o que é posse, decaem no mais deploravel estado de proletários sem posse e sem futuro. Repete-se o triste fenomeno de muitos paizes europeus: as cidades fascinaem, atraem, amarram, sufocam, matam, sepultam grande parte da população rural. Mesmo o número de habitantes das grandes metrópoles européas hoje em dia consegue sustentar-se unicamente pelos imigrantes da zona agrícola. E quem sofre o prejuizo? E' a agricultura nacional!

2.- Qual agora o remédio a ser oposto á fuga para as cidades? E' antes de tudo o melhoramento economico da nossa agricultura. E' de pouco proveito despejar o excesso da população rural para as colonias novas, pois são exatamente os mais pobres, que menos emigram, e nas colonias novas, dentro de trinta ou cinquenta anos, renascem os mesmos problemas. Deixemos de lado os paliativos ataquemos o mal pela raiz!

Tomemos a sério a colonisação interna, que consiste essencialmente em revalorizar as terras exaustas pela exploração impiedosa dos últimos cem anos, introduzindo novas culturas, intensificando as que já existem, aconselhando os colonos,

facultando adubos eficazes e baratos - em uma palavra, criando uma verdadeira agricultura em substituição do detestável sistema de desmatamento e exploração.

Em seguida é preciso batermo-nos, a despeito de todas as dificuldades, pelo sistema de cooperativas rurais de toda a espécie, para salvar o colono das garras do capitalismo agrário. De que valem as cooperativas, si é lícito ao capitalismo mata-las pelos métodos mais abomináveis para ao depois pilhar o camponez?

Emfim - e com estas considerações voltamos aos dois primeiros pontos da minha tese - é preciso criar no colono o amor a seu torrão natal, ensinando-o praticamente às crianças da escola elementar e preservando, os jovens camponeses do ódio e da corrupção.

Distintos congressistas! São éstas as idéias que nascem na mente dum homem simples, amigo da verdade, amigo do povo, amigo do Brasil. Falei franco e sem reboços pois tal é a linguagem da convicção; toquei em feridas abertas pois tal é o ofício do médico, ofendi, talvez, com a inculta ingenuidade das minhas palavras: peço perdão, pois a minha unica inteção foi contribuir para o feliz exito dos nossos interesses comuns. A agricultura é a base de toda a sociedade, civilização e cultura humanas. E por isso, quem ama, salva, promove o agricultor; ama, salva, promove a mais futura das pátrias do globo, o BRASIL.

O Sr. presidente - (Prosseguindo) - Este memorial trata de assuntos importantes; educação da criança, serviço militar e fuga crescente para a cidade.

Por isso, não é de desmerecer. Todavia, escapa quasi ás finalidades do Congresso. Por um dever de cortezia, de patriotismo também, a quem se dedica a este estudo, o Congresso. aceita, para que conste dos anais como uma colaboração e um subsídio. Esta é a interpretação do parecer da Comissão de Estudos.

O trabalho é interessante e de merecimento, de maneira que está aceito pela Mesa nestas condições, para que conste dos anais do Congresso.

Antes de, encerrar os trabalhos desta reunião, darei a palavra a qualquer dos senhores.

O Sr. Arthur Fischer - Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Sr. Arthur Fischer.

O Sr. Arthur Fischer - Sr. Presidente, desejo aproveitar a oportunidade para propor á Casa que se resolva sobre a instituição de um, "dia do cooperativismo", quando poderemos rea

lizar anualmente nossos congressos; peço que, ao plenário, seja submetida esta proposta.

O Sr. Presidente - O Dr. Arthur Fischer propôs á Casa a criação de um dia, no ano, consagrado ao cooperativismo, que seria chamado "Dia do Cooperativista", fazendo-se nessa ocasião, o congresso das cooperativas.

Esta semana, que vem transcorrendo com tanto brilhantismo, repetir-se-á, portanto todos os anos. Acho mesmo uma necessidade, porque, como os Srs. Congressistas têm apreciado, são debatidas em plenário, erros, dificuldades é falhas, que vamos corrigindo da melhor maneira, encontrando-se a justa solução.

Entretanto o nobre congressista não fixou a data.

O Sr. Arthur Fischer - V. Ex. permite um esclarecimento?

O Sr. Presidente - Pois não.

O Sr. Arthur Fischer - Efetivamente, desejaria propor o dia 21 de Dezembro, em que se instalou a primeira cooperativa do mundo, em Rochedale.

Entretanto, como me foi lembrado o dia 1º de Agosto, data em que foi assinado o decreto 581, que rege a vida das cooperativas, eu concordo com ela.

O Sr. Pedro Manoel Simon - V. Ex. permite um aparte?

O Sr. Arthur Fischer - Pois não.

O Sr. Pedro Manoel Simon - Parece-me, entretanto, que existe o "Dia dos Cooperativistas", instituído pela Aliança Internacional das Cooperativas, com sede em Londres.

Por isso, creio que seria melhor estivessemos todos de acôrdo.

O Sr. Artur Fischer - Convém, então, no caso, seja instituído o "Dia do Cooperativismo" no Estado, fixando-se, depois, a data, de acordo com as conveniências dos interessados, numa época em que o produtor disponha de maior tempo.

Peço, assim, que V. Ex. Sr. Presidente, submeta á deliberação da Casa minha proposta.

O Sr. Presidente - Em S. Paulo, creio que já existe alguma cousa, neste particular.

Quanto á data da realização do Congresso, poderemos fixá-la de acordo com as conveniências do produtor, como lembrou o Dr. Arthur Fischer, podendo ser o dia 21 de Dezembro

Relativamente ao "Dia do Cooperativista", proponho que a Comissão que se encarregará de pôr em prática as conclusões do Congresso, estude o caso, determinando-lhe a data.

O Sr. Edison Maia - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr Presidente - Tem a palavra o nobre congressista

O Sr. Edison Maia - Sr. Presidente, acho o dia 21 de Dezembro uma data imprópria para a realização do Congresso, devido às festas de fim de ano, pois a maioria dos srs. congressistas ha de querer passá-las junto á sua familia, o que é muito natural.

Por isso, Sr. Presidente, proponho á Mesa o dia 8 de Dezembro, data em que iniciamos os trabalhos do presente congresso.

O Sr. Presidente - Submeto, pois a votos a proposta do Sr. Edison Cavalcanti Maia, que é no sentido de que os futuros congressos se realizem no dia 8 de Dezembro.

Os Srs. que aprovam, queiram manter-se sentados.

(Pausa). Aprovada.

Fica, tambem assentado que, quanto ao "Dia do Cooperativismo", a Comissão Executiva do Congresso procurará fixar a sua data da melhor maneira possível, afim de não contrariar usos e costumes anteriores.

Si houver já um dia internacional, cumpre-nos aceitá-lo, devendo aquela Comissão ouvir as outras entidades dos demais Estados do país.

Convido os srs. congressistas a comparecer, hoje, ás 20,30 horas, afim de prosseguirmos em nossos trabalhos.

Encerro a sessão, agradecendo o comparecimento de todos os srs. e a maneira pela qual se interessaram e debateram os assuntos submetidos á deliberação da Casa.

Quero ainda, dirigir, particularmente o meu agradecimento ao Dr. Dario Brossard pela gentileza das palavras com que se referiu á minha pessoa, as quais considero filhas da bondade.

A todos os meus agradecimentos. Está encerrada a sessão .

(A sessão foi levantada ás 17 horas).

4.a SESSÃO PLENÁRIA

EM 10 DE DEZEMBRO DE 1938

A 4.^a Sessão plenária teve início às 21 horas, na sala das sessões da Federação das Associações Rurais, estando presente elevado número de delegados das Cooperativas do Estado.

A Mesa que presidiu os trabalhos ficou constituída pelos drs. Manoel Pizarro, presidente; dr. Cassiano Fernandes, secretário; dr. Edison Cavalcanti Maia, vice-presidente; e dr. Adolfo Ernesto Gredilha, representante do Ministério da Agricultura

O Sr Presidente - Está aberta a 4.^a sessão plenária do 1.^o Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul. O sr. Secretário vae proceder á leitura do expediente.

O Sr. Secretário - (Lê):

Porto Alegre, aos 10 de dezembro de 1938

Exmo. Sr. Presidente do 1.^o Congresso Cooperativista no Rio Grande do Sul - Nesta Capital

Cordiaais saudações.

Incumbido pelo sr. major Leopoldo Petry, presidente da " Sociedade União Popular", tenho a honra de vos expressar os seus agradecimentos pelo atencioso convite que lhe dirigistes, como ainda vos transmito o seu profundo pesar pelo fato de motivos imperiosos e alheios á sua vontade o impedirem de corresponder pessoalmente ao honroso convite. Como Presidente da Sociedade União Popular, que não está em último lugar no rôl dos que têm trabalhado pela difusão do cooperativismo puro, ninguém mais do que ele desejaria estar presente aos trabalhos desse oportuno congresso.

Sua Senhoria designou o signatário deste para o representar no importante conclave e apresentar ao Congresso os mais sinceros e melhores votos de pleno e integral exito, no sentido de resultar o mesmo em um impulso decisivo ao cooperativismo em nosso Estado, impulso esse que estará fadado a marcar época nos anais da luta comum de homens de boa vontade, como o são os sinceros adêtos do cooperativismo, ora reunidos.

Protestando indefetível admiração pelos nobres colegas de ideal, está ao vosso inteiro dispôr

v/ modesto crdo. e patricio agrdo.

(ass.) - João Albino Both,

secretário geral da Sociedade União Popular.

O Sr. Presidente - Vamos passar á leitura da ata da sessão anterior.

O Sr. Secretário - (Lê):

O Sr. Presidente - Está em discussão. Si nenhum dos srs. deseja fazer uso da palavra, vou considerá-la aprovada

(Pausa) Aprovada

Vamos prosseguir em nossos trabalhos

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista

O Sr. Delfim Mesquita Barbosa - Sr. Presidente, para não perder a oportunidade, visto ter sido lido hoje, a tarde, parecer sobre o pagamento de imposto sobre gerente de cooperativas, propunha á Casa que a Mesa se dirija ao Secretário da Fazenda, enviando-lhe esse parecer, com toda urgência, de modo, a alcançar o orçamento que está sendo elaborado e que está prestes a ser concluído.

Faço esta proposta, para que, no próximo exercício já figure no orçamento o que pleiteia o parecer.

O Sr. Presidente - Parece-me que a sugestão do dr. Delfim Mesquita Barbosa deve ser aprovada independentemente de discussão e votação.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o dr. Edison Cavalcanti Maia.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Era nosso pensamento propor á Casa antes do encerramento dos trabalhos de hoje, a designação de uma comissão para, na segunda-feira, entrar em entendimento com o sr. Secretário da Fazenda, com referencia á isenção desse imposto e de outros, aprovados pela assembléa.

O Sr. Presidente - Tartaremos, então, mais tarde, da nomeação de uma comissão para entender-se, diretamente, com o sr. Secretário da Fazenda.

O Sr. Irio do Prado Lisboa - Sr. Presidente, desejava apresentar á Casa uma moção fazendo a sua leitura antes de entregá-la á Mesa.

O Sr. Presidente - Pois não.

O Sr. Irio do Prado Lisboa - Sr. Presidente a moção que vou ler encerra o que pude aprender das discussões travadas em plenário, principalmente na reunião de ontem á noite.

A moção é a seguinte:

"Nos debates travados em plenário, neste 1.º Congresso Cooperativista, chega-se, desde lógo, á conclusão, de que três grandes males, pelo menos, afétam as organizações cooperativas gaúchas.

Primeiro, o mal fundamental de continuação viciada, de desvirtuamento dos são princípios cooperativistas, desvirtuamento este, voluntário ou involuntário; premido pelas circunstâncias da vida ou forçado, propositado, por aventureiros, gananciosos ou desonestos, porém, sempre, radicalmente funesto á economia pública e particular, dos cooperativados e ao bom nome do verdadeiro cooperativismo.

Segundo as más administrações, seja por imperícia involutária, resultante da falta dos necessários conhecimentos administrativos ou por ignorância dos princípios basilares do cooperativismo e dos deveres dos cooperativados, ou seja pela sanha de salteadores do erário privado, que praticam com as cooperativas, o mesmo que o cupim na madeira: deixam-lhe, apenas, o nome, a casca.

Terceiro o mal do "adeantamento" isto é, os associados, premidos pelas circunstâncias da vida, exigem e obtêm da cooperativa, o adeantamento integral, do seu produto ao qual chamam de "pagamento" ou vão vendê-lo á terceiros que assim operam com o produto do seu trabalho.

Esta gravíssima falha, na observância dos princípios do cooperativismo, põe em eminente e constante perigo, toda a organização que, desde o momento em que assim opéra, deixa de ser uma associação cooperativa, na verdadeira acepção do termo.

Este grande mal provém, seja, de fato, por premência de vida, dos que trabalham de sól a sól, para garantirem, dia por dia, a subsistência dos seus, seja por falta de espírito de solidariedade, de educação cooperativista.

Assim, posto o problema, é mistér e urgente tomar-se medidas radicais, necessárias, de módo a orientar o cooperativismo gaúcho para nóvos e acertados rumos.

Para o primeiro caso, por exemplo, é preciso e indispensável: a) difundir conhecimentos, educar e estimular a bôa prática cooperativista; b) dar assistência eficiente, real, permanente e contínua ás cooperativas.

Para o segundo caso, as más administrações, é necessário, em se tratando da involuntariedade, educar e, para evitar os patifes, cadeia, leis de processo sumaríssimo e adstritos ás autoridades federais ou estadoais do cooperativismo.

Quanto ao terceiro caso, o mal do "adeantamento", tratando-se dos que, de fato, lutam pelo "pão nosso de cada dia" é mistér dar-lhes assistencia técnica e financeira, no sentido do aumento e melhoria da produção, seguida da vigilancia constante que assegurem o bom exito do trabalho e do capital. Melhorar-se-á, assim, as condições de vida.

Para os demais, para os que, apesar de pequenos produtores, não se encontram nesta dura circunstância e, no entanto, mal procedem como cooperativados, é necessário dar-lhes educação cooperativista.

Estão aqui apontados os fatos e indicadas em resumo, as medidas adequadas a cada caso que, entendemos, são necessárias, indispensáveis e ingentes, ao aperfeiçoamento das nossas organizações cooperativas. Tais medidas, submetemos á apreciação da Casa, no sentido de serem propugnadas, com firmeza e patriotismo, pelo órgão coordenador, orientador e zelador do cooperativismo que criar este 1.º Congresso, e pelos ilustres e abnegados representantes do ministério público aqui presentes.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938.

(ass.) Irio do Prado Lisboa.

Como justificativa de minha moção, na qual me refiro com insistência a este órgão, zelador das cooperativas, tenho a dizer o seguinte: em trabalho, por mim apresentado aos 7.º e 8.º Congressos Rurais, pleiteei a realização desse 1.º Congresso Cooperativista.

Desse trabalho, Sr. Presidente, resultou a criação de uma comissão, para tratar do cooperativismo. Entretanto, por motivos vários, do conhecimento de todos os senhores, esta Comissão, dada a dificuldade que encontrou, não pôde levar avante a tarefa que lhe havia sido cometida.

Assim, a Comissão central cuja criação se faz necessária pelo Congresso, deve ser eficiente, continúa em seu trabalho para que não venha a fenecer como aquela creada prematuramente.

(Palmas).

O Sr. Presidente - Os srs. Congressistas acabaram de ouvir a leitura e a justificação da moção apresentada pelo dr. Irio do Prado Lisboa.

Como a comissão, encarregada de estudar as moções e prolar os pareceres, já terminou as suas funções hoje e dando-se amanhã e encerramento do Congresso, proponho que seja aprovada "in- actum" a moção apresentada pelo dr. Irio do Prado Lisboa, porisso que os seus conceitos vêm ao encontro dos desejos de todos os cooperativistas.

Entretanto, si algum dos srs. tiver alguma objeção a fazer, eu concederei a palavra, de acordo com o regimento.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Edison Cavalcanti maia .

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Srs. Congressistas, em muitos pareceres aprovados pelo Congresso, foi sugerido a criação da comissão, a que se refere o Dr. Irio do Prado Lisboa. Hoje, mesmo, é pensamento da Mesa submeter à Casa, após a leitura das últimas teses e sugestões, a indicação dos nomes que a constituirão, de acordo com os diversos pareceres exarados pela Comissão de estudos.

O Sr. Gaspar Uchôa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Gaspar Uchoa.

O Sr. Gaspar Uchôa - Sr. Presidente, como representante da Federação Rural neste conclave, eu me congratulo, antes de tudo, com os promotores deste Congresso, o primeiro que se realiza no Rio Grande do Sul e no Brasil, visando a maior expansão do cooperativismo.

A moção do dr. Irio do Prado Lisboa refere-se, principalmente, à necessidade premente que há de uma propaganda organizada e educativa, no sentido de elevar o nível de compreensão do que é o cooperativismo.

Uma das teses brilhantes, apresentadas ao Congresso e especialmente, a necessidade de educação e expansão dos conhe- já aprovadas, é a da Cooperativa Montenegrina, que encarece especialmente a necessidade de educação e expansão dos conhecimentos do cooperativismo entre as classes rurais; não menos edificante é uma outra tese definida pela Cooperativa Sulina, relatada pela sua Diretoria, a cuja frente se encontra o meu presado amigo, sr. Raul Cunha, referente à necessidade de transportes.

A combinação dessas duas teses, reforçadas, agora, nos seus princípios fundamentais pela brilhante moção do dr. Irio do Prado Lisboa, marca realmente o início de um grande trabalho, que pesará obre os ombros da Comissão Central, que o Congresso designará.

E' necessário portanto, que esta Comissão defenda os pontos de vistas já aprovados neste plenário, consubstanciados nas conclusões dessas duas teses.

Um exemplo do que pôde ser feito pela união, no sentido da expansão da cultura e do ensino dá-nos a Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, representada aqui pelo seu próprio deretor, sr. Domingos Ribas.

E' do conhecimento de todos o seu trabalho eficiente distribuindo a educação técnica e profissional a grande número de escolares do Rio Grande do Sul.

E' uma condição também precipua para a vitória do cooperativismo entre nós que a cultura se difunda entre os alunos

das escolas, criando, como prevê a lei n.º 22.239, no seu artigo 34, as cooperativas escolares, em suas diferentes modalidades.

Será este, também outro trabalho importante de propaganda, que ainda pesará nos serviços da Comissão Central.

Os adultos devem também merecer a atenção da Comissão Central, neste serviço cultural, porque como já acentuou o educador e filósofo americano, John Dewey, "não ha nenhuma razão para que a educação termine antes que a morte detenha o passo do homem sobre a terra".

Srs. Congressistas, com estas palavras quero justificar o meu voto e o meu aplauso á moção apresentada pelo meu companheiro Irio do Prado Lisboa, bem como o meu entusiasmo pelas teses apresentadas pelas Cooperativas Montenegrina, Sulina e da Viação Férrea. (Palmas).

O Sr. Presidente - Em virtude dos aplausos com que o plenário abafou as palavras do último orador, considero a moção aprovada.

O sr. Vice-Presidente vae proceder, agora, á leitura das téés apresentadas ao Congresso.

(Para constar destes anais, publicamos, em primeiro lugar, o parecer e a integra de cada tése).

TESE N.º 12

PARECER

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido no dia 10 de Dezembro de 1938, em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

Drigir-se á direção do instituto de Carnes, no sentido de se pleitear a inclusão das cooperativas de produtos suínos do Estado no programa de amparo e defeza á pecuaria, pois que, como os criadores, os suinocultores, contribuem com a taxa de cooperação. De fato seria injusto e imperdoavel esse olvido em relação á referida classe quando outras entidades, não contriuintes, pretendem usufruir os beneficios decorrentes daquela tributação.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Manoel Pizarro, Relator
Antonio Zambenedetti
Achilles Caleffi
Antonio Candido Franco
Domingos Branco Filho
Adolpho Grendilha

SUGESTÃO

A União das Cooperativas de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul, constituída da quasi totalidade das cooperativas especie existente no Estado que contam mais de 5.000 suinocultores, aproveitando a oportunidade do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, encaminha ao plenário para conhecimento e discussão, da seguinte sugestão:

O Governo do Estado, como é do conhecimento de todos, no intuito de amparar a pecuaria e desenvolver a Industria da carne, creou uma taxa, denominada "Taxa de Cooperaçãõ", que atinge todos os contribuintes estaduais e é cobrada, adicionalmente, com os impostos ordinários.

A arrecadação é feita pela Fazenda do Estado, que faz a entrega das importancia cobradas ao Instituto de Carnes, para applicação segundo determinação official.

Essa taxa vem sendo cobrada ha varios anos e o montante arrecadado já se eleva a aproximadamente 20.000 contos, segundo informações obtidas.

Não se pôde contestar a utilidade da instituição dessa taxa, nem é intuito nosso criticar, a sua criação.

Entretanto, seja-nos permitido ponderar, que a sua applicação envolve uma injustiça, quando ela é destinada, unica e exclusivamente, para amparo e defêsa da classe rural. Na industria da carne está incluída, tambem o produto do suino e o termo pecuária abrange, igualmente, o suino. E si afirmamos que ha injustiça na applicação da taxa, mesmo dentro da finalidade que a creou, é porque o suinocultor, que contribúe, como qualquer criador, com a taxa, foi totalmente excluído de qualquer amparo ou benefício,

A intenção que presidiu a criação da taxa, era a de proteger uma classe que representa o fator basico da nossa economia - a classe rural - e proporcionar meios para desenvolver a industria da carne. E nessa industria deve-se incluir a industria do suino.

Alegar que a industria suina se acha mais desenvolvida, que possúe estabelecimentos industriais modernos e higienicos e, por isso, não necessita de amparo ou proteção. - Si, efetivamente, os suinocultores estão com seus estabelecimentos industriais higienizados, é porque, á sua custa, com sacrifício e sem auxílio official, construíram os seus estabelecimentos. O mesmo deveriam ter feito os que industrializam o bovino. Não podia ser motivo de desinteresse o fato de exigir a industria do bovino um estabelecimento maior, mais custoso e portanto, fóra da possibilidade financeira do criador isolado. O suinocultor

isolado não teria jamais conseguido levantar o seu estabelecimento industrial, mesmo menor em custo, si não tivesse se organizado cooperativamente. E a prova dessa afirmação temos tentre o proprio criador de bovinos, a exemplo dos suinocultores, os criadores mais adiantados organizaram a sua cooperativa e construíram o seu estabelecimento.

Não se pôde admitir que o criador de bovinos, mais conhecido por fazendeiro, necessita do auxílio do pequeno suinocultor, para construir os seus estabelecimentos de industrialização. Ele o poderá fazer com os proprios recursos e com as proprias forças.

O suinocultor tem grandes necessidades e precisa do amparo como o criador. Si possui estabelecimentos conforme as exigencias da autoridade sanitária, ele tem tudo por fazer ainda pela melhora de seu rebanho. Nesse setor e mesmo no aperfeiçoamento de estabelecimento industriais, ele tem ainda grandes necessidades.

Pelo exposto, seria de todo justo, e o criador será o primeiro a reconhecer a justiça, que fosse destacada da "taxa de cooperação" a quota aproximada com que contribue. O calculo para a fixação da quota poderia er feito conforme a arrecadação feita em municipios essencialmente agricolas e onde a suinocultura é a principal riqueza. Essa quota seria entregue á entidade central das cooperativas de produtos suínos, que a applicaria na melhoria do rebanho ou em outros setores de interesse da classe, conforme convenção e acôrdo com o Governo do Estado.

Sugerimos, pois, que o Congresso se manifeste a respeito, levando-se a sua resolução, em memorial ou pessoalmente ao titular da Pasta da Agricultura, para as devidas providencias governamentais.

Sala do Congresso, 8 de dezembro de 1938.

Pela União das Cooperativas de Prod. Suínos do R. G. S.

Arthur Fischer.

O Sr. Arthur Fischer - Sr. Presidente, peço a Palavra.

O Sr. Presidente - Tem a palavra, o sr. Arthur Fischer.

O Sr. Arthur Fischer - Quero esclarecer á assembléa que já foram apresentadas sugestões idênticas ás que encerra esta tése, que foram aprovadas pelo plenário.

Entretanto, dada a importância das sugestões formuladas pelas diversas cooperativas de produtos suínos, acho que deveriam merecer maior atenção da Casa, devendo esta tomar uma solução mais positiva e mais radical.

Efetivamente, propunha, nas sugestões, que fosse destacada a taxa de cooperação que o Estado creou e que arrecada,

para que os suinocultores, que contribuem, possam ser beneficiados, de acordo com as próprias finalidades da taxa.

Esta taxa, como é do conhecimento dos senhores, foi creada para a defesa da pecuaria e da industria de carne. Ora, os suinocultores fazem parte da pecuaria, em sentido mais estrito e tambem da industria da carne.

Assim sendo e existindo entre a própria industria de carne suina uma grande deficiencia e uma grande lacuna, não se compreende fosse creada uma taxa e que esta, para a qual todos contribuem, fosse aplicada, parcialmente, na defesa da industria de carne bovina.

E' justamente por esta razão que voltei a apresentar ao plenário as mesmas sugestões.

Entretanto, houve um pequeno equivoco no resumo. Eu não propunha que as cooperativas fossem incluídas no Instituto de Carnes. Propunha, sim, que fosse feita uma verificação aproximada do "quantum", que contribuem os municípios, onde predomina a suinocultura, para ser arrecadada esta taxa em defesa dos suinocultores e entregue á Fazenda do Estado ou á entidade Central de todas as cooperativas.

Assim, não entendeu a comissão relatora, propondo que as cooperativas fossem incluídas no Instituto de Carnes, para serem amparadas nas suas necessidades.

Dizia eu nas mesmas sugestões que a própria classe da pecuaria, no sentido como se entende geralmente, é a classe dos fazendeiros, que não necessita do pequeno auxílio da classe dos suinocultores, para realizar a sua defeza.

Estou convencido de que serão eles próprios os primeiros a reconhecer esta justa pretensão dos suinocultores. Porém, mesmo que a forma proposta pela sugestão não seja realizada e fosse mais aconselhável a inclusão das cooperativas de produtos suínos dentro do Instituto de Carnes, num departamento próprio, não ataco esta conclusão, parecendo-me, tambem, que é uma solução que poderá satisfazer.

O Sr. Presidente — O que peiteia o parecer é a inclusão das cooperativas dos produtos suínos no programa de amparo que se dispensa á pecuaria.

A classe dos suinocultores está passando principalmente no que diz respeito á melhora dos rebanhos, por grandes dificuldades, conforme declarações que consegui ouvir de destacados elementos das Cooperativas de suinocultores.

Um deles afirmou-me que é de quasi 30% a porcentagem dos animais que perdem por doenças de toda sorte e espécie.

Ha, pois, necessidade de que os suinocultores sejam assistidos, como se pretende assistir á pecuaria.

O Sr. Renato Costa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Renato Costa.

O Sr. Renato Costa - Sr. Presidente, o problema focado, ha pouco, pelo sr. Arthur Fischer tem uma solução mais prática.

E' que o Instituto de Carnes, orientado de outra maneira sob outro aspécto, - e tenho prazer de constatar a presença, aqui, de seu presidente, dr. João Maximo dos Santos, - não pôde deixar de lado os suinocultores, que pagam a taxa de cooperação, embóra muitos municípios e suinocultores não a paguem.

Neste sentido, cabe fazer um apêlo ao Governo, ao Instituto de Carnes para que tracem diretrizes, dentro das quais amparem a indústria do porco, dizendo-nos qual o programa que tem em vista.

E, como é do conhecimento dos senhores, a suinocultura representa, já uma grande força na economia do Estado, porisso, mais do que nenhuma outra, exige uma técnica, no sentido de ser orientada pelos poderes públicos.

E' esta, sr. Presidente, a proposta que faço, para que o Congresso se dirija ao Governo, afim de que o Instituto de Carnes diga, de público, qual sua orientação e quais os benefícios que advirão para os suinocultores, uma vez arrecadada, indistintamente, a taxa de cooperação.

Não é justo, que esta taxa seja paga, sem que dela aufira o menor resultado. A indústria do porco exige uma racionalização completa; precisa de alta técnica, no sentido da produção. Porisso, não pôde ficar ao desamparo. O Instituto de Carnes está á altura, hoje, como amanhã, de poder orientar a indústria da suinocultura.

Era esta, sr. Presidente, a proposta que queria apresentar á Casa.

(Palmas prolongadas).

O Sr. Presidente - Em face do que acaba de explicar o companheiro Renato Costa e achando-se presentes vários diretores de cooperativas de suinocultores, é preciso que se encare um ponto: - a não contribuição dos mesmos para a taxa de cooperação.

Inquirindo muitos, si esta taxa era cobrada, responderam afirmativamente. Ora, diante do que acaba de dizer o dr. Renato Costa e ante o silêncio, que me pareceu até aplausos, fico na dúvida.

O Sr. João Muniz dos Reis - V. Ex. permite um esclarecimento?

O Sr. Presidente - Pois não.

O Sr. João Muniz dos Reis - A taxa de cooperação foi cobrada no município de Palmeira pela Prefeitura e recolhida aos cofres do Estado. Este ano está sendo cobrada pelo próprio Estado.

O Sr. Carlos Muniz - Em Nova Bassano e em todo o município, a taxa é paga pelos agricultores, no ato do pagamento do imposto. De acordo com as lotações, a que somos sujeitos.

O Sr. Saul Irineu Farina - Em Alfredo Chaves, a taxa era paga pelos agricultores. Cinco, dez por cento sobre o total dos impostos.

O Sr. Fernando Cunha - Todos os colonos pagam, inclusive per capita".

O Sr. Delfim Barbosa - Sr. Presidente, peço licença para fazer um esclarecimento.

O Sr. Presidente .- Com todo o prazer.

O Sr. Delfim Barbosa - Acho, sr. Presidente, que ha uma confusão. O que existe é uma taxa de cooperação de 5% sobre todos os impostos.

O Governo creou esta taxa para os ovinos e suínos. Entretanto, de acordo com a estatística oficial só têm sido arrecadado 4.000 contos, o que demonstra que tanto a maioria dos criadores de suínos, como de ovinos não pagam esta taxa.

Ha, portanto, necessidade de que seja paga pelos suinocultores, afim de que, depois, possam pleiteá-la para si.

O Sr. Presidente - De fâto, a taxa foi creada para os suínos e ovinos. Entretanto, houve um defeito que partiu da falta de lotação.

Entretanto é verdade que em muitos municípios fizeram a arrecadação e muitos criadores não a pagaram.

O caso ficou assim bem esclarecido. Vou agora submeter o parecer da comissão, á deliberação da Casa, juntamente com a proposta do dr. Renato Costa, no sentido de saber si o Governo cobra a taxa e qual a orientação do Instituto de Carnes, em favor dos suinocultores.

Os srs. que o aprovam, com o adendo do dr. Renato Costa, queiram manter-se sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Vamos passar á leitura da tése seguinte.

TESE N.º 17

P A R E C E R

sobre a brilhante tese da Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos do Município de São Gabriel, apresentada ao 1.º Congresso das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

_____o_____

1.º - A obrigatoriedade dos descontos em folhas de pagamento proveniente da entrega de mercadorias aos associados das Cooperativas de Consumo, no Brasil, é uma necessidade que se impõe, como meio capaz de garantir seu pregresso;

2.º - A execução em sua plenitude da lei federal 312, em parte não tem razão de ser, quando permite apenas o desconto de 30% dos vencimentos dos funcionalismo, para cobertura de suas obrigações;

3.º - A concessão de abatimentos nos fretes de mercadorias em transito por via ferrea, destinadas aos departamentos das Cooperativas de Consumo, é também uma necessidade urgente;

4.º - A obtenção dessa concessão não será difícil uma vez que essa diferença de frete seja empregada em fins de assistência social, como acontece com a Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, que obteve essa concessão, mas, pelo próprio aviso Ministerial que lhe concedeu o abatimento referido, condicionou a aplicação dessa economia de frete em escolas ao longo das linhas ferroviárias;

5.º - A questão da compra de generos pelas cooperativas de consumo das cooperativas de produção, é uma necessidade que se impõe, mas, deve haver um previo entendimento para estabelecer as bases das cotações dos produtos, sempre, porém tendo em vista os preços em vigor na praça que efetua a compra;

6.º - Assim, pois o que diz respeito a legislação federal, sou de opinião que o Congresso, salvo melhor interpretação deve pleitear junto aos órgãos competentes a regulamentação de concessão dos abatimentos de fretes, porém, empregando sua diferença em obras de assistência social. Sala do Congresso, 10 de Dezembro de 1938.

Delfim Mesquita Barbosa, Presidente
Domingos Branco Filho, Relator
Manoel Pizarro
Antonioa Zambemdetti
Antonio Candido Franco
Achilles Caleffi
Adolpho Gredilha.

Tése defendida pela "Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos do Municipio de São Gabriel", no Primeiro Congresso Cooperativista, por intermédio de seu ilustrado e insigne representante, doutor Delfim Mesquita Barbosa

DESCONTO EM FOLHA OBRIGATÓRIO

As medidas protetoras das Cooperativas de Consumo são, atualmente limitadas, que lhes será impossivel triunfar, si leis suplementares não viérem em seu auxilio.

O Governo, creando essas entidades de classes, teve em mira melhorar o padrão de vida de determinadas classes pobres e laboriosas, que se congregassem e obtivessem, pela pratica do Cooperativismo, a realização de suas modestas aspirações: iliminação do lucro, mercadorias baratas.

A revogação de Decretos, como o 21.576, de 27 de Junho de 1932, que facultava às Cooperativas consumidoras o desconto em folha, regulado nos seus Artigos 4.º 5.º e 6.º e na letra H do Artigo 3.º constituiu uma enorme calamidade, ficando as sociedades cooperativas entrégues aos seus proprios destinos, sem garantia solida para o fornecimento de mercadorias e tendo que atender os seus associados.

O funcionalismo publico, em sua maioria, vê-se, frequentemente em serias dificuldades financeiras, motivadas por doenças, vencimentos exiguos, familias numerosas e muitas outras causas que nos seria fastidioso enumerar.

Entre salvar um ente querido, doente, desviando para a farmacia ou para o medico, o dinheiro que se destinava ao pagamento de suas compras de mercadorias, não hesita o funcionario: lêva-o para a farmacia, atrasando-se na Cooperativa, estabelecendo-se um desequilibrio que, difficilmente, será restabelecido.

Não queremos censurar, de maneira alguma, o funcionario que dá um exemplo edificante de arraigado amor á familia. Mas a doença é transitoria, enquanto a necessidade da subsistencia é permanente e imperiosa.

A situação creada por tais fatos origina tremendas dificuldades, que só os ensinamentos da pratica e o conhecimento de causa, nos habilitam a uma apreciação exata.

Com o desconto em folha obrigatorio, para aquisição de generos de primeira necessidade, não sairia a Cooperativa prejudicada. O desconto em folha de vencimentos é o oxigenio dessas entidades de classe; sem eles as Cooperativas nunca jamais vencerão, advindo daí diversos fatos lamentaveis, tais como o prejuiso às casas exportadoras, que forneceram os generos aos armazens das sociedades e o absoluto insucêsso do plano Cooperativista.

E' simplesmente inconcebivel que os poderes constituidos organizem e contrólem as Cooperativas, arvorando-se em seus beneficiarios e não lhes deem os meios mais elementares de que carêcem para o seu exito completo.

Ao defendermos o desconto em folha obrigatorio, é obvio, não se compreende a consignação integral do ordenado do funcionario, mas sim uma parte que lhe assegure a aquisição mensal de generos de que necessita e que assegure, igualmente, às Cooperativas o recebimento das importancias correspondentes, habilitando-as a enfrentar às despêsas a que estão sujeitas, tais como pagamento de duplicatas, aluguel de casa e muitos outros gastos incontornaveis, imprescindiveis, de uma casa comercial.

Não visando as Cooperativas obter lucros, absolutamente, tanto mais se impõe o recebimento dos valores relativos às mercadorias fornecidas, o que só se obterá, de um modo seguro, com o desconto em folha obrigatorio, sôb pena da derrocada da politica fundamental economica do Governo. E, como prôva irrefutavel do que acima expusemos, damos o exemplo da Cooperativa dos empregados da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, desfrutando uma situação admirável, graças ao desconto em folha preferencial e ao transporte barato das mercadorias.

TRANSPORTES BARATOS

Outro fator de decisiva influencia na vida das Cooperativas de Consumo, é o que intitula esta segunda parte do nósso trabalho.

Não tendo as Cooperativas capital inicial avultado, é insolúvel o problema das mercadorias baratas, diante do alto preço dos transportes, mal que se agrava, aliado outras causas.

Todas as casa commerciaes, em geral, teem o seu artigo de combate, como propriamentet se diz Uma tem o açúcar outra o feijão, outra a banha, outra mais a farinha e assim por diante.

Tais casas compram esses generos em grande escala - porque o podem fazer. As Cooperativas, não dispondo de meios, limitam-se a comprar dez sacos de açúcar, dez de feijão, etc., pagando o mesmo frête que aquelas casas, compradoras de cem ou duzentos sacos do primeiro e igual quantidade do segundo artigo.

E' claro que os éxportadoras terão de fazer preços mais vantajosos aos compradores em larga escala, do que aos em pequena, resultando uma permanente e prejudicial concorrência às Cooperativas, procedente do comercio total de uma praça, alem de serem, já, essas sociedades merecedoras da má vontade dos comerciantes.

Citando-se o fâto que se segue, teremos uma visão exata da veracidade de nôssa assertiva:

Realizando-se quermêsses em beneficio de determinada sociedade, que endereçou circulares a seus socios, pedindo-lhes objêtos a serem sorteados, um associado comprou da Cooperativa uma caixa de charutos, que foi entrêgue á sociedade para aquele fim. Achando-se a cópa desfalcada, no momento, daquêla mercadoria, um membro da diretoria retirou-a dentre os objêtos doados, pondo-a a venda na referida secção. Foi o que bastou para que, no dia imediato, saísse no jornal local, a convocação da Associação Comercial para uma Assembleia Geral, tendo como ordem do dia o fâto da Cooperativa "estar vendendo para particulares"!

Não dispondo as Cooperativas de meios de defesa, os sucêssos apontados prejudicam-as enormemente, urgindo a supressão dessas lacunas, aparelhando essas entidades de classe com leis protetoras, para poderem enfrentar os entraves que as tolhem ou procuram tolher-lhes o desenvolvimento.

A solução do barateamento dos transportes com o abatimento de, no mininio 50% nos frêtes, é uma necessidade tão grande, como é o desconto em folha. Um complêta o outro. Os dois juntos tornarão, realmente, as Cooperativas, a base do progrêssô do Brasil.

Sem eles, o plano cooperativista está fadado ao mais doloroso insucêssô, arrastando no fragôr de sua quêda, todo o castêlo idealizado, teoricamente, pelos poderes constituídos.

"Quem visita o Departamento agrícola da Cooperativa Rural Gabrielense fica convencido que a solução dos "problemas economicos do Brasil reside na fomentação da criação do sistema cooperativista".

Foram as expressões de SS. EE. os Senhores Coronél Oswaldo Cordeiro de Farias e seus secretarios de Estado Drs. Ataliba de F. Paz e Oscar Fontoura, por ocasião de sua visita a este municipio.

Si SS. EE., com o natural conhecimento dos problemas vitais do País, não hesitam em proclamar as vantagens do Cooperativismo, como admitirmos o seu insucêso si depende unicamente dos governantes o seu desenvolvimento, o seu triunfo, o cumprimento de sua brilhantes missão

O sistema Cooperativista já existe e a sua fomentação está em pleno terreno da realidade. O que se necessita é da proteção vigorosa e desburocratica do governo, dando-lhe meios seguros para romper os horizontes que se lhes vão descortinando, é medida que se desenvolve esse sistema.

COOPERAÇÃO

Dadas as dificuldades que a pratica nos tem demonstrado, as Cooperativas de Consumo precisam da cooperação da suas similares produtoras, como consequencia lógica e natural do cooperativismo.

Afigura-se-nos impossivel as Cooperativas consumidoras terem de comprar o xarque e o arroz de industrialistas, em uma localidade onde existam Cooperativas de produção desses artigos diante das desvantagens dos preços

Si ás Cooperativas de Produção o custo das mercadorias é mais barato que ao industrialista - pelo menos no presente caso - não ha por que os seus preços serem mais elevados

Dão-se fenomenos tão interessantes e mesmo exóticos, que não podemos deixar de demonstra-los.

São Gabriel é um municipio onde a produção do arroz e xarque constitue o centro das suas atividades comerciais e que vem aumentando de um modo notavel, de ano para ano, e onde os produtores sé congregaram em torno de uma Cooperativa de Produção.

A Cooperativa de Consumo, entretanto, compra o arroz que precisa de outros municipios - como o de Cachoeira por oferecer-lhe preços muito mais vantajosos, embóra a mercadoria onerada com o transporte ferroviario.

O xarque é comprado dos pequenos produtores, não cooperativados, pelas razões acima expostas e não podemos taxa-las de concurrencia.

Não queremos e nem pôdem, em absoluto, as Cooperativas de Produção sacrificar as suas mercadorias às Cooperativas de Consumo, mas vende-las com uma pequena percentagem sobre o seu custo, facilitando, assim, o desenvolvimento destas e cooperando, de um modo eficaz, para o succêso do sistema cooperativista, em suas duas modalidades basicas.

Coop. de Cons. dos Funco. Publicos

Firmo Moraes Tinadé, Director Presidente

O Sr. Delphim Mesquita Barbosa - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Delphim Mesquita Barbosa - Em nossa tése omitimos, muito de propósito, o fáto do Governo fazer os Funcionários Públicos descontar, em folha de vencimentos, as consignações em favor de Institutos de Crédito, onde o serventuário é sugado impiedosamente, muitas das vezes retirando dinheiro para tapar "bréchas" produzidas pela libertinagem, pelo jogo, etc., não gozando as famílias de um réis siquer dessas importancias, e não "faculta" aos referidos funcionários descontar em folha, o "quantum" para o pagamento de generos de primeira necessidade, donde vem a subsistencia para si e sua família.

Essa omissão se deu, a fim de que possámos oralmente, defender mais esse ponto, pois se nos afigura que, de viva voz, se tornará mais enfática e eficaz a nossa defesa, que esta Cooperativa já antevê brilhante e vitoriosa.

As três cópias da tése exigidas pela Comissão Organizadora do Congresso, já lhe foram remetidas dirétamente.

Esta Cooperativa espera, caso vos seja possível, pô-la ao corrente das deliberações tomadas pelo futuro Congresso que, vivamente acompanhará com o máximo interesse.

Confiante na vitória, não tanto pelo argumento originário, mas pela vossa vigorosa defesa, esta Cooperativa se prevalece da oportunidade para, agradecendo a vossa boa vontade e solicitude, almejar-vos um feliz exito e assegurar-vos os protestos de alta estima e grande admiração.

Quiz porém a sorte, que eu fosse nomeado para a Comissão de Estudos e Pareceres; quiz, ainda, a sorte, que eu fosse designado para seu presidente. Tive, assim, a rara fortuna de escolher um ótimo relator, que emitiu brilhante parecer.

Agora, peço licença para ler uma parte do ofício que me foi encaminhado juntamente com a tése, para que os srs. Congressistas possam ver a necessidade que ha de amparar-se esta classe de cooperativistas, principalmente as de consumo.

Diz, assim o ofício:

"Devo dizer-vos que os pontos abordados naquele trabalho, nos foram sugeridos pela prática de dois anos de intensa luta á teste desta Cooperativa, contornando todas as séries de dificuldades, cada qual a mais embaraçosa e todas elas oriundas da falta dos meios que agora pleiteamos

Não obstante os entraves que se depararam, a nossa cooperativa vai, lentamente, atingindo o seu objetivo, após havermos tomado medidas drasticas, accompatíveis com o sistema Cooperativista, mas impostas pela necessidade da prática, por não dispormos do desconto em folha e do transporte barato e como uma demonstração pujante das possibilidades das Cooperativas.

E' justo pois, que se pleiteie o que almeja a Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de São Gabriel, principalmente no que se refere aos descontos em folha do "quantum" para o pagamento dos gêneros de primeira necessidade"

Entretanto, não quero me estender em considerações, pois como já disse o parecer sobre esta tese é brilhante, e espero, porisso, que a Casa pleiteie, com insistencia, o que nele se contém.

O Sr. Presidente - Continúa em discussão o parecer da Comissão. Si nenhum dos srs. deseja fazer uso da palavra, vou considerá-lo aprovado.

(Pausa)

Aprovado.

Vamos passar á leitura da tese n.º 19

TESE N.º 19.

P A R E C E R

Sobre a tese apresentada pela Sociedade Cooperativa de Produção de Banha "Santo Antonio" de Palmeira. Neste Estado - Ao Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Examinando detidamente às CINCO sugestões apresentadas ao Congresso, pela Sociedade Cooperativista Produção de banha Santo Antonio, sou pelas seguintes conclusões:

Quanto á Primeira - Que o Assunto da Fiscalização pela forma sugerida á materia que diz respeito ao D. O. D. P. aliás já tratado na propria lei que rege as Cooperativas.

Quanto á Segunda - Que a taxa de juros sobre empréstimos é assunto que naturalmente só poderá ser resolvido com a criação do Banco Rural Cooperativo, o que, aliás, já foi objeto

de uma brilhante Tese apresentada pelo Sr. Casseano Lourenço Fernandes.

Quanto á Terceira - Que seja oficiado ao Sr. Diretor da DAER ou a quem de direito, no sentido de conseguir si possivel a construção de Estrada de Rodagem pela maneira pleiteada.

Quanto á Quarta - Que seja oficiado ao Diretor dos Correios e Telegrafos, no Estado, pleiteando a criação da Agencia na VILA FREDERICO VESTPHALEN, si possivel.

Quanto á Quinta - Que seja adotado o necessario criterio em relação a outra sugestão identica já debatida e resolvida pelo Congresso.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Domingos Branco Ribas, Relator

Antonio Candido Franco

Manoel Luiz Pizarro

Adolpho Gredilho.

SOC. COOP. PRODUÇÃO BANHA SANTO ANTONIO

Vila Frederico Westphalen - Palmeira

Sugestões a apresentar

1.º - Falar sobre a vinda de um fiscal do Governo, afim de recorrer duas vezes por ano, todas as cooperativas, examinar os livros correspondentes, as situações das mesmas cooperativas, toda a vez que se efetuar o Balanço.

2.º - Empréstimos de 8% ás cooperativas que necessitarem de dinheiro para o seu desenvolvimento, sendo garantidos esses empréstimos, pelo próprio estabelecimento, onde terá uma diretoria que mereça confiança, e se torne responsável.

3.º - Conseguir com o DAER que as bifurcações de estradas para Porto Feliz e Porto Novo sejam incluídas para rêde de rodovias deste Departamento. A estrada a Porto Feliz passa pela Estação de Águas Minerais do "Prado", em pleno desenvolvimento.

4.º - Pleitear com as repartições competentes a instalação de uma Agencia de Correios e Telegrafos nesta Vila, onde já existe estação Rodoviaria da VFRGS.

5.º - Pleitear junto ao Governo sobre a taxa de Cooperação onde tiver cooperativas ser em beneficio das mesmas, pois existe necessidades em melhorar sua produção suína.

João Muniz Reis.

Está em discussão o parecer. Si nenhum dos srs. deseja fazer uso da palavra para discutí-lo, vou considerá-lo aprovado

(Pausa)

Aprovado.

Vae ser procedida, agora, a leitura da tése n.º 20 apresentada ao Congresso pelo Dr. Adolfo Ernesto Gredilha.

O Ensino do Cooperativismo.

"Como meio de difusão do "cooperativismo", muito se tem preconizado a fundação de cooperativas escolares, nos estabelecimentos de ensino primario, secundario e superior, entre os respectivos alunos, com o objetivo primordial de inculcar aos estudantes a idéa do cooperativismo e ministrar-lhes os conhecimentos práticos da organização e funcionamento de determinada modalidade cooperativa

Todavia a experiencia das cooperativas escolares não tem dado os resultados que se esperavam. Isso devido talvez, a consistir esse trabalho uma sobrecarga para os professores, a ausencia tambem de uma sistematização de que constitue a doutrina do cooperativismo.

Tudo indica a necessidade urgente de se crear em primeiro logar o ensino do cooperativismo afim de obter-se homens preparados ao desempenho das funções de guarda-livros especializados, de propagandistas competentes, de professores da materia, de inspetores de cooperativas e de técnicos em cooperativismo afinal. E' sabido que o proprio Ministerio da Agricultura luta com dificuldades em conseguir técnicos competentes na verdadeira acepção da palavra.

Assim, eu venho com a minha longa experiencia prática e conhecimento exáto da materia, sugerir a este Congresso, o seguinte:

1. - A criação, com séde em Porto Alegre, de uma Escola Técnica de Cooperativismo;
2. - Que essa Escola seja uma sociedade cooperativa de fins culturais;
3. - Que a mesma mantenha cursos, práticos e teóricos de cooperativismo para instruir:
 - a) guarda-livros de cooperativas;
 - b) propagandistas de cooperativas;
4. - Que á escola fique o encargo de executar os serviços de assistencia contabilistica e juridica ás cooperativas rio grandenses, já aprovados pelo Congresso.

Sala das Sessões do Primeiro Congresso de Cooperativismo.

Porto Alegre, 10 de Dezembro de 1938

(a) Adolpho Gredilha"

TESE N.º 20.

P A R E C E R

Sobre a tese apresentada ao Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, pelo preclaro dr. Adolpho Ernesto Garcia Gredilha.

A Comissão reconhecendo, como reconhece, na pessoa do dr. Adolpho Gredilha, um elemento de notável projecção moral, e de profundos conhecimentos dos assuntos Cooperativistas, tanto que é o autor do projeto de que resultou o decreto lei n.º 22.237, deve propor, não só pelo acerto e elevado alcance social das suas sugestões, como também em homenagem a esse grande Cooperativista, que a sua tese seja aprovada por aclamação da Assembléa.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Domingos Branco Ribas, Relator
Antonio Candido Franco
Manoel Luiz Pizarro.

De acordo com o parecer, esta tése deve ser aprovada por aclamação. (Palmas prolongadas).

Está aprovada por aclamação.

O Sr. Renato Costa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra, sr. Renato Costa.

O Sr. Renato Costa - Srs. Congressistas, respeito a aclamação e as palmas que cobriram, justamente, o trabalho apresentado pelo espírito brilhante do sr. Ernesto Gredilha, a quem se deve a lei n.º 22. 239, que fundou, por assim dizer, o cooperativismo no Brasil.

Mas espírito prático, acostumado a lidar desinteressadamente problemas concretos, entendo que, em tése, o trabalho do dr. Ernesto Gredilha deve ser aprovado e aplaudido, como foi.

Entretanto, parece-me, sem lhe fazer qualquer restrição, que o cooperativismo exige, sobretudo realidade.

A criação de uma escola de cooperativismo seria difícil no momento, em virtude das despesas que acarretaria aos Governos Estadual e Federal.

Sem ferir aos aplausos com que foi recebida, acho que o Congresso deveria dar uma forma mais prática á idéia do dr. Ernesto Gredilha.

Poder-se-ia, sr. Presidente, instituir nas colônias professores para a divulgação do cooperativismo.

BANCO DO BRASIL

CAPITAL . . 100.000:000\$000
RESERVAS . . 275.874:842\$400
(em 31-12-1939)

FILIAL em Porto Alegre - Rua 7 de Setembro, 1057 e 1073

**AGENCIAS nas Capitais e principais
Cidades de todos os Estados do Paiz.**

**AGENCIAS NO RIO GRANDE DO SUL: Bagé, Cachoeira, Caxias, Livramento,
Passo Fundo, Pelotas. PORTO ALEGRE, Rio Grande e Uruguaiana.**

O Banco está aparelhado para o mais completo serviço de co-
branças e pagamentos em todas as praças do Brasil. — Desconta,
a taxa modica, promissórias, letras de cambio, duplicatas,
warrants e outros titulos — Realiza todas as operações de cam-
bio — Abre contas correntes devedoras mediante caução de ti-
tulos comerciais

Acelta depositos sob varias modalidades, pagando as melhores taxas

IMPORTANTE PARA AGRICULTORES, CRIADORES E INDUSTRIAIS

A carteira de Credito Agrícola e Industrial está operando
francamente nas praças de sua jurisdição: Barra do Ribel-
ro, Conceição do Arroio, Estrela, Gramado, Hamburgo
Velho, Lageado, Montenegro, Novo Hamburgo, S. Antonio
da Patrulha, São Francisco de Paula, São Jeronimo, São
Leopoldo, São Sebastião do Cai, Taquara, Taquari e Ve-
nancio Aires. — Os interessados deverão dirigir-se ao
banco diretamente, dispensando intermediarios.

Telefone da carteira de credito agrícola: 9-1077 — End. telegr. e telef.: «SATELITE»

TAXAS PARA AS CONTAS EM DEPOSITOS

Depositos com juros (Sem limite)

2 % a. a.

Deposito inicial mínimo, 1:000:000\$
Retiradas livres. Não rendem ju-
ros os saldos inferiores áquella
quantia, nem as contas liquidadas
antes de decorridos 60 dias a con-
tar da data da abertura.

Depositos Populares (Limite de Rs.

10:000\$000) 4 % a. a.

Deposito inicial mínimo, 100\$000.
Depositos subsequentes mínimos,
Rs. 50\$000. Retiradas mínimas, Rs.
20\$000. Não rendem juros os saldos:
a) inferiores a Rs. 50\$000;
b) excedentes ao limite;
c) das contas encerradas antes de
decorridos 60 dias da data da
abertura.

Os cheques desta conta estão isen-
tos de selo, desde que o saldo não
ultrapasse o limite estabelecido.

Depositos Limitados (Limite de Rs.

50:000\$000) 3 % a. a.

Deposito inicial mínimo, Rs. 200\$.
Depositos subsequentes mínimos,

Rs. 100\$000. Retiradas mínimas,
Rs. 50\$000. Demais condições iden-
ticas ás de Depositos Populares.
Cheques selados.

Depositos a Prazo Fixo:

Por 6 meses 4 % a. a.
Por 12 meses 5 % a. a.

Depositos com retirada mensal de renda por meio de cheque:

Por 6 meses 3-½ % a. a.
Por 12 meses 4-½ % a. a.
Deposito mínimo — Rs. 1:000\$000

Depositos de Aviso Prévio:

Para retiradas mediante prévio aviso:

De 30 dias 3-½ % a. a.
De 60 dias 4 % a. a.
De 90 dias 4-½ % a. a.

* Deposito inicial mínimo Rs. 1:000\$.

Letras a Premio:

Selo proporcional. Condições iden-
ticas ás de Depositos a Prazo Fixo.

**O BANCO DO BRASIL faz todas as operações bancárias — Descontos — Em-
préstimos em conta corrente garantida — Cobranças
— Transferencias de fundos — Etc.**

CIGARROS

Fulgor

Produto SUDAN, São Paulo

Qualidade,
Cheques,
Brindes!

Depositarlo:

ELEMAR SCHMIDT

PORTO ALEGRE

Andradas, 954 - Telefone 9-1239



Despache suas mercadorias, mas DESPA-
CHE-AS COM SEGURANÇA, procurando

Arthur W. Petersen

GALERIA MUNICIPAL, 3 - FONE 5016

===== PORTO ALEGRE =====

que se encarregará de encaminhá-las para
qualquer localidade do país.

O Sr. Ernesto Gredilha - Faltam professores.

O Sr. Renato Costa - O que quero dizer é que o Governo poderia determinar aos seus professores estaduais, municipais e rurais a fazer, um dia na semana, uma preleção sobre o cooperativismo. E, para isso, não ha necessidade de ser um técnico rigoroso.

O Sr. Ernesto Gredilha - Propuz, na tese o preparo de guarda-livros especializados.

O Sr. Renato Costa - Acho a idéia magnifica, mas entendo, que a Secretaria de Educação deve fazer com que os professores façam uma palestra, senão diária, pelo menos semanal sobre o cooperativismo, de maneira pela qual se faz a pregação cívica. Isso não será difícil, porque nossos mestres dispõem de cultura e o cooperativismo não é um bicho de sete cabeças.

As suas noções gerais não são difíceis já que não se póde fazer como em São Paulo, onde existem as cooperativas escolares que fracassaram.

Essa medida muito viria contribuir para a difusão o cooperativismo entre nós. Além disso, deveríamos fazer a distribuição de cartazes e folhetos, feitos de maneira simples para que os colonos lêssem e compreendessem. Era esta, sr. Presidente, a proposta que queria fazer, sem que nas minhas palavras vá de leve uma censura, uma restrição á maneira pela qual este congresso aplaudiu a tese brilhante do dr. Ernesto Gredilha.

O Sr. Irio do Prado Lisbôa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Irio do Prado Lisbôa.

O Sr. Irio do Prado Lisbôa - Pedi a palavra, sr. Presidente, para sugerir a modalidade pela qual se deve iniciar a companha da difusão do ensino do cooperativismo no Estado.

A Secretaria de Educação, empenhada como está, na divulgação do ensino rural, está organizando um código de Educação.

Neste código ou regulamento, ha uma parte destinada ao ensino rural. Como não temos professores rurais, este regulamento prevê o seguinte:

Em primeiro lugar, cursos rápidos de três meses, no período de férias, para o ensino rural aos professores, que queiram a ele dedicar-se; em segundo lugar, a criação de um curso anual, na capital, mais desenvolvido, porém ainda provisório.

Trata, ainda, o regulamento da organização da escola normal rural. Entretanto, enquanto não for creada esta escola, os professores, que fizeram os cursos de especialização de 3 meses e de um ano, irão suprindo esta falha.

Foram previstas, também, missões pedagógicas, que já se iniciaram na 2.^a Exposição de Animais e Produtos Derivados, de Santa Maria. No pavilhão de educação, no teatro, nos cinemas e na escola Olavo Bilac e no Ginásio Estadual daquela cidade foram feitas diversas palestras educativas sobre assuntos rurais, dedicadas aos professores, alunos e gente do campo.

Em breve, teremos os cursos especializados de 3 meses, como já tivemos anteriormente nesta cidade, nos quais os drs. Gaspar Ochoa, Dario Brossard e outras ministravam o ensino rural aos professores.

Proponho, assim, para difusão deste ensino, enquanto não for creada a escola proposta que seja creada uma cadeira de cooperativismo no Patronato Agrícola Senador Pinheiro Machado, Escola de Artes e Ofícios de Santa Maria, Patronato Agrícola de Pelotas, e outros estabelecimentos do Estados.

Pediria, ainda, que a Comissão a ser creada pelo Congresso, para por em prática as suas conclusões, se entenda com o Secretário da Educação, patrioticamente empenhado na campanha de difusão do ensino rural, para que Inclua elementos cooperativistas nas missões pedagógicas, contribuindo, assim, para expansão do são cooperativismo. (Palmas).

O Sr. Dario Brossard - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Dario Brossard - Sr. Presidente, srs. Delegados, foram bastante eloquentes as palavras proferidas neste plenário, após a leitura da brilhante tése apresentada pelo dr. Ernesto Gredilha.

Quero crer, sr. presidente, que não houve colisão de idéias, na exposição de cada um dos pontos de vista, com a tése em apreço. O dr. Renato Costa, com a sua palavra que sempre encanta, apenas sugeriu a ampliação da idéia trazida a esta Casa, pelo espírito culto de seu autor.

A, obrigação dos professores das escolas disseminadas pelo Rio Grande em fóra, de fazer semanalmente ou quinzenalmente, preleções sobre cooperativismo, não exclue a idéa luminar trazida pela tése em debate.

As palavras, do meu presado companheiro dr. Irio do Prado Lisboa, sobre ser veementes e cheias de patriotismo, vieram apenas facilitar, ainda mais, o sentido do tema em discussão.

O fato de que as aperturas financeiras do Tesouro do Estado não possa criar uma escola de cooperativismo, não impêde, sr. Presidente e srs. Congressistas, que confirmemos, entusiasticamente, os aplausos que coroaram o trabalho do dr. Ernesto Gredilha.

A idéia ficará lançada para a primeira oportunidade, porque em verdade, a despesa com uma escola de cooperativismo, principalmente uma escola de gerentes de cooperativas, como se faz em São Paulo, não é uma despesa que venha sangrar o nosso público, mas é um dinheiro posto a bom juro no desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção rural do Estado.

Trazia, em mente, apresentar a esta assembléa uma moção, para que fossem organizadas, nas nossas escolas públicas, cooperativas escolares. Baseava-se no exemplo sugestivo de São Paulo. Entretanto, o autor da tése afirmou, de público, neste recinto que elas falharam nos seus objetivos primaciais.

Entretanto, todos nós sentimos que paira no ar uma idéia a se concretizar, isto é, a necessidade da difusão das idéias cooperativistas pela palavra, pela imprensa e também pela escola, dado o grande papel que o cooperativismo tem, a desempenhar no melhoramento da produção rural do Estado.

(Muito bem. Muiitto bem).

Congratulo-me, pois, sr. Presidente, com as palavras proferidas neste recinto, a respeito da matéria em discussão. Quero, ao mesmo tempo, subscrever, integralmente, os aplausos e os elogios que mereceu a tése desse homem ilustre e inteligente, que veio trazer a sua colaboração ao 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Gaspar Uchôa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Gaspar Uchôa - Sr. Presidente, quero congratular-me com o dr. Ernesto Gredilha pela brilhante tése que apresentou e dizer-lhe ao mesmo tempo que tem o meu voto e o meu aplauso com a maior satisfação e regosijo.

Como estamos numa assembléa de homens práticos, quero comunicar á Casa que já está na sessão técnica da Secretaria de Educação um projéto-lei em que se consubstancia, em parte, a propaganda do cooperativismo nas escolas, feito pelo método diréto, com a criação e regulamentação do club agrícola escolar.

O trabalho refere-se não só á creança durante o periodo escolar, como aos alunos, durante o período post-escolar. Tive a oportunidade de ler esse projéto e no meu fraco módo de ver,

está perfeitamente de acordo com idéias espendidas na Casa pelos ilustres oradores que me precederam.

Entretanto, maior satisfação que me proporcionou o trabalho do dr. Ernesto Gredilha foi ver que não se trata de uma escola dispendiosa, mas de organização de uma cooperativa fundamentada no art. 33 da lei n. 22.239. Seria prático, portanto, estabelecermos esta escola na primeira oportunidade desde que fossem instaladas cooperativas culturais.

(Palmas prolongadas).

O Sr. Presidente - Meus senhores, por não ter comparecido á sessão da tarde por motivo de força maior, desconhecia a tese ora aprovada, que depois subscrevi com muito prazer, porquanto o assunto nela contido era um dos que mais me interessava neste Congresso.

Quero justificar, pois, a minha assinatura, documentando o empenho que eu tinha na aprovação dos conceitos e sugestões apresentados pelo ilustre dr. Ernesto Gredilha.

Tendo em meu poder o boletim n. 10 do Bureau Internacional do Trabalho, peço licença para traduzir um trecho referente ao do cooperativismo nos Estados Unidos, que diz:

"Estados Unidos - A Universidade de Maryland forma dirigentes de empresas cooperativas" - Uma grande universidade dos Estados reconheceu que o modo de, propriedade e de direção, assim com os objetivos das empresas cooperativas diferem de maneira acentuada das empresas privadas e que a formação e a experiência que convém a uma empresa privada, não convém para as, empresas cooperativas.

"Por esta razão, a Universidade de Maryland instituiu um ciclo de estudos especializados de 4 anos, dentro de um nível universitário, sobre, a organização e a administração das cooperativas. Estes estudos podem ser seguidos, ainda, após a obtenção do diploma.

"A Universidade de Maryland, que é uma das mais antigas dos Estados Unidos, dá, agora, o exemplo, estabelecendo, sobre uma base puramente universitária, um vasto programa para a formação de dirigentes de cooperativas e assegurando aos interessados um ciclo de estudos completos de quatro anos, num nível universitário.

"Graças á sua situação na zona metropolitana da capital federal, onde as organizações e agrupamentos cooperativos nacionais, tem seu lugar, a Universidade de Maryland oferecerá facilidades excepcionais aos estudantes. Uma estreita colaboração está assegurada com o Conselho Nacional Cooperativo, cuja

séde está situada em Washington, congregando todas as sociedades cooperativas agrícolas dos Estados Unidos. Em virtude das disposições tomadas em comum com o Conselho Nacional Cooperativo, os estudantes classificados, tendo já feito estes estudos, podem ter oportunidade de adquirir experiência do trabalho prático nas sociedades cooperativas, ocupando-se das questões particulares e exercendo suas atividades nas diferentes regiões do país"

Trouxe para o plenário este boletim por méra coincidência, entretanto quiz lê-lo, dado o assunto que estamos aventando, pois veio demonstrar como se trata desta questão nos Estados Unidos da America do Norte.

O Sr. Ernesto Gredilha - O maior centro capitalista do mundo.

O Sr Presidente - Acho muito justificável a atitude daquela Universidade, que além de mostrar a necessidade da formação de doutores em cooperativismo, acentua a diferença existente entre empresas privadas e sociedades cooperativas. Por isso a matéria contida na tese não pôde e não deve ser protelada pois não depende do erário público.

A Escola que propõe a tese pôde ser fonte de receita, como é a Universidade de Maryland. Estou certo de que muito viriam a se formar por esta escola, visto terem a certeza de que encontrariam um fácil setor de ordem nobre e patriótica, principalmente aqui no Estado, onde existem mais de 200 cooperativas, com falta de técnicos, de guarda-livros competentes, que muitas vezes as fazem periclitar.

Porisso, não vejo motivos para se protelar a escola que pôde reger-se com a auxilio das cooperativas daqueles que podem pagar.

Justifico, assim, a minha assinatura e louvo a coincidência que fez com que eu pudesse expor o meu ponto de vista sobre uma tese brilhante, que encarna, perfeitamente, a idéia que eu trazia para a Assembléia,
(Palmas).

O Sr. Ernesto Gredilha - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Ernesto Gredilha.

O Sr. Ernesto Gredilha - Quero antes de tudo, sr. Presidente, agradecer abundancia de gentileza e de amabilidade com que o Congresso vem cumulando a minha tese.

O oradores que tomaram parte nos debates não fizeram, propriamente, objeções á tese. Portanto, quero agradecer-lhes a colaboração e os esclarecimentos que trouxeram ao meu trabalho.

Desejo trazer ao congresso alguns esclarecimentos a respeito do que tive em mente ao elaborar a tese. Em 1922, por tanto ha 16 anos, quando ainda não era funcionário do Ministério da Agricultura, fiz parte de um congresso Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independencia do Brasil.

Fui, então, delegado de duas organizações dos empregados no comércio, de caixas Reifaisen e de algumas cooperativas num total de 26 instituições.

Como na vida privada, estivesse dedicado ao cooperativismo, que mais tarde me atraiu para o Ministério da Agricultura, apresentei ao 2.º Congresso Internacional de Cooperação, Mutualidade e Previdencia Social, formado de delegados da America Latina, com excepção dos Estados Unidos, uma tese sugerindo a conveniencia da divulgação do cooperativismo, solicitando que os governos fizessem, nas instituições, o ensino do cooperativismo. E' que já compreendia., desde aquele momento, que nada se poderia fazer sem propaganda, sem ensinar o que era o cooperativismo.

Entretanto, passaram-se 10 anos sem si tomar uma iniciativa. No Ministério da Agricultura, tenho tido a comprovação prática e maior desa necessidade. No contáto que tenho tido com as cooperativas, tenho encontrado contabilidades, com defeitos, devido á falta de conhecimentos dos guarda-livros, principalmente os do interior. Não conhecendo os princípios do cooperativismo, não sabem, no fim do ano, como dividir os lucros e perdas.

Porisso, é que apresentei ao Congresso a tese, que entre outros pontos encara a necessidade da formação de guarda-livros especializados.

Proponho, tambem, que á escola fique o encargo de executar os serviços de assistencia e contabilidade jurídica, sugestão essa já aprovada pelo congresso, pois, é uma sugestão da cooperativa Montenegrina. Este serviço não deve ser executado pela Comissão Executiva, a ser nomeada, pois é preciso um órgão de assistencia, que deverá ser a escola.

Concluindo, não quero chegar ás proporções da Universidade de Maryland, formando doutores em coope-rativismo. Quero, apenas, que a escola prepare homens capazes de desempenhar as funções de guarda-livros, de propagandistas competentes, de professores da matéria, de inspetores de cooperativas e de técnicos em cooperativismo; pois como é do conhecimento

de muitos dos senhores aqui presentes, o Ministério da Agricultura deixa de fazer certos serviços devido á falta de técnicos competentes, principalmente de agrônomos, que hão de ter ainda muito valor. Por esta razão, deixou de fundar os serviços de assistência cooperativista.

Mas, senhores, já me alonguei demasiado em minhas considerações, pois, como disse ha pouco, não tenho necessidade de refutar objeções. Por isso, renôvo os meus agradecimentos á Casa, pela maneira nimiamente gentil com que tratáram o autor da tése.

(Palmas).

O Sr. Presidente - Vae ser procedida á leitura da tése seguinte.

TÉSE Nº 20 A

INDICAÇÃO

Ilustrissimo Senhor Presidente do 1.º Congresso Cooperativista.

Solicito á mesa seja submetida ao plenário a sugestão de se crear um jornal ou revista para a propagação do cooperativismo e sua orientação geral. Esse jornal ou revista poderia ser facilmente mantido com pequenas contribuições das inumeras entidades cooperativistas gauchas, e com a renda de anuncios e assinaturas.

Nessa folha além da matéria doutrinária, juridica, contabilistica, administrativa e técnico-agrária, podéria conter também todo o expediente da Comissão permanente que êste congresso vai crear e das repartições publicas que assistem o cooperativismo.

Sala das Sessões do Primeiro Congresso de Cooperativismo, 10-12-38.

(Ass.) Arthur Rech.

O Sr. Presidente - Está em discussão a sugestão proposta pelo dr. Arthur Rech, para que seja creado um jornal ou revista para a propagação do cooperativismo.

Os srs. que aprovam à tése em apreço, queiram ficar sentados. (Pausa). Aprovada.

Vamos passar á moção é tése seguinte de n.º 22:

TESE N.º 22.

Priméiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, em 8 de Dezembro de 1938:

A Cooperativa União Colonial de Produtos Suínos, estabelecida em Guaporé, no distrito Borges de Medeiros, vem abordar e submeter á apreciação deste Congresso um assunto de palpitante importancia e de urgente solução, qual seja o da isenção do imposto de vendas e Consignações. A Comissão, levando em consideração a tése apresentada, apresenta o seguinte parecer:

a) Tomando por base o proprio Decreto Lei que estabelece esta isenção, a unica documentação a apresentar pelas Cooperativas, é a que exige a Secretaria da Agricultura, por intermedio de seu órgão competente;

b) A exigencia de nova documentação por parte da Secretaria da Fazenda, aberra contra os bons principios do Estado Novo, e vem crear a dualidade de poderes entre duas importantes Secretarias d'Estado;

c) À Lei Cooperativa Federal, exigindo sómente sete ou mais associados para a constituição de uma Cooperativa, deve ser respeitada afim de que não se firam os principios da federação brasileira, em que as Leis federaes devem prevalecer sobre as Estadoades, quando legislarem sobre um mesmo assunto;

d) A Isenção do Imposto de Vendas e Consignações deve ser concedido pela Secretaria da Fazenda, ás cooperativas que o requererem, com a simples juntada ao requerimento de um Certificado de Registro fornecido pela Secretaria da Agricultura, e, contando-se a Isenção ás requerentes, a partir da data da apresentação deste documento. Esta medida poderia ser um complemento da autorização de isenção que a Secretaria de Agricultura costuma enviar á Secretaria da Fazenda, na ocasião em que aquela faz o registro da cooperativa;

e) A Secretaria da Fazenda deverá remeter com a urgencia possivel ás Exatorias do interior, uma relação das Cooperativas devidamente registradas, afim de que cessem os abusos e irregularidades ultimamente verificados por parte do fisco, com essas cooperativas;

f) Por uma comissão, que o Congresso designar, deverá ser levado ao conhecimento do Exmo. Snr. Interventor Federal e Secretario da Fazenda de viva vóz, as exigencias impraticaveis da Secretaria da Fazenda, consignadas em sua Lei especial para o proximo exercício;

Somos, portanto, de parecer que seja aprovada integralmente a Tése apresentada pela cooperativa União, que tão bem soube defender o ponto de vista do Cooperativismo, enviando-se copia da mesma á apreciação do Governo do Estado.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Antonio Zambenedetti, Relator
Antonio Candido Franco
A. Caleffi
Domingos Branco Ribas
Adolpho Gredilha
Manoel Luiz Pizarro.

INDICAÇÃO

Srs. Congressistas

Vimos trazer ao conhecimento desta casa o que está se passando com as cooperativas de industrialização deste Estado, no que se refere á isenção do imposto de consignações, taxativamente expressa na lei orçamentaria do corrente exercicio.

E' de extranhar, que, enquanto o Governo Federal procura fomentar a criação de cooperativas em nosso Estado em colaboração com a Secretaria da Agricultura, outro Departamento da Administração Publica - a Secretaria da Fazenda, procure por todos os meios entravar o desenvolvimento daquelas entidades.

Pelos pareceres aprovados neste memoravel Congresso, muito se tem falado sobre a isenção do imposto de vendas e consignações.

Entretanto, é necessario que os senhores congressistas, saibam o que se passa em determinado setor da nossa produção, sobre este ponto.

A Lei Orçamentaria do corrente exercicio, estabelece taxativamente que "gosarão da isenção do imposto de vendas e consignações as cooperativas que legalmente organizadas pela legislação federal que industrializem produtos de seus associados, estejam devidamente registadas na Secretaria da Agricultura". O Regulamento para a cobrança daquele imposto, estabeleceu entretanto uma restrição que se nos afigura absurda, porquanto ali está consignado que somente as cooperativas que possuam mais de 40 associados têm direito áquele favôr.

Tal dispositivo aberrra contra o que estabelece a legislação federal, quando esta determina que sete ou mais pessoas possam organizar uma sociedade cooperativa. E não se diga que esta restrição venha coibir o abuso na concessão do favôr. Uma cooperativa de industrialização, terá naturalmente numero de associados superior ao determinado no referido Regulamento.

Mas em nosso Estado existem cooperativas que já tendo possuído mais de quarenta socios, por razões alheias á sua vontade, pode a qualquer momento ver cassada o seu direito á isenção somente pelo fato do seu quadro social ter diminuído de 2 ou 3 associados.

Teremos tambem que encarar este assunto por um outro prisma. E' a excepção, sem justificativas, do poder publico, procurando amparar somente as grandes organizações, quando são justamente as pequenas que necessitam daquele amparo. Quantas vezes verificamos existir num municipio duas cooperativas, com sua situação juridica perfeitamente regularizada, isto é, registrada na DODP do Ministerio da Agricultura e na Secretaria da Agricultura do Estado, gozando uma do favor concedido pelo Estado, por possuir mais de 40 socios e outra que somente pelo fato de não ter conseguido que seu quadro social atinja aquele numero, sem direito a isenção! No entanto, são verdadeiras e puras cooperativas. Alem disto áquela restrição em vez de fomentar o cooperativismo, entrava-o, pois classes produtoras existem que não podendo de momento conseguir o numero de socios desejado pela Secretaria da Fazenda e sabendo de antemão que a organização projetada não gosará daquela isenção por tal motivo, deixam de instalar sua cooperativa.

Alem desses impecilhos ocasionados pela Secretaria da Fazenda, ainda podemos citar um caso que tambem aberrava contra todas as normas do bom senso.

A Secção de Organização Economica da Secretaria da Agricultura, encarregada do registo e ficalização das cooperativas, pela sua Diretoria, resolveu fosse expedido á cooperativa que apresentasse seus documentos para registo, um certificado attestando sua perfeita organização. Convem ressaltar neste ponto, que o registo na Secretaria da Agricultura, somente é concedido quando a entidade requerente junta á seus documentos um certificado fornecido pela Delegacia da DODP do Ministerio da Agricultura, nesta capital, atestando a legalidade da entidade, de acordo com a legislação, federal.

Pois, bem, apesar da Secção de Organização Economica da Secretaria da Agricultura, enviar á Secretaria da Fazenda a relação das cooperativas ali registadas para a necessaria notificação aos coletores estaduais, exige a Fazenda, meus Senhores, que cooperativa apresente todo o processado da sua constituição, isto é estatutos, ata e lista nominativa dos associados, para ajuizar se deve conceder a isenção a requerente.

As cooperativas embora apresentem o certificado de registo, da Secretaria da Agricultura, vêem-se na contingência de arcar com novas despesas com a apresentação daqueles documentos, para satisfazer tal exigência que consideramos absurda.

Porque não aceita a Secretaria da Fazenda o certificado apresentado pela cooperativa, fornecido pela cecção encarregada do registo e fiscalização daquelas entidades neste Estado?

Porventura não terá valôr aquele certificado?

Tal atitude da Secretaria da Fazenda, teve seria repercussão dentro da propria Secretaria da Agricultura que reiteradamente vem solicitando providencias junto á Fazenda, sem infelizmente qualquer solução favoravel até este momento.

A recusa do certificado fornecido pela, Secretaria da Agricultura, vem demonstrar que á Fazenda tem desconfianças no trabalho dos dignos funcionarios da Agricultura e não desejamos aqui fazer a defeza desta ultima.

Os coletores estaduais nos Municipios, estão exigindo das cooperativas - como verificou-se na nossa e noutras co-irmãs, a apresentação de um certificado de isenção fornecido pela Secretaria da Fazenda, declarando eles que o fornecido pela Secretaria da Agricultura não tem valor, e isto sob pena de autuar a cooperativa pelo pagamento do imposto de todo o exercicio.

Ôra, Srs. Congressistas, qual a lei que dá direito a referida Secretaria fazer tão absurda exigência?

Esta é a situação de grande numero de cooperativas, alarmada com a ação dos coletores estaduais, e outros funcionarios do fisco, que fazem das leis letra morta.

Srs. Congressistas.

Sabemos que a Secretaria da Fazenda elaborou uma lei especial concedendo por determinado tempo a isenção do imposto de vendas mercantis ás cooperativas, decreto este que aguarda naturalmente a assinatura do Exmo. Sr. Secretario e Exmo. Sr. Interventor.

Deixamos de entrar na apreciação da justiça da concessão de tal favôr, porque o assunto já foi exaustivamente posto em fóco, pela enqueta promovida pelo brilhante órgão da nossa imprensa - O CORREIO DO POVO, onde os mais autorizados técnicos cooperativistas se manifestaram no sentido de que os poderes publicos devem amparar as organizações cooperativas.

Entretanto somos forçados a debater este assunto neste Congresso, porque a concessão do favôr foi condicionado a exigências que reputamos impraticaveis.

Por informações que conseguimos na Secretaria da Fazenda, sabemos que a isenção somente será concedida depois que a mesma Secretaria julgar da legalidade da entidade e das suas praticas quanto aos verdadeiros postulados cooperativistas.

E' de extranhar seja este o pensamento da Secretaria da Fazenda quando sabemos existir uma secção especializada neste assunto na Secretaria da Agricultura.

Estamos certos que a seguirmos este principio os favores concedidos pelo Governo Estadual não passarão de pura fantasia.

E não podemos admitir esta multiplicidade da fiscalização por parte dos poderes publicos que somente transtornos nos causam.

Somos pela fiscalização rigorosíssima das cooperativas pelo Governo, mas que essa fiscalização seja feita apenas por um órgão. Os srs. congressistas, bem sabem, que mensalmente somos obrigados, por força de lei a enviar nossos balancetes ao Ministerio da Agricultura. Igualmente, o fazemos á Secção de Organização Economica da Secretaria da Agricultura deste Estado. Portanto, já temos a fiscalização federal e estadual pelas suas dependencias autorizadas. Porque a Secretaria da Fazenda não aceita essa fiscalização.

Alem disto, senhores, desta forma está o Estado legislando sobre as entidades cooperativistas. E tal direito é privativo do Governo da União. Pelas leis federais, cabem ao Ministerio da Agricultura, a orientação, o registo, a fiscalização das entidades cooperativistas no territorio Nacional. Portanto o órgão autorizado para delegação destes poderes ao Estado - é a Secretaria de Agricultura, já prevendo o recente decreto-lei 581, de 1.º de Agosto do corrente ano, a possibilidade do Governo da União, formar acordos com os Estados, transferindo os poderes de orientação e fiscalização, com exclusão do registo que cabe exclusivamente á União.

Desta forma, cabe ao Governo do Estado, aparelhar seu órgão competente para a execução de todas as medidas de fiscalização as sociedades cooperativas que jamais se furtaram a esta obrigação - e neste Congresso já tivemos oportunidade de solicitar tais providencias, - e não atribuir a outro Departamento aquele direito, contra todos os dispositivos legais.

Concluindo, Srs. Congressistas, deixamos aqui consignados os desejos de todas as cooperativas riograndenses, para que os poderes publicos exerçam a mais severa fiscalização dos seus atos, mas por um unico órgão, competente e criterioso.

Solicitamos, pois, ao Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, que nesse sentido se dirija aos poderes estaduais no sentido de efetivar o que aqui pleiteamos.

Sala das Sebsões, 10 de Dezembro de 1938

José Dionisio Michelin

Presidente da Coop. União Colonial de Produtos Suínos de Borges de Medeiros - Mun. de Guaporé.

Está em discussão. Os que aprovam o parecer, queiram manter-se sentados.

(Pausa).

Aprovado.

O Sr. Delfim Barbosa - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Delfim Mesquita Barbosa.

O Sr. Delfim Barbosa - Sr. Presidente, em virtude do adiantado da hora, proponho que se adie a discussão dos restantes pareceres para, amanhã, às 9 horas, antes do encerramento do Congresso.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Edison Cavalcanti Maia.

O Sr. Edison Cavalcanti Maia - Sr. Presidente, sugiro seja feita a leitura da tese n.º 26, porque é justamente uma das teses mais importantes apresentadas ao Congresso.

Será a única, apesar de termos diversas teses a estudar, entretanto, por sugestão do dr. Manoel Luiz Pizarro, vamos considerá-las aprovadas, uma vez que a Comissão já se manifestou sôbre elas de fôrma favorável.

Como não podemos prolongar mais os nossos trabalhos, peço aos senhores congressistas a fineza de esperar mais algum tempo, até que seja procedida á leitura desta tese, que, como a própria imprensa já divulgou, é de capital importância, pois se trata da criação da Central das Cooperativas.

A tese em apreço, apresentada pelo dr. Artur Fischer, é a seguinte:

TESE N.º 26.

E' o autor da tese um conhecedor esclarecido desse vasto campo economico-social que é o cooperativismo, e o seu trabalho demonstra um elevado pensamento de preocupação pelo exito da sua propagação e engrandecimento.

Para facilitar essa propagação e melhor orientar a organização dessas sociedades, propõe ele a centralização das cooperativas por meio da fundação da central de cooperativas agrícolas.

Sobre a forma de se organizar a cooperativa central, propõe ainda uma serie, de sugestões base para a sua constituição estatutaria, tendo elaborado tambem um ante-projeto de estatutos que o autor coloca á disposição desta comissão para o respectivo exame.

P A R E C E R

A comissão tomando conhecimento do importante assunto de que trata esta tése, do qual o ilustre autor se mostra profundo conhecedor, opina que é de necessidade imediata levar a efeito a ideia nela contida para a formação da Central e Cooperativas, nesta capital.

O assunto encerra um vasto aspécto de todos os casos de cooperação, motivo pelo qual, aconselha ao Congresso a constituição de uma comissão de cooperativistas capazes e ilustrados para estudar esse magno problema, afim de concretisa-lo dentro do mais breve tempo possivel.

A comissão toma a liberdade de lembrar a conveniencia de não ser permitida a inclusão na Cooperativa Central, das sociedades cooperativas que não estejam enquadradas nos verdadeiros principios do cooperativismo e da lei.

E' este o nosso parecer.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Ataliba Coutinho, Relator
Manoel Luiz Pizarro
Adolpho Gredilha.

"A Cooperativa Central como meio para desenvolver o Cooperativismo"

"O problema economico-social continúa sendo o grande problema da atualidade. - Na sua solução estão empenhados os estadistas de todos os paises e interessados todos os homens.

E tendo o 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul por objetivo examinar, pelo prisma da cooperação, esses problemas de ordem economica, cabe perfeitamente nas suas finalidades, apresentar ao plenário a fundação de uma Cooperativa Central, nos termos do art. 36 do decreto 22.239, revigorado pelo decreto-lei 581, como meio para dar maior desenvolvimento ao cooperativismo entre nós.

Emquanto os estadistas e os responsáveis pelos destinos e felicidade dos povos discutem acerca desta ou daquela forma de solução ao problema econômico e social, os pioneiros de Rochdale, em sua simplicidade e boa fé de operários, já há quase um século, mostravam ao mundo inteiro, que a solução do tormentoso problema da humanidade se encontrava na cooperação.

É na organização cooperativa que encontraremos, pois, a solução para as nossas dificuldades de ordem econômica e moral. Importa isso em dizer que a tarefa que se nos impõe, é organizar o produtor e consumidor cooperativamente. Mas com a organização do produtor e consumidor em cooperativas isoladas e locais, a tarefa não é completa. Constitui, apenas, a primeira etapa da cooperação integral. É preciso desenvolver o cooperativismo e dar-lhe toda a eficácia nas suas imensas possibilidades, pela congregação das cooperativas isoladas em organizações centrais.

Essa centralização por meio de federações, isto é, por espécie de cooperativa, nos termos, do art. 37 do já referido, decreto, é a forma recomendada num ambiente e num meio, onde o cooperativismo já se acha bem compreendido e bem desenvolvido. - O nosso meio produtor e consumidor não apresenta tais características. O agrupamento por espécie e tipo de cooperativa só daria resultado com as cooperativas mais sólidas e de maior número, como, aliás, podemos observar no nosso movimento cooperativo. Só algumas espécies e tipo de cooperativas podem manter uma federação. A grande maioria, entretanto, não poderá organizar a sua federação, por não comportarem as suas operações as despesas do aparelhamento administrativo e comercial da federação.

A Cooperativa Central será a forma recomendada ao caso, pelo fato de poder congrega, ao mesmo tempo, as cooperativas fortes e as fracas, sem reserva de espécie e tipo da organização associada.

A separação das cooperativas por espécie e tipo é feita internamente e constitui uma das características peculiares à organização, cuja criação é sugerida neste trabalho.

São os seguintes os pontos essenciais da organização ideada:

- 1)- A Cooperativa Central terá a sua sede nesta capital, estenderá a sua ação social sobre todo o território do Estado e uma parte do Estado de Santa Catarina, economicamente dependente do nosso Estado e admitirá em seu seio todas as cooperativas existentes, sem distinção de espécie e tipo.

2) - As suas finalidades serão as mais amplas possíveis, dentro da doutrina e dos postulados do cooperativismo:

- centralizará todos os negócios e operações de todas as cooperativas associadas;

- prestará às cooperativas associadas toda a assistência, técnica, moral e jurídica de que elas venham a necessitar, organizando e mantendo para esse fim os serviços e os técnicos precisos;

- exercerá vigilância severa sobre todas as cooperativas associadas, para que estas não desvirtuem a sua finalidade principal e cumpram as leis e observem as diretrizes traçadas pela direção central;

- organizará um serviço de fiscalização, propaganda e doutrinação dos princípios genuínos do cooperativismo, procurando dar a esse serviço a maior eficiência possível, desde a inspeção dos serviços internos de cada cooperativa até a criação de uma Escola de Ensino e Aperfeiçoamento da doutrina e prática do cooperativismo;

3) - O seu capital social será constituído entre todas as cooperativas associadas e distribuído, internamente, por grupo de cooperativas especializadas conforme a capacidade e necessidade de cada espécie ou tipo de cooperativas.

4) - Na execução de seu programa de ação social, a Cooperativa Central criará os departamentos técnico-comerciais necessários, para lograr melhor o seu objetivo social. Como necessários, desde o início de sua vida, deverá criar logo os - Departamentos Comercial, - Técnico - Jurídico e de Informação e Propaganda. Poderá organizar outros mais, conforme aconselhar a prática.

5) - O Departamento Comercial organizará Seções por espécie e tipo de cooperativas, que terão a sua direção própria, para evitar, assim, que as cooperativas de um determinado produto ou atividade intervenham nos negócios das de outros produtos e para que os interesses peculiares de um produto ou atividade cooperativizada influam e se choquem com os de outros.

6) - A distribuição dos resultados ou prejuízos será feita por Seção de um mesmo produto ou espécie de cooperativas, não podendo a sobra de um determinado produto organizado em Seção ser distribuído com cooperativas de outra Seção ou espécie de produto a outra Seção ou produto. - Para verificação dos resultados de cada Seção, terão estas uma contabilidade interna própria. - A responsabilidade será limitada ao montante de cada subscrição feita, isto é, será limitada até a

concorrência do valor de quotas-partes subscritas no capital social.

7) - A assembleia geral é constituída pelos delegados-eleitores de cada cooperativa associada, fixando-se os votos por grupo de 50 ou 100 associados. Haverá, também, assembleias seccionais, que será constituída pelos delegados - eleitores das cooperativas integrantes de uma Secção. Nessas assembleias seccionais serão tratados e deliberados soberanamente, assuntos peculiares às Cooperativas ou ao produto da respectiva Secção.

8) - A Cooperativa Central será administrada pelos seguintes órgãos:

Assembleia geral - Conselho Técnico-Administrativo - Diretoria Executiva e - Conselho Fiscal.

A diretoria Executiva é composta:

de 1 presidente; - 1 diretor-comercial e pelos diretores-gerentes das diversas Secções. - Estes serão eleitos pelos delegados-eleitores das respectivas cooperativas integrantes da Secção.

9) - O conselho Técnico-Administrativo é composto por determinado numero de conselheiros eleitos entre as diversas cooperativas associadas, na proporção de seu numero e dos diretores-gerentes das Secções, que são considerados conselheiros naturais, por força de seu cargo tecnico.

10) - As cooperativas de crédito, quando o vulto de suas operações o permitir poderão separar-se e constituir uma entidade central propria. - O mesmo poderá ser concedido, excepcionalmente, a outro produto si os seus interesses o permitirem ou aconselharem.

São esses os pontos fundamentais e característicos da Cooperativa Central, cuja criação é sugerida ao plenário deste Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul. A organização atenderá os interesses de todas as cooperativas, fortes ou fracas, grandes ou pequenas. Ela poderá desenvolver-se numa poderosa entidade economica, com efeitos de incalculavel significação para a vida das nossas classes produtoras e consumidoras. Ela deverá representar o edificio central de todas as atividades e interesses cooperativos, onde se encontrem unidas todas as cooperativas e irmanados todos os cooperativados numa mesma ação e num mesmo idealismo comum.

Os estatutos sociais dessa Cooperativa Central, como ante-projeto ficam á disposição da comissão do Congresso destacada para dar parecer sobre as teses e trabalhos apresentados, para os fins que desejarem.

Este trabalho foi elaborado com o proposito de trazer

uma pequena colaboração para a solução pratica do maior desenvolvimento do movimento cooperativa em nosso Estado e para prestar um pequeno serviço á coletividade.

Sala do Congresso, aos 9 de Dezembro de 1938.

(a) Arthur Fischer".

O Sr. Artur Fischer - Peço a palavra, sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o sr. Artur Fischer.

O Sr. Artur Fischer - Srs. Congressistas, a Central nada mais é que a Federação das cooperativas existentes, em vez de se fazer a centralização por espécie.

Cada espécie, entretanto, teria a sua direção independente. As diversas cooperativas de banha, vinho, madeira, aguardente, laticínio, teriam suas diversas secções, com direção comercial própria, com seus delegados próprios, que teriam o direito de resolver sôbre os destinos e o direito dessa secção.

Para a Central não pôde já haver prejuizo, nem objeção e nem alegação de que um produto possa dar resultado e outro não. Isso não se pôde verificar, porque as cooperativas serão separadas por espécie e por produto. Cada uma terá seu diretor-gerente. Mas as cooperativas todas constituirão um todo só, dentro dessa organização. Todas teriam, ainda, a sua autonomia comercial, submetida á uma direção única, para mais prestigio da organização.

Essas são as linhas gerais da organização da Central das Cooperativas em rápidas palavras, devido, justamente, á falta de tempo para expor tudo quanto idealizei. Como não é possivel apresentar o projeto de estudo ao plenário e nem não tão pouco se fazer aqui a discussão, propunha que a comissão técnica do Congresso examine o projeto, para, dentro de um prazo determinado, elaborar o ante-projeto definitivo, depois de ter recebido as sugestões das cooperativas do Estado.

O Sr. Renato Costa - Todas as cooperativas estão obrigadas a fazer parte da Central?

O Sr. Artur Fischer - Absolutamente, não implica em obrigatoriedade. Mesmo existindo a Central, si determinado produtor entender de separar-se, poderá fazê-lo. Entretanto, seria uma organização completa de grande valor e de grande expressão econômica para o Estado.

Peço que a assembléia, aprovando a sugestão, indique a comissão para examinar o projeto.

O Sr. Presidente - Vou, agora, submeter a votos a sugestão apresentada pelo dr. Artur Fischer. Os srs. que a aprovam, queiram ficar sentados.

(Pausa).

Aprovada.

Si algum dos srs. quiser fazer uso da palavra para indicar os nomes da Comissão, pôdem fazê-lo.

O Sr. Francisco Carrion - Interpretando o pensamento da assemblêa, proponho que a Comissão seja escolhida pela Mesa.

(Palmas).

O Sr. Presidente - Nêste caso, proponho para fazer par da Comissão os srs. Artur Fischer, Renato Costa, Dario Brossard, Irio do Prado Lisbôa e Delfim Mesquita Barbosa.

Não propuz os nomes do Dr. Ernesto Gredilha, nem do Sr. Edison Cavalcanti Maia, porque sendo inspetores de uma repartição, terão de tomar conhecimento oficial desse trabalho, pois assim não terão liberdade cerceada para agir dentro de suas atribuições. (Palmas);

O Sr. Francisco Carrion - Proponho, ainda, á Casa um nome para integrar a Comissão, o do dr. Manoel Pizarro.

(Palmas)

O Sr. Presidente - Agradeço a indicação do dr. Francisco Carrion e lamento a minha ausencia, pois assim não poderei colaborar, como era do meu desejo. Entretanto, tem todo o meu apoio e minha mais decidida colaboração.

Convido os srs. Congressistas a comparecerem á sessão de amanhã 9 horas, afim de assistirem á leitura dos pareceres das teses que foram dadas por aprovadas, em virtude da falta de tempo. Em seguida, ás 10 horas, terá lugar a sessão de encerramento.

Declaro, assim, encerrados os trabalhos da 4.^a sessão plenaria.

Está levantada a sessão.

(A sessão foi levantada ás 24 horas).

4.^a SESSAO PLENARIA 11 DE DEZEMBRO DE 1938

A 4.^a Sessão plenária aberta ás 9,45 horas, na sala de reuniões da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, com a presença de inúmeros congressistas e sob a presidencia do Vice-Presidente, Sr. Edison Cavalcanti Maia, o qual, cede logo após a presidencia ao Dr. Manoel Luiz Pizarro, Presidente efetivo do Congresso.

O Sr. Vice Presidente - Declaro aberta a 4.^a sessão plenária do 1.^o Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Convido para tomarem parte da mesa que dirigirá os trabalhos desta sessão o Dr. Renato Costa e Sr. Domingos Ribas.

(Palmas).

O Sr. Secretário vai proceder á leitura da ata da sessão anterior, por não haver expediente a ser lido.

(O Secretário lê a ata da 3.a sessão plenária).

O Sr. Secretário - A secretaria tem de pedir perdão ao Congresso, por uma omissão involuntária cometida na redação desta ata que acabo de ler. Justifica-se o lapso, tomando-se em consideração o acúmulo de trabalho e a rapidez com que devem ser feitos os trabalhos. Assim, não foi inserta a ata com a relação dos nomes que integram a comissão que deverá ter entendimentos com as Secretarias de Estado.

Por outro lado, estudando o assunto mais detalhadamente, se verifica que melhor seria que os constantes daquela comissão fizessem parte da Comissão Executiva do Congresso. Como, para que se realize êsse entendimento com as secretarias deve a comissão ter um número restrito de membros, ficariam escalados da grande Comissão Executiva, apenas os nomes dos Drs. Cândido Machado Carrion, Artur Fischer e Edison Cavalcanti Maia, pessoas muito relacionadas com os senhores Secretários de Estado e que melhor poderão, assim, patrocinar as reclamações e aspirações dos senhores congressistas. (Palmas)

O Sr Vice-Presidente - Estando presente o Sr. Presidente do Congresso, passo a presidência a S. Ex.

O Sr. Presidente (Tomando assento á Mesa) - Comunico aos senhores cooperativistas que se acha presente ao Congresso o nosso digno companheiro - assim poderemos chamar - esteio do cooperativismo e da pecuária rio-grandense, o Dr. Ataliba Paz, digno Secretário da Agricultura, a quem convido para fazer parte da mesa, acompanhando os nossos trabalhos. Peço aos presentes que justifiquem esta minha proposta com uma salva de palmas.

(A assistência, de pé, aplaude calorosamente, enquanto o Sr. Secretário da Agricultura toma assento á mesa).

O Sr. Presidente - Se algum dos senhores congressistas desejar fazer uso da palavra, poderá fazê-lo,

O Sr. Artur Fischer - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Artur Fischer - Sr. Presidente, em aditamento á proposta apresentada pelo nosso ilustre Secretário, proponho que, para melhor esclarecer êste equívoco que houve em relação á escolhada Comissão Executiva e que deveria elaborar e estudar o ante-projêto dos estatutos da Central de Cooperativas, que foi efetivamente, aprovada, e a outra para entrar em entendimentos com as secretarias, seja incluído na primeira o nome do autor da tése.

(Palmas).

Pediria que fosse incluído o Dr. Adolfo Gredilha, como técnico. (Palmas). Pediria mais que fossem escolhidos os demais membros ao critério das cooperativas dos diversos produtos aqui representados, por exemplo: Pela pecuária, Dr. Manoel Luiz Pizarro; pelo vinho, Sr. Artur Reck; pela madeira, Sr. Aquiles Calefi; pela banha, Sr. Antonio Zanbenedetti. É verdade que faltam outros produtos a serem representados, mas, por outro lado, nem todos mesmos poderão ter essa representação, em virtude do número reduzido de membros da comissão.

O Sr. Secretário - V. Ex. dá licença para um aparte?

O Sr. Artur Fischer - Pois não.

O Sr. Secretário - Falta um nome a integrar essa comissão e eu peço incluir o Dr. Artur Fischer. (Palmas).

O Sr. Presidente - Esta em votação a proposta do Sr. Dr. Fischer e, implicitamente a do Dr. Cassiano Fernandes. Os senhores que estiverem de acordo, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Aprovada.

Agora, vamos proceder à leitura dos pareceres das restantes teses, que não foram ontem lidos, mas que já estão aprovados, graças à confiança dispensada à comissão encarregada de estudar os trabalhos apresentados. Pelo exposto, os aludidos pareceres não serão pôstos em discussão, mesmo porque versam sobre matéria já vastamente debatida neste recinto.

O Sr. Vice Presidente vai proceder à leitura dos aludidos pareceres.

(Para constar destes Anais, publicamos em primeiro lugar a íntegra de cada tese).

TESE N.º 21

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

Pleitear junto aos poderes públicos as justas pretensões da Cooperativa Viti-Vinicola Marcellinense, contidas nos itens 1.º, 2.º, 5.º e 6.º de sua moção e referentes à isenção de impostos, fiscalização da uva vinificável entregue às cantinas registradas, auxílio à agricultura e pecuária.

Apoiar a mesma entidade no que se refere às sugestões contidas nos itens 3.º e 4.º e que dizem respeito a uma contribuição para constituição e a organização de uma exposição das cooperativas.

Estas sugestões põem em relevo o alto espírito de cola-

boração social que preside as atividades da entidade sugeridora e merecem o apoio de suas congêneres.

Sala das sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Manoel Luiz Pizarro, Relator

Achiles Caleffi

Adolpho Grodilha

Antonio Candido Franco

Domingos Branco Ribas

Sugestões apresentadas pela Cooperativa Viti-Vinicola Marcelinense Ltda., a consideração do 1.º Congresso Cooperativista Riograndense:

1.º - Conseguir dos poderes publicos, a isenção total dos impostos de Industria e Profissão, vendas mercantis, renda, e fiscalização;

2.º - Fiscalização por parte do Governo do Estado, por intermedio de funcionarios da Secretaria da Agricultura, nas cantinas registradas, da entrega da uva vinificavel, ou fixar anteriormente a quantidade maxima que poderá vinificar cada entidade, levando-se em conta a capacidade de suas instalações e vasilhame, correndo as despesas com esse serviço por conta da importancia arrecadada pelo Instituto do Vinho;

3.º - Instituir-se a contribuição anual de 10\$000 por as sociado, para constituir um fundo de auxilio e propaganda do cooperativismo;

4.º - Organisar uma exposição cooperativista;

5.º - Auxilio financeiro do Governo, às Cooperativas nas ocasiões das safras,

6.º - Conseguir dos Governos da União ou do Estado auxilio tecnico á agricultura e á pecuaria.

Porto Alegre, 9 de Dezembro de 1938.

P. Cooperativa V. V. Marcelinense Ltda.

TESE N.º 25

P A R E C E R

O primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

A Tése apresentada pelas cooperativas Viti-Vinícolas São Pedro, Vitor Emanuel, Santo Antonio e Marcelinense, deve ser aprovada in-totum por consubstanciar uma explanação ampla e criteriosa das maiores necessidades do cooperativismo viti-vinicola.

Este trabalho, deve ser entregue ao órgão permanente

deste Congresso, afim de que o mesmo encaminhe aos poderes competentes as valiosas e práticas sugestões apresentadas.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938

Adolfo Gredilha, Relator

Barbosa, Presidente

Manoel Pizarro

Antonio Candido Franco

Domingos Branco Ribas

Achilles Caleffi.

Ilmos. Snrs. Membros da Comissão Central do Primeiro Congresso Cooperativista

Porto Alegre.

Atendendo ao gentil convite do snr. Edison Cavalcante Maia, apresentamos, a seguir, á consideração desse Congresso, as seguintes sugestões:

1) - Que as cooperativas viti-vinícolas legalmente constituídas continuem a ser favorecidas com isenção do imposto de vendas mercantis e consigam também a isenção do imposto sobre a renda, atualmente cobrado.

As cooperativas vitivinícolas são obrigadas por lei e pelos seus respectivos estatutos a distribuírem entre os associados as sobras verificadas nos balanços anuais. As cooperativas pagam aos associados pela materia prima recebida, um preço a cada ano convencionado; após o beneficiamento e a exportação do produto, deduzidas as despesas existentes, a diferença é distribuída. Mas isso não constitui, absolutamente, um lucro. E' a diferença entre um preço feito a priori e o preço realmente alcançado por determinado produto. E não constituindo essa sobra um lucro, seria mais do que justa a isenção do imposto sobre a renda, cobrado Pelo fisco federal.

2) - Que os diretores-gerentes das cooperativas vitivinícolas sejam isentos do imposto de indústria e profissão constante do orçamento estadual ou que, pelo menos, sofram essas contribuições uma grande redução; e que sejam relevadas as multas decorrentes desses impostos que estão em atraso.

Tomamos como argumento em favor dessa concessão o fato de os precitados diretores-gerentes serem eleitos anualmente, de não perceberem ordenado superior a 300\$000 mensais, sendo que muitos percebem menos, e alguns ha que nada recebem por essa função.

E' pois, inegavel que o imposto anual de 750\$000 é de mais elevado, principalmente si levarmos em consideração que as entidades em questão são constituídas de agricultores pobres; pequenos agricultores que encontram sempre no seu caminho mil dificuldades a vencer, e que são vitimas da concorrência

desleal de poderosos, comerciantes, que por meios indiretos procuram enfraquece-las e aniquila-las.

3)- Que ás cooperativas legalmente constituídas e reconhecidas seja permitido pela Secretaria da Agricultura, nas localidades onde existem laboratórios bromatológicos do Estado, engarrafarem vinhos com a simples fiscalização dos referidos laboratorios, sem a manutenção de um fiscal especial, obrigando-se as cooperativas a fazer todas as instalações de acôrdo com a lei, e se sugeitando as severas penas, no caso de qualquer infração ao regulamento.

4) - As cooperativas vitivinícolas, como representantes e defensoras dos colônos viticultores, e concededoras do estado precário destes, fazem mais um veemente apelo aos ilustres congressistas no sentido de que seja encaminhada aos poderes competentes a seguinte proposta:

Que ao iniciar-se a nova safra viticola de 1939, sejam as cantinas de vinificação fiscalizadas a custa do. Instituto Riograndense do Vinho e a criterio da Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio no sentido de que seja verificada rigorosamente a entrada de uva nas cantinas, controlada a vinificação, feito após esta o levantamento do "stock" e obrigada a inutilização do vinho que ultrapasse á quantidade que possa proceder da uva vinificada. Esta seria, sem dúvida, uma medida altamente benéfica; pois somos de parecer que si nas zonas produtoras só se fizer vinho de boa uva, e havendo, nas praças de consumo um combate tenaz ás adulterações, não haverá superprodução de vinho, nem necessidade de inutilização de uva ou vinho, o que é sempre a anulação de tantas dispendios e sacrificios de quem os produziu. E assim aumentaríamos consideravelmente o consumo do vinho, pelo reerguimento do nosso produto no conceito dos consumidores. Si mandarmos buscar para submeter a análise algumas garrafas de vinho riograndense engarrafado e vendido em algumas praças do nôrte, a conclusão a que chegaremos será desoladora. E esse mal, si não totalmente, ao menos em grande parte, poderá ser combatido com a nossa sugestão, posta, em prática.

5) - Uma medida que muito concorreria para a solução da tão falada superprodução de vinho seria a criação de entre postos oficiais nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo, com direito de monopolio, embora um ou outro vinicultor que só visasse interesses particulares de sua firma não quisesse se conformar com esta medida.

As praças do Rio e São Paulo consomem dois terços da nossa produção vinicola, de modo que a instalação de entrepostos naquelas duas importantes capitais, devidamente oficialisa

dos pelo Governo, e organizados e administrados pelos proprios interessados, visaria a distribuição total do vinho engarrafado, terminando definitivamente com a venda e distribuição de vinho embarrilado, vitima de tantas adulterações e que, infelizmente, muito tem concorrido para a desmoralisação do vinho nacional.

Seriam, em seguida, estabelecidas tabelas de preços módicos para facilitar um maior consumo, e uma modelar distribuição, afim de atender a todos com critério e pontualidade. Esta medida viria beneficiar os produtores dirétos do vinho, queteriam a certeza da colocação do seu produto a preços compensaveis, ou pelo menos, melhores do que os que vem tendo, ha muitos anos, motivado pela concorrência desleal existente entre os exportadores de vinho embarrilado urge o amparo dos poderes públicos ás cooperativas vitivinícolas, marco de salvação dos viticultores gauchos, atendendo, pelos meios possiveis, os favores aqui pleiteados. Quem senta á mesa de um hotel ou restaurante, lá longe, nas praças do nórté, e paga por uma garrafa de vinho quatro, cinco ou seis mil reis, longe estará de imaginar que o colono que tem empatados grandes capitais na construção de cantinas vinhedos, etc. recebe por um litro desse produto apenas \$300 ou \$400!

6) - Em referencia á organização e fundação de uma central de cooperativas de varias modalidades, julgamos um plano bastante difficil de ser levado a efeito. Antes de ouvirmos detalhes da comissão organizadora do presente congresso, não poderemos formar melhores sugestões neste particular. Apenas opinamos que seria medida de grande alcance economico a organização de "Centrais de Cooperativas de Classe", visto que desta forma cada um teria amplos conhecimentos de suas atividades economicas e comerciais. Pois quem se dedica é viticultura e comercio de vinho não terá capacidade administrativa, dentro de uma central, para gerir negocios de madeira, banha, etc., assim como quem é especializado em negocios de madeira, produtos suinos, etc. difficilmente dirigirá com acerto negocios de vinho.

São estas as sugestões e pedidos de favores que as cooperativas vitivinícolas abaixo assinadas entregam aos ilustres componentes da Comissão Central do Primeiro Congresso Cooperativista. Fazemo-lo confiantes em que serão empregados os melhores esforços em pról da satisfação das nossas justissimas aspirações, levando-se em consideração que o vinho é um produto que rende, anualmente, varios milhares de contos de reis aos cofres públicos e que as cooperativas vitivinícolas para isso sempre concorreram honestamente, não constando entre elas

uma sonegação de impostos, do que podem dar prova os representantes do fisco.

Consideramos que até a presente data o Governo não teve dispêndio de numerário com as cooperativas vitivinícolas e que estas nunca pediram auxílio financeiro para seus melhoramentos materiais, nem cogitam importunar o Governo com financiamentos, sentimo-nos com mais força para pleitear os favores constantes desta moção.

As cooperativas vitivinícolas acham-se em estado bastante precário e não poderão subsistir por muito tempo si não tiverem a proteção, o amparo moral dos poderes públicos, estaduais e federais, facilitando em tudo o que fôr possível.

As continuas modificações nas legislações sobre cooperativismo e nas exigências fiscais, etc. têm sido também um sacrifício às cooperativas vitivinícolas, que em oito anos de existêndia tiveram de mudar já por sete vezes os seus estatutos sociais, o que feito sempre com grande despesa e desvio de tempo precioso.

Aos distintos membros da Comissão Central do Primeiro Congresso do Rio Grande do Sul e aos Governos Estadual e Federal deixamos aqui, desde já, os nossos sinceros agradecimentos por tudo o que fôr feito em prol da nossa classe, verdadeira colmeia de trabalhadores pelo continuo engrandecimento do Brasil.

Pela Soc. Coop. V. V. São Pedro Ltda.

Antonio Marini, diretor-presidente

Pela Soc. Coop. V. V. Victor Emanuel Ltda.

Bortolo Boff, diretor-presidente

Pela Soc. Coop. V. V. Santo Antonio Ltda,

Angelo E. Boff, diretor-comercial.

Pela Coop. V. V. Marcellinense Ltda.

TESE N.º 12

Sugestões apresentadas ao I Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, pela Cooperativa Viti-Vinicola Barrense, sediada na Estação de Barro, Município de José Bonifácio.

Propõe a Cooperativa as seguintes medidas:

1.º Que o preço do vinho e das uvas fique livre, de acordo com a situação de cada cooperativa, uma vez que as de pequena produção não podem pagar os preços para o vinho e as uvas estipulados pelo Instituto do Vinho;

- 2.º - Que o Instituto do Vinho representa um verdadeiro absurdo no seio dos verdadeiros vinicultores, trabalhando absolutamente contra o lei ° 581, de 1. de Agosto de 1938, uma vez que limita os preços nos mercados consumidores do norte;
- 3.º - Propõe que o Governo nomeie técnicos para verificar si os da cooperativa são competentes;
- 4.º - Propõe também que o Governo Federal nomeie um fiscal para fiscalizar as cantinas e onde a Diretoria da Cooperativa existente no municipio, achar necessário, afim de que os produtores não possam vender seu vinho sem que seja selado na forma da lei;
- 5.º - Estudar o financiamento às cooperativas, numa base que poderá ser estabelecida até a metade do capital de cada uma delas;
- 6.º - Criar a Central das Cooperativas Agricolas agremiando todas as organizações cooperativistas; e
- 7.º - Que uma parte da taxa de cooperação seja distribuida em benefício das cooperativas.

Porto Alegre, 8 de Dezembro de 1938.

(as.) - Antonio Sirena - Delegado.

Sugestões apresentadas pela Cooperativa de Banha Santa Izabel, sediada na Estação de Barro, Municipio de José Bonifacio, ao I Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

A Cooperativas de Banha Santa Izabel, apresenta a este Congresso as seguintes sugestões:

1.º - Estudar uma formula para a concessão de credits às cooperativas, numa base que poderá ser até o limite da metade do capital de cada uma delas, a prazo longo, para financiamento da safra.

2.º - Pleitear junto ao Ministerio da Agricultura o fornecimento de reprodutores de raça;

3.º - Pleitear junto ao mesmo Ministerio, providencias no sentido de que as cooperativas sejam visitadas pelo minimo de 6 em 6 meses, para verificação da sua contabilidade e administração;

4.º - Pleitear junto á repartição competente para que o registro de marcas e rotulos sejam feitos com a maxima brevidade possivel;

5.º - Propõe a criação de uma Central de Cooperativas Agrícolas, agremiando todas as organizações deste genero existente no Estado;

6.º - Que parte da taxa de cooperação paga pelos produtores seja tambem distribuida pelos suinocultores que tambem contribuem com grande parcela; e

7.º - que o congresso estude uma formula para auxiliar as exportações dos produtos suinos para o estrangeiro.

Porto Alegre, 8 de Dezembro de 1938.

(as) - Antonio Sirena - Delegado.

Vanmos proceder á leitura a tése n.º 23.

TESE N.º 23

P A R E C E R

Sobre as sugestões apesentadas por um grupo de cooperativas Viti-Vinícolas.

Assunto: - Sugerem essas cooperativas a fundação de uma Central ou Federação de Cooperativas Viti-Vinícolas, demonstrando, com dados positivos, em suas considerações, que as Cooperativas pelo vulto e importancia de suas operações comportam perfeitamente uma entidade central e que suas vantagens serão imediatas.

- Sem dúvida as sugestões são dignas de encomios e a sua utilidade prática é evidente, si considerarmos que a tendencia e a finalidade do cooperativismo deve ser no sentido de centralisar os negocios e as operações das cooperativas isoladas.

- Permitindo-nos observar que a organização central de cooperativismo da mesma especie e tipo, conforme art. 37 do decreto 22.239 e esta a organização central de cooperativas da qualquer especie e tipo, segundo dispõe o art. 36 do mesmo decreto.

Feito esse pequeno reparo á classificação das entidades centrais sugeridas, a Comissão só pôde louvar a proposta e recomensá-la á aprovação do plenário.

Sala do Congresso, 10 de dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente
Achiles Caleffi, Relator
Manoel Luiz Pizarro
Adolpho Gredilha
Domingos Branco Ribas
Antonio Candido Franco

A Presidencia da Mesa do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio, Grande do Sul.

SUGESTÕES

Vantagens que adviriam com a Federação das Cooperativas Viti-Vinícolas:

A Centralização dos negocios traz cempre economia nas despesas e o consequente aperfeiçoamento no aparelhamento comercial e,

Si as cooperativas viti-vinícolas reunissem seu movimento comercial n'uma Federação, muito se poderia melhorar o aparelhamento comercial e com uma sensível economia nas despesas. Para isso essa Federação se organisaria da seguinte fórma.

a) manteria uma secção de redespachos em Porto Alegre á sua expensa. Esta secção por si só reduziria as despesas em mais de cem contos de réis anuais;

b) reduziria a comissão dos representantes-vendedores, cuja redução produziria nada menos de cem contos de reis anuais de economia;

c) ter-se-ia maior contróle das manobras da concurrencia e assim como da situação financeira da freguezia;

d) haveria maior probabilidade de conseguir-se beneficios dos poderes publicos, Viação Ferrea e companhias de Transportes;

e) ter-se-ia mais facilidade em montar entrepostos nas praças de consumo em consequencia do que seria suprimida a fraude e combater-se-ia o abuso de preços que estão sendo cobrados aos consumidores dos nossos vinhos, por parte dos intermediarios, que é uma das maiores causas do pouco consumo do produto, ou melhor, o que é uma das causas que impede um maior consumo.

Isto posto, sugerimos que neste Congresso sejam estudadas as possibilidades da Federação das Cooperativas Vinícolas, para que mais cedo, se usufrúa os beneficios apontados acima.

Sala das Sessões, em Porto Alegre, aos nove dias do mez de dezembro de 1938.

A Zandomeneghi
pela Soc. Coop. V. V. São Victor Ltda.
Angelo E. Boff
pela Soc. Coop. V. V. Sto. Antonio Ltda.

?

pela Soc. Coop. V. V. Forqueta Ltda.

Virgilio Franzoi

pela Soc. Coop. V. V. Victor Emanuel Ltda.

Antonio Zandoni

pela Soc. Coop. V. V. Aliança Ltda.

Humberto Lotti

pela Soc. Coop. V. V. Garibaldi Ltda.

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

1.º - Aceitar as considerações expostas pelo dr. Ulysses Castagna, em relação ao auxílio financeiro às Cooperativas, por serem muito Judiciosas;

2.º - Aconselhar às cooperativas a colaboração mutua para tornar-se realidade a fundação do Banco Central de Credito Rural, a que se refere uma sugestão do dr. Cassiano Lorenzo Fernandes.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Adolpho Ernesto Gredilha, Relator

Manoel Pizarro

Achiles Caleffi

Domingos Branco Ribas

Antonio Candido Franco

SUGESTÕES

E' sobrejamente conhecido o principio economico da "procura e oferta" e sobre a qual repousa a estrutura basilar de qualquer organização.

Os variados e complexos problemas economicos que se anteparam durante determinado exercicio comercial, são completamente diversos dos que surgem no exercicio seguinte, necessitando entretanto, imediata solução.

E' comum observar-se em determinados periodos, uma restrição na venda do produto e em outras ocasiões a necessidade de se forçar as referidas vendas.

O primeiro caso, resulta pelo retraimento dos compradores, enquanto no segundo, pela necessidade de se fazer frente aos compromissos de pagamento, sempre representados pelo acondicionamento, impostos e transporte de mercadorias. De qualquer forma e em qualquer época, em maior ou menor vulto, se necessita de credito o que se vem procedendo por intermedio de estabelecimentos bancarios.

Como natural, essas transações estão sujeitas a determinados juros que variam de oito a doze por cento, quando não alcançam a 13% pela inclusão de comissões e outras mais despesas bancárias, selos, etc.

E' de convir-se que tais percentagens influem grandemente sobre a estrutura economica das cooperativas que, na maior parte das vezes, são organizações de pequeno ou nenhum capita, ou mesmo porque, para se adaptarem ao ramo de industria, inverteram todo ou maior capital do que o realmente integralizado. Daí a necessidade ingente e continua do recurso ao credito bancario e como consequencia, muitas vezes, pequeno ou nenhum o desenvolvimento das entidades.

Bem acertado andou o nosso benemerito Governo com a criação de um banco Central e doze Bancos Regionais, no sentido de proporcionar facilidades e constantes auxilios ás cooperativas.

Todavia, a morosidade que sempre resulta da execução de leis de tal envergadura, que demandam, como é natural, tempo, tem obstado, de forma geral, o desenvolvimento economico das cooperativas, neste Estado.

Creemos, entretanto, que o problema poderá ser, de imediato, solucionado com a instalação dos Bancos Regionais, os quais, em tempo oportuno, seriam incorporados, ao Banco Central que se refere a Lei de 1.923 e a de 1933.

Permitimo-nos exemplificar uma das modalidades praticas á realização desse importante empreendimento:

Da instalação do Banco Regional para o Estado do
Rio Grande do Sul

1.º - Capital - 50.000 contos de reis!

2.º - O Governo Federal, de imediato, fornecerá o capital de 50.000 contos;

3.º - As entidades cooperativas, obrigam-se, gradativamente, em razão ao volume de seus negocios, concorrer com determinada quantia, por unidade, dezena ou centena de produto comercializado, num periodo de cinco anos, a constituir capital proprio, até o montante de cincoenta mil, contos de reis fornecidos pelo Governo Central, que dessa forma seria reembolsado desse mesmo capital;

4.º - Os juros pagos ao capital fornecido não poderão ser superiores a 3%;

Si trasportarmos-nos ao campo da industria vinicola, se observará a necessidade imperante da instalação deste Banco Regional, pois entre o custo médio da produção. (30 a 40\$000)

por Hl.) nas zonas de origem, á sua venda nos mercados consumidores (Santos - Rio) em Rs 120\$000, originam-se despesas reais e imediatas de 80\$000 representadas pelo transporte, impostos, taxas e acondicionamento do vinho

A este importante Conclave apresentamos estas despretenciosas sugestões.

Dezembro de 1938.

Ulysses Castagna.

TESE N.º 18

A Cooperativa de Cebolas do Rio Grande de Responsabilidade Limitada, apresenta interessante tése, cujo resumo o seguinte:

Pleilear junto aos poderes públicos:

1.º - À criação de Institutos Regionais Agrícolas.

2.º - Redução de taxas portuárias e de impostos ao mínimo para produtos agrícolas através de cooperativas.

3.º - Redução de fretes marítimos e terrestres para os produtos cooperativos.

4.º - Garantias de acondicionamento nos transportes marítimos e meios de proteção contra quebras por roubo.

5.º - Revisão das leis cooperativas com a colaboração de profissionais da lavoura.

P A R E C E R

A comissão estudando os diversos assuntos contidos nessa tése chegou a seguinte conclusão:

1.º - A criação de Institutos Regionais Agrícolas é julgada desnecessária, por quanto a finalidade das cooperativas é justamente a mesma que sugerem os autores da tése, sendo aconselhado a criação de cooperativas nas zonas onde se faça mister.

2.º e 3.º - A comissão é de parecer que o congresso se dirija aos poderes competentes a fim de solicitar as reduções, nas taxas portuarias e dos impostos agrícolas para as cooperativas devidamente enquadradas na lei.

4.º - A comissão sugere que antes de se levar ao conhecimento das entidades competentes as reclamações desse item, que as cooperativas interessadas forneçam sugestões sobre o melhor modo e o meio mais prático de se corrigir os males apontados

5.º - A comissão é de opinião que em face das constantes mudanças de lei sobre cooperativismo convem entrar num periodo de observação, durante o qual, todos o interessados, no assunto poderão ir anotando as falhas a corrigir e no próximo

congresso apresentar positivas sugestões para a revisão a que se refere esse item.

E' este o nosso parecer.

Sala das sessões, 10 de Dezembro de 1938.

Ataliba Coutinho, relator

Manoel Luiz Pizarro

Adolpho Gredilha.

_____ : 0 : _____

R e s u m i n d o

Pleitear junto aos poderes publicos:

1.º - A criação de Institutos Regionais Agrícolas.

2.º - Redução de taxas portuarias e de impostos ao minimo para produtos agrícolas através de cooperativas.

3.º - Redução de fretes marítimos e terrestres para os produtos cooperativados.

4.º - Garantias de acondicionamento nos transportes marítimos e meios de proteção contra quebras por roubo.

5.º - Revisão das leis cooperativistas com a colaboração de profissionais da lavoura.

S. M. J.

Rio Grande, 7 de Dezembro de 1938.

"Sociedade Coop. de Cebolas do Rio Grande de Responsabilidade Limitada".

Téste a ser apresentada ao Congresso Cooperativista a realizar-se a 8 de Dezembro em Porto Alegre:

Excelentissimo Senhor Presidente:

Sejam as primeiras palavras da "Sociedade Cooperativa de Cebolas do Rio Grande de Responsabilidade Limitada" para expressar seu regosijo intenso pela realização deste Congresso e felicitar seus abnegados inspiradores. E' ele uma alta expressão da nova mentalidade que surge a orientar os homens simples e bons da lavoura nacional, tão dignos do amparo público.

Não vai longe ainda aquele tempo quando os pioneiros deste ideal tiveram que enfrentar a mais dura luta em prol dum sonho que a noventa e nove por cento dos lavradores parecia irrealizável, impraticável e sem finalidades reais.

Foi após intensa e demorada campanha com os descrentes de um lado e o capitalismo do outro, que no Estado do Rio

Grande do Sul surgiram as nossas primeiras organizações, sempre cercadas pelo cepticismo da maioria e desacreditadas pelos homens de negócios por verem nelas um pouco de sombra aos seus interesses.

Neste Município de Rio Grande e no de São José do Norte, entre os anos 1930 e 1933, fundaram-se cerca de vinte cooperativas de cebolas e de pesca, cada uma com centenas de associados trabalhando exaustivamente, carinhosamente, para engrandecer e dar corpo ao seu ideal, aliás bem justo e bem humano de serem, eles mesmos, os donos da sua propria mercadoria, arrancada ao seio da terra através de inenarraveis sacrificios de toda sorte, em luta com todos o caprichos da natureza agreste.

Dessas cooperativas nada mais resta hoje que duas ou tres, assim mesmo, pálidas sombras do que já foram, tão somente porque lhes faltou na sua totalidade o amparo do Governo, que é imprescindivel em organizações pobres e sem créditos financeiros que lhes ajude a levar o produto das suas lavouras aos mercados consumidores.

Nestas circunstacias, ousa esta Cooperativa submeter á esclarecida apreciação desse Congresso alguns pontos vitais, necessários á existência das cooperativas do Rio Grande e de S. José do Norte, a serem estudados e levados á superior sanção do benemérito e patriótico Govêrno do Estado, agora tão vivamente preocupado com o bem da coletividade nacional.

a) - Instituto Regional Agrícola

Sugere-se criação do Instituto Regional Agrícola para controle da produção e exportação de todos os produtos da lavoura dos municípios do Rio Grande e S. José do Norte, com finalidades extensivas á assistência médica, hospitalar e higienica aos trabalhadores rurais.

b) - Taxas Portuárias.

No município de Rio Grande, como ninguém ignora, na bacia de seu porto, existem diversas ilhas, todas elas habitadas e cultivadas por agricultores, e em cujas margens as plantações são muitas e intensas, cujo meio, de transporte é feito por pequenas embarcações, como canôas e caíques. Este ano a Direção do Porto agravou estas pequenas embarcações, que transportam unicamente produtos de suas colheitas, com a Taxa de atracação de 500 réis por metro decais ocupado, Esta taxa, por especial concessão do Exmo. Snr. Diretor do Porto, cobrada

sómente da pôpa da embarcação, isto é, á razão de 500 réis cada uma; porém, se tal concessão, por um motivo qualquer, vier a desaparecer, estas pequenas embarcações estarão sujeitas ao pagamento de 3\$500 réis a 4\$000 réis sómente para atracar, agravadas ainda com capatazias e descarga á razão de 2\$500 réis por tonelada e descarga 1\$250 réis por tonelada, sendo que estas mercadorias, na maioria, são descarrgadas na Doca, nos trapiches particulares e no logradouro onde não existe cais. Acresce ainda que os impostos municipais de produção agrícola vem de ser agravados pela Prefeitura que cobra 10 réis por quilo de cebola, 30 réis por arroba de tomate e mais 10% sobre o total da arrecadação. Assim, a cebola que é uma das maiores produções de seu município, está agravada em 14\$580 réis de impostos por tonelada.

c) - Fretes Marítimos

Os fretes marítimo merecem estudo profundo e especial por incidirem pesadamente sobre a coletividade agrícola.

Para as praças de maior consumo, como Rio, Santos e S. Paulo, uma caixa de cebola paga de frente em vapor cargueiro 6\$035 réis por caixa de sessenta quilos, bruto, ou seja, quarenta e sete quilos e meio líquidos.

Outros produtos pobres ha que não comportam grandes despesas de fretes, como tomates, melancias, aboboras, beringelas, etc., cuja produção e consequente exportação poderia aumentar desde que baixassem a ponto de estimular sua expansão, pois atualmente, com esses fretes, chegam carissimos aos mercados consumidores, tornand-os artigo de luxo, inacessiveis á bolsa das classes menos abastadas.

Uma caixa de tomates com 30 quilos bruto paga de frete 2\$700 réis e viaja no convez do navio em prejuizo da sua conservação. Melancias e abobras pagam por 100 unidades 46\$800 réis de frete afora as quebras e riscos outros que são por conta das Cooperativas carregadoras.

d) - Frete da Estrada de Ferro.

São tambem arissimos. A madeira par uma caixa de cebolas cuata 1\$817 réis e paga de frete 1\$283 réis, havendo uma diferença entre custo da madeira e freta apenas de 534 réis. E' este tambem um motivo de grande entrave á expansão da lavoura destes dois municípios, por encarecer-lhes os meios de condução aos mercados importadores.

e)- Acondicionamentos nos Transportes

Os produtos de facil deterioração, como tomate, melancia, aboboras, etc., as Companhias de Navegação mente para viajar no convez, por conta e risco das Cooperativas carregadoras, sujeitas aos azares do tempo e do mar, com baldeação feita com mangueiras no local onde viajam. Impõe-se um apelo às Cias. de Navegação e aos Sindicatos de estiva para um tratamento mais adequado para esta classe sob pretexto algum devem sofrer novas arrumações nos portos intermediarios, sendo comum, no lugar por elas ocupado, colocarem outras cargas, como automoveis, etc., chegando tais dutos ao destino em estado lastivavel, quasi sempre em condições de serem inutilizados pela higiene, com graves prejuizos para as cooperativas e, consequentemente, para a lavoura.

f) Impostos

E' da mais pura justiça isentar-se as cooperativas qualquer onus, impostos, taxas, etc., para poderem não só manter em-se como tambem expandir em as suas finalidades, melhorando e selecionando seus produtos por preços mais razoaveis, com mais aceitação e mais procura.

Devem as cooperativas pedir ao benemerito Governo do Estado a supressão do imposto de industrias e Profissões que, a Mesa de Rendas vem cobrando a cada membro de Diretoria das Cooperativas, pois alguns ha que dirigem a Entidade sem honorarios, apenas com pequena ajuda de custo, resultando que, impossibilitados de atender a tais impostos, são eles pagos pelas cooperativas em prejuizo de seus associados.

g) - Legislação Cooperativista

E' oportuno pleitear algumas alterações na legislação cooperativista, com leis especiais para cada região, pois ha modalidades tais nesta vastidão imensa do territorio nacional, que nem todas as cooperativas se podem enquadrar na mesma lei. Ao elaborar-se a nova reforma, seria justo que a ela assistisse uma comissão de lavradores tirados das diversas regiões, capazes de fazer exposição das necessidades de cada uma

TESE N.º 24

A Sociedade Cooperativa Pr. de Banha Sant' Ana, apresentou o seguinte trabalho á consideração do Congresso.

Effetivamente, o autor da tese, fez uma sumula do que é a organização sob o ponto de vista da necessidade de organização dos produtores em cooperativas, porém, desdobrando o assunto em diversos itens, que poderemos resumir desta forma:

Credito Agricola e Cooperativas de Credito

Organização de Cooperativas Escolares

Concretização dos Favores Fiscais às Cooperativas em Lei Especial

A Função do Poder Publico na Assistencia e Fiscalização das Cooperativas

Inspeção Periodica as Cooperativas

Uniformisação de Escrita nas Cooperativas.

Observa-se, da leitura acima que a Cooperativa Pr. de Banha Sant' Ana quiz trazer ao Congresso, um trabalho completo sobre assuntos ligados pratica cooperativista, entretanto, dado a complexidade dos mesmos, e praticamente impossivel um parecer da comissão, que, sendo redigido importaria n'uma segunda tese, desde que fossem examinados, separadamente os varios capitulos em que está dividida essa contribuição

No decorrer das discussões em plenario, foram abordados todos esses pontos, logo, implicitamente, o Congresso já emitiu sua opinião sobre as necessidades aqui apontadas.

Do exposto, somos de parecer que a tese seja aprovada. fazendo parte integrante dos anais deste Congresso

Delphim Mesquita Borbosa, Presidente

Antonio Candido Franco, Relator

Achilles Caleffi

Manoel Luiz Pizarro

Adolpho Gredilha

Domingos Branco Ribas.

Ao Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul a realizar-se nos dias 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1938, em Porto Alegre.

Organização Cooperativa e seu desenvolvimento

Inicialmente vamos demonstrar a necessidade de organização dos agricultores em Sociedades Cooperativas.

A salvação do produtor, seja pequeno ou grande, num paiz como o nosso, onde o credito pouco existe sómente pelo cooperativismo é que poderão empreender suas culturas ou in-

dustrias apoiadas em economias bem aplicadas e sem necessidade de gravar suas terras e instrumentos de trabalho.

SARANDI RAPOSO nesta frase tudo resume: "O Cooperativismo é um triangulo que tem por base o trabalho, cujos lados são a economia e o credito e cujas vertices determinarão as intersecções da circumferencia que vedará a vida aos parasitas porque representa a volta do produto ao produtor e limitará o circulo humano á harmonia de igualdade, da liberdade e da fraternidade, sendo o amor a lei suprema".

Devemos, pois, disseminar o cooperativismo que terá seus alicerces inabalaveis na Federação das Cooperativas.

O pequeno lavrador dedica-se ao plantio de diversas especies de cereais, como sejam: milho, trigo, cevada cervejeira, etc., e conjuntamente dedica-se a criação de vacas leiteiras, suínos e galináceos.

Chega a época da colheita de cereais, o colono vai em demanda ás casas comerciais, saber o preço para os diversos produtos e fica descepcionado em saber que lhe oferecem, um preço diminuto, muitas vezes com diferenças de 7, 8 ou 10 mil réis dos preços correntes diariamente publicados nos jornais de diversas localidades aonde o consumo é grande, deduzindo-se as despesas, com fretes etc., o negociante intermediario, com pequenas exepções, lucraria 3, 4 e 6 mil reis em cada saco. Ha cereais, como o trigo por exemplo, que é vendido dentro do proprio municipio ou limitrofes aos moinhos que industrialisem este, pagando de 20 á 25 mil reis o saco e em troca vendem a farinha ao preço de 40 á 44 mil reis, que não aconteceria, si o agricultor fosse organizado e em conjunto formassem uma sociedade Cooperativa, instalando moinhos dentro dos requitos sanitarios e vendessem o seu proprio produto diretamente ao consumidor, evitando os intermediarios, forçosamente poderá auxiliar no barateamento da vida dos operarios nos grandes centros industriais.

Existem dentro do Estado diversas organizações cooperativas, entre as quais, para industrialização do suíno e boi, trazendo reais vantagens aos seus associados, conservando um preço remunerador para a sua criação, pois como é publico e notorio, o benemerito Governo Federal, por intermedio do Ministerio da Agricultura, baixou um Decreto proibindo a venda de banha e produtos de salsicharia para fora do Estado, de estabelecimentos que não tenham fiscalisação permanente do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, subordinado ao Ministerio da Agricultura, visando com esta medida defender a saude publica, medida essa muito louvavel. Por conseguinte o colono é vedado produzir banha para vender aos esta-

belecimentos que tem inspecção Federal. Como a produção é muito superior ao consumo, o preço da banha baixou conside ravelmente, e si não fossem as organizações de cooperativas, industrialistas avidos de lucros, pagariam uma ninharia de talvez 500 reis o quilo de porco, que aliás não aconteceu sómente pelo motivo do agricultor ter-se organizado, fundando as Cooperativas de Produção, para industrialisar o produto de suas criações, garantindo assim, um preço que recompensa o seu trabalho.

O pequeno lavrador isolado, é obrigado cair nas mão dos intermediarios para colocar seus produtos aos preços por estes estipulados, enquanto os mais previdentes, organizados, conseguem bons preços. O pequeno produtor em geral vale pouco, economicamente. Nunca é considerado, para efeito dê credito, para conseguir favores devidos pelo poder publico, adquirir sementes selecionadas, reprodutores por preços reduzidos, etc. Além disso o isolamento não lhes traz os beneficios do melhoramento de suas lavouras e rebanhos.

O Estado do Rio Grande do Sul tem o orgulho de marchar na vanguarda do sistema Coperativista, principalmente as de Produção, favorecendo zonas intensas com seus salutaes principios, e chegará o dia em que cada municipio tenha pelo menos seus salutaes principios, e chegará o dia em que cadar menos uma Cooperativa de Produção para industrialisar metodicamente os diferentes produtos de suas lavouras e criações.

Credito Agricola e Cooperativas de Crédito

Em geral todas sociedades cooperativas agricolas e de produção sofrem os efeitos da falta de numerario suficiente para fazer face aos jogos comerciais dos magnatas industrialistas, forçando baixas nos mercados consumidores e iludindo os produtores com preços acima do valor, nas zonas produtoras.

Urge pois intensificar o credito agricola e estimular a fundação de Cooperativas de Crédito, evitando desta maneira a evasão de somas avultadas para pagamento de juros altos aos bancos.

Legislação Cooperativista

O mais recente Decreto do Governo Federal, Decreto-lei n.º 581, de 1.º de Agosto de 1938, reformando as disposições dos Decretos anteriores, vem demonstrar a bôa vontade do Govêrno para facilitar a instalação de Cooperativas, amparando as com favores especiaes com fiscalisação permanente por intermédio das Diretorias de Organisação e Defesa da Produção.

Organização de Cooperativas Escolares

Para estimular o cooperativismo entre os homens de amanhã, seria de grande utilidade organizar cooperativas escolares, anexo às Cooperativas em geral, e melhor, na zona rural, onde o ensino é ainda precário, formando o espírito juvenil para a boa compreensão do verdadeiro cooperativismo, evitando assim a continuação de falta de confiança dos colônos, que é hoje em dia manifesta.

Concretização dos favores fiscais às Cooperativas em lei especial

O Congresso das Cooperativas, que realiza-se em breve, em Porto Alegre, deve pugnar para um projeto lei, concedendo favores fiscais amplos às Cooperativas.

Por enquanto as Cooperativas tem alguns favores por parte do governo Estadual, isenta-as do pagamento de selos sobre vendas mercantis; entretanto as mercadorias enviadas a outros Estados principalmente São Paulo e Rio, ao serem vendidos, são obrigados, naqueles Estados, ao pagamento do selo de vendas mercantis, que aliás não é justo.

O Decreto-lei n.º 581 de 1.º de Agosto de 1938, modificando o Decreto 22.239 de 19 de Dezembro de 1932, em seu artigo 38, diz: "São sociedades civis, e como tais não sujeitas à falência nem à incidência de impostos que recaiam sobre atividades mercantis, as cooperativas:

a) de produção, ou trabalho agrícola;

b) de beneficiamento e venda em comum de produtos agrícolas, ou de origem animal, não transformadas industrialmente, etc., etc.

As Sociedades Cooperativas de Produção pagam anualmente os seguintes impostos:

Federal: patente de registro, Conservas 500\$000
idem idem, idem, Banha..... 300\$000

Imposto sobre a renda (embora que não existe propriamente dito lucro, e sim ha o retorno aos produtores)

Estadual: taxa de produção e defesa, s/banha, á 10 reis o quilo:

taxa de fiscalização sanitária animal, s/suínos abatidos 600 réis por cabeça.

taxa de exportação, sobre banha, 2% sobre o valor, pauta kg. 3\$.

idem, idem, Idem, sobre salames, 1 % idem, idem, pauta kg. 4\$.

Municipal: imposto de licença s/fabrica, 100\$000.

Em diversos municípios e ainda cobrado a taxa de sangria de suínos, variando este entre 1\$500 e 3\$000 por cabeça

Á função do poder público na assistência e fiscalização das Cooperativas

Somos de parecer que o poder público deve sob todos pontos de vista, facilitar as organizações cooperativistas e aos seus associados, dando-lhes assistência ampla e favorecendo com estradas boas o facil escoamento de seus produtos, com correndo assim para a economia de nossa querida Pátria.

A fiscalização das cooperativas, em geral, deve ser feita metódicamente pelas Diretorias de Organização e Defesa da Produção, do Ministério da Agricultura, e Diretoria de Padronização e Fiscalização, Secção de Organização Econômica, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, não só pelo fornecimento de dados formulados pelas entidades cooperativistas, por intermédio de balancetes mensais etc., pois houve casos que os balancetes apresentavam movimentos bons e no final não exprimiam a verdadeira situação da cooperativa, vindo esta a periclitar, os inimigos da cooperação aproveitam o momento para semear a confusão entre a classe, prejudicando enormemente as demais. A fiscalização deve ser feita diretamente por pessoas competentes na matéria, pelo menos trimestralmente, vindo neste caso prestar valioso auxilio a Federação das Cooperativas, oportunamente fundada, que terá pessoal apto para favorecer este mistér, percorrendo junto com os inspetores as zonas onde tem cooperativas em atividade.

Para facilitar o serviço de inspeção periodica nas cooperativas, seria necessário, que todas adoptassem um sistema uniforme na escrita comercial e escrita auxiliar, descriminando o movimento geral, entradas da materia prima, saidas dos diversos produtos manufaturados, registro de consignações de mercadorias enviadas aos representantes, etc. etc., sendo assim, a fiscalização não perde tempo no exame e adquirirá tanta prática que em poucos minutos está á par do movimento, geral de uma cooperativa.

Entretanto as diferentes Cooperativas tem suas escritas organizadas em modos diversos e para conseguir uma uniformisação nesta, seria necessário uma reunião dos chefes de escritório, da contabilidade, contadores ou guarda-livros, em época préviamente convocada, para o estudo em conjunto, si possivel fosse com a assistência dos poderes públicos á quem está afêta a fiscalização, para uma organização eficaz e uniforme da escrita em todas cooperativas, ou caso não fôr possivel es-

ta reunião, uma pessoa habilitada para a organização, percorresse as diversas entidades cooperativistas e instruisse os seus auxiliares dentro do mesmo sistema a adotar, e que futuramente, com a fundação da Federação das Cooperativas, será também adotado pela mesma.

Qualquer abalo econômico em uma cooperativa, abalará as demais e havendo uma fiscalização direta, dentro de pequeno espaço de tempo, os associados das cooperativas ficam mais confiantes em seus dirigentes imediatos, e havendo confiança, haverá progresso e as Sociedades Cooperativas aumentarão anualmente as suas possibilidades e num futuro próximo será o esteio mestre da economia Nacional.

Soc. Cooperativa Pr. de Banha Sant'Ana

Guido Giacomazzi presidente.

TESE N.º

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

A Sociedade Cooperativa de Produção de Alcool e Aguardente, Assucar e seus Derivados IJUIENSE, pede que os poderes publicos definam com clareza e precisão quais as vantagens fiscais que efetivamente podem gosar as cooperativas de produção agricola.

O Assunto já foi objeto de uma outra sugestão aceita e aprovada pelo Congresso.

Está portanto atendida a sugestão,

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938

Delphim Mesquita Barbosa, Presidente

Adolpho Ernesto Gredilha, Relator

Antonio Candido Franco

Manoel Pizarro

Domingos Branco Ribas

Achilies Caleffi

TESE N.º 29

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:.

1.º - Aceitar as sugestões do senhor João Conceição de Sousa, pela Cooperativa de Consumo dos Proletarios das Minas do Arrôio dos Ratos em relação incidência do imposto. de vendas mercantis sobre as operações das cooperativas de consumo, e bem assim dos impôstos municipais;

2.º - Recomendar á Comissão Executiva Permanente das Deliberações do Congresso a defesa deste ponto de vista

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1938

Delphim Mesquita Barbosa Presidente

Adolpho Gredilha relator

Antonio Candido Frencó

Manoel Pizarro

Domingos Branco Ribas

Achilles Caleffi

Ilmo Sr. Presidente do 1 Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul. - Sala das Sessões.

O atual governo da Republica obedecendo uma orientação eminentemente patriótica e sadia esforça-se no sentido de estimular o desenvolvimento do cooperativismo, especialmente das classes produtoras, com o objetivo, talvez primordial de anular a ação dos intermediários, sempre nocivo a uma das suas maiores preocupações que tem sido o barateamento da vida.

Ainda recentemente em entrevista coletiva a imprensa, disse S. Excia o senhor presidente da Republica: Dentro dos principios conhecidos será feita luta contra toda especie de açambarcadores e intermediarios cuja intervenção encarece os generos de primeira necessidade e dificulta a vida das classes trabalhadoras... A recente lei acerca de cooperativas, desligando-as da tutela dos sindicatos profissionais facilita por outro lado a formação das associações com interesses restritos ao campo economico e capazes de produzir melhores resultados. O que, porem, desejo acentuar aqui é a conveniencia de estender a organização cooperativista. O governo naturalmente poderá ir ao encontro das necessidades gerais nesse particular, mas a iniciativa cabe aos interessados imediatos. Concito-os mais a se encontrarem, certo de contar, com o apoio do poder publico para as realizações que tenham em vista". No seu desejo de fazer desenvolver sempre e cada vez mais a ideia cooperativista, não ficou o governo, porém, adstrito ao "terreno teorico" do apelo. Foi alem. Atravez de varias disposições de lei, concedeu ás cooperativas legalmente constituídas e registradas, uma serie de favores fiscais, que foram, sem duvida, um dos elementos que mais decisivamente influíram no já apreciavel surto cooperativista que notamos entre nós.

Infelizmente, porém, em flagrante e doloroso contraste com, essa sabia orientação do governo, os fiscos tanto esta

dual como federal cream constantemente embaraços tão acentuados às cooperativas, que a se repetirem poderão não só provocar o esfacelamento das já existentes, como, também impedir, para o futuro, o crescente desenvolvimento dessas utilíssimas organizações de produtores.

Não são isolados os casos de cooperativas de produção ou trabalho agrícola, intimadas ultimamente ao pagamento de impostos que recaem sobre atividades mercantis. No entanto, ex-vi do art. 38. do decreto federal n.º .22 . 239, de 19 de dezembro de 1932, ora em vigor, essas entidades neto estão sujeitas á incidencia de impostos que recaiam sobre atividades mercantis.

Casos há, de cooperativas de produção, intimadas ao pagamento do imposto sobre a renda. Ocorre, porem, que essas cooperativas, já pelos moldes em que são constituídas, não podem apresentar lucros ou rendas, pelo simples fato que não comprem os produtos dos seus associados; recebe-os, apenas, Para coloca los nos mercados consumidores.

Casos ha, também, de cooperativas de produção, compostas de pequenos produtores agricolas, intimadas ao pagamento do imposto de consignações e vendas mercantis. No entanto, ex-vi do art. 23, n.º 1, letra d), da constituição de 10 de Novembro de 1937, a primeira operação do pequeno produtor deve, obrigatoriamente, ficar isenta desse imposto. Para efeito desta vantagem, segundo a lei de meios do Estado para o exercicio de 1938, consideram-se pequenos produtores aqueles cuja produção não exceder de vinte contos de reis (20:000\$000). Ora, a primeira operação do pequeno produtor associado em cooperativa não surge quando leva os seus produtos a ela, para serem, por seu intermedio, colocados nos mercados consumidores A primeira operação só se verifica quando a cooperativa os vende A não ser assim a congregação dos produtores em cooperativas agricolas longe de beneficia-los só causar-lhes-ia prejuizo. Si isolados estariam isento desse imposto e associados em cooperativa a ele ficariam sujeitos!! A persistir essa orientação fiscal, áqueles que se interessam pela sorte dos pequenos produtores competeria desaconselhar o cooperativismo e numa aconselha-lo.

Feitas estas breves considerações, permitimo-nos apresentar a seguinte

SUGESTÃO

O 1.º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul dirigir-se-á aos senhores Ministro da Fazenda e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul,

solicitando que definam com clareza é precisão quais as vantagens fiscais que efetivamente podem gozar as cooperativas de produção agrícola.

Paulo Kleemann

Pela Cooperativa de Alccol e Aguardente Ijufense

INDICAÇÃO

Cooperativa de Consumo dos Proletários das Minas do Arroio dos Ratos, e das Minas do Butiá.

Sugestões apresentadas pelo representante das Cooperativas acima ao senhor presidente e demais membros da diretoria do grandioso Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, Brasil.

Sendo as cooperativas de consumo uma agremiação básica da economia, principalmente da classe operária, digo proletária do Brasil inteiro, e que vem se desenvolvendo dia a dia, apesar do acarretamento de impostos eu, em nome daqueles operários mineiros, venho pedir ao senhor presidente-dêsse elevadíssimo Congresso Cooperativista para que seja concedida a isenção do imposto de vendas mercantis, pois saiba que o mesmo tem encarecido os preços de custo em nossas mercadorias e também os impostos municipais, que são demasiados para uma sociedade operária, como as nossas cooperativas, que é puramente de operários

Sem mais, termino, e venho por meio desta pedir desculpa pelas faltas que tiver, porque sou um simples operário e não tenho cultura suficiente para apresentar melhores sugestões no momento, mas espero que os senhores diretores desse Congresso Cooperativista continuem trabalhando com todo o esforço e entusiasmo, conforme eu tenho visto em vossas pessoas; pois só assim poderemos ser felizes e nossas cooperativas poderão sempre seguir para frente, sem nunca recuar, e desejo-lhes muitas felicidades.

Porto Alegre 9 de dezembro de 1938;

João Conceição de Souza.

TESE N.º 31

P A R E C E R

O Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul reunido em Porto Alegre, adota o seguinte voto:

A Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea do Rio, Grande do Sul, apresenta um bem elaborado memorial, no qual desenvolve uma, serie de judiciosos argumentos em preconicio dos beneficios de ordem social e moral que resultam para os

cooperados que se agremiam em torno de uma genuína cooperativa de consumo.

Destaca que uma boa fiscalização oficial pode evitar que se burle a lei, formando falsas cooperativas de consumo com o fito de fazer concorrência desleal ao comércio.

A conclusão apresentada merece aceitação pelo Congresso e já foi objeto de uma outra tese aprovada.

Sala das Sessões 10 de Dezembro de 1938.

Delphin Mesquita Barbosa, Presidente
Adolpho Ernesto Gredilha Relator
Antonio Candido Franco
Manoel Luiz Pizarro
Domingos Branco Ribas
Achilles Caleffi

Santa Maria, 30 de Novembro de 1938.

Exmos. Snrs. Membros da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.
- Porto Alegre.

Atendendo ao gentil convite que nos foi dirigido para tomarmos parte nos trabalhos do Primeiro Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, a reunir-se nos dias 8 a 11 de Dezembro p. vindouro, em Porto Alegre, ternos a satisfação de colaborar com um modesto trabalho de autoria de funcionários nossos, o qual juntamos ao presente.

Para nossos delegados junto ao Congresso foram indicados os srs. Domingos B. Ribas, Gumercindo G. Silva e Dr. João Manoel Athayde, funcionários desta Cooperativa.

Aproveitamos a oportunidade que se nos apresenta para manifestar os nossos votos pelo melhor êxito possível a tão importante conclave.

Saudações Cordiais

José Simões Lupe, Administrador Presidente

"As Cooperativas de consumo em face dos favores fiscais"

Senhores Congressistas:

No Estado do Rio Grande do Sul, como, aliás, em todo o Brasil, é ainda, incipiente o fomento do Cooperativismo, embora date de 1907 o primeiro Decreto do Governo da República, pelo qual foram delineadas certas normas de proteção e estabelecidos princípios legais necessários à existência de cooperativas.

Mas, como é sabido, para a concretização de princípios ideológicos mesmo em se tratando de assuntos que interessam diretamente à economia particular, não basta a simples exis-

tência de leis que favoreçam o seu desenvolvimento. Toda a idéa nova só congue entrar para o campo da prática, depois de uma propaganda intensiva e permanente por meio de sistemas adequados, de facil compreensão, á altura do nivel cultural do povo.

E' verdade que os poderes públicos, ultimamente, vêm dispensando cuidados especiais em torno do cooperativismo, quer legislando especialmente sobre a materia, quer por meio de uma propaganda eficiente, através da imprensa de todo o País.

O presente Congresso a reunir- se nesta Capital, sob os auspícios do Governo, constitue uma prova do grande interesse que vem despertando, entre nós, tão magno assunto.

Entretanto, dentre as varias espécies de organizações cooperativistas, uma delas, por, motivos injustificaveis, não tem merecido a necessária atenção o que vem prejudicando o seu desenvolvimento de um modo consideravel.

Queremos nos referir ás chamadas "cooperativas de consumo".

Ha, infelizmente, sobre esta espécie de cooperação, os mais errôneos conceitos, exatamente pela ausência de uma propaganda adequada sobre as suas verdadeiras finalidades entre as classes que mais precisam conjugar esforços no sentido de anular o intermediarismo mercantil, e conseguir a libertação da dependência das grandes industrias

Tanto o grande como o pequeno comércio lhes são inteiramente hostis e nunca perdem ocasião para combater por todos os meios ao seu alcance, quaisquer projetos de favores fiscais em beneficio delas.

Os próprios poderes públicos, por sua vez, manifestam através de seus órgãos de arrecadação, um acentuado receio de favorecer com isenções de impostos, essas organizações cooperativistas.

Acreditam geralmente que haja um disfarce de comércio ordinario através, do título de "Cooperativa de Consumo", como meio de alcançar favores fiscais, burlando, a boa fé dos Governos.

Semelhante receio porém, não justifica de modo algum, essa sogenação de favores, maximé quando se tem em consideração a grandeza da obra social que um cooperativismo dessa espécie, tem capacidade para realizar.

Tudo depende dos métodos empregados na organização como também dos bons métodos de fiscalização dos governos depende a repressão da burla

Uma Cooperativa de Consumo organizada entre determinadas classes proletárias, como por exemplo, as classes ferroviárias não objetiva apenas, a satisfação das necessidades materiais dos seus associados.

Ela tem, realmente, em primeiro plano, esse objetivo, porém, busca outras finalidades maiores.

A Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, embóra seja uma Cooperativa de Consumo, constitue um exemplo eloquente de grandeza material e moral, que merece ser imitado por outras classes operárias, em nosso País.

Tais Cooperativas, do tipo Rochdale, visam melhorar as condições de vida da massa operária, anulando em proveito da coletividade social os lucros dos intermediários.

As sobras líquidas, por ventura verificadas são devolvidas aos associados em forma de benefícios sociais, sob várias modalidades.

A' medida que melhoram as suas condições econômico-financeiras, vão surgindo novas formas de benefícios, cujos bons resultados se refletem na própria economia pública.

No campo da educação surgem escolas de alfabetisação, cursos secundários e técnicos profissionais. E, no terreno da assistência social, surgem farmácias hospitais, maternidades pecúlios por invalidez e por morte e outras muitas instituições que integram um tão vasto programa de realizações cooperativistas.

Esta espécie de antipatia provocada por este sistema de cooperativismo defensivo das classes proletárias, reside em parte no fáto de ser distribuído um juro fixo proporcional ao capital de cada associado o que aliás, envolve a idéa de dividendos.

Realmente esta circunstancia tem sido muito mal encarada por parte, senão propriamente dos Governos, pelo menos, por parte dos representantes do fisco, quer da Fazenda Federal, quer da Fazenda Estadual.

Entendem muitos, que semelhante sistema é incompatível com os princípios cooperativistas, mesmo ainda que se trate de simples pagamento de juro fixo, porquanto em qualquer, hipótese, o associado, havendo sobras, sempre vem a per ceber individualmente uma retribuição relativa ao seu capital social.

Efetivamente a melhor forma de cooperativismo seria aquela que fizesse reverter todas as sobras líquidas exclusivamente em obras de beneficencia social.

Porém, não podemos nos alhear da realidade.

Tanto esse pequeno juro fixo que se paga, como as bonificações sobre o valor das compras de cada associado, são condições de estímulo, ainda necessárias, entre nós.

Aliás é a própria lei, (Decreto n. 23.239 revigorado pelo Decreto lei n. 581), que permite a distribuição de lucros ou sobras proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado bem como a atribuição ao capital-social de um juro fixo não maior de 12% ao ano.

E, ao tratar da isenção do imposto sobre a renda estabelece que não se considerará DIVIDENDO o juro fixo acima aludido. (Decreto 22.239 art. 39).

Para coibir quaisquer, excessos nesse sentido, por ventura desvirtuantes dos sãos princípios do cooperativismo bastaria que os poderes públicos estendessem até esse ponto a sua ação orientadora exercendo uma fiscalização mais completa, sobre as cooperativas, desse genero, e até mesmo regulamentando convenientemente essa materia.

E' verdade que existe, entre nós, uma forte corrente que pugna pela extinção completa dos dividendos ou juros fixos. Entendem que, a titulo de estímulo, deveria se conservar, apenas, o pagamento de bonificações aos associados de acôrdo com o valor das compras de cada um,

Tal sistema teria a vantagem de evitar que um associado que não tivesse durante o ano feito compra alguma na sociedade, viesse perceber o juro fixo ou dividendo, para cujas vantagens não concorreu.

Como quer que seja, não ha motivos plausiveis para que os poderes públicos olhem estas organizações com menos entusiasmo em relação as de produção, agrícola ou industrial, de beneficiamentos de créditos, etc.

Antes, pelo contrário, visando as cooperativas de consumo não sómente a economia doméstica, porém a realização de um magnífico plano no terreno da educação e no da assistência social, impõe-se aos governos projeta-las não só materialmente por meio de isenções especiais e de auxílios ou subvenções, como ainda desenvolver no seio das classes proletárias um sistema prático de propaganda, de modo a incentivar cada vez mais, a criação de novas organizações é a estabelecer entre os grupos operários o hábito da economia nos lares.

Não assim, se persistimos nesse mesmo regimen de sonegação de favores fiscais. De nada adianta, realmente, encontrar-se na legislação cooperativista certas isenções de ordem fiscal quando, por outro lado os orçamentos ordinários tudo lhes sonegam, por se levar em conta a natureza da orga-

nisação isto é, por não se tratar de cooperativas de produção, agrícola ou de produção industrial.

Como muito judiciosamente, entendeu a digna comissão de técnicos nomeada pelo Governo da Republica para estudar uma nova regulamentação sobre a materia toda a iniciativa estadual, quando houver, deverá enquadrar-se nas diretrizes do Governo Federal, atendendo ainda a legislação já expedida e aos artigos da Constituição Relativos nos impostos ao comércio Interestadual, etc

Do mesmo modo, entendemos que as leis e regulamentos estaduais pertinentes ao fisco devem conformar-se nessas mesmas diretrizes do Governo Federal ainda mesmo que se trate de impostos da competencia exclusiva dos Estados.

A Constituição de 10 de Novembro de 1937 estabelece em seu artigo 16 que compete privativamente á União o poder de legislar sobre as cooperativas e instituições destinadas a recolher e entregar a economia popular .

(Artigo XIX)

Aos estados, quando muito, seria possivel legislar á respeito dessa materia, para suprir as deficiencias da lei federal ou em face da inexistencia desta, nunca porem, visando amplia-la ou restringir-lhe os efeitos.

Ora, uma vez que já possuímos uma lei cooperativista, de natureza federal, deviam os Estados, por ocasião da elaboração de seus orçamentos ter o cuidado de evitar colisões entre as verbas da sua receita e aquela legislação.

Essas leis orçamentarias já deviam, obrigatoriamente, concretizar os mesmos favores, afim de evitar situações confusas ou embaraçosas que geralmente ocorrem na pratica em razão do nosso sistema tributario.

Mas, semelhante anomalia ocorre tambem em, relação ao fisco federal

Com efeito, o Decreto n.22. 239, de 19 de Dezembro de 1932 recentemente revigorado pelo Decreto-Lei n.581 de 1 de Agosto de 1938, em seu artigo 38, proíbe a incidencia de impostos que recaem sobre atividades mercantis das cooperativas..... f) DE CONSUMO quando não tenham estabelecimento aberto ao publico e vendam, exclusivamente aos associados não distribuindo dividendo proporcional ao capital.1

Semelhante dispositivo, ao nosso ver, só serve para crear embaraços na pratica, em razão da tendencia restritiva do fisco na interpretação dos textos legais.

Porque: 1.º) as cooperativas de consumo, logicamente por força da sua propria natureza só estão autorisadas a vender aos seus associados; 2.º) o dividendo a ser distribuido repre-

sentia, o juro fixo proporcional ao capital realizado, de acordo com as sobras liquidas verificadas no Balanço anual, á titulo de estímulo entre os associados.

Por sua vez, o fisco federal, vem de modificar consideravelmente o sentido desse dispositivo do Decreto n. ° 22.239 dando-lhe interpretação diferente. Ao envez de usar o REGULAMENTO PARA ARRECADAÇÃO E FISCALISAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO (Dec. Lei n. 301, de 24 de Fevereiro de 1938) da expressão "estabelecimento aberto ao publico", usa desta outra "portas abertas para a via publica". A confusão, portanto, se torna ainda maior.

Ora, se considerarmos uma empreza que admita, dentro de sua area de ação a instalação dos armazens de fornecimento da Cooperativa, tudo estará muito bem sob este aspeto. Porem, se considerarmos que as Estradas de Ferro alem de não permitirem o funcionamento desses armazens dentro dos espetivos quadros, tal não seria mesmo possivel, por carencia de espaço suficiente, em face de tão elevado numero de associados ferroviarios, conclue-se facilmente pela incoerencia legal.

Tal exigencia, ao nosso ver, afasta-se muito da realidade.

Basta atentar para o caso da Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul pois que esta, constituida de varios armazens filiais disseminados em diferentes pontos do Estado, com fornecimentos à milhares de pessoas representando centenas de contos de réis mensais, não é possivel deixar de ter portas abertas para a via publica.

Assim é que, o art. 12 do citado Decreto Lei n.º 581 estabelece que são obrigados a registro gratuito;... b) os armazens das cooperativas, para suprimimento exclusivo dos associados, QUANDO NÃO TIVEREM PORTAS ABERTAS PARA A VIA PUBLICA".

Por onde se ve, que o fisco federal retira esse favor, de que vinha gozando, até então, a mencionada Cooperativa, pela simples razão de que os seus armazens, (aliás, por circunstancias especiais) possuem portas abertas para a via, publica.

Verifica-se, ainda, que todos os favores ou auxilios materiais concedidos pelos poderes publicos, em leis especiais, em beneficio dessas organizações, vêm sendo anulados em face das exigencias do fisco, quer de natureza federal quer de natureza estadual. .

Asim, por exemplo, o Estado concede, este ano, um auxílio de cem contos de reis, em beneficio das escolas de alfa betização mantidas pela referida Cooperativa ferroviária porém, tira-lhe, por outro lado, cerca de tres vezes mais daquele

valor anualmente proveniente de impostos de vendas mercantis, além de outras as tributações de ordem indireta.

E a União, embora autorizando o Estado a conceder-lhe um abatimento nos fretes das mercadorias adquiridas pela dita Cooperativa para consumo de seus associados, cobra-lhe entretanto não só o imposto sobre a renda como ainda outros tributos, inclusive o já mencionado relativo ao registro de patentes.

Entendemos que se a razão de não conceder favores fiscais em benefício das Cooperativas de Consumo, reside no receio de que as mesmas possam burlar o espirito da lei, bastaria que para coibir abusos ou desvirtuamento de suas importantes finalidades fosse exercida uma rigorosa fiscalização, com a aplicação de multas às Sociedades infratoras.

Alem disso; o Governo, por força da lei, em casos graves e justificados de tais abusos, não só pode intervir diretamente na administração da Sociedade, como, também, até mesmo cancelar o seu direito de funcionamento.

De consequente, uma vez fundada uma organização cooperativista desse genero e admitida a mesma ao registro no competente Ministério mediante a simples exibição da prova desse registro, entraria, automaticamente a gozar de todas as isenções consignadas em lei federal.

Acreditamos que o modo mais pratico e eficiente de animação e proteção às cooperativas desse genero, seria pela isenção completa de impostos emolumentos quer na orbita federal, quer na esfera estadual.

Dessa maneira, tais sociedades poderiam mais facilmente executar o seu grandioso programa de ação, e, só em casos muito excepcionais, é que estariam em condições de reclamar qualquer auxilio direto dos Governos.

Insistimos, pois, em afirmar que os favores fiscais às cooperativas, concretizados em lei especial só darão bons resultados, na pratica mediante uma regulamentação expressa da matéria, feita com clareza e com absoluto respeito às diretrizes do Governo Federal.

O Sr. João Manoel Ataide Em face da exiguidade de tempo a que judiciosamente aludiu o ilustre Presidente dos nossos trabalhos, cabe-me, apenas em nome da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que tenho a honra de representar, agradecer, a gentileza, a bondade, do ilustre cooperativista, Dr. Artur Fischer, requerendo fosse procedida em plenário a leitura de tão longo trabalho.

Aqui fica pois, o agradecimento da minha cooperativa.

(Palmas).

O Sr. Presidente - Antes de terminar os nossos trabalhos desejo comunicar ao plenário quer cederei a palavra a quem dela quizer fazer uso, afim de lembrar qualquer sugestão que porventura haja escapado á Mesa

O Sr. Artur Fischer - Peço a palavra ,Sr. Presidente

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Dr. Fischer

O Sr. Artur Fischer - Sr. Presidente, pedi a palavra para propor antes do encerramento dos nossos trabalhos seja lançado em ata um voto de louvor e reconhecimento ao ilustre Presidente do 1.º congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, Dr. Manoel Luiz Pizarro, pela maneira brilhante e inteligente e patriótica com que conduziu êste notavel conclave.

Outrossim propunha que tambem fosse lançado em ataidêntico voto á Federação das Associações do Rio, Grande do Sul, que tão gentilmente poz esta casa á disposição do Congresso. Peço mais, Sr. Presidente, que seja extensivo esse louvor e reconhecimento á comissão estudar as téses e que tão exaustivamente trabalhou desempenhando se galhardamente de sua árdua missão.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Raul Cunha - Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidento - Tem a palavra

O Sr. Raul Cunha Sr. Presidente tômo a liberdade de mais uma vez apelar para a generosidade da assembléa afim de me perdoar a impertinência de roubar alguns minutos de sua preciosa atenção e do tempo que decorre rápidamente. Mas, de acôrdo com a minha situação de colono fruticultor, uma razão superior me obriga á vossa presença reclamar alguma cousa, ao que me parece direito para a nossa classe. Peço, pois, licença para fazer um apêlo ao Dr. Artur Fischer incluir na sua relação de membros da Comissão Executiva alguém que se interesse mais de perto pela fruticultura riograndense. E' verdade que as nossos cooperativas de fruticultura representa atualmente uma cousa muito pequena um grão de areia no deserto uma gota oceano mas estou convencido de que a sua especialidade no Grande do Sul se não fôr a maior há de ser ainda uma das maiores industrias não só do Estado como de todo o Pais (Muito bem muito bem).

Em abono de minhas palavras ai estão as estatísticas. Aliás, nós temos tudo em nosso favôr meio, ambiente clima, sólo enfim todas as condições para produzir tudo quando possa Não tendo vindo tratar de nossos interesses nenhuma figura brilhante, nenhum hornem de pergaminho, eu apêlo no sentido a voz humilde de um simples.

colono sem instrução, quasi analfabeto, mas que tem um coração grande que palpita vivamente e ansêia constantemente pela grandeza economica do nosso amado Rio Grande.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Presidente - A Mesa ouviu com muito interesse a palavra do ilustre representante da Cooperativa de Fruticultura, a quem peço que indique um nome capaz de bem defender os interêsses do ramo em que aplica suas atividades.

O Sr. Raul Cunha - Indico, para fazer parte da Comissão Executiva, como representante da Fruticultura riograndense o Sr. Luiz Gomes de Freitas.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Luiz Gomes de Freitas - Peço a palavra, Sr. Presidente,

O Sr. Presidente Tem a palavra.

O Sr. Luiz Gomes de Freitas - Pedi a palavra apenas, Sr. Presidente, para dizer que, de fato, tenho acompanhado com muito carinho o desenvolvimento da fruticultura no nosso Estado a que conheço de perto os obstáculos que vêm encontrando os citricultores para o desenvolvimento de sua produção, desde o seu início, até a sua organização em cooperativas. Prometo me empenhar a fundo na defeza da fruticultura e agradeço sinceramente a honra da indicação do meu nome para tomar parte na Comissão Executiva.

(Palmas)

O Sr. Adolfo Ernesto Gredilha - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Dr. Gredilha

O Adolfo Ernesto Gredilha - Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para propôr um voto de reconhecimento á Casa. Como todos sabem, o cooperativismo vem de uma reunião de 28 tecelões pioneiros, portanto, da grande idéa. Pois bem, o meu voto de reconhecimento é dedicado aos pioneiros do cooperativismo no Estado, os ferroviários. A Cooporativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, cuja modelar organização todos nós conhecemos e admiramos, se não me falha a memória organisou-se muito antes de existir a ligação adequada ao êxito desses empreendimentos.

Peço ainda um voto de reconhecimento ao grande pioneiro do cooperativismo no Rio Grande do Sul, o Sr. Manoel Ribas, hoje afastado do nosso Estado, exercendo a função de Interventor do Paraná, e a quem a coope-rativa de Santa Maria deve muito.

(Palmas prolongadas).

Quero ainda ressaltar dois nomes de funcionários humil

des, dedicados e patriotas e entusiastas pelo ideal cooperativista, para o que talvez eu seja suspeito porque são meus colegas de repartição, quero me referir ao Dr. Luiz Gomes de Freitas, que ha 12 anos dirige a Inspetoria Agricola deste Estado, que muito tem trabalhado para conseguir implantar o cooperativismo no nosso Rio Grande do Sul, e, bem assim, quero me referir a um dos seus auxiliares, que hoje ocupa o posto de destaque na Diretoria de Organização e Defesa da Produção o Dr. Paulo de Deus Moretz Monteiro de Barros não esquecendo, tambem o meu companheiro de delegação, o Sr Edison Cavalcanti Maia.

(Palmas prolongadas)

São estes, Sr. Presidente os votos de reconhecimento que proponho á assembléa e que merecem ser consignados na ata dos nossos trabalhos.

(Palmas.)

O Sr. Presidente - As palmas significam a aprovação unânime da proposta feita pelo nobre colega.

O Sr. Domingos Ribas - Peço a palavra

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nobre congressista.

O Sr. Domingos Ribas - Sr. Presidente quero fazer uso da palavra unicamente para agradecer em nome da Cooperativa dos Empregados da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, as elogiosas referências que lhe foram feitas pelo ilustre Dr. Adolfo Ernesto Gredilha e, também, em nome de Monoel Ribas éste, por sem dúvida o maior braço forte da campanha cooperativista gaúcha.

(Palmas prolongadas)

O Sr. Secretário - Sr Presidente peço que me seja concedida a palavra

O Sr. Presidente - Tem a palavra o nosso companheiro Dr. Cassiano Fernandes.

O Sr. Cassiano Fernandes - Sr. Presidente, quero que a assembléa faça mais um outro ato de justiça que não precisa justificativas e está perfeitamente a salvo de qualquer comentário Esta minha proposta viza o ilustre Dr. Adolfo Ernesto Gredilha que tanto tem feito em favor do cooperativismo, sendo mesmo, talvez o maior pioneiro do cooperativismo do nosso pais .

(palmas prolongadas)

OSr. Presidente - Esta aprovada a proposta, por aclamação unânime.

O Sr. Rubino Marroni- Peço a palavra;

O Sr. Presidente Tem a palavra o nobre congressista

O Sr. Rubion Marroni -Sr. Presidente eu submeto á apreciação da assembléa uma proposta que a comissão encar

regada de executar as resoluções deste congresso poderá levar a efeito, qual seja a de prestar uma justa homenagem a um dos grandes batalhadores do cooperativismo extinto Dr. Otávio Gomes, comparecendo ao cemitério local e depositando flôres sobre o seu túmulo.

(Palmas)

O Sr. Presidente - Também a proposta apresentada pelo nobre congressista, Sr, Rubino Marroni vem de ser unanimemente aprovada por aclamação.

Se alguém mais quizer fazer uso da palavra, estou pronto a concedê-la

O Sr. Raul Cunha - Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente - Tem a palavra.

O Sr. Raul Cunha - Sr. Presidente pedi a palavra para fazer uma proposta adicional á tese apresentada pela Cooperativa de Fruticultura Sulina Ltda., de Montenegro Devido á premência de tempo, encaminho-a á Mesa, pedindo da Comissão Executiva a sua melhor atenção para as nossas pretensões.

(Para que conste nos Anais, transcrevemos a íntegra da proposta, como segue):

Porto Alegre, 11 de Dezembro de. 1938,

Exmo. Snr. Dr. Presidente e mais membros da mesma organizadora do Primeiro Congresso Cooperativista do Estado do Rio Grande do Sul. - Nesta Capital.

Como membro da delegação da cooperativa de F. Sulina Ltda., de Montenegro, reforçando a nossa tese entregue a essa Digníssima direção, no dia 9 do corrente, venho expôr e solicitar a esse digníssimo Congresso tomar conhecimento e conseqüentemente promover medidas adequadas para solucionar os seguintes problemas que são de necessidade capital para existência e desenvolvimento da fruticultura e principalmente da citrultura do nosso Estado:

1º - Considerando-se que o único mercado exterior, presentemente ao nosso alcance para colocação de laranjas é o de Buenos Ayres e que os meios de transportes são deficientíssimos ou impraticáveis, isto é, o transporte terrestre por se tornar caríssimo, em virtude das elevadas tarifas das estradas de ferro Argentina e Uruguaya e das elevadas despesas de Montevideo a Buenos Ayres, tornando-se caríssimo, com uma diferença aproximada de quatro mil réis em caixa de laranja a mais do que o frete marítimo; e que este (o frete marítimo) isto é, o transporte marítimo de Porto Alegre a Buenos Ayres, atual é escasso, inconstante, duvidoso e incerto, falhando muitas vezes na época mais necessária e inadiável da exportação porque os atuais navios são cargueiros da Cia. Mianovitch, que sem car-

reira certa e sem compromisso aceitam esse serviço quando lhes convem, fazendo o como entendem, de modo que muitas vezes não satisfaz o transporte de frutas.

Nessas condições sendo (o marítimo) o transporte ideal, pedimos permissão para sugerir um remédio que nos parece viável, o qual solicitamos a esse Congresso promover por intermédio do seu conselho executivo, ou outra qualquer medida capaz de solucionar o problema. A nossa sugestão seria de conseguir-se um entendimento do governo Brasileiro e Argentino com o fim de criar uma linha de vapores mixtos, pequenos, rápidos e, se possível, munidos de uma camara frigorífica; que executassem escala e horário certo, uma vez por semana entre Porto Alegre e Buenos Aires. :

Se por qualquer motivo for impossível essa solução, lembramos a tentativa de conseguir-se, por intermédio dos referidos Governos, a igualdade aproximada das tarifas de estradas de ferro Uruguaya e Argentina, tomando-se por base a tarifa da estrada de ferro do Rio Grande do Sul, que, para o exterior, com o abatimento já conseguido, é rasoável e equitativa.

2º - Considerando-se que a packing-hause de Montenegro, inclusive a respetiva machinaria, onde a C. de F. Sulina Ltda. funciona, é propriedade do Governo do Estado e que essa machinaria é de modelo muito antiquado, primitivo, defeituoso, incompleto, tendo jogos de escovas muito estragados, devido ao seu péssimo sistema de feitiço e que essas machinarias não são mais toleráveis, comparadas com outras modernas e aperfeiçoadas, porque elas prejudicam a fruta mais do que beneficiam, favorecendo insucessos na conservação da laranja.

Tanto que o Fiscal Federal já fez sentir á Cooperativa que não consentiria mais na exportação de laranjas beneficiadas nas referidas maquinas; cuja substituição diversas vezes foi solicitada ao Governo do Estado.

Solicitamos, pois, a esse Congresso por intermédio do seu Conselho executivo, repetir o nosso pleito, ao Governo, para a substituição da referida maquinaria.

Saúde e fraternidade Pela S. C. de F. Sulina Ltda. de Montenegro Raul Cunha - Gerente.

O Sr. Presidente - Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, encerro a presente sessão, convocando a sessão de

encerramento para dentro de 10 minutos. Está encerrada a sessão.

(A sessão é encerrada ás 10,45)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO,
11 DE DEZEMBRO DE 1938

A sessão de encerramento é aberta às 10,55 na sala de reuniões da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, com a presença de inúmeros congressistas, sob a presidência do Dr. Manoel Luiz Pizarro e com a presença do Dr. Ataliba Paz, digno Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura do Rio Grande do Sul. A Mesa que preside aos trabalhos desta sessão é a mesma da última sessão plenária. ..

O Sr. Presidente - Declaro aberta a sessão de encerramento do 1º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Tenho a grande satisfação de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Ataliba Paz.

(Palmas prolongadas).

O Dr. Ataliba Paz - "Sr. Presidente do 1º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, meus senhores. Preliminarmente, quero agradecer as generosas e benevolas palavras com que me recebeu neste recinto o Sr. Presidente deste Congresso, o meu particular amigo dr. Pizarro.

Ha dias, quando iniciastes este importante conclave, por motivo da força maior, não me foi possível assistir ao ato inaugural. Não perdi por isso, porque hoje me é dada a satisfação de vir presenciar ao ato de encerramento, tendo tido mesmo ocasião de assistir a última sessão plenária, através da qual pude ter a impressão nitida de todos os vossos trabalhos e da importancia fundamental que terá este Congresso, em prol do cooperativismo no Rio Grande do Sul.

As moções, os memoriais, as contribuições e todas as numerosas teses, aqui apresentadas e debatidas num ambiente de grande vivacidade e perfeita harmonia, atestam eloquentemente que o Rio Grande do Sul já se formou uma mentalidade cooperativista. (Muito bem Muito bem).

E é dentro desta mentalidade que o cooperativismo no Rio Grande do Sul ha de aperfeiçoar-se e ha de organizar perfeitamente a produção, concorrendo para maior vitalidade da nossa economia. (Muito bem. Palmas).

Como secretario da Agricultura, eu devo vos dizer que o departamento que tenho a honra de dirigir esta inteiramente ao dispor do Rio Grande do Sul. e principalmente daqueles que, como vós, não só produzem, mas procuram defender a produção. (Muito bem).

A Secretaria de Agricultura, bem compreendendo o alcance do cooperativismo, vae contratar, no principio do ano proximo, um tecnico, especializado em cooperativismo, para

que possa dar maior amplitude a sua secção defesa da organização economica. (Muito bem Palmas)

Assim, meu senhores, todos os vossos anseios, todos os vossos justos anseios serão atendidos a tempo e a hora.

Srs. congressistas, sem querer fazer um discurso, devo á guiza de esclarecimento, dizer algumas palavras com relação ás providencias solicitadas por um ilustre e nobre congressista aqui presente, com pertinencia á fruticultura no nosso Estado.

Sou daqueles que sempre compreenderam que a fruticultura representa no Rio Grande do Sul um papel saliente, de grande importancia, tendo, mesmo, afirmado, mais de uma vez, que pelas suas condições de clima e solo, será a nossa terra dentro do Brasil, o que é a California nos Estados Unidos (Muito bem Palmas).

Bem compreendendo, pois, o valor da fruticultura, como expressão economica, foi que a Secretaria de Agricultura acabou de criar, com inicio no proximo ano, um Departamento especializado em fruticultura.

Até agora, atendiamos as organizações particulares, prestando-lhes assistencia diaria, mas daqui por diante, essa assistencia terá maior amplitude e eficiencia, porque será o departamento aparelhado de todos os requisitos necessarios, não só de pessoal, como de material. (Palmas).

Com referencia á solicitação que acaba de fazer o ilustre congressista, ao sr. Presidente do Congresso, tenho a dizer que o assunto em apreço tem sido objeto de preocupação por parte da Secretaria da Agricultura.

Se neste ano que está a terminar os Pakinghouses ainda que não preencham as suas condições tecnicas, ainda não foram substituidos, isso se deve unicamente á falta de verba orçamentaria, mas devo dizer-vos que para o ano vindouro essas verbas já foram previstas e dentro em pouco as suas maquinas serão substituidas por outras mais modernas, ficando, assim, atendida esta pretensão dos senhores congressistas. (Palmas).

Devo declarar-vos mais, senhores congressistas, que a Secretaria de Agricultura, mais do que um órgão governamental, é um departamento vosso, dos produtores do Rio Grande do Sul. Deixou de ser um órgão burocratico para ser um órgão de atividades praticas. (Palmas).

Muitos de vós tivestes já oportunidade de verificar que aquela casa não tem hora nem dia para atender aos produtores do Rio Grande do Sul. Os que têm pretensões justas, são atendidos e quando não os pode atender, deixa de faze-lo por falta de verbas orçamentarias. Releva notar que a Secretaria de Agricultura é um Departamento em vias de crescimento e que

conta, para cumprir as suas finalidades, com toda a boa vontade de s. excia o sr. coronel interventor federal, motivo por que ha de corresponder integralmente á vossa espetativa,

Antes de terminar, senhores congressistas eu me congratulo convosco pelo exito brilhante deste conclave, exito devido em parte, ao fato a que ha pouco aludi, isto é, á mentalidade cooperativista que felizmente já existe no Rio Grande do Sul e, em parte, á vossa atividade incessante e ao labor profundo e inteligente do vosso digno presidente, dr. Pizarro, um dos artifices desta modelar instituição que é a Cooperativa Rural São Gabrielense, que, pela sua organização e pelos resultados praticos, que defluem de suas atividades, deve ser um padrão de orgulho dos cooperativistas rio-grandenses. (Muito bem Palmas),

Agradecendo mais uma vez as palavras com que fui recebido, eu, como secretario da Agricultura, congratulo-me convosco pelo exito deste certame". (Palmas prolongadas)

O Sr. Presidente - Tem a palavra o Dr. Renato Costa para fazer o discurso oficial de encerramento dêste Congresso.

O Sr. Renato Costa - Exmo. Sr. Secretario da Agricultura, Exmo sr. Presidente do 1º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente do Ministerio da Agricultura -
Senhores Congressistas.

Surpreendido com a intimação que acabo de receber do nosso esforçado Presidente e incansavel cooperativista, quero, estende-la em poucas palavras, sem retorica, porque não falo a homens que se encontram reunidos numa assembléa de literatos, mas precisamente a homens associados por uma grande idéa e, sobretudo, a homens que detém nas suas mãos os destinos economicos cio Rio Grande do Sul.

Este Congresso, que, de inicio, nos pareceu a nós outros da Comissão Central Organizadora uma obra de boa vontade e de proporções modestas, avultou de tal fórma, cresceu de tal modo que é, realmente, hoje uma das maiores expressões da atividade economica do Rio Grande e a base de uma grande obra que irá em auxilio dos poderes publicos do Estado. (Muito bem)

As teses que se discutiram aqui, senhores, são de tal modo transcendentales e profundadas nos seus conceitos e nas suas conclusões que não ha homem de Estado, que se prese no exercicio do poder publico que não as deva examinar com o necessario cuidado e atenção, para dar-lhes uma solução objetiva. (Muito bem. Muito bem). .

Eu tenho certeza de que o atual governante do Rio Grande, moço ilustre, cavalheiresco e dinamico o cel. Cordeiro de Farias, e os seus honrados auxiliares, que hoje dignificam o po-

der publico do Rio Grande do Sul, especialmente a figura simpatica e trabalhadora do dr. Ataliba Paz saberão dar ás conclusões deste Congresso um cunho sobretudo pratico, e que elas nao hão de ficar nos arquivos classicos dos congressos, como materia incolor e inacabada

Debateram-se aqui neste plenario os maiores problemas do Rio Grande, porque foram ventiladas questões referentes ao credito, cuja tese brilhante, da autoria do nosso secretario, merece de todos vós uma moção de aplausos (Palmas prolongadas).

Para maior gloria do 1.º Congresso Cooperativista do Brasil, precisamente na terra onde se lançou a primeira estaca de cooperativismo - que é a Cooperativa do Consumo da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul; para maior gloria nossa, deve destacar aqui a presença do homem que redigiu a lei se inspirou nos verdadeiros princípios do cooperativismo: o dr. Adolpho Ernesto Gredilha. (Palmas prolongadas).

Senhores, acho que não poderia haver maior corrente de simpatia em favor deste Congresso, que em verdade, polarizou a atenção do Rio Grande, pelas suas consequencias luminosas; porque o 1º Congresso Cooperativista não foi uma assembléa de teóricos, mas uma expressão ponderavel de atitudes em beneficio das classes produtoras do Estado.

Não fizemos aqui retorica, nem divagações litero-economicas, mas fizemos plasmar uma situação em beneficio dos produtores e mostrar de que é capaz a bôa vontade dos homens que estão fomentando o progresso material do Rio Grande. (Muito bem. Multo bem).

Porque, meus senhores, cooperativismo não é só orientação dos interesses mercantis, mas é sacerdocio moral. Quem faz cooperativismo, faz religião. (Muito bem. Muito bem)

"Quem faz cooperativismo, faz obra pura, não só em beneficio dos seus interesses materiais quasi sempre faliveis mas faz, sobretudo religião em beneficio do homem, porque á torna melhor e mais humano (Muito bem).

Este, o fundamento essencial do cooperativismo, isto é, a idéa-mãe. Integral E' força que jungiu a um grande ideal imperecível a humanidade, é a maior das religiões, a religião que enfeixa na sua ideologia como base, a expressão crescente do entendimento cordial entre os individuos, para que não se trucidem uns aos outros, para que não sejam o "homo hominis lupus" que Hobes definia ... (Muito bem Palmas prolongadas).

E' por isso senhores, que uma ldéa generosa como esta não pode morrer!

"Este Congresso foi uma das mais notáveis expressões de quantos conclave já se reuniram no Rio Grande, pelo interesse no exame das suas teses, pela concorrência dos seus delegados, pelo espírito de compreensão que presidio aos seus trabalhos e pelos assuntos tratados.

Concitemos e peçamos ao dr. Ataliba Paz para que seja o paraninfo desta idéia que não deixe morrer no Rio Grande o ideal cooperativista, auxiliando com a sua tenacidade, com o seu prestígio e cultura a grande Idéia em marcha, facilitando, ainda, a esses homens, construtores de um Rio Grande melhor, em todas as suas fecundas iniciativas.

Eu vos asseguro, meus amigos, que a minha pena modesta estará sempre ao serviço desta idéia porque ela não só se inspira nos princípios cristãos, mas nas legítimas, aspirações generosas do espírito humano.

Ora, o Rio Grande do Sul, como disse há pouco o dr. Ataliba Paz, dentro de alguns anos, será com a sua produção incrementada, indiscutivelmente, a Califórnia do Brasil.

Temos tudo, e tudo na nossa terra é apenas questão de organização!

- Nesta altura, o orador examina longamente o problema do crédito agrícola e traça uma exposição viva das suas diversas fases para acrescentar depois:

Um banco de crédito agrícola deve ter uma compreensão humana e generosa; não pôde acompanhar a mesma orientação, nem pôde ter a mesma fisionomia dos bancos de crédito mercantil, por isso que um e outro representam duas entidades antagónicas. Enquanto que um é lucro e especulação mercantil, o outro é crédito humano, caracterisadamente pessoal, é auxílio para o desenvolvimento das forças produtoras.

E esta a situação

Atravessamos atualmente um dos períodos de atividades fulgurantes no nosso país. Não medra, felizmente, a política profissional. Eu falo assim, porque não fiz da política profissionalismo; fui um homem da política, no sentido generoso da expressão. Profissionais eram os que procuravam viver do erário público, com o exclusivo sentido individualista...

Deste meu espírito de desprendimento, de dignidade cívica dei provas imorredouras.

Não podia prestar ao Rio Grande maior homenagem do que ir para a vida prática, abraçando a profissão de jornalista humilde, nas colunas tradicionais do "Correio do povo" que é uma colmeia humana palpitante de força e de inteligência onde construí a minha tribuna para dizer ao Rio Grande dos seus

problemas, das linhas características das suas questões assências, no terreno arido da economia publica.

Pois bem, senhores, façamos das doutrinações incomparaveis desta assembléa a nossa biblia, no sentido de organizarse a produção, porque sem produção organizada e cooperação economica bem entendida, o credito agricola será impossivel.

Eu vos posso dizer que este é um problema vital para a economia do Rio Grande.

Por maior boa vontade, por mais generosa que seja uma organização bancaria, com relação aos lavradores, ela não os poderá auxiliar se estes não estiverem devidamente organizados.

Para que se possa dar ao agrilcultor o credito de que ele necessita é mistér haver a garantia, e essa garantia só poderá advir das cooperativas bem organizadas.

Uni-vos, pois. Lembrai-vos do apologo das varas. Isoladamente, elas são fracas; unidas, elas são uma força.

Produzi, meus amigos, na certeza de que a solução dos problemas do Rio Grande está na produção. Confiai no homem que está no leme da secretaria de Agricultura, em que o Rio Grande deposita a mais absoluta confiança, porque a sua politica é a que nós aspiramos, a politica economica, que visa proteger os interesses dos produtores.

(Muito bem. Palmas prolongadas).

Mesmo porque, meus senhores, os homens da campanha, da lavoura, sabem que não ha mais eleitorado; os colonos sabem que os governos só se mantém no poder se forem ao encontro das aspirações das classes conservadoras. (Muito bem. Muito bem).

E não deve ser outra a sua mentalidade.

Vamos, pois, trabalhar, com o pensamento no Rio Grande, que é, em verdade, uma materia prima, generosa e incomparavel. Que nos falta, se este sólo possui desde o ouro, o cobre, o estanho, o wolfran, até os elementos mais ricos da alimentação humana? E' ridiculo que um paiz, como o nosso, que tudo póde produzir, ainda vá comprar cerca de milhares de contos de frutas, do estrangeiro . . .

Os nossos amigos congressistas têm bem em mente as palavras de um bravo fruticultor, proferidas ha pouco. Palavras simples, mas fluentes, que impressionam. E' em verdade, a linguagem de um cooperativista: clara, cristalina, sincera, sem preocupações de retorica.

Estava na sua boca a verdade: numa terra, como a nossa, uberrima, importar frutas da Argentina, é um verdadeiro absurdo, um legitimo contrasenso!

Eu apelo para o dr. Ataliba Paz, o maior interessado no

incremento da produção do Rio Grande, que ouça a voz desse homem e de todos os produtores, que, aqui se agremiaram, para que libertemos o Rio Grande da vergonha de comer frutas do estrangeiro, quando até poderíamos exportá-las. Veja-se o pão, por exemplo. O pão que comemos é amassado com o suor argentino!

Mas isso tudo, meus senhores, é o resultado da politicagem infrene em que estava mergulhado o paiz e o seu consequente estado de ignorancia, porque ao POVO não lhe foi dado transporte, credito, instrução. E' contra isso que precisamos reagir...

Não sou candidato a cousa alguma e, se julgar o posto que ocupo, onde empresto a minha atividade em beneficio da economia do Rio Grande, recolherme-ei ao "Correio do Povo", em cujas colunas me sinto bem, junto dos meus queridos companheiros de jornalismo.

(Palmas prolongadas).

Agi como homens livres que sois, porque o cooperativismo dá ao individuo a consciencia da sua força, e todo o homem que trabalha, que produz, tem direito de viver.

Este é um apelo que eu faço aos cooperativistas, aqui presentes.

Quero acentuar, tambem, que não devemos esquecer o esforço dos homens da secretaria da Agricultura, do Estado, que deram ao cooperativismo a melhor das suas energias e tudo fizeram pela vitoria e implantação dos seus principios.

Eu evoco nesta reunião o papel preponderante que esses moços tiveram, trabalhando pelo cooperativismo numa hora em que Rio Grande estava procurando a si mesmo. E' justo, portanto, que aquelas referencias feitas, pelo espirito brilhante do dr. Gredilha, sejam tambem extensivas aos que na secretaria de Agricultura, colaboraram na formação da nova mentalidade cooperativista.

Rendo-lhes as homenagens que merecem (palmas) e peço ao sr. Presidente, que se faça constar na ata dos nossos trabalhos, um voto de louvor á todos os funcionarios do Estado que, nos seus sectores, contribuíram para a difusão e sedimentação da idéa cooperativista. (Muito bem. Palmas).

Meus senhores, estou sendo imprudente. As minhas palavras, já estão exigindo que eu respeite o horario, protocolar.

(Não apoiados geraes).

Devo dizer-vos, entretanto que a minha espetativa pelos desultados deste Congresso foi superada.

Confesso que não imaginava que os homens afeitos á rude produção das lavouras tivessem o espirito tão preocupado

com os problemas do credito, dos transportes do fisco, etc., e que os focassem com uma justa e uma sabedoria, que encantam e surpreendem.

Este Congresso não foi, pois um congresso de divagações economicas, mas uma reunião de homens praticos.

Agora é preciso ir para a frente, carregar a idéa como os antigos que, nas cruzadas cristãs suportavam, estoicamente, todas as agruras da jornada

O cooperativismo não pôde morrer, senhores, porque ele será a solução fundamental do problema economico do Rio Grande.

(Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas).

O Sr. Presidente - Se algum dos senhores desejar fazer uso da palavra eu a concederei.

(Pausa).

Como mais ninguém queira tomar a palavra, vou eu usa-la, para em poucos períodos, e dentro de breves minutos, encerras o 1º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul.

Disse ao assumir a presidencia, que a grandeza do Brasil reside na solução de seu problema agrario e que êste só poderá ser eficiente e rapido, dentro dos postulados do cooperativismo,

Creio que depois do que ouviste dentro deste ambito, que considero sagrado, pelo muito que se debateu em beneficio da grandeza do Rio Grande do Sul, em se tratando de congressos de criadores, de agricultores e de cooperativistas, - creio que depois do que ouvistes, repito, não podereis ter a menor duvida de que o cooperativismo será o meio unico eficiente para resolver e solucionar essa grandeza economica, por que tanto ansejamos.

Ide dizer aos vossos associados, aos vossos companheiros cooperativistas, que não puderam se representar neste conclave, do conforto que tivestes com o desenrolar dos nossos trabalhos; levai até eles a palavra sincera de s. excia o dr. secretario da Agricultura, que não vos falou por formalismo, por que s. excia. só sabe dizer o que sente; levai, tambem, a palavra cheia de autoridade do dr. Gredilha, e as expressões brotadas dessa inteligencia privilegiada, que é o dr. Renato Costa; levai até lá esse sentimento espontaneo de todos os que aqui colaboraram: do dr. Luiz Gomes de Freitas, do representante da Cooperativa de Santa Maria, do dr. Cassiano Fernandes, do dr. Irio do Prado Lisboa, do dr. Dario Brossard, e tantos outros.

Meus senhores, podeis ter a certeza de que o cooperativismo não periclitará. Antes, tornar-se-á uma força invencivel. E permiti que vos leia uma relação das Cooperativas, constan-

tes do ultimo boletim do "Bureau internascional de trabalho de Genebra:

Cooperativas Agricolas Centralizadas....	132
Cooperativas de Criadores.....	58
Cooperativas de produtos de Água Ardente..	18
Cooperativas de Produtos de Mate e Fumo..	11
Cooperativas de Vinho e Frutas.....	29
Cooperativas ruraes diversas.....	28
Cooperativas de consumo.....	70
Cooperativas de credito.....	42
Cooperativas diversas.....	51
Cooperativas de Seguros Rurais.....	29
Cooperativas de eletricidade.....	51, com 243.200

Leio-vos isso para que, quando regressardes aos vossos penates, vos lembreis de que nós dispomos de terras muito maiores e muito mais ricas, que dispomos de uma reserva que será a garantia da humanidade e que, por isso, precisamos promover esta grandeza, não para justificar a posse desse bem quenos legaram pela força, se não pela dignidade e pelo esforço.

(Palmas)

Asssim pois, tenho certeza de que esta impressão tão boa, tão confortadora que tive deste Congresso e que eu considero para mim um premio, ante a luta ingente, que tive de travar para levantar uma cooperativa que hoje constitue o maior padrão de gloria de uma pequena cidade; tenho para mim, repito, que esta mesma impressão se terá, firmado no vosso cerebro e no vosso coração, muito embora tenhamos sensibilidades diversas, e isso, porque, em ultima analise, as questões aqui tratadas dizem respoito ao interesse das coletividades riograndenses, para gloria do Brasil, ao qual o nosso Congresso dá um alevantado exemplo de esforço e cooperação (Muito bem Palmas).

Aproveito a ocassião para agradecer a presença de s. excia o dr. Ataliba Paz, digno secretario da Agricultura, que constitue um grande conforto para todos nós e cujo comparecimento, aliás, nós já esperavamos.

Agradeço, ainda a colaboração valiosa ao varios amigos que muito me auxiliaram na condução dos trabalhos. Agradeço a vossa presença e, bem assim, as impressões que externardes sobre nossos trabalhos, nos vossos pagos, na certeza de que o

segundo congresso será maior do que este, o terceiro maior ainda, e assim sucessivamente.

E assim, meus senhores lamentando não poder dar mais brilho, encerro o 1º Congresso Cooperativista do Rio Grande do Sul, que marcará uma data inesquecível na historia da nossa politica economica e na do brasil.

Está encerrado (Palmas prolongadas).

(A sessão é levantada às 11,35 horas).



Ministério da Agricultura
Secretaria-Geral
BINAGRI — Biblioteca Nacional de Agricultura



PROJETO PNUG/FAO/BRA/72/020
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO
E DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA



DOCUMENTO

DOCUMENT

FIM

END OF THE DOCUMENT